

**MEUS 32 ARTIGOS NA
REVISTA MILITAR BRASILEIRA/
REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

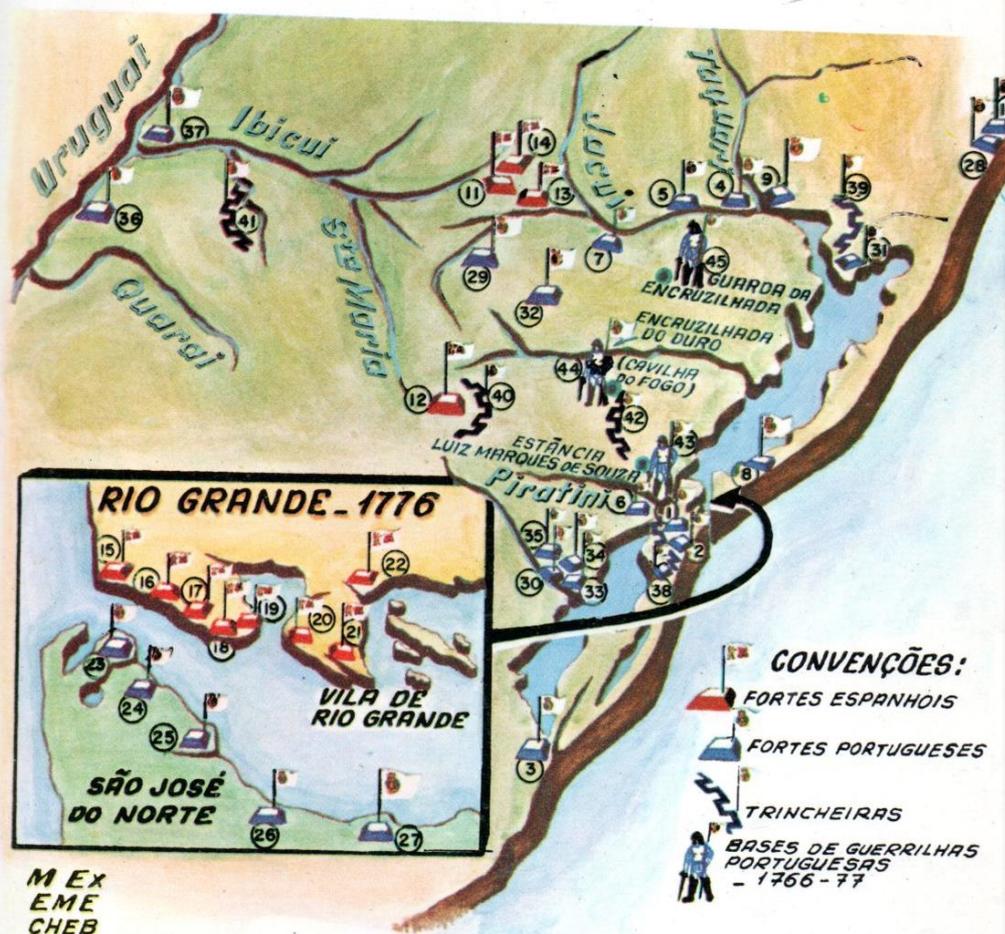


Veterano Cel Eng Cláudio Moreira Bento

Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista

BL ISSN 0035-0125

REVISTA MILITAR BRASILEIRA

ANO LXII — N^{os} 1 e 2 — Jan a Jun 76 — Vol. CIX

EDITADA PELO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO EXÉRCITO

Capa e contra-capas da Revista Militar Brasileira de minha autoria como integrante da Comissão de História do Exército do EME

FORTIFICAÇÕES E BASES DE GUERRILHAS

FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE

- 1 - FORTE JESUS MARIA JOSÉ-1737-CONSTRUÍDO POR SILVA PAIS SUBSTITUÍ FORTIM QUADRADO COM 4 PEQUENOS CANHÕES CONSTRUÍDOS SUMARIAMENTE POR CRISTÓVÃO PEREIRA DE ABREU
- 2 - FORTALEZA S.S. DE SANTANA DO ESTREITO-1737-CONSTRUÍDA POR SILVA PAIS
- 3 - FORTE DE SÃO MIGUEL-1737 - CONSTRUÍDO POR SILVA PAIS

GUERRA GUARANÍTICA 1754-56

- 4 - FORTE DE SANTO AMARO-1754-MANDADO CONSTRUIR POR GOMES FREIRE DE ANDRADE
- 5 - FORTE JESUS MARIA JOSÉ DO RIO PARDO-1754-1820-MANDADO CONSTRUIR POR GOMES FREIRE
- 6 - FORTE SÃO GONÇALO-1755-1763-MANDADO CONSTRUIR POR GOMES FREIRE
- 7 - FORTIM DO PASSO SÃO LOURENÇO 1756-61

GUERRA 1763-1777

- 8 - FORTE SÃO CAETANO DO ESTREITO-1764-77-MANDADO CONSTRUIR POR MARCELINO DE FIGUEIREDO
- 9 - FORTE DO TEBIQUARI-1764(TAQUARI) 1764-77 MANDADO CONSTRUIR POR MARCELINO DE FIGUEIREDO
- 10 - FORTE SÃO DIOGO DAS TORRES-1777-MANDADO CONSTRUIR POR MARCELINO DE FIGUEIREDO
- 11 - FORTIM DA BOCA DO MONTE-1764-ARRAZADO PELO CAP FRANCISCO PINTO BANDEIRA
- 12 - FORTALEZA SANTA TECLA-1773-78-ARRAZADO POR RAFAEL PINTO BANDEIRA E PATRÍCIO CORREIA CÂMARA
- 13 - FORTIM DO VACAÇAÍ-1774-ARRAZADO POR RAFAEL PINTO BANDEIRA APÓS O COMBATE DE SANTA BÁRBARA EM 2 JAN 1774
- 14 - FORTE DE SÃO MARTINHO-1773-75-ARRAZADO POR RAFAEL PINTO BANDEIRA E CYPRIANO CARDOSO
- 15 - FORTE SÃO JOSÉ DA BARRA 1763-76(INCENDIADO E EXPLODIDO PELOS ESPANHÓIS EM 19 ABR 1776)
- 16 - FORTE DO MOSQUITO OU SANTA BÁRBARA-1763-76 (19 BALUARTE CONQUISTADO PELOS PORTUGUESES EM 19 ABR 1776)
- 17 - FORTE DO TRIUNFO OU NOVO-1776-RESISTIU ATÉ O FIM O ASSÉDIO PORTUGUÊS DE 19 ABR 1776)

- 18 - FORTE DA TRINDADE-1773-76(19 BALUARTE CONQUISTADO PELOS PORTUGUESES EM 19 ABR 1776)
- 19 - FORTE DA MARQUEIRA-1763-76 (39 BALUARTE CONQUISTADO PELOS PORTUGUESES EM 19 ABR 1776)
- 20 - FORTE DO LADINO-1763-76 (LACERDIADO PELOS ESPANHÓIS EM 19 ABR 1776)
- 21 - FORTE DA VILA-1763-77
- 22 - FORTE DO ARRIOIO-1763-77
- 23 - FORTE DE SÃO PEDRO DO LAGAR NA BARRA (1768-77)
- 24 - FORTE DOS DRAGÕES-1768-77
- 25 - FORTE DO POSTAL-1768-77
- 26 - FORTE DO PATRÃO MOR-1768-77
- 27 - FORTE DA GUARDA DO NORTE -1768-77

EXÉRCITO OBSERVADOR DA BANDA ORIENTAL 1809-11

- 28 - FORTE DAS TORRES-1809-1820

REVOLUÇÃO FARROUPILHA-1835-45

- 29 - FORTE CAXIAS-1842-45-CONSTRUÍDO POR CAXIAS EM SÃO GABRIEL)
- 30 - FORTE DO JAGUARÃO-1842-45 (CONSTRUÍDO POR CAXIAS EM JAGUARÃO)
- 31 - FORTE DO ITAPUÃ

GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS 1851-1852

- 32 - FORTE DE CAÇAPAVA

GUERRA CONTRA ACUIRE 1864-65

- 33 - FORTE D. PEDRO II 1864-70
- 34 - FORTE DUQUE DE SAXE 1864-70
- 35 - FORTE CONDE D'EU 1864-70
- 36 - FORTE DUQUE DE CAXIAS-1864-70
- 37 - FORTINS DE ITAQUI 1864-70

REVOLUÇÃO FARROUPILHA

- 38 - TRINCHEIRAS DE RIO GRANDE-1839-1845 (DELINEADAS PELO MAJOR EMÍLIO LUIZ MALLET)
- 39 - TRINCHEIRAS DE PORTO ALEGRE-1839-45
- 40 - TRINCHEIRAS DE BAGÉ - 1839-45
- 41 - TRINCHEIRAS DE ALEGRETE-1839-45
- 42 - TRINCHEIRAS DE CANGUÇU -1842-45 CONSTRUÍDAS PELO TC CHICO PEDRO DE ABREU

GUERRA 1763-77

- 43 - BASE DE GUERRILHAS DE RAFAEL PINTO BANDEIRA
- 44 - BASE DE GUERRILHAS DE RAFAEL PINTO BANDEIRA
- 45 - BASE DE GUERRILHAS DE RAFAEL PINTO BANDEIRA 1766-73 E APÓS, DO CAP CYPRIANO CARDOSO-1773-78

NOTA: FORAM CONSTRUÍDOS NESTE PERÍODO DIVERSOS FORTINS NO RIO GRANDE DO SUL NÃO CONSIDERADOS NA CATEGORIA DE FORTES E FORTALEZAS. NA GUERRA DE 1801, NA BARRA SUL DO SANGRADOIRO DA LAGOA DOS PATOS, EXISTIA UM FORTE ERIGIDO DAS RUÍNAS DO FORTE ESPANHOL S. JOSÉ DA BARRA - 1776.

*PESQUISA, TEXTO E ORIENTAÇÃO:
Maj Claudio Moreira Bento*

SUMÁRIO

O Exército Nacional no Desenvolvimento do Nordeste	5
Evocação da Guerra do Paraguai, por ocasião do Centenário do seu término em 1º mar 1870	6
1º RGC – Dragões da Independência: Uma testemunha dos grandes momentos de nossa história	20
Rumos da História do Exército	26
O culto das Tradições do Exército	32
Síntese histórica das Forças Terrestres Brasileiras na área da 3ª RM	46
Centenário do Libertador do Acre	66
Vilagran Cabrita – Herói da Ilha da Redenção	72
Santa Vitória do Palmar na História Militar	77
Forte São Joaquim do Rio Branco	93
Bicentenário da Conquista do Forte de São Martinho	97
Em torno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa (História das fortificações da Ilha de Sta Catarina)	100
O Espadim de Caxias	120
Fontes da Cultura em Arte da Guerra do Duque de Caxias	126
Uma experiência de reconstituição e preservação da memória de uma unidade militar	136
Lobo Vianna: a Escola Militar da Praia Vermelha do ponto de vista de um ex-aluno	141
A importância da História Militar na formação do soldado profissional	146
Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, o proclamador da República	150
Sesquicentenário do Marechal Floriano Peixoto	157
O Duque de Caxias e a manipulação da História	159
Controvérsias sobre a Proclamação da República Brasileira	160
Forças Armadas Brasileira para quê?	177
Resende – Um pouco de História	180
A Esquadra Legal ou “Esquadra de Papelão”. Suas Vitórias no Rio de Janeiro e em Santa Catarina	182
AMAN – Jubileu de Ouro em Resende	200
Cinquentenário da morte em combate do Sargento Max Wolff Filho	208
Missão de Paz em Angola	213
A amizade Caxias – Osório e a sua projeção política	215
São Gabriel, Atenas e Esparta gaúchas	219
O criador e idealizador do tiro-de-guerra brasileiro	221
Preto Caxias – Um soldado carioca considerado “O Santo de Bagé”	226
23 Jan 1855 – 150 anos da criação do Batalhão de Engenheiros	229

O EXÉRCITO NACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

1970

Major Eng QEMA CLÁUDIO MOREIRA BENTO,
do Estado Maior do IV Exército

Sensível à necessidade premente de um rápido desenvolvimento nordestino bem como à campanha de eliminação dos desníveis regionais brasileiros, o Exército, desde 1956, em convênios, principalmente com o Ministério dos Transportes, vem realizando, através do 1º Grupamento de Engenharia de Construção, com sede em João Pessoa — Paraíba, vultoso acervo de obras, no campo do desenvolvimento e bem-estar nordestino, sintetizado, sem analisar-se sua benéfica e profunda repercussão no campo econômico e social regional, o que o leitor interessado bem poderá avaliar.

Dentre os Oficiais-Generais que têm estado à frente do 1º Grupamento de Engenharia, ocorre assinalar os seguintes: Rodrigo Octávio, Matoso Maia, Albuquerque Lima, Augusto Fragoso, Candal Fonseca, Venitius Notare, Euler Bentes, Samuel Correia e Délio B. Leite, seu atual Comandante.

Como o prezado leitor já deve ter concluído, esta grande Unidade do Exército, através do abastecimento de água de cidades, de construção de açudes, aguadas e da perfuração de poços artesianos, vem contribuindo com determinação para a solução do crucial e histórico problema da falta de água do nordeste, problema este que somente a grande parcela de bravos nordestinos pode ajuizar de sua essencialidade.

Resumo das construções do 1.º Gpt Eng:

Pavimentação de rodovias	315 km
Revestimento primário de rodovias	979 km
Construção de ferrovias (bitola de 1m)	428 km
Aguadas	31 (unidades)
Açudes (com o total de 70 milhões de m ³ de acumulação)	3 (unidades)
Abastecimento de água (beneficiando um total de 100.000 habitantes)	5 cidades
Casas em convênio com o IPASE	3.060 (unidades)
Pontes	6.137 (metros)
Poços artesianos	163 (unidades)

Estas obras, o 1.º Gpt Eng as realiza, através dos seguintes Batalhões de

Engenharia de Construção de nosso Exército:

- 1 .º BE Cnst — Caicó — RN (o Batalhão do Seridó);
- 2 .º BE Cnst — Teresina — PI (o Batalhão Bandeirante);
- 3 .º BE Cnst — Natal — RN (os Soldados do Progresso);
- 4 .º BE Cnst — Crateús — CE (o Batalhão Sertanejo).

Major Engenheiro CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Possui os seguintes cursos: Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre — RS, Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Curso de Relações Públicas e de Organização e Métodos do DASP.

Em suas atividades culturais destacam-se: colaborações em diversos jornais e entidades especializadas, sobre história do Rio Grande do Sul, além de atividades cívicas através de palestras e conferências, particularmente na cidade de Recife.

É profundo estudioso de história militar e história do Rio Grande do Sul, tendo sobre o assunto realizado pesquisas no Instituto Brasileiro de História e Geografia do Rio de Janeiro. Condecoração: Medalha Militar (de bronze).

EVOCAÇÃO DA GUERRA DO PARAGUAI, POR OCASIÃO DO CENTENÁRIO DE SEU TÉRMINO EM 1.º DE MARÇO DE 1870

1971

CLÁUDIO MOREIRA BENTO
Major Eng QEMA do EM IV Exército

1ª FASE DA GUERRA (Duração 10 meses)

Caracterizada pela efêmera ofensiva estratégica de López aproveitando-se da surpresa, tendo o seu epílogo na Batalha Naval do Riachuelo.

Maj Eng CLÁUDIO MOREIRA BENTO possui os seguintes cursos civis e militares:

- Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre-RS;
- Academia Militar das Agulhas Negras;
- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
- Escola de Comando e Estado-Maior;
- Cursos de Relações Públicas e de Organização e Métodos do DASP.

Freqüenta, atualmente, a Escola de Administração Pública de Recife-PE.

Estudioso de História Militar e da História do R.G.S., tendo sobre o assunto, realizado pesquisas, inclusive no Instituto Brasileiro de História e Geografia do Rio de Janeiro pelo período de três anos.

É colaborador em História do R.G.S. de diversos jornais e entidades especializadas.

Em todos os locais onde serviu e particularmente no Recife, tem desenvolvido atividades cívicas, através de palestras e conferências.

Atualmente é Conselheiro, da Comissão Estadual do IV Centenário de

Goiana-PE, como representante do IV Exército.

Condecoração: Medalha Militar de Bronze.

Sua vida militar de Oficial passou-a nas seguintes Unidades:

6.^a Cia Com — São Leopoldo-RS

3.^a Cia Com — Cachoeira do Sul-RS (de onde inclusive foi soldado e cabo)

3.^o B E Cmb — Cachoeira do Sul e 1.^a B Fv Bento Gonçalves-RS, que lhe proporcionaram tratar como Oficial da Arma de Engenharia de quase todos os aspectos a ela referentes.

INVASÃO DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

Hordas guaranis conquistadoras!
Em quatro colunas devastadoras!
Levam a morte e destruição a indefesa Mato Grosso.
Reação heróica do Forte de Coimbra!
Participação épica da esposa militar brasileira.
— preparando munições —
— para aumentar o número de bravos nos bastiões.
F o Cel Porto Carrero à frente!
Dourados — Heroísmo de Antônio João!
E seu patriótico protesto imortal!
“Sei que morro — mas o meu sangue e o de meus companheiros servirão de
protesto solene — contra a invasão do solo da minha Pátria!
Cumpru com glória — o seu juramento de Soldado.
E com o supremo sacrifício — o da própria vida!
Rosário de atrocidades inimigas!
Atuação desassombrada de Oliveira Melo!
Mato Grosso resiste bravamente!
Mas é obrigado a ceder.
A desproporção é muito grande!
E por fim... a evacuação para Cuiabá
— para a posição defensiva de Melgaço
Retirada da Laguna — a Dunquerque brasileira.
Página épica de nossa história!
Forja de heróis — Guia Lopes — Camisão e tantos outros.
Rosário de sofrimentos e privações.
Marchas e contramarchas intermináveis!
Incêndios nos cerrados — Cólera — Fome
— e para completar — um inimigo impiedoso!
Sucessão de marcos humanos — aqui e acolá.
— perdidos nos cerrados mato-grossenses.
Gloriosas testemunhas — de bravos brasileiros — que tudo — mas tudo fizeram!

— para responderem a um ultraje nacional.
 Exulta o tirano com a invasão!
 A humilhação do gigante brasileiro
 — serviu-lhe para exaltar o Moral de seus soldados.
 Ocupou território brasileiro em litígio
 — tomou 80.000 cabeças de gado como presa de guerra.
 Mas isto não lhe era bastante!
 E a destruição de seu povo— segue a sua fatídica fortuna
 Invade Corrientes na Argentina.
 E sua grande — e amarga decepção.
 Corrientes e Entre-Rios — não Adesão!
 Reação Argentina!
 1.º de Maio de 1865 — Tratado da Tríplice Aliança
 Brasil — Argentina e Uruguai
 Decidem fazer guerra contra López.
 — mas nunca contra o Paraguai.
 Em suas principais cláusulas — assim ficaria acordado:
 Arrasamento definitivo de Hu maitá.
 Livre navegação na Bacia do Prata.
 Estabelecimento definitivo de limites.
 É o que é muito edificante!
 Atentem os prezados ouvintes.
 Proteção da integridade e soberania do Paraguai.
 E prossegue — a reação argentina!
 Fôrça de cobertura — Paunero à frente!
 E era retardada a avalanche guarani.
 Invasão do Rio Grande do Sul!
 Pela coluna de Estigarrabia.
 Iniciativa heróica do 1.º de Voluntários da Pátria Cel Manoel Mena Barreto à
 frente!
 “Que fez tudo — mas tudo quanto podia — sua fraca — mas obstinada tropa —
 para impedir o desembarque do invasor — em solo brasileiro”
 Prosseguem os paraguaios — com fraca reação — deixando a sua esteira — a
 morte e a devastação!
 E a reação por que não veio?
 Eis a explicação!
 Descasos pelo nosso preparo militar.
 Ausência de planos de Segurança Nacional.
 Questões pessoais entre comandantes.
 — sobrepondo-se aos supremos interesses nacionais
 E acima de tudo — ausência de informações!
 E qual o resultado a esperar?
 A confusão — a indecisão — a improvisação — a humilhação nacional.
 Tomada de Uruguiana
 Após uma série de indecisões O clamor do bravo povo gaúcho! — acorda a corte
 de seu profundo sonho.

A presença do Imperador no Teatro de Guerra — catalisa a reação.
 Atuação inspirada do Ten Floriano Peixoto! “O improvisado Almirante” Que
 embarcando a sua artilharia numa flotilha
 Impede a ligação — no Rio Uruguai — de duas colunas paraguaias levando a
 destruição aos seus bogavantes.

Cerco de Uruguaiana Rendição de Estigarribia Pedro II à frente!

Estava lavada a honra nacional.

Exulta o povo brasileiro!

11 de junho de 1865 Batalha do Riachuelo!

A maior batalha naval da América do Sul. Almirante Barroso — à frente!

Histórica mensagem do líder

Hasteada na fragata Amazonas — ao ter início a ação.

JANEIRO A MARÇO DE 1871

“O Brasil espera que cada um cumpra com o seu dever”

Mensagem inspiradora de feitos épicos e romanescos.

Atuação heróica de — Greehhalgh — Marcílio Dias e tantos outros.

A fragata capitânia foi usada como ARÍETE — colocando três barcos inimigos
 fora de combate — decidindo a BATALHA

Seria frustrado — para sempre — o sonho ofensivo Del Supremo — e teria início
 a sua débacle —

É dominado o rio Paraná — a chave para a invasão.

Nossa

Mmarinha — salvou a causa da Aliança.

Cumpriu o seu dever!

E brindou o Brasil — com uma eterna glória.

2.ª FASE DA GUERRA (Duração 4 anos)

Caracterizada pela ofensiva aliada, em que a guerra é quase toda conduzida em
 território inimigo.

Marcha para Corrientes!

Concentração para a invasão do Paraguai.

Enormes sacrifícios — mas Osório à frente!

Ausência de Comunicações!

Inexistente infra-estrutura de transportes!

Deficiências logísticas e de apoio de Engenharia!

Improvisação generalizada!

Estação invernosa — dificuldades sem fim!

O minuano — castigando — ferindo — matando.
 Retardos nas travessias dos rios transbordantes.
 Bivaques ao invés de acampamentos.
 Alimentação da tropa — churrasco e chimarrão!
 — e pasto para a cavalhada.
 E o resultado?
 14.000 cavalos imprestáveis — por fraqueza.
 E por fim a esperada Mercedes.
 455 quilômetros — em cinco longos e sofridos meses.
 E o indômito Osório — sempre à frente!

INVASÃO DO PARAGUAI

Planejamentos difíceis!
 Ausência de cartas — esboços e de informações.
 Dificuldades à vista — pois iríamos enfrentar os dois maiores generais
 paraguaios:
 O general Terreno! — Difícil por natureza!
 E mais agora — agravado por fortificações.
 O general Distância!
 Centro do Poder do Brasil — ao Teatro de Guerra.
 — somente ligados — por via aquática! por milhares de quilômetros de
 separação.
 Se não dispuséssemos da marinha?
 Como seria — a Invasão!
 Três longos meses de preparo da operação.
 Planejamento combinado,
 — da maior Operação Anfíbia da América.
 E Tamandaré na liderança.
 Longos e detalhados reconhecimentos
 Período da Guerra das Chatas.
 E por fim — o local de Desembarque.
 — Barranca do Atajo!
 Ação preliminar na ilha da Redenção
 Entrechoque violento — desembarque — reação.
 Batalhão de Engenheiros!
 Voluntários e Provisórios!
 Voluntários do nordeste também.
 Ê até morrer heroicamente!
 — quando redigia a parte da vitória.
 O bravo Vilagran Cabrita à frente!
 Desembarque no Paraguai.
 Osório — o primeiro a pisar em solo inimigo.

Justifica sua liderança — e sua célebre proclamação — da véspera da invasão.
 É fácil “ a missão de comandar homens livres — basta mostrar-lhes o caminho do
 dever —” Camaradas! vosso caminho está ali na frente!
 E todos os soldados brasileiros — acharam o caminho — que seu intrépido líder
 — lhes mostrara.

Alargamento da Cabeça de Ponte.
 Tomada de Itapiru
 Ocupação do Passo da Pátria
 López contra-ataca em Estero Belaco

E os paraguaios! Levados de roldão!
 Estava concretizada a Invasão.

Estacionamento em Tuiuti.
 Outro terrível general inimigo.
 O rio Paraná!

Separando nossas tropas — da base de operações.

Em plena ofensiva estratégica!
 Adotamos a defensiva no campo tático.

Era impositivo planejar
 — a ação contra Humaitá.
 O penúltimo triunfo estratégico de López.
 E qual a situação de López?
 Frustrada sua ofensiva estratégica
 — adota-a no campo tático.

Combinando-a com defensiva estratégica — apoiada em intransponíveis
 fortificações.

24 de maio de 1866!

Batalha de Tuiuti!

Maior batalha campal da América Latina

Batalha dos Patronos!
 Artilharia revólver de Mallet!
 É suas célebres palavras.

“Por aqui eles não passam!
 Era um obstinado — cumpriu O que afirmou.

Divisão couraçada de Sampaio. “O Bravo dos Bravos”
 Um fator decisivo em Tuiuti.

Mortas quatro de suas montarias
 Continuou lutando de pé!
 Até ser ferido gravemente pela terceira vez.

Morte e glória de um bravo!
 Com justa razão — da “Rainha das Armas”

O PATRONO

Batalha de Osório!
 Osório é Tuiuti e Tuiuti é Osório” “Mais uma carga camaradas!”
 E foram dadas — tantas quantas o líder pediu.

Anulado o duplo envolvimento
 — Armadilhado por López.
 Epílogo de sua capacidade ofensiva tática.
 E o Brasil — colhe mais uma eterna glória!
 Grandes perdas aliadas.
 Dificuldades logísticas.
 Cavalaria quase desmontada.
 Artilharia sem reboque!
 Crise de suprimentos!
 É adiada a ofensiva.
 E uma nova feição teria a guerra — até agora Lentidão. A de longa Estabilidade
 da Frente.
 Surgem mais dois grandes generais paraguaios.
 — a Cólera e o Tifo — 10.000 baixas.
 Rosário de sofrimentos e de privações.
 E para completar — trabalhos de fortificações.
 Crises de comando na Aliança.
 — e entre brasileiros também!
 Tamandaré — Porto Alegre — Polidoro Três comandos distintos!
 Processo decisório
 Complexo — retardado e inoportuno.
 E eis — um grande ensinamento:
 Ferido — o Principio de Guerra
 — da Unidade de Comando.
 Desembarque na Guarda do Palmar!
 Queda de Curuzu — Gen Porto Alegre à frente!
 E o inimigo bate em retirada.
 Indignado o tirano!
 Volta-se contra seus próprios bravos
 Mandando fuzilar no seu 10.º Batalhão!
 Os soldados sorteados com o número 10.
 Foi a sua reação constante na guerra.
 Punir o seu bravo e sofrido povo. — pelos seus próprios fracassos.
 Fintas de López em Curupaiti.
 Apela à parlamentação!
 — visando ganhar tempo —
 Desconfianças na Aliança.
 Mitre é autorizado por seu país A paz — em separado negociar.
 Mas, a aliança não é desfeita — e segue a sua fortuna —
 Ataque a Curupaiti!
 Ataque impetuoso e avassalador!
 Cai a primeira linha de trincheiras!
 Os aliados sob mortífero fogo.
 E o espaço até a segunda?

O próprio inferno terrestre!
 Abatises — Bocas de Lobo I
 Mar de lama e fogo!
 Tempestade de chumbo!
 E um fosso intransponível!
 E por fim — nosso recuo

Eis os preciosos ensinamentos de Curupaiti Pagos com pesado tributo — 4.000 baixas!

Ataque frontal — a posição fortificada.
 — Sem proceder-se completos reconhecimentos.

Descoordenação dos ataques De flanco — fixação e frontal.

E por fim — falta de Unidade de Comando

Curupaiti repercute na Corte, É impositivo o Comando único — Exército —
 Marinha!

Caxias é nomeado para a função E convida Osório a retornar.

E duas grandes esperanças!
 Passariam a embalar — os corações dos soldados brasileiros

Formado por fim o Binômio!
 Fulminante e avassalador!
 Caxias! ‘O Invencível!’
 “O Pacificador!”
 “A Espada do Império”.

O estrategista — o tático
 O administrador — o diplomata.
 O planejador emérito
 Em fim — o arquiteto da vitória!

E Osório?
 Nome que é legenda, que é glória.
 Líder sem igual no combate.
 “A estréia guia em negros horizontes
 — no caminho da luta e da vitória” —

Formado na Academia Militar das coxilhas — na fronteira de vaivém!

Nos constantes — combates
 Refregas — escaramuças — entreveros.

Entre “para tatás” de centauros —
 Pontaços de lanças —
 Tlim-Tlins de armas brancas —
 Troar de canhões —
 Quadrados de Infantaria —
 E cargas de Cavalaria!

Na belicosa sinfonia!
 Da arte militar do Pampa.

Caxias — alicerça suas vitórias
 Reorganiza — disciplina e instrui o Exército.
 Melhora a instrução — e a assistência médica.
 Preocupa-se com a Logística e com o Moral .

Restaura a disciplina e a hierarquia — e introduz o serviço de Estado-Maior.

E por fim...

Arranca o Exército da passividade!
E como comentaria um gaúcho:
“O nosso Exército virou gente!
— foi “peleando” como gente!
— num nunca findar de vencer e vencer.

Retira-se Mitre do Teatro de Guerra.
Caxias no Comando único!
Reconhecimentos racionais.

Utilização de balões — dirigidos por oficiais
E por fim o Plano de Campanha — a célebre
“Flanquear Humaitá e atacá-la pela retaguarda”
Esquadra força Curupaiti — Inhaúma à frente I
Queda de Humaitá — pela manobra de flanco
López retrai intato — para a posição de Piquiciri.
São cortadas as correntes que barravam o rio
Humaitá “a Sebastopol” americana.

— é arrasada para sempre — pelo Batalhão de Pontoneiros

Dois longos e sofridos anos!

Entre Tuiuti e Humaitá!

A chave para Assunção!

MANOBRA DO PIQUICIRI OU DEZEMBRADA

Manobra genial de Caxias — — em concepção e execução.

“De características napoleônicas!

Previsão e provisão.

Audácia aliada à Segurança”

Como diria o ilustre historiador Gen Tasso Fragoso

Sinfonia dos Princípios de Guerra!

Objetivo — Massa.

Manobra — Surpresa.

E Segurança pelas informações

E na coluna principal?

Caxias à frente!

Executando o que planejou

“Sinal evidente e essencial — de um grande chefe”

No dizer do saudoso Marechal Castelo Branco.

Estrada construída sobre o Chaco

Consumindo 30.000 palmeiras como estiva.

Argôlo — à frente!

A escrever — páginas épicas!

— de nossa Engenharia Militar.

A história ainda não justçou este bravo baiano!

Desembarque em Santo Antônio

É obtida a Surpresa Estratégica!

Encontro de Itororó!

Impasse — grande resistência de Cabalero.

Tomadas e retomadas da ponte.

Atraso de Osório — periga a Vitória.

Ação de “Líder de Combate” de Caxias.

E suas palavras e atitudes imortais.

“Sigam-me os que forem brasileiros” E todo o Exército o seguiu.

Ponte conquistada a viva fôrça.

Pesados sacrifícios — 400 baixas.

Comandantes mortos:

Gurjão — Souza Guedes — Machado de Souza — Emiliano Fonseca — Lopes de Barros — Fernando Machado

Comandantes feridos:

Argôlo — Hermes da Fonseca — Deodoro da Fonseca.

Barreto Leite — Ribeiro Lima e Enéias Galvão.

Batalha do Aval!

Batalha decisiva — Caxias à frente!

Destruição estratégica do inimigo.

López foge ao cerco — Cabalero resiste.

Batalha da Cavalaria!

Osório — gravemente ferido!

E em final de combate — ainda ordena! “Coragem camaradas — acabem com este resto.

Épicas cargas de Cavalaria!

Ao comando de seus maiores mestres.

Osório — Andrade Neves “O Vanguardeiro”

E o Cel Câmara — mais novo e destacado astro.

Dia 21 — Lomas Valentinas

Caxias ainda à frente!

Renhidos e cruentos combates — prolongam-se noite adentro!
 Loma Acosta e Loma Ita Ivate!
 Dois baluartes de López.
 Pesado tributo em sangue!
 Participação maiúscula dos filhos do Nordeste. — uma constante desta guerra!
 Dias 22 e 23 — Loma Ita Ivate.
 Em recruzados vaivens!
 Caxias passa a noite montado em seu corcel.
 Animando — prestigiando — prevendo e provendo.
 -
 Machado Bittencourt — o Leão de Loma Acosta!
 Repele violentos contra-ataques inimigos.
 Queda da linha de Piquiciri!
 Junção com as forças de fixação.
 Angostura — cai pela manobra — E sua única saída — A Rendição.
 Parlamentação!
 López intimado a render-se!
 Prefere a destruição.
 Embate violento e destruidor!
 Desmantelado — o Exército inimigo.
 López — evade-se para Cerro Leon
 E por fim...
 É aberto o caminho para Assunção.
 Nosso objetivo político estratégico final.
 6 de janeiro de 1870!
 Entrada triunfal — na arrasada capital.
 E o Coronel Deodoro da Fonseca à frente!

CAMPANHA DA CORDILHEIRA

Agora o Conde D'Eu — à frente!
 PERIBEBUÍ — a capital do desespero do tirano.
 Fase de reconhecimento e limpeza,
 Era preciso — definir do inimigo a posição.
 Manobra de Peribebuí
 13.000 paraguaios — López à frente!
 Manobra de ala — com envolvimento total. Êxito — completo — em terreno
 difícilimo!
 Batalha de Campo Grande!
 O inimigo é cercado!
 Entre os arroios — Jejuí e Peribebuí
 Velocidade de Vitorino — surpreende Cabalero!
 O intrépido general paraguaio.
 Comandante da retaguarda de López
 “Fora obtida a surpresa tática!”

Combate cruento em campo aberto.
E o exército paraguaio — outrora Orgulho Del Supremo Seria reduzido a um bando.

E por fim a perseguição!
López entra no Brasil
Retorna ao Paraguai
E general Câmara sempre em seu encaço.
Seis longos meses ele consegue esconder-se —no bravo e inóspito sertão paraguaio.

1.º de março de 1870

Cerco de López em Cêrro Corá!
Intimado a rendição.
Prefere morrer pela sua pátria.
Morre de espada em punho como um bravo
Coerente com o seu utópico ideal.
E com ele sua pátria “como se referiu no arquivo público estadual o Cel Carlindo Simões”!

E assim — tem seu fim esta cruenta guerra.
Guerra que não provocamos
Guerra para a qual não estávamos preparados.
Pois pacifistas, jamais alimentamos sonhos de conquistas.
Pesados sacrifícios para o Brasil e Paraguai — com negativos reflexos até o presente.

Para o Paraguai!
Destruição de quase toda a sua população masculina Condenação definitiva —
como país mediterrâneo

Destino que o velho inimigo de ontem
— procura minorar
Através do livre trânsito até Paranaguá.

33.000 mortos brasileiros!
Hoje heróis anônimos — na maioria olvidados.
Heróis que orgulhosa e respeitosamente.

Evocamos e festejamos neste CENTENÁRIO
Apontando seus belos exemplos as atuais gerações.

Pelos heróicos e por vezes épicos
— exemplos de BRASILIDADE.

Pelo sangue generoso que derramaram
Nos longínquos e funéreos campos do Paraguai.

Longe da pátria estremecida!
— e do carinho dos seus entes queridos.

Em defesa do auriverde pendão.
— e integridade da pátria brasileira!

DEUS SABE O NOME DESTES BRAVOS!

Como integrantes do IV Exército
 — não poderíamos deixar de evocar
 — a participação nesta guerra
 — dos bravos filhos do NORDESTE!

Que atendendo o chamamento da pátria ultrajada!
 — embarcaram para o longínquo Paraguai.

Nas fileiras da Marinha — do Exército
 — dos Voluntários da Pátria
 — e da Guarda Nacional.

O cearense SAMPAIO — “O Leão de Tamboril”
 — à frente de seus bravos conterrâneos
 Formando couraçados — quadrados de infantaria — arrasadores da cavalaria
 inimiga.

Argôlo — o baiano
 E sua épica estrada pelo Chaco
 Flanqueando Piquiciri!

Deodoro e Floriano dois heróis alagoanos!
 Cel Albuquerque Maranhão — o bravo paraibano
 Que encontraria a morte em Lomas Valentina
 À frente da 1ª Brigada de Infantaria.

E para finalizar:

Resgatando uma dívida com PERNAMBUCO
 Que em gesto tão patriótico — evocou todo o CENTENÁRIO — JORDÃO
 EMERENCIANO à frente!

Atendendo a uma sugestão
 Do Marechal Arthur da Costa e Silva
 Então Ministro do Exército

Cumpre-nos referir a participação nesta Guerra
 Dos filhos da CÉLULA-MATER de nossa nacionalidade “OS BRAVOS GAÚCHOS
 A PÊ”

Heróis anônimos!
 Do 1.º — 4.º — 7.º — 42 e 53
 Corpos de Voluntários da Pátria de PERNAMBUCO
 4.158 ao todo — e seus bravos chefes
 DANTAS BARRETO — LOBO LACERDA
 FELICÍSSIMO AZEVEDO — PAULA MAFRA
 MACHADO DIAS — FELIPE COELHO
 BARROS ALBUQUERQUE — ALBUQUERQUE CAVALCANTI E BATISTA
 VASCONCELOS — “O General Cabeleira!”

Nossa eterna e imorredoura gratidão.
 Por vossos inesquecíveis sacrifícios
 — defendendo o AURIVERDE PENDÃO.

E que o vosso suor — vosso sangue!

E vosso heróico exemplo!

Continuem a inspirar e alicerçar
 — O PRESENTE e o FUTURO

Do heróico PERNAMBUCO

Berço dos heróis nacionais.

JOAO FERNANDES VIEIRA — FELIPE CAMARAO
HENRIQUE DIAS e de tantos outros bravos

Que inspiraram e alicerçaram no PASSADO — o nascimento deste GIGANTE sul-americano.

O nosso amado Brasil!

CAUSAS DO CONFLITO

Sonho utópico de Solano López, dirigente paraguaio, que, educado na Europa, aderiu à Teoria do Equilíbrio dos Estados e em aqui chegando, através de uma errônea avaliação da conjuntura sul-americana, pretendeu pela fôrça, concretizar velhas aspirações de sua pátria, consistentes numa saída para o mar e na de reconstituir, sobre sua égide, o antigo Império Teocrático dos Jesuítas, abrangendo vastos territórios do Brasil e Argentina.

PRETEXTO DA GUERRA

Pretextando nossa interferência no Uruguai, López fez aprisionar em Assunção, o navio brasileiro “Marquês de Olinda”, que transportava para a Província de Mato Grosso o seu presidente.

ESFORÇO CIVIL DO NORDESTE NA GUERRA DO PARAGUAI ATRAVÉS DOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

Brasil — 37.928 voluntários — 100%
Nordeste — 19.569 — 52%

ESTADOS	CONTRIBUIÇÃO	OBSERVAÇÃO
Bahia	7.764	A maior contribuição do Brasil
Pernambuco	4.158	A 3. ^a contribuição após o Rio de Janeiro
Maranhão	1.509	
Ceará	1.412	
Sergipe	1.099	A maior contribuição relativa à Are* e População
Alagoas	1.141	
Paraíba	984	
Piauí	960	
Rio G. Norte	542	

— VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA — Criados pelo Decreto Imperial número 3.371, de 7 de janeiro de 1865, composto de civis que se destinavam a reforçar o

Exército Brasileiro no Paraguai.

— Os Voluntários da Pátria do NE, representaram 17% de todo o efetivo mobilizado pelo Império durante a Guerra do Paraguai.

Nota: Esta conferência feita para os alunos do Curso de Engenharia do CPOR do Recife. Foi o meu primeiro trabalho sobre História do Exército produzido em 1970 há meio século e primeiro que publiquei na Revista Militar Brasileira e gostei muito de apreciá-lo meio século depois.

1º RCG – DRAGÕES DA INDEPENDÊNCIA - UMA TESTEMUNHA DOS GRANDES MOMENTOS DE NOSSA HISTORIA

1972

Maj Eng QEMA CLÁUDIO MOREIRA BENTO

**Da Comissão de História do Exército do EME
O REENCONTRO ESPIRITUAL**

Neste dia histórico de 21 de abril de 1972, em que a Capital do Brasil, jubilosa, assiste ao início das comemorações do Sesquicentenário da Independência, marcado pelo retorno ao Brasil dos restos mortais de D. Pedro I, 180º aniversário do martírio de Tiradentes na forca pelos ideais de Independência e República, 12º aniversário de Brasília e do “Correio Brasiliense” no Brasil.

É justo e oportuno que se evoque e se reverencie uma organização muito gloriosa, histórica e tradicional, ligada, intimamente, de forma espiritual, a este elenco de efemérides, de grande projeção nos destinos do Brasil.

NOBREZA, GLÓRIA E TRADIÇÃO

Trata-se da mais antiga e tradicional unidade militar das Forças Armadas — o 1º *Regimento de Cavalaria de Guardas* — “*Dragões da Independência*”, transferido em definitivo para Brasília, por decreto de 19 Jan 1968, sob sentidos e profundos protestos da população do Rio de Janeiro, após 160 anos de permanência na antiga capital.

Foi criada em 13 de maio de 1808 pelo Príncipe D. João, com a denominação de 1º *Regimento de Cavalaria do Exército* e em data coincidente com o aniversário de seu criador.

Com isto, D. João procurou distinguir e prestigiar a unidade de elite por ele criada, com a missão de guardar o governo e sua sede e a de impedir e destruir o invasor, em caso de desembarque de tropas napoleônicas no litoral.

A unidade, desde então, jamais desmereceria a confiança que nela depositou seu criador, e a finalidade de guardar a sede do governo do Brasil.

FELIZ COINCIDÊNCIA

Foi criado, oficialmente, no mesmo ano e 19 dias antes que Hipólito da Costa — o fundador do jornalismo brasileiro, editasse em Londres, o primeiro número do “Correio Brasiliense”.

A ambos, corporação militar e jornal, caberiam, cada qual dentro de suas

relevantes funções sociais de Segurança e Informação, papéis destacados e decisivos na concretização e consolidação da maior aspiração do povo brasileiro — a Independência.

Hoje, ambos encontram-se em Brasília consolidada e em seu 12º aniversário, na capital sonhada na Inconfidência por Tiradentes — historicamente ex-integrante da unidade — e por Hipólito da Costa em 1808, através deste jornal, e ambos igualmente, fiéis ao ideal de bem servir à Pátria.

Fiel ao ideal de Tiradentes, a Unidade se fez representar nas cerimônias de inauguração de Brasília por uma luzidia representação de 80 dragões, que emprestaram maior brilho ao ato de concretização de um gigantesco passo na aspiração do povo brasileiro de integração e de solução do problema nº 1 da geopolítica do Brasil.

A UNIDADE DE TIRADENTES

As raízes históricas e espirituais dos “Dragões da Independência” de Brasília, são bem mais profundas no contexto das aspirações do povo brasileiro de Independência e de República.

Eles são anteriores, possivelmente a 1719, segundo o abalizado pesquisador Augusto Lima Junior.

Por esta razão, o historiador militar Coronel Francisco Ruas Santos, Presidente da Comissão de História do Exército, defende a tese de que Tiradentes devia ser considerado ex-integrante da unidade, pois esta foi organizada, com base em outras onde havia servido o “Mártir da Independência” que hoje evocamos e reverenciamos, no dia do 180º aniversário de seu martírio na forca.

Martírio seguido de esartejamento, pela aspiração brasileira de Independência, 30 anos antes que fosse proclamada por D. Pedro I e 97 anos antes da proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

É mais uma tradição de profundo sentido histórico e espiritual, bem como de grande responsabilidade, a ser guardada e cultuada pelos “*Dragões da Independência*” — do 1º *Regimento de Cavalaria de Guardas de Brasília*, comandados neste momento histórico pelo Coronel Hernani Jorge Correia.

TRÊS GRANDES MOMENTOS

Quando o Príncipe D. Pedro desobedeceu às Cortes de Portugal no histórico Dia do Fico, tentou fazê-lo embarcar forçado — o General Amlez.

A reação da unidade, então, ao lado do povo brasileiro, foi catalítica e decisiva, ao cooperar militarmente, para quem embarcasse forçado fosse Amlez e sua tropa — a *Divisão Auxiliadora*.

Com este fato, e mais a atenção da unidade para com a princesa enferma, em não preocupá-la, ao manter o sigilo e discrição sobre a operação militar contra Amlez, a unidade se impôs a confiança de D. Pedro.

Alguns integrantes da unidade compunham a escolta de D. Pedro na ocasião em que o Príncipe proferiu o brado imortal de “Independência ou Morte” nas margens do Ipiranga.

Posteriormente, foram imortalizados na célebre pintura de Pedro Américo, onde aparecem com o mesmo uniforme que utilizam desde 1926, oficializado em

1936, juntamente com o honroso título acessório de *Dragões da Independência*, como ato de justiça histórica, propugnados pelo historiador Pedro Américo, pela atuação decisiva da unidade no *Dia do Fico* e no *Grito do Ipiranga*, em prol da Independência.

Quando o Marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República montava um cavalo baio de nº 6, pertencente ao regimento e que lhe fora cedido para aquele momento histórico pelo Alferes Eduardo José Barbosa.

A unidade então formou na vanguarda das tropas que marcharam para o Campo de Santana para garantirem a Proclamação da República.

Que estranha coincidência histórica. Era um alferes do regimento a que pertencera o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, a ceder sua montaria e sela para que o Marechal Deodoro concretizasse um sonho pelo qual Tiradentes pagara com o suplício, 97 anos antes.

O Regimento conserva, como tradição, desde então, destinar um cavalo baio de nº 6, como montada do comandante.

SUGESTÃO OFORTUNA

O baio nº 6 morreu em 1904 e foi enterrado no pátio do quartel do Rio de Janeiro e sobre seus restos erigido um monumento a sua memória, pelo Coronel Caetano de Faria.

A sela utilizada por Deodoro, na Proclamação da República, encontra-se no Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre.

Seria ideal e lógico que a sela fosse transferida para a Capital da República, sob a guarda e, sobretudo conservação especializada dos “Dragões da Independência”, de onde ela saiu para entrar na História.

Consultaria, talvez, a tradição, exumar o baio nº 6, e trazê-lo para Brasília, bem como se tecnicamente possível, a histórica baia de onde ele saiu para entrar na História.

Os egípcios removeram obras de arte milenares para não serem inundadas e não perderam elas seu sentido histórico e espiritual.

O Regimento ao transferir-se do Rio, transportou para Brasília o monumento aos heróis da batalha do Passo do Rosário, erigido em 1927 na via pública, fronteiro a seu portão principal, por ocasião do centenário desta batalha em que participou com destaque.

É a modesta sugestão que aqui fazemos dentro do objetivo nacional de preservação de nossos valores morais e espirituais da nacionalidade, ou o culto à Tradição — a alma de um povo.

BRAVURA, DISCIPLINA, FIDELIDADE

Ao longo de sua brilhante, histórica e invejável trajetória de unidade de elite do Exército e de testemunha e participante dos grandes momentos de nossa História, constituiu-se lugar comum em seu *Registro Histórico*, citações e elogios militares e de chefes de Estado do Brasil, pela bravura, disciplina e fidelidade com que a unidade sempre se conduziu, no Império e na República.

Seja como participante de lutas internas e externas, no Sul, no Nordeste e Leste da Pátria, na defesa intransigente, das mais legítimas aspirações do povo brasileiro, de Independência, Unidade, Soberania, República, Paz Social,

Democracia e Integração, ou seja, no desempenho de suas missões normais de guarda do governo do Brasil, guardas de honra e escoltas para os chefes de Estado do Brasil e estrangeiros que nos visitam.

O reconhecimento oficial e eloqüente de sua destacada atuação ao longo de nossa História, se traduz pelo fato de ter sido a primeira unidade do Exército a ser agraciada com a ambicionada *Ordem do Mérito Militar*.

Os “Dragões da Independência” orgulham-se de possuir o Diploma nº 1 desta Ordem.

TEMPOS DIFÍCEIS E DE TRISTEZA

Expedicionou em Pernambuco em 1817, e, após em 1824, ocasião em que participou ativamente na luta, destacando-se no combate de Boa Vista.

A Guerra Cisplatina (1825-1828) o levou para o Rio Grande do Sul, onde participou com destaque de toda a campanha, sob o comando do bravo Coronel Pedro Calmon, que embora enfermo, a conduziu aos caminhos da glória, durante quase três anos, sem falhar um só dia ao seu nobre dever.

Na batalha do Passo do Rosário, integrando a 1.^a Brigada de Cavalaria da Divisão Sebastião Barreto, coube-lhe destacado papel.

Após a batalha, cobriu a retaguarda do Exército em sua marcha para o Rio Jacuí.

O Marquês de Barbacena assim escreveu ao Imperador sobre a atuação do regimento em Passo do Rosário: foi “um dos quinhoeiros da glória daqueles ilustres feitos”.

A Revolução Federalista de 18S3-18S5 levou expressiva fração da Unidade ao Paraná e Santa Catarina, sob o comando do intrépido e bravo Major Carlos de Alencar.

Destacou-se, então, em diversas operações e, em especial, no combate do Rio Peixe.

Logo a seguir, sob o comando do Major Alencar, um esquadrão da unidade integrou a última expedição a Canudos, onde constituiu a Ala de Cavalaria ao comando do mesmo Major que tombou em ação, como a maioria dos oficiais superiores da expedição, alvos prediletos dos jagunços.

Foi pesado o tributo exigido da unidade, em vidas, sangue e sacrifícios de seus bravos, pois dos 70 que partiram para a luta, somente 31 retornaram.

De retorno ao Rio, assistiram tombar sob o punhal assassino de Marcelino Bispo, um ex-Comandante da unidade, e naquele momento Ministro da Guerra — o Marechal Bittencourt, considerado o pai da Logística no Exército e atual patrono do Serviço de Intendência.

O Marechal Bittencourt foi atingido morialmente quando interpôs-se entre o assassino e o Presidente Prudente de Moraes — alvo visado pelo fanático.

NA SEGURANÇA DO RIO

No Rio de Janeiro foi envolvido nas revoluções de 1893, 1922, 1924, 1930, 1932, 1935, 1937 e de 1964.

Em 1893 teve atuação destacada na defesa da Ilha do Governador.

Em 1922, coube a um integrante da unidade, Ser o primeiro a penetrar no Forte de Copacabana, no célebre episódio dos *Dezoito do Forte*, que marcou o início de um processo revolucionário que até hoje perdura.

Nesta ocasião, foi prisioneiro da unidade o Tenente revolucionário Arthur da Costa e Silva, ao qual caberia, em 1968, na qualidade de Presidente da

República, determinar a transferência da unidade para Brasília, como ato significativo de sua inabalável intenção de consolidar a nova Capital.

Na Revolução de 1924, teve destacada atuação neste movimento, o Tenente da unidade, Júlio de Castilhos Cachapuz de Medeiros.

Na de 1935, conhecida como Intentona Comunista, a unidade foi uma das poucas que não foi atingida pela subversão.

Foi Tenente na unidade o Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Ficou prisioneiro da unidade por algum tempo, o Visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete de D. Pedro II.

LIGAÇÕES HISTÓRICAS E SENTIMENTAIS

Por esta unidade passaram diversas personalidades das mais ilustres.

Foi a primeira a receber em suas fileiras um príncipe.

Nela assentou praça como cadete D. Felipe Luiz Maria Bourbon, por ocasião da guerra do Paraguai.

Em 24 de maio de 1878, por ocasião do 12º aniversário da Batalha do Tuiuti, a unidade recebeu a visita honrosa do vencedor desta batalha o Marechal Osório, atualmente patrono da Arma de Cavalaria do Exército.

Permaneceu longas horas no quartel onde assistiu a uma peça teatral.

Era o seu adeus às armas, a sua arma — Cavalaria do Brasil, pois faleceria no ano seguinte.

Comandaram também esta unidade, entre outros já destacados:

Coronel Manoel Antônio da Fonseca, após, Ministro da Guerra durante a Guerra do Paraguai.

Coronel Augusto Tasso Fragoso, mais tarde membro da Junta Militar que transmitiu, em 1930, o Governo ao Dr. Getúlio Vargas, chefe do Estado-Maior do Exército e patrono espiritual deste órgão, além de destacado escritor e historiador militar.

Tenente-Coronel João Pessoa Cavalcante de Albuquerque que inaugurou quando interino, em 12 de fevereiro de 1827, o Salão de Honra do regimento, contendo magníficas cópias de Bernadelli e Pedro Américo, executadas pelo pintor paulista Joaquim Pereira e evocadoras de Duque de Caxias e General Osório e de dois grandes momentos da unidade: o *Grito do Ipiranga* e a *Proclamação da República*.

Mais tarde caberia ao General João Pessoa a idealização e construção da modelar Academia Militar das Agulhas Negras de Resende, destinada à formação de oficiais para o Exército.

VIBRAÇÕES EVOCADORAS

Ao longo de sua história o Regimento participou dos mais importantes acontecimentos sociais históricos, do Império e República.

Esteve presente na coroação dos imperadores e na posse dos presidentes. Escoltou todos os Chefes de Estado estrangeiros que nos visitaram, e prestou honras fúnebres a ilustres personalidades, além de ter recebido, com frequência, em seus aquartelamentos, ilustres visitantes nacionais e estrangeiros.

Atualmente, além destes encargos, divide com o *Batalhão da Guarda Presidencial* as tarefas de guarda de Honra do Presidente da República.

Todas as segundas e quintas-feiras presta continência de estilo ao Presidente da República quando esta autoridade chega ou deixa o Palácio do Planalto, numa belíssima e tocante cerimônia militar que se constitui uma das maiores atrações para o turista em Brasília.

Nestas ocasiões, por certo, vibra bem alto na alma do Presidente Médiçi sua condição de destacado oficial de Cavalaria, a arma do Capitão Manoel de Araújo em Guararapes, de Tiradentes, de Antônio João, de Andrade Neves “O Vanguardeiro” e de Osório o “Legendário” e tantos outros bravos.

Enfim, da sua arma, a nobre arma, “arma ligeira que transpõe os montes, caudais profundos com amor e glória, a estrela guia em negros horizontes no caminho da luta e da vitória”.

Vibra, igualmente, nestas ocasiões, um ex-comandante da Unidade — o General João Batista de Figueiredo que a transferiu do Rio e a instalou em Brasília e filho de outro ilustre e destacado ex-comandante da Unidade, o Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo, o introdutor, de 1926, dos vistosos e históricos uniformes usados pelos dragões, adotados oficialmente em 1936, juntamente com o honroso título de “Dragões da Independência”.

Seu pai seria, após, um dos líderes da Revolução constitucionalista de 1932 que comemorará este ano seu 40º aniversário, assinalado por grandes festejos, nos quais transbordarão o civismo bandeirante, importante e vigoroso fundamento do sentimento maior de brasilidade.

ENCONTRO COM SUA HISTÓRIA

Hoje no Rio, 60 dragões, simbolizando os que testemunharam o Grito do Ipiranga de “Independência ou Morte”, estarão presentes para receberem os restos do Imperador D. Pedro I, trasladados de Portugal a bordo do “Funchal”.

Receberão, acompanharão e guardarão os veneráveis restos mortais do 1.º Chefe do Estado do Brasil Independente, até 7 de setembro, quando serão depositados no Monumento Ipiranga, pelo Presidente Emílio Médiçi e Primeiro-Ministro Marcelo Caetano de Portugal, para ficarem em definitivo no Brasil.

Neste mesmo dia, 200 dragões desfilarão pela primeira vez em São Paulo, decorridos 150 anos do histórico momento em que muitos de seus componentes assistiram ao brado imortal que selou a aspiração máxima do povo brasileiro — a Independência.

DEVER CUMPRIDO AFÓS LONGA JORNADA

Nestas históricas efemérides que hoje evocamos, os “Dragões da Independência” de Brasília devem sentir-se jubilosos e com a sensação do dever cumprido, após uma longa existência de fidelidade a seu expressivo lema “*Cumpra o teu dever aconteça o que acontecer*”.

Sentem a sensação do dever cumprido, por terem cooperado, decisivamente, para poderem contemplar o Brasil de Hoje, mais do que nunca, independente, uno, soberano, em paz, com prestígio internacional, feliz, esperançoso e em processo acelerado de Desenvolvimento e Integração e de Desenvolvimento Espiritual, pela preservação dos mais legítimos e autênticos valores morais e espirituais do Brasil entre os quais: religiosidade, amor à liberdade, com responsabilidade e sobretudo, admirável congraçamento racial brasileiro que fez do Brasil a maior e mais autêntica Democracia Étnica do Mundo.

**Maj Eng CLÁUDIO MOREIRA BENTO possui os seguintes cursos civis e militares:
— Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre-RS:**

- Academia Militar das Agulhas Negras;
- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
- Escola de Comando e Estado-Maior;
- Cursos de Relações Públicas e de Organização e Métodos do DASP.

Frequente, atualmente, a Escola de Administração Pública de Recife-PE.

Estudioso de História Militar e da História do R.G.S., tendo sobre o assunto, realizado pesquisas, inclusive no Instituto Brasileiro de História e Geografia do Rio de Janeiro pelo período de três anos.

É colaborador em História do R.G.S. de diversos jornais e entidades especializadas.

Em todos os locais onde serviu e particularmente no Recife, tem desenvolvido atividades cívicas, através de palestras e conferências.

Atualmente é Conselheiro da Comissão Estadual do IV Centenário de Goiana-PE, como representante do IV Exército.

Condecoração: Medalha Militar de Bronze.

Sua vida militar de Oficial passou-a nas seguintes Unidades:

6.^a Cia Com — São Leopoldo-RS

3.^a Cia Com — Cachoeira do Sul-RS (de onde, inclusive, foi soldado e cabo)

3.^o B E Cmb — Cachoeira do Sul e 1.^a B Fv Bento Gonçalves-RS, que lhe proporcionaram tratar como Oficial da Arma de Engenharia de quase todos os aspectos a ela referentes.

RUMOS DA HISTÓRIA DO EXÉRCITO

Major Eng QEMA Claudio Moreira Bento
Adjunto da Presidência da CHEB

1973

“O corpo militar é a mais completa expressão do espírito de uma sociedade”.
(Gen De Gaulle, **E a França teria vencido !**)

Segundo o Cel Inf QEMA FRANCISCO RUAS SANTOS Presidente da Comissão de História do Exército Brasileiro, do EME SUMÁRIO

1. A História do Exército Brasileiro — valor e concepção.
2. A História do Exército Brasileiro, edição sintética.
3. A História Militar para a Juventude.
4. E a História Científica?
5. Outras Questões Fundamentais da História Militar Científica.
6. Conclusão.

O Cel FRANCISCO RUAS SANTOS — Possui os seguintes cursos: Escola Militar do Realengo; EsAO; ECEME, Escola Superior de Guerra (CEMCF) e Curso Avançado da Escola de Infantaria, Fort Benning, EUA, 1952/3.

Funções militares: Comandante da CPOR/RJ e da 4.^a Companhia de Fronteira; Adjunto da 5.^a Seção do EME: Chefe da Seção de Ensino de História e Geografia da AMAN: Professor em comissão de História Militar nesse estabelecimento (1958-63). Relações Públicas do Gab Min Ex. Adjunto e Chefe de Gr”no no NCZDS, do FMFA. Atualmente, Presidente da

Comissão de História do Exército Brasileiro, do EME, desde sua criação em 1970.

Atividades culturais: Autor de série de livros-texto para o ensino de Geografia e História Militar na AMAN; organizou o livro “Marechal Castello Branco — seu pensamento militar”, editado pela ECEME; teve editados nela Bibliex os livros “Ensaio e Estudos Militares”, “Fontes para a História da FEB”, “Coleção Bibliográfica Militar” e “Osório”; pela Distribuidora Record, “Memórias de um Mosqueteiro Francês”, “Forças Armadas do Brasil” e “Guerra Revolucionária Comunista”; publicou “A Preparação para o Concurso de Admissão à Escola de Estado-Maior”. Conferencista em várias organizações militares e culturais civis. Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Autor de numerosos artigos em periódicos militares e civis, sobre assuntos de História, Geografia e Problemas Militares.

Condecorações nacionais: Cruz de Combate de 2.^a classe; Ordem do Mérito Militar, no grau de Oficial; Medalha de Campanha; Medalha de Guerra; Medalha Militar de Ouro e Medalha do Pacificador.

1. A HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO — VALOR E CONCEPÇÃO

Não são poucos os fatores que têm contribuído para o relativo atraso da História do Brasil, em seu tríplice conceito: conhecimento de fontes, historiografia e disciplina.

Carência da pesquisa, entendida esta como pleno domínio das fontes históricas, falta de recursos para apoiar pesquisas e divulgá-las, eis alguns desses fatores negativos.

Conseqüentemente, a história militar terrestre — uma das especializações da História do Brasil — ressenete-se dessas deficiências.

Fator restritivo atuante no campo militar, é o apego ao estudo das operações. Este, embora importante e tentador, é apenas uma das partes de um universo de fatos que importa dominar, através de compreensão histórica verdadeiramente científica.

Pensamos que a razão desta falha decorre de uma conjuntura militar já inteiramente superada, mas cujos reflexos projetaram-se muito além.

Realmente, quando aqui chegou a Missão Militar Francesa, 1919, encontrou um Exército a organizar, em moldes modernos, de alto a baixo, muito especialmente no setor de ensino.

Tendo pela frente tarefa enorme, a Missão Militar Francesa procurou sabiamente atacar os pontos mais críticos. No caso do ensino da História Militar, não dispo de textos brasileiros adequados, e pensando no aproveitamento pragmático dos fatos histórico- militares no terreno da Estratégia e da Tática, os instrutores franceses, muito acertadamente, aliás, exerceram o esforço didático divulgando fatos da História Militar Geral e estudando casos históricos, para evidenciar a doutrina ou comprová-la.

Não obstante, os mestres franceses deixaram-nos mensagem salutar, que assim expressamos: “Estudem a História Militar do Brasil e dela procurem tirar a substância que há de corporificar uma doutrina militar brasileira”.

Já então haviam surgido os admiráveis trabalhos histórico-militares do período 1920-40. Genserico de Vasconcelos, Paula Cidade, Rego Monteiro e, principalmente Tasso Fragoso, são alguns dos expoentes dessa quadra frutífera.

Nela começou a pontificar aquele que ninguém excederia no aproveitamento doutrinário do nosso passado militar: o então Maj Humberto de Alencar Castello Branco.

A despeito desses esforços, prosseguimos segundo a linha traçada pelos mestres franceses de 1920, mas ignorando praticamente aquela sua advertência. E, por falta de larga experiência no campo de batalha, a estudar fatos da História Militar Geral. Exceção, dentre outras, está nos trabalhos de pesquisa com finalidade doutrinária, empreendidos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército nos últimos quinze anos.

Em síntese, a História Militar ficou quase reduzida às operações táticas e estratégicas.

Mas já era mais do que tempo de ampliar seu campo de interesse.

Principalmente quando se considera que riquíssimos veios precisavam ser explorados em benefício de uma doutrina militar brasileira.

E ainda: era também urgente compendiar os feitos militares do nosso povo, esparsos em vasta bibliografia, por isto mesmo de difícil domínio, até mesmo pelo especialista.

2. A HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EDIÇÃO SINTÉTICA

Eis porque decidiu a Chefia do EME, fevereiro de 1970, fazer com que se elaborasse obra resumindo os aspectos capitais do passado da força terrestre.

Criou, com subordinação imediata, a Comissão de História do Exército Brasileiro, atribuindo-lhe duas missões: a de elaborar e publicar essa história sintética, e a de pesquisar para que, um dia, o Exército possa dispor de um conhecimento objetivo, científico, do seu passado.

Partindo da premissa segundo a qual os primórdios do Exército Brasileiro, tal como hoje o conhecemos, confundem-se com o passado do povo brasileiro, notadamente nos três primeiros séculos de nossa História, a Comissão de História do EME estruturou a obra em íntima ligação com a História Geral do Brasil.

Alinhou bibliografia e hemerografia que totalizam cerca de dois mil títulos. Concedeu a entrega da pesquisa nessas fontes aos oficiais-alunos do 2.º ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1971. Desde que eles deviam, por exigência curricular, elaborar monografias sobre temas de nosso passado militar, nada mais natural do que fazê-lo segundo os tópicos da *História do Exército Brasileiro* planejada.

Em abril-maio desse ano, reuniu-se um simpósio de História do Exército Brasileiro, para estudar, especialmente, aspectos de forma e comunicação da obra. Cerca de 60 professores de História, historiadores e jornalistas, civis e militares, apresentaram oportunas e sábias conclusões a respeito.

Enquanto os oficiais-alunos pesquisavam, a Comissão de História buscava motivos para ilustrações e fazia executá-las. De dezembro de 1971 a abril de

1972, foram fotografadas milhares de ilustrações históricas, nos acervos da Biblioteca Nacional e Museu Histórico Nacional, além de outras coleções menores.

Esse trabalho resultou na inserção de cerca de 800 ilustrações na obra, na maior parte originais ou não muito conhecidas.

Entre outubro e dezembro de 1971, uma equipe de trinta historiadores e escritores militares, fez a revisão dos textos das monografias básicas. Um redator deu a forma definitiva, procurando harmonizar diferentes estilos.

Entregues os originais ao Serviço Gráfico da Fundação IBGE, abril de 1972, entregou a obra, 3 volumes, para lançamento em princípios de 1973.

Dos dez mil exemplares da edição, 3.000 foram distribuídos pela Comissão Executiva dos Festejos do Sesquicentenário a bibliotecas e instituições culturais e de ensino do País.

Três mil foram distribuídos pelo EME às organizações militares, a título de manual. Os demais, postos à venda pela Biblioteca do Exército, em condições de preço e pagamento acessíveis, logo após o lançamento oficial.

3. A HISTÓRIA MILITAR PARA A JUVENTUDE

Uma das recomendações do simpósio de História do Exército Brasileiro, aqui mencionado, foi a de que se apresentassem também, formas de história melhor adequadas a outros tipos de público: em fascículos e quadrinhos por exemplo.

Tais formas seriam divulgadas com vistas a penetração maior e de efeito mais permanente.

Para o ensino de história da força terrestre à tropa, a Comissão de História do Exército Brasileiro elaborou um *plano de audiovisuais*, constituído de séries para as áreas dos Exércitos e Comandos Militares.

No momento, está sendo feita, em esforço pioneiro, a série destinada ao III Exército. Neste e em artigos sucessivos serão tratados aspectos mais interessantes do plano de audiovisuais. Verão os leitores que estes almejam alcançar sadios objetivos no campo do Ensino, especialmente no da Educação Moral e Cívica. Contribuirão para que o culto às tradições nacionais, um dos fatores do Valor Militar, seja mantido ou revigorado de acordo com as exigências da moderna comunicação.

Lançados na televisão, por exemplo, extravasarão, de muito, o campo militar, podendo atingir amplos estratos da população brasileira, especialmente a juventude.

Ver-se-á que, sem ser um país militarista, muitíssimo o Brasil deve à força militar terrestre, como autora de sua grandeza espiritual e territorial. Por falta de pesquisa e divulgação, isto ainda não é uma crença generalizada entre nós.

4. E A HISTÓRIA CIENTÍFICA?

Paralelamente a todo esse trabalho, a Comissão de História vem cuidando de equacionar o problema que caracteriza sua outra missão: pesquisar, para dominar, de modo completo e científico, todos os aspectos do passado da força terrestre.

Essa questão se entrosa com uma outra muito mais vasta: a da pesquisa histórica nacional. Não há economicidade em se buscar o domínio das fontes por

esforços isolados, setoriais. A pesquisa tem que objetivar o acervo de fontes da História do Brasil, referenciando-se o conteúdo pelos diferentes assuntos, sem preocupação particularista. Aos críticos e aos historiadores competirão, as tarefas subsequentes de valorizar o conteúdo das fontes e transformá-las em história elaborada.

Não se trata, pois, de um problema só do Exército.

Verificou-se, também, que, muito antes de se buscar resolvê-lo, é mais do que urgente tratar da *preservação* dos acervos. Daí porque a Comissão de História do Exército, em convênio com o Projeto Rondon, buscou interessar a juventude estudantil de História e Biblioteconomia, na tarefa de realizar um inquérito nacional de arquivos. Visou-se, com isso, uma tomada geral de consciência desse problema, por parte daqueles a quem tocará, dentro em breve, liderar os trabalhos de pesquisa e de elaboração histórica. E também, motivar comunidades para o valor dessa parte fundamental do patrimônio cultural do País, a preservar pelo que representa como registro da memória nacional e meio para o desenvolvimento do Brasil.

Em cerca de um ano, os jovens do Projeto Rondon, devidamente orientados, já visitaram cerca de 2.000 arquivos.

A operação prossegue, para completar-se o inquérito. Seguir-se-á o levantamento das fontes pelos assuntos do seu conteúdo. Publicados inventários e referências, os pesquisadores propriamente ditos terão a seu dispor instrumentos fundamentais do trabalho histórico, sem os quais nenhuma construção científica é possível.

5. OUTRAS QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA HISTÓRIA MILITAR CIENTÍFICA

O analista de fontes históricas, assim como o historiador, são especialistas de longa formação, a partir de um curso universitário.

Cinco anos, pelo menos, em média, são necessários para uma boa preparação básica do pesquisador e historiador.

Não há que pensar, pois, em se utilizar o militar profissional, cujo saber especializado deve achar-se voltado para as atividades-fim da força terrestre. Importante, como é, a História Militar, para a doutrina e a boa formação do soldado e do chefe, nem por isso perde o seu caráter de atividade-meio. Sendo assim, é aos especialistas civis que devem tocar as tarefas de pesquisa e elaboração histórica, onde o oficial do Exército, sobretudo na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e no EME, buscará elementos doutrinários.

Disso decorre que a este Alto órgão compete equacionar o problema da preparação e do aproveitamento do pesquisador e do historiador civil, para trabalhar em proveito da força terrestre, na paz e na guerra.

A Comissão de História vem procurando caminhos, a partir de um modelo reduzido de *centro de documentação*, no qual se experimentam métodos de análise de fontes e a formação do analista. Um currículo básico já foi estabelecido e deverá ser testado numa universidade, em curso de extensão. Sem um conhecimento geral de história da força terrestre, nem o militar, e muito menos o civil, poderão fazer pesquisas e elaboração histórica.

Isso é óbvio, mas o que não era ainda sabido é o *que* e o *como* fazê-lo.

Felizmente, a experimentação já desvendou os caminhos. Por exemplo, já

sabemos que um bibliotecário precisa de um curso de um ano para ser capaz de analisar uma fonte histórico-militar terrestre, referenciando-a para o estudioso ou o pesquisador de 2.º grau. E estão elaboradas as normas fundamentais para a pesquisa histórico-militar.

Generalizando conclusões, podemos dizer que o tratamento das fontes do acervo documental existente em nossos arquivos, orientando-as para a história da força terrestre, não pode prescindir de normas práticas e daquela preparação básica especializada. Por outras palavras, sem a formação do especialista, não passaremos da *fase da preservação*, imprescindível, sem dúvida, *mas simplesmente meio para se atingir um fim: a elaboração histórica, fonte da doutrina militar brasileira.*

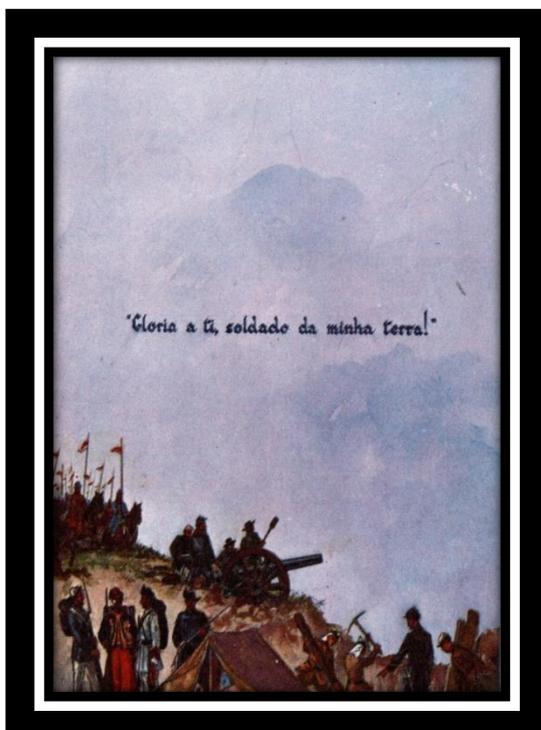
6. CONCLUSÃO

Aí estão os resultados de missão concebida e atribuída em 1970 pela Chefia do EME à sua Comissão de História do Exército Brasileiro.

Uma parte, mercê de Deus, já está cumprida. Outras, impostas ou deduzidas, equacionadas e em curso de execução.

Havendo continuidade, perseverança, trabalho e recursos, poderemos: dominar o nosso passado militar; divulgar os frutos da pesquisa; e contribuir, decisivamente, para o desenvolvimento cultural brasileiro, com motivos riquíssimos de conteúdo espiritual e moral, ora ocultos na massa enorme de documentos e bibliografias.

Neste e noutros números desta Revista, o Major Cláudio Moreira Bento divulgará alguma coisa do que se tem feito no campo da pesquisa histórica, para levar a todos os brasileiros os aspectos principais dos feitos militares dos nossos antepassados.



O CULTO DAS TRADIÇÕES NO EXÉRCITO

1973

ATUALIDADE

**Maj Eng QEMA
CLÁUDIO MOREIRA BENTO**
da Comissão de História do Exército, EME

HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Acabou de ser lançada a *História do Exército Brasileiro*, editada pelo Estado-Maior do Exército, através de sua Comissão de História.

Obra de equipe, foi uma contribuição do Exército aos festejos do sesquicentenário da Independência. Baseou-se na melhor bibliografia de História Militar Terrestre do Brasil. Essa coleção reflete o atual estágio da pesquisa histórico-militar, ainda bem carente de instrumentos essenciais ao trabalho histórico militar terrestre científico.

Maj Eng QEMA CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Cursos Militares: EPPA, AMAN, EsAO, ECEME e de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras da Comissão de História do Exército Brasileiro.

Cursos Civis: Relações Públicas e Organização e Métodos da Escola de Serviço Público do DASP e Administração de Arquivos pela Associação de Bibliotecários de Brasília.

Funções exercidas: Como tenente e capitão desempenhou as mais variadas funções nas unidades: 6ª Cia Com, 3ª Cia Com, 3.º BE Cmb, 1.º B Fv.. Como oficial de Estado-Maior serviu no QG do IV Exército na Seção de Planejamento e 5.ª Seção. Atualmente serve no EME na Comissão de História do Exército Brasileiro.

Atividades Culturais: Colaboração em diversas emissoras, jornais e revistas do Brasil, sobre História Militar do Rio Grande do Sul e Pernambuco e conferências cívicas em todas as guarnições em que serviu, especialmente no Recife, nos meios estudantis em geral. Foi conselheiro da Comissão Estadual do IV Centenário de Goiana-PE, membro da Comissão de Construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, como Coordenador Assistente e Coordenador da Operação Guararapes do Projeto Rondou (1971). Atualmente é membro da Comissão de História do Exército Brasileiro e foi encarregado da elaboração histórica do capítulo da História Sintética do Exército Brasileiro, relativo à Guerra Holandesa, Representante do EME na Comissão de construção do Parque Histórico Duque de Caxias.

Trabalhos publicados: Evocação da Guerra do Paraguai por ocasião do Centenário de seu término — As duas batalhas de Guararapes — A grande festa dos lanceiros — Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul, Subsídios para revisão histórica tradicionalista e legal — Tradição e disciplina— Integração, Quartel e Pais e Conscritos — Jubileu de Prata do Dia da Vitória — Em seus estudos sobre a formação do Rio Grande do Sul possui vários trabalhos publicados no Diário Popular de Pelotas — Teve destacada atuação como membro da Comissão de História do Exército Brasileiro.

Mostrar ao povo brasileiro seu Exército. Um Exército sempre vanguardeiro e fiel à luta pela conquista e manutenção dos *Objetivos Nacionais Permanentes da Nacionalidade*.

Por outro lado, é valioso manual de instrução para a tropa.

Permitir às gerações do Exército presente e futuro, ao reverem e recordarem o trabalho árduo desenvolvido pelas gerações que as precederam, buscarem inspiração para o cumprimento de missões.

A luta dos militares do passado, pela preservação e conquista dos objetivos de *Independência, Soberania, Unidade e Paz Social* deverá inspirar as gerações atuais e futuras. Especialmente quanto à: conquista do *Desenvolvimento e Integração Nacional*; preservação dos *Valores Espirituais, Morais e Culturais da Nacionalidade*, e, por fim, à conquista de uma *Democracia* marcadamente brasileira, adequada a esses valores e aos aspectos positivos do caráter do povo brasileiro.

Uma Democracia obstáculo à exploração da *Bondade* — traço sublime do brasileiro — pela subversão e corrupção, e pelos demagogos.

A PESQUISA DEVE CONTINUAR

A pesquisa histórico-militar terrestre não terminou com esta obra.

Ela não atinge todas as faixas de público do Exército. E não fornece elementos essenciais ao desenvolvimento de uma *Doutrina Militar Terrestre Brasileira*. Tais elementos são impositivos para o progresso do Exército de um país, rumando, a passos largos, para seu grande e histórico destino.

Por esta razão basicamente, a pesquisa histórico-científica das Forças Terrestres Brasileiras deve prosseguir.

É primordial para o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre. Assim procedem os exércitos dos países mais desenvolvidos em Arte e Ciência Militar.

O Estado-Maior do Exército não desconheceu esta realidade e a expressa na Portaria que criou, em 1970, a Comissão de História.

A esta, determinou fornecer subsídios de interesse do Exército e do País.

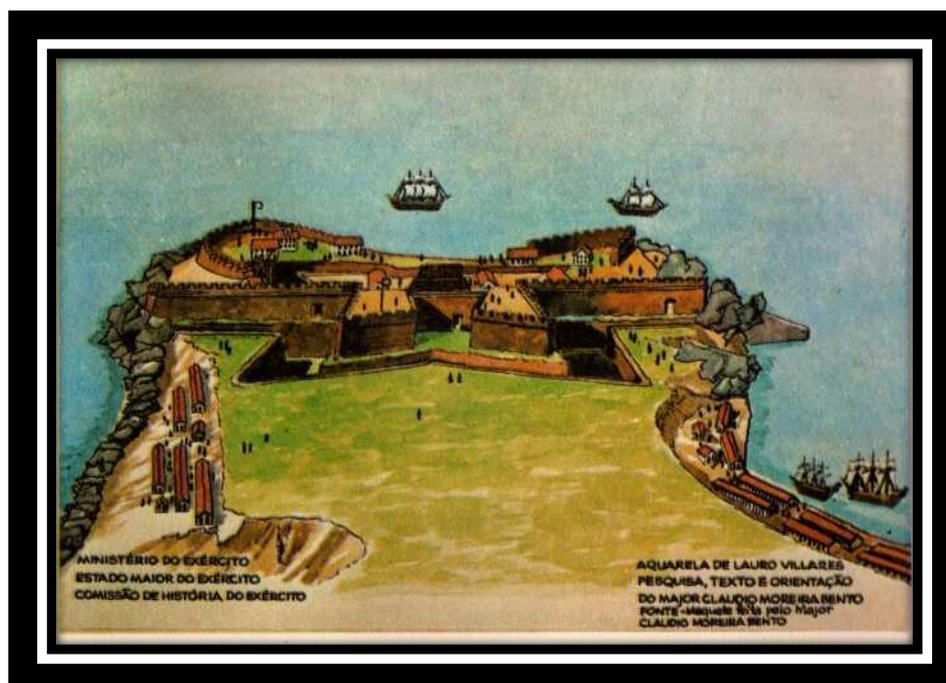
Possuímos mais de 400 anos de experiências frutíferas. De guerra convencional na América do Sul e Europa.

De Segurança Interna, nas diversas áreas operacionais do Brasil.

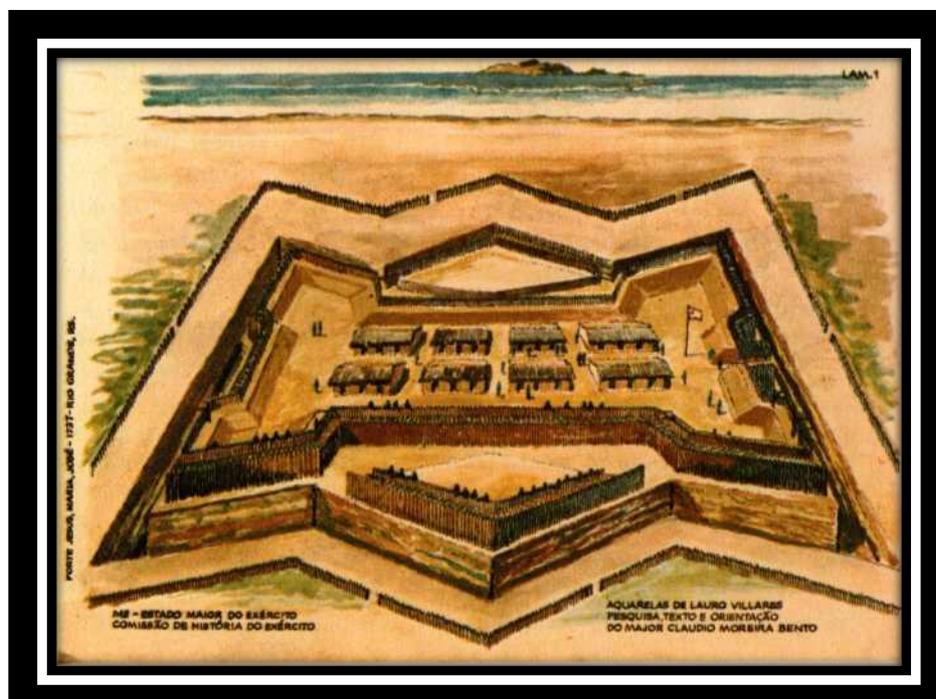
As dimensões continentais do Brasil não são obra de milagre.

Na manutenção de nossa Unidade, Soberania, Independência e Paz Social, muito devemos ao eficiente emprego das Forças Terrestres Brasileiras, sob o impulso de vigorosas forças espirituais e morais.

Nossa experiência deve ser pesquisada e analisada de modo científico. Objetivo: colocá-la a serviço da *Doutrina Militar Terrestre Brasileira*, principalmente, no tocante ao *desenvolvimento das forças morais do combatente brasileiro e da formação dos quadros e tropa do Exército*.



COLÔNIA DO SACRAMENTO 1737 — Colônia do Santíssimo Sacramento no atual Uruguai. Fundada em 1680 pelos portugueses defronte a Buenos Aires. Portugueses e espanhóis lutaram por sua posse por quase um século até seu arrasamento definitivo, em 1777, pelos espanhóis. Base: TASSO FRAGOSO. A Batalha (Planta), maquete e pesquisas realizadas pela CHEB.



FORTE JESUS MARIA JOSÉ DO RIO PARDO — Mandado construir em 1754, pelo General Gomes Freire de Andrade, como base logística para apoiar sua marcha até as Missões. Sua forma inicial foi uma tranqueira de grossas estacas. O forte tomou a forma acima, após o retomo de Gomes Freire do Passo São Lourenço do Jacuí. Base: Pesquisas da CHEB, ANTUNES. Os Dragões, (Planta) e Diário da Expedições demarcadora do tratado de Madrid.

PESQUISA CIENTÍFICA NA ECEME

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na década de 60, realizou valiosas pesquisas históricas pioneiras, com tais objetivos e sentido.

Analizou casos histórico-militares brasileiros. Procurou ensinamentos doutrinários que eles sugeriam.

Merecem destaque as pesquisas de caráter sociológico e psicológico, procurando determinar o comportamento do *Combatente Brasileiro* em diversas campanhas. No tocante à da Itália, a mais alentada de todas, — chegou a duas importantes conclusões de caráter científico, não opinativo ou arbitrário:

“O combatente brasileiro em campanha não se adapta a normas disciplinares rígidas”.

“A preparação psicológica do combatente para a campanha apresentou deficiências”.

As outras pesquisas levaram à primeira conclusão. E esta permite traçar o perfil desejável do líder militar terrestre brasileiro.

A segunda conclusão refletiu descuido no campo doutrinário, quanto ao *desenvolvimento das forças morais do combate*, ou simplesmente, à convicção do *Porque lutar*.

Essas pesquisas pioneiras, por certo, contribuíram para a formulação, pela ECEME, do *Anteprojeto de Apoio Administrativo ao Exército Brasileiro* e para o desenvolvimento do ensino de operações convencionais, no território nacional, contra o inimigo externo, e operações de Segurança Interna contra o inimigo interno.

Para que a ECEME possa prosseguir neste trabalho científico valioso, precisa recorrer a fontes básicas, fidedignas e numerosas.

Tais fontes, principalmente as primárias, devem ser localizadas, analisadas e criticadas. Assim será possível a reconstituição de fatos históricos, matéria-prima para a marcha e o aprofundamento das pesquisas, especialmente na ECEME, e no CEP.

Neste, quando se tratar de problemas de engenharia humana.

Eis sólidas razões que aconselham tanto o prosseguimento da pesquisa histórico-militar, como sua dinamização.

A dificuldade de fontes primárias ilustro com o seguinte exemplo:

Um professor de História Militar da AMAN desejou elaborar com o concurso da Biblioteca do Exército, um livro que abordasse casos históricos brasileiros de emprego de pequenas unidades.

Constatou, com tristeza, que não existia material disponível.

Para consegui-lo seria necessário uma pesquisa profunda e demorada. A

solução foi recorrer à experiência estrangeira.

A Biblioteca editou a *História do Emprego de Pequenas Unidades na Campanha da Rússia*.

DOCTRINA MILITAR TERRESTRE

A Doutrina Militar Terrestre, no consenso de destacados pensadores militares estrangeiros e brasileiros, entre estes o Marechal Castello Branco e o Coronel J. B. Magalhães, possui cinco campos de desenvolvimento, essencialmente dinâmicos:

Desenvolvimento das forças morais do combate (convicção do Porque Lutar ou do Porque instruir-se), da *Organização*, do *Equipamento*, da *Instrução* e do *Combate*, tudo visando o mais eficiente emprego de determinada força terrestre na conquista e preservação dos Objetivos Nacionais.

O estudo científico de nossas experiências determinará quais os ensinamentos válidos colhidos, sejam sobre a forma de acertos a serem incorporados à doutrina, sejam sob a forma de erros a serem evitados.

Nosso Exército, numa conjuntura de Desenvolvimento e Integração, não possui condições ideais para a realização intensiva de manobras. E a razão? Seu alto custo. As manobras em tempo de paz, e a guerra, sempre foram as melhores formas de testar-se e aperfeiçoar-se a doutrina de emprego de uma força terrestre.

Por esta razão, o estudo histórico-militar brasileiro deverá, idealmente, dominar a doutrina da força terrestre, em todas as ocasiões em que foi empregada, determinando de modo sistemático e completo, as soluções corretas e falhas. Nossa experiência de guerra não pode ser abandonada.

BUSCA DE VELHAS SOLUÇÕES

A História Militar registrou no Vietnã, de parte do Exército dos Estados Unidos, um retorno a soluções da 1ª Grande Guerra e início da 2ª.

Quem pode afirmar que o Exército Brasileiro, no exercício de sua missão constitucional, não venha a recorrer, por imposição dos fatores *Terreno e Meios* (áreas operacionais diversificadas, restrições econômicas, etc), a soluções válidas de sua história? Ou, a evitar, de pronto, erros iniciais cometidos em campanhas anteriores, resultantes de uma deficiente análise dos fatores da decisão: MISSÃO, TERRENO, INIMIGO e MEIOS.

Em caso de emprego não seria ideal que essas indicações estivessem bem determinadas? E, melhor ainda, em condições de serem restituídas, com rapidez e oportunidade ao planejador militar brasileiro, através de um eficiente Serviço de Documentação.

FORÇAS MORAIS DO COMBATENTE

“A tradição é a alma de um povo”, proclamam com propriedade os

tradicionalistas gaúchos, cujos antepassados, no período 1680-1870, viveram em constantes guerras com espanhóis e seus descendentes.

A afirmação é válida para o Exército como parcela armada de nosso povo e instrumento de defesa de suas aspirações, contra pressões internas e externas.

Podemos então afirmar: *A tradição é a alma de um Exército.*

E ajuntar: *Exército sem tradição, ou que a possuindo, não a cultua, é espada sem têmpera que quebra ao primeiro embate.* O Exército Brasileiro tem sido espada de têmpera nobre.

Esta convicção decorre de simples verificação e raciocínio.

Basta olhar para o mapa do Brasil e nele ver um país independente, uno, soberano, democrata, rico em valores espirituais, morais, culturais e em passo acelerado para completa Integração e Desenvolvimento.

A tradição se formará, consolidará e será comunicada às gerações futuras, através do culto e divulgação sistemática dos feitos gloriosos da Instituição e da evocação da memória dos seus integrantes, que se sublimaram, em fidelidade, aos *Objetivos Nacionais Permanentes*. Ênfase aos que cumpriram o dever com o sacrifício da própria vida.

A tradição do Exército de fidelidade aos objetivos da Nacionalidade, faz parte do campo da Doutrina que chamamos *Desenvolvimento das Forças Morais do Combatente*: É o que fornece respostas para as seguintes perguntas do combatente: *Por que devo lutar? Dar a minha vida, se preciso for? Instruir-me. Cuidar do meu equipamento. Obedecer às normas doutrinárias.* De pouco adiantará um Exército bem organizado, equipado e instruído, no qual seus integrantes não encontrem, dentro de si, em condições adversas, respostas para estas perguntas.

O Exército luso-brasileiro, na Guerra Holandesa, mal organizado, equipado e instruído, encontrou respostas adequadas, ao contrário do Exército mercenário da Companhia das Índias Ocidentais, bem organizado, equipado e instruído nas táticas mais modernas de então, mas sem o impulso de forças espirituais e morais.

Resultado: vitória das forças espirituais e morais, de um Exército improvisado, sobre as forças materiais de um exército bem equipado.

VALOR DA TRADIÇÃO — EXEMPLOS

Guerra da Tríplice Aliança. Grandes dificuldades no campo moral interno. O Visconde de Porto Seguro, com a intenção de superá-las, buscou inspiração na Guerra Holandesa.

Seu livro, *História das lutas com os Holandeses*, mostra os patriotas do Nordeste, enfrentando e vencendo com galhardia, maiores obstáculos que os brasileiros no Paraguai.

O General Mascarenhas de Moraes, antes de partir para a Itália, presidiu, nos Montes Guararapes, cerimônia de transladação, para o templo ali construído, dos

restos mortais de dois líderes da Insurreição Pernambucana: João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros.

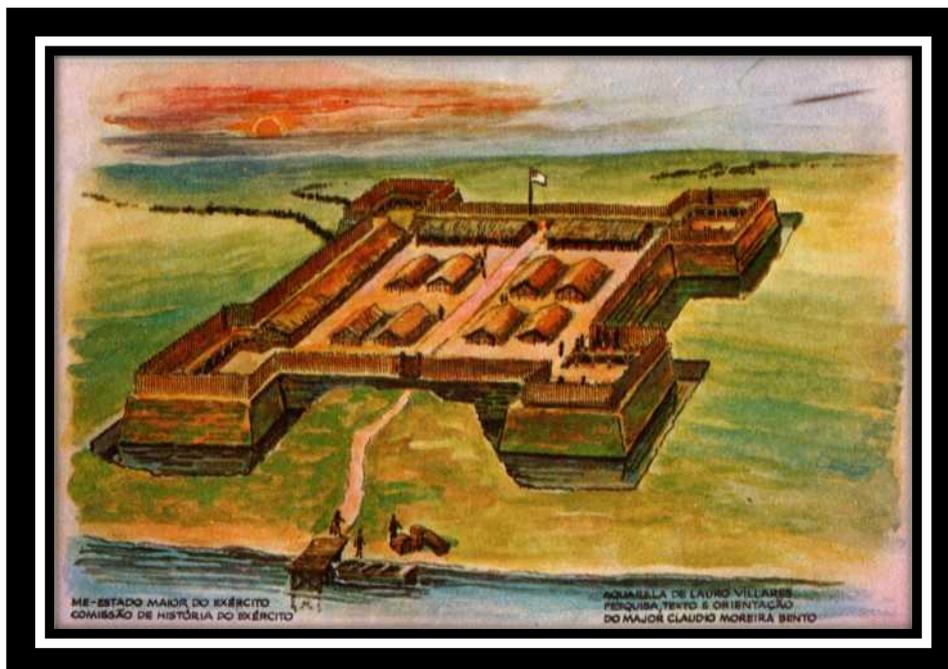
Foi buscar, para si e seus futuros liderados na Itália, inspiração na tradição ou, melhor, no exemplo dos patriotas do Nordeste.

De retorno, vitoriosa a FEB, depositou os louros da vitória da FEB em Guararapes. Reconheceu que ali se forjara o espírito do Exército Brasileiro e se alicerçaram, para sempre, as bases da Nacionalidade.

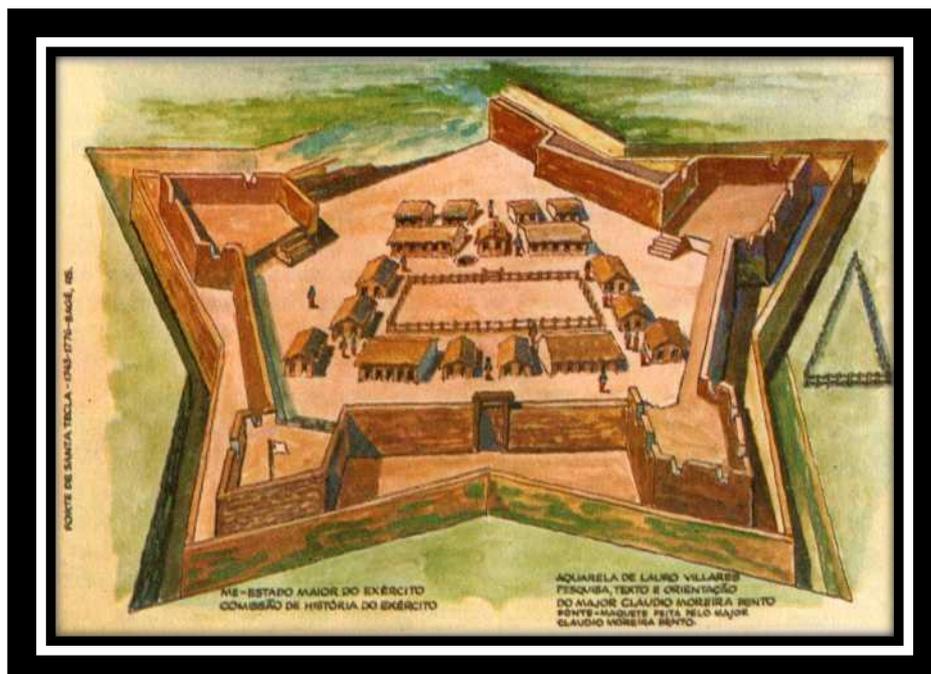
A tradição do Exército, por imposição da Era da Comunicação Social, precisa ser agressiva e sistematicamente difundida, em linguagem ou forma acessível, a diversos públicos.

Ao público interno, para o *Desenvolvimento das Forças Morais do Combate*, ou culto da *Tradição*.

Ao público externo, para melhor compreender a destinação constitucional do Exército. Isso permitirá melhor *integração*, Exército- Povo, favorável ao cumprimento das missões.



FORTE DE SAO GONÇALO 1754-63 — Mandado construir pelo General Gomes Freire de Andrade, na margem direita do rio Piratini, próximo a sua foz no canal São Gonçalo. Serviu de base logística do Exército Português da Demarcação até o rio Vacacaí, através de Santa Tecla-Caiboaté. Na altura deste rio o apoio logístico passou a ser feito pelo Forte Jesus Maria José do Rio Pardo, através do fortim construído no passo São Lourenço do rio Jacuí. Base: Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrade. Carta RS 102 da Mapoteca da Diretoria do Patrimônio do Exército e pesquisas da CHEB.



FORTALEZA DE SANTA TECLA — Fortaleza mandada construir pelos espanhóis, em 1774, próximo a Bagé. Foi arrasada em 1776 por aventureiros do major Rafael Pinto Bandeira e dragões de Rio Pardo ao comando do major Patrício Correia Câmara. Base: Pesquisas da Comissão de História do Exército e TASSO FRAGOSO. A Batalha, planta.

REFLITAMOS

Nosso Exército pertence a país eminentemente cristão.

É regido por uma constituição feita sob a invocação de Deus.

Isto, no dizer de Pontes de Miranda, deve inspirar a interpretação e a execução da Carta Magna.

Consequentemente, a Força Terrestre Brasileira não pode sofrer influências perniciosas, conscientes e inconscientes: do ateísmo, agnosticismo, materialismo e pragmatismo filosófico.

Estas filosofias, em alguns pontos essenciais, e mais o Comunismo, no todo, a História revelou repudiadas pelo povo brasileiro, por contrariar o seu caráter.

A tais filosofias se deve o descuido pelo culto de nossas mais caras tradições, principalmente no período 1945-64.

Ao agnosticismo e ao pragmatismo, responsabilidade culposa.

O segundo por omissão e hipocrisia. Ao comunismo, responsabilidade dolosa, por agressão ideológica e mistificação, ao tentar vergar verdades históricas, ao sabor de seus interesses. Principalmente na Universidade, na Imprensa e no seio das Forças Armadas.

Ao final deste período de descaso por nossas tradições e História, assistimos, estarecidos, o lançamento de “*História Nova*” do Brasil, no seio da juventude universitária brasileira.

Sobre ela assim referiu o Exmo. Sr. Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, em discurso pronunciado em 3 de junho de 1970, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

“Ainda temos memória e indignação para a safra, em nosso país, da História engajada, de senso ultrapragmático, a serviço da dialética marxista, vergando as verdades do passado ao peso dos interesses do presente, forjando uma “História Nova”, dócil à ideologia que a História mesma provou repudiada sempre pelo povo brasileiro e recrutando entre professores de História, o grupo de maior efeito multiplicador”.

É geral a reclamação de companheiros contra o descuido pelo culto de nossas tradições, quando comparado a outros Exércitos.

Isto, no entanto, não é tarefa para poucos. É obrigação coletiva. Todos têm que contribuir, de alguma forma, no âmbito de seus comandos. Aqui uma sala de história, ali um museu, acolá a publicação do histórico do Corpo. Elaboração de pinturas alusivas a feitos da unidade. O carinho pelos troféus e objetos de valor histórico.

O balizamento de um local histórico próximo à sede do Corpo, com participação efetiva da comunidade. A confecção, para a guarda do Pavilhão Nacional, de uniformes históricos. A preservação de documentos históricos, pois sem eles não haverá história militar.

E muitas outras iniciativas que seria exaustivo enumerar.

Impõe-se aqui uma autocrítica, um exame de consciência, aos companheiros que, como nós, lamentam o descaso pelo culto das tradições do Exército Brasileiro, principalmente, quando comparado com o que é feito em outros países.

Qual foi a sua iniciativa neste sentido, quando estava a seu alcance promovê-la? Se a consciência do companheiro estiver tranqüila, atire a primeira pedra, e redobre o esforço através de outras iniciativas. Há muito a fazer neste sentido.

Para a vitória da Democracia “é impositivo uma mudança de atitude” neste aspecto, segundo Arnold Toynbee, o mais destacado e acatado historiador contemporâneo.

DESABAFO DE UM ILUSTRE MILITAR

O ilustre e consagrado historiador militar, General Augusto Tasso Fragoso, considerado o pai da História Militar do Exército ¹ e patrono espiritual do Estado-Maior do Exército, a cuja frente permaneceu mais tempo, assim desabafou, em 1922, na apresentação de seu livro de estréia como historiador, *A Batalha do Passo do Rosário*:

“Logo aos primeiros passos de minha vida como oficial do Exército, senti com mágoa, a deficiência de minha preparação histórica.

Reconheci sem demora não só que falecia em geral o conhecimento dos fatos da Pátria, mas, sobretudo, o de seus grandes feitos militares. Foi no estrangeiro que a comprovação desta verdade me compungiu a alma de soldado brasileiro, pois, assim como ausência aumenta uma amizade, o peregrinar em terra alheia exalta o patriotismo.”

Deste sentimento têm partilhado, na Europa, nos Estados Unidos e na América do Sul, os companheiros que por estes locais viajaram.

E prossegue o General Tasso Frago:so:

“Porque seria a História Militar do Brasil tão descurada na Escola da Praia Vermelha? A escola era um foco memorável de trabalho e de civismo... em que seus mestres doutrinavam com sedutora mestria e grande elevação moral. Talvez se possa explicar tão surpreendente contraste. Nos anos anteriores ao advento da República havia se arraigado no espírito de muitos, a falsa idéia de que a democracia verdadeira e a fraternidade real entre os povos deviam fundamentar-se no esquecimento e até na maldição de certos fatos do passado.

Daí, o estado de alma da geração militar a que pertenci e do meio que a preparava, onde havia um temor de falar em guerras em presença de moços que não tinham para com os veteranos da guerra do Paraguai, que desfilavam diante deles alquebrados pela velhice e com fardas rebrilhantes de condecorações, o respeito e a estima que mereciam como dignos e leais servidores da Pátria comum. Aplacada a tormenta, meu espírito serenou...

Fui vendo *por mim mesmo* 2 a veracidade do velho conceito de que a *História é a mestra da vida* 2 fonte perene de patriotismo, que não deve ser desconhecida notadamente por militares. Pouco a pouco me convenci de que o estudo dos episódios históricos das gerações que nos precederam é salutar aos moços que vestem farda, pois lhes fortalece o espírito, retempera o caráter e proporciona sólidos elementos para julgarem questões imprevistas e por vezes incandescentes, em que as paixões dominantes, sem as luzes da verdadeira História, acarretariam os maiores desatinos”.

O General Tasso Frago:so acusava com o “*fui vendo por mim mesmo*”, o sistema de Ensino do Exército, por não ter ensinado devidamente o valor da História Militar à sua geração. Suas abalizadas palavras surtiram efeito. A geração que o sucedeu produziu plêiade de competentes historiadores militares, hoje em sua grande maioria, ceifados pela morte, sem renovação. Foram prestigiados pelo grupo social a que pertenceram como seus intérpretes. A atual geração de historiadores é ínfima. Clama por incentivos e apoio.

Não basta trabalhar financiando, muitas vezes, seus próprios trabalhos. Sistemáticamente, sem remuneração. Enfrentam o apelido injusto e pejorativo de “traça”, de “rato de papel”.

Os que assim os vêem, os julgam e os tratam são inocentes úteis. Fazem coro ao inimigo interessado em silenciar nossas tradições para impor a sua ordem.

As editoras, à busca de lucros materiais, não editam esses trabalhos. A ironia maior é que ninguém contesta que eles devem ser feitos. Sua divulgação é um sagrado dever do Estado. As perspectivas são, assim, sombrias. Algo precisa ser feito, principalmente no quadro mundial tumultuado, de nossos dias.

Trava-se uma violenta guerra insidiosa, de fundo ideológico.

Nela digladiam-se adeptos: dos valores espirituais e dos valores materiais.

O objetivo de cada contendor é conquistar a mente do ser humano.

É uma guerra de estratégia sutil, conforme ilustra o exemplo a seguir:

Num plano de ajuda a um país subdesenvolvido da África, os Estados Unidos constroem e equipam um hospital. A Rússia vem e o dota de médicos e enfermeiros comunistas.

A conclusão é óbvia.

Neste tipo de guerra, a longo prazo, conta mais uma filosofia sem contradições, bem difundida através dos mais modernos meios de Comunicação Social, do que sofisticados armamentos militares.

E aí entra a História Militar como arma, evidenciando a tradição, deflagrando forças espirituais e morais indomáveis.

É oportuno finalizar este convite a um exame de consciência de parte dos companheiros, citando palavras do atual Chefe do Estado- Maior, General-de-Exército Breno Borges Fortes, durante a inauguração do Parque Histórico Marechal Manuel Luiz Osório, 1970:

“O culto aos heróis do passado é um dos mais belos e sagrados deveres de uma Nação”.

PARQUES HISTÓRICOS

O Parque Osório é um marco luminoso de uma nova era de culto e comunicação de nossas tradições militares.

A iniciativa foi do Ex.^{mo} Sr. Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, quando comandante do III Exército. Sua Ex^{ta}-, no discurso citado, — *Não se governa sem História* — disse, ao referir- se ao Parque Osório: “novos parques históricos virão em outras latitudes; bem cedo o dos Guararapes; depois talvez, quem sabe, Caxias, Bilac, Sampaio, Castro Alves. O Parque Histórico Nacional dos Guararapes foi inaugurado.

O Parque Histórico Nacional Duque de Caxias encontra-se em fase adiantada de implantação.

O Parque Histórico Brigadeiro Antônio de Sampaio, informa o Governo do Ceará, inauguração prevista para 24 de maio de 1973.

Desenvolvem-se estudos e providências para a construção dos parques Históricos de Pirajá, na Bahia e, Genipapo no Piauí.

Ambos ligam-se às lutas pela nossa Independência.

Lembrarão, eternamente, que o grito de Independência ou Morte, proferido no Leste da Pátria — significou para muitos brasileiros do Nordeste — Independência e Morte.

Outras iniciativas estão surgindo: Parque Histórico Heroínas de Tejucupapo em Goiana-PE, lembrando a participação armada da mulher brasileira na defesa da Unidade e Integridade do Brasil.

Parque Histórico Batalha do Monte das Tabocas, em Vitória de Santo Antão-PE, a primeira manifestação de Soberania do Brasil, sobre Portugal e o invasor holandês.

Já existe sugestão para a construção do Parque Histórico Marechal Emílio Luiz Mallet.

Outras iniciativas, por certo, virão. A todas o Exército tem emprestado apoio

moral e material.

Nelas tem participado, efetivamente, a Juventude Universitária do Brasil, através do Projeto Rondon.

O Estado-Maior do Exército e o Projeto Rondon desenvolvem, desde 1971, em escala nacional, uma atividade de grande projeção cultural.

Baseado no fato de que *sem documento não há história*, o Projeto Rondon está procedendo ao levantamento de todos os arquivos no território nacional.

Objetivos: preservar de destruição, extermínio, ou de evasão para o exterior, importantes documentos relacionados com todos os campos da História do Brasil.

Esclarecer, quando for o caso, autoridades detentoras ou responsáveis, da importância desses documentos, como instrumentos de orientação do Desenvolvimento do Brasil.

REVOLUÇÃO NA COMUNICAÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR

Em 1971, realizou-se o 1º *Simpósio de História Militar Terrestre Brasileira*, sob os auspícios do EME e ECEME. Seus 75 participantes civis e militares — historiadores, escritores, jornalistas, professores e especialistas em comunicação social — foram unânimes na recomendação: “elaboração de trabalhos de História Militar obedecendo às mais modernas técnicas de Comunicação Social, objetivando atingir as mais variadas faixas de públicos.”

Reconhecia o Simpósio que os trabalhos convencionais de História Militar são acessíveis a públicos restritos.

Não o são à grande massa. Motivos: a utilização de recurso à imagem muito raro; imagens repetidas, sem renovação; estacionado o trabalho criativo. Textos pesados e obscuros, sem condições de concorrer com outros assuntos abordados pela Imprensa de modo geral.

A própria Biblioteca do Exército deixou de editar livros de História Militar por estarem superados na forma de comunicação. Outros assuntos, melhor apresentados, mereceram a preferência de seus sócios.

AUDIOVISUAIS

Entre as formas mais modernas de comunicação, recomendou o Simpósio a divulgação das populares: história em quadrinhos, fascículos em cores, literatura de cordel e discos. Em síntese: esforço na imagem, no som e no texto leve, atraente e objetivo.

Em 24 de maio de 1972 — Dia da Infantaria — o IV Exército recorreu ao recurso da literatura de cordel e da fita gravada. Divulgar, no sertão do Ceará, a vida do Brigadeiro Antônio de Sampaio.

O III Exército recorreu ao disco, com bem elaborada trilha musical, para divulgar a vida do General Osório.

O EME decidiu explorar os audiovisuais para a divulgação popular da História do Exército. Imagens coloridas e narração com trilha sonora.

Primeiro problema para a adoção desta linha — pobreza da iconografia militar terrestre brasileira. Não tem havido, neste século, preocupação de immortalizar, plasticamente, os grandes momentos de nossa história, como ocorre noutras terras. Neste ponto os países vizinhos estão mais adiantados do que nós.

Muito do preservado entre nós o foi em preto e branco. Não se prestava à comunicação ideal. No entanto, quando com base histórica, serão tais fontes de real utilidade para elaboração de motivos em cores:

Para a reconstituição em cores surgiu outro problema: ausência de pintores qualificados para este tipo de trabalho, em número suficiente. Os poucos encontrados possuíam dificuldade para pesquisar e desenvolver, por si, temas militares terrestres.

A Comissão de História do Exército reconheceu a necessidade de utilizar, na elaboração da *História do Exército*, a iconografia existente na área cultural da Guanabara.

Pesquisou durante alguns meses mais de 30.000 peças iconográficas, na Biblioteca Nacional, Biblioteca do Exército, Gabinete Foto- cartográfico do Exército e coleções particulares.

Naqueles locais relacionou 6000 motivos militares terrestres.

Hoje eles integram seus arquivos, sob a forma de *slides*, cromos ou fotos em preto e branco.

Deles, cerca de 500 foram incorporados à *História do Exército Brasileiro*. Além disto, foram elaborados centenas de esquemas e mapas de maior comunicação visual. Aquarelas executadas por especialistas, reconstituindo fatos histórico-militares importantes. São marco histórico da renovação iconográfica militar do Brasil, em cores.

É impositivo que este trabalho se estenda a outras áreas culturais do país. Assim o exige o Objetivo Nacional de Integração.

PLANO DE HISTÓRIA MILITAR EM AUDIOVISUAL

Em 1972, o Estado-Maior do Exército decidiu, em caráter pioneiro, desenvolver um projeto de audiovisuais.

Objetivos: Renovar profundamente a iconografia histórico-militar terrestre, pesquisando e elaborando motivos originais.

Utilizar na divulgação da História Militar a força didática desse meio auxiliar.

Este projeto será passo intermediário e fonte valiosa para a abordagem cinematográfica de temas de História Militar.

É, para o Exército, a melhor forma de atingir faixas mais amplas de seu público. Guarda a possibilidade de difusão através da TV a cores.

Possibilitará uma renovação nas letras históricas, geralmente carentes de imagens.

No plano aprovado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, a Comissão de História deverá desenvolver, no que for possível, até 1973, baterias de audiovisuais para os comandos de Áreas.

O Plano é iluminado pela filosofia da História do Exército Brasileiro. Os audiovisuais transmitirão aos públicos do Exército: a contribuição das Forças

Terrestres da área considerada, para a conquista e preservação dos *Objetivos Nacionais Permanentes da Nacionalidade*, em estreita e íntima colaboração com seu povo.

Focalizarão, basicamente, a História do emprego das Forças Terrestres, na área considerada.

Desde julho de 1972, a Comissão de História realiza pesquisa para desenvolver uma bateria pioneira, relativa ao Rio Grande do Sul (área 3? RM/III Ex).

Os trabalhos relacionados com esta bateria serão abordados, oportunamente, nesta revista.

A iconografia que ilustra este artigo dará uma idéia ao leitor do Plano de Audiovisuais para a área do III Exército.

A base histórica da pesquisa e elaboração iconográfica servirá, de futuro, ao desenvolvimento do cinema nacional. Cada aquarela, além de reconstituir o fato histórico, reconstitui guarda-roupa da época, personalidades, armamentos e outros detalhes históricos.

Os livros especializados poderão sair mais ilustrados e a cores, auxiliando o leitor a gravar melhor o fato histórico.

Unidades que participaram no passado de determinados feitos poderão utilizar esses motivos para confecção de *posters* e publicações.

Servirão de base à elaboração de cartões postais, calendários, estatuetas, gravuras, cinzeiros e outros itens decorativos podem ser feitos com autenticidade.

Enfim, é ilimitado o poder multiplicador dessa pesquisa.

Igualmente, a de elaboração iconográfica de motivos histórico- militares, ora levada a efeito, em caráter pioneiro, sob os auspícios do Estado-Maior do Exército. Isto, até que possamos apoiar a iniciativa privada, a quem caberá normalmente, tarefas dessa natureza.

A Comissão de História elaborou para o Dia da Infantaria, em Brasília, a história dessa arma, em audiovisual.

O mesmo procedimento teve em relação à Arma de Artilharia.

Preparou uma Síntese Histórica da História do Exército, em audiovisual, como parte das comemorações da Semana do Exército.

Estas três baterias pioneiras foram realizadas em curto espaço de tempo. Objetivo: Adquirir-se experiência para trabalhos posteriores. Teste do arquivo iconográfico organizado pela Comissão.

A experiência foi coroada de êxito. Superou as expectativas.

NOTAS

- (1) Segundo o Cel Francisco Ruas Santos, cf MURICY. *Palavras de um Soldado*, p 66.

(2) O grifo é nosso.

SÍNTESE HISTÓRICA DAS FORÇAS TERRESTRES BRASILEIRAS NA ÁREA DA 3ª REGIÃO MILITAR (1639 - 1759)

1973

(I.ª Parte)

**Maj Eng QEMA
CLÁUDIO MOREIRA BENTO**

Em continuação ao artigo “Culto das Tradições no Exército”, publicado no número anterior e, atendendo solicitação da direção da REVISTA MILITAR BRASILEIRA, abordaremos neste artigo, o papel desempenhado pelas Forças Terrestres Brasileiras no território da 3ª Região Militar. Território coincidente com o Estado do Rio Grande do Sul, chamado, por longos anos, de *Fronteira do Vai e Vem*, pelas numerosas flutuações de seus limites, durante 190 anos, em razão de choques armados e tratados celebrados entre portugueses e espanhóis e continuados por seus descendentes até 1870.

Iniciaremos recordando a relevante contribuição das forças terrestres brasileiras no reconhecimento, penetração, devassamento, conquista e manutenção parciais do atual Rio Grande do Sul até 1759 e integração progressiva deste ao Brasil.

ANTECEDENTES

HUÁRPIDOS x LÁGUIDOS

Desde tempos imemoriais, a área da 3ª Região Militar tem sido fronteira e campo de batalha.

Antes do povoamento português do Rio Grande do Sul, índios minuanos e charruas, de um lado, combateram durante séculos contra os tapes, a procura de uma definição de limites entre suas civilizações completamente diversificadas.

Tiramos essa conclusão com base na Teoria de Canais Frau em *Pré-História da América*. (Vide Anexo n.º 1)

BANDEIRANTES NO RIO GRANDE DO SUL 1629-41

A História das Forças Terrestres Brasileiras, na área da 31 Região Militar, teve início no período 1629-41. Nela, bandeirantes paulistas incursionaram por diversas vezes ao norte do rio Jacuí.

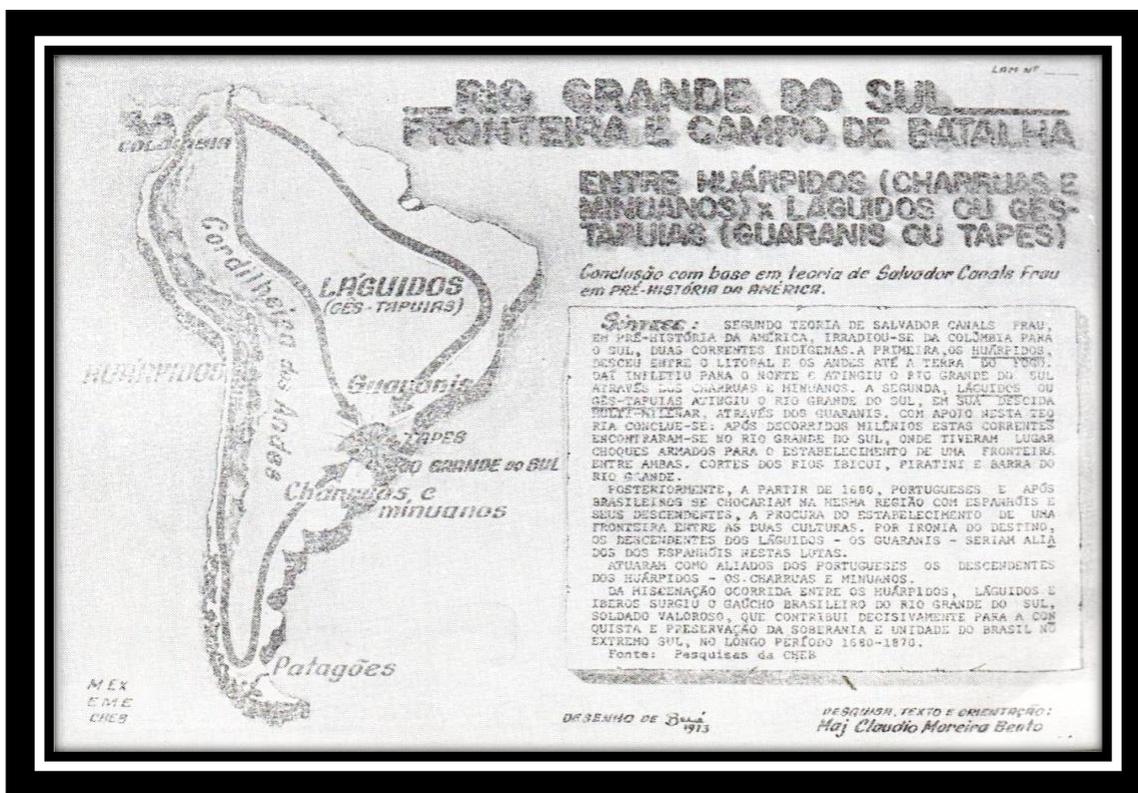
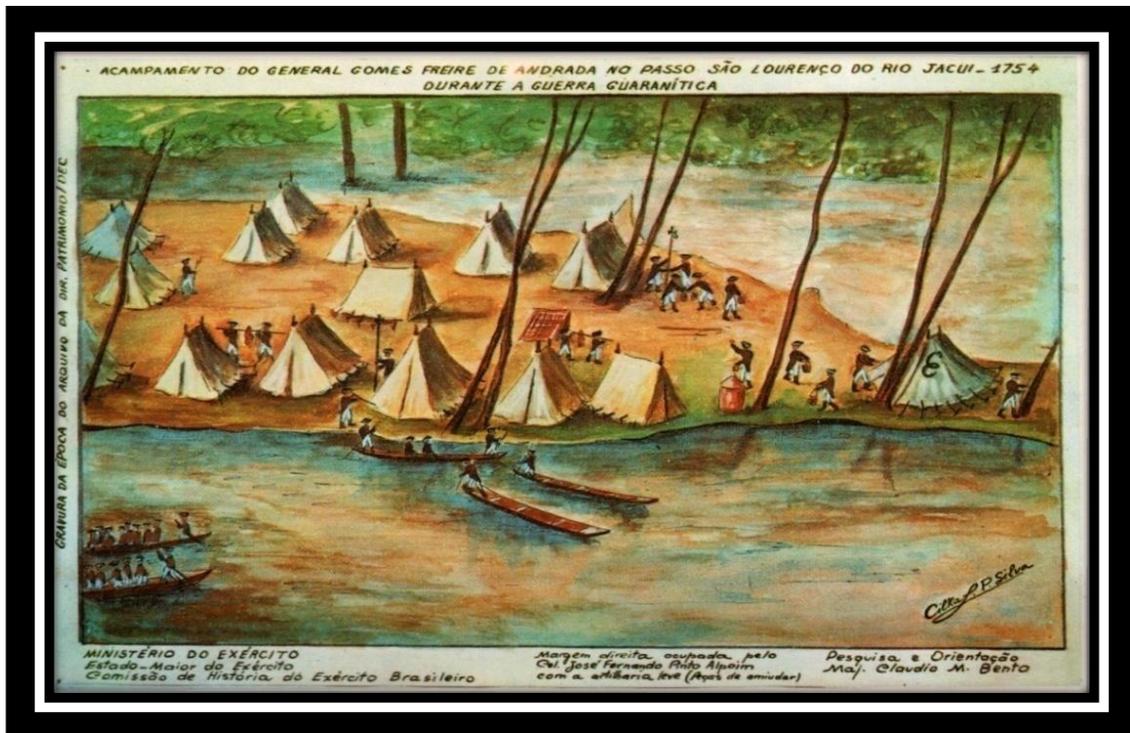
Tinham por missão expulsar reduções jesuíticas estabelecidas na área desde 1624.

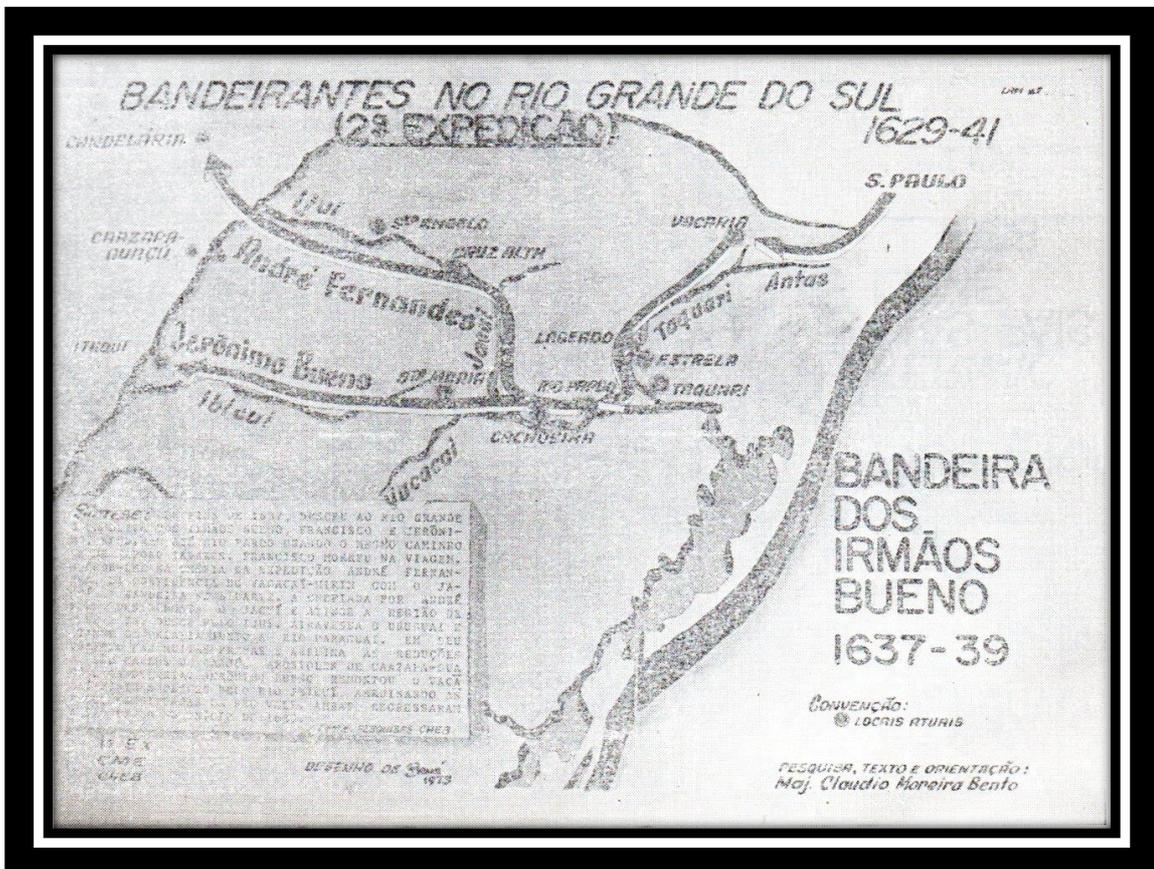
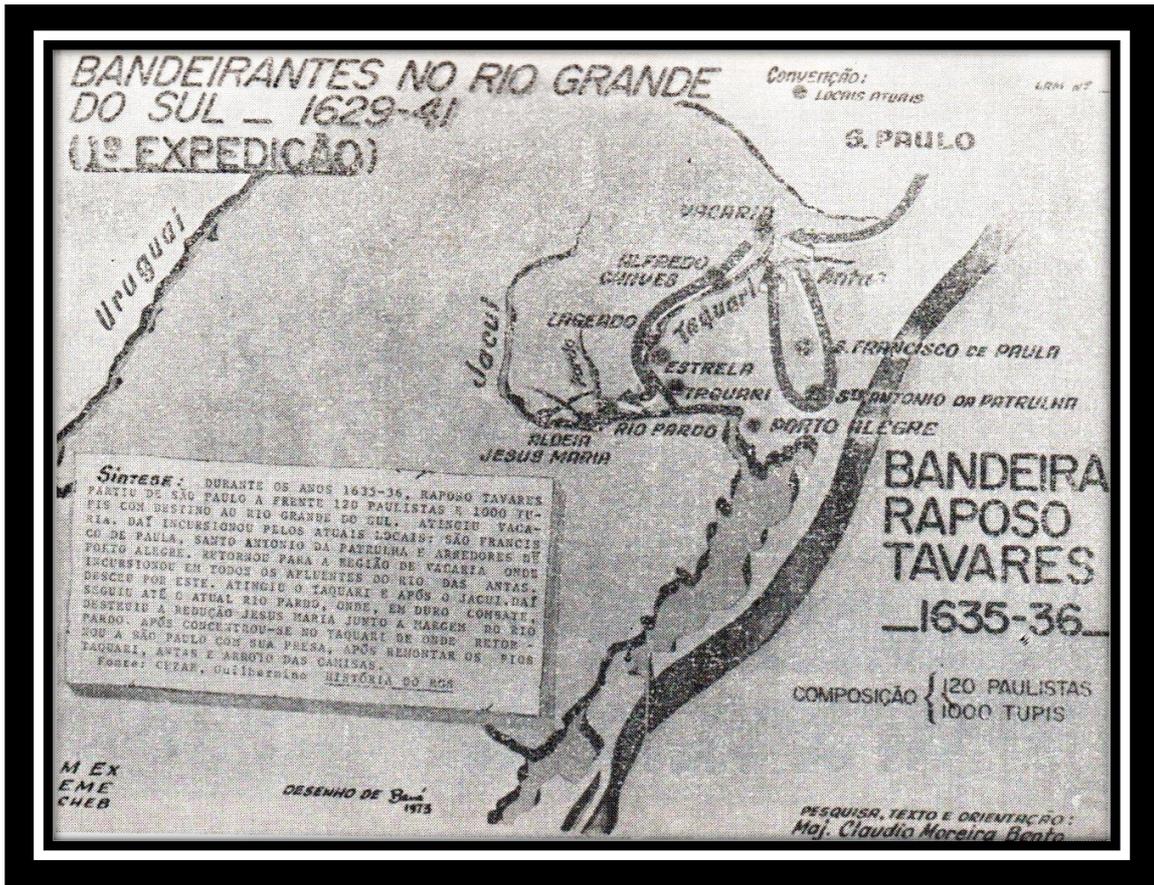
O Império Jesuítico, estabelecido nas bacias dos rios Uruguai, Paraguai e Paraná, ameaçava expandir-se na direção de São Paulo, além do Tratado de Tordesilhas.

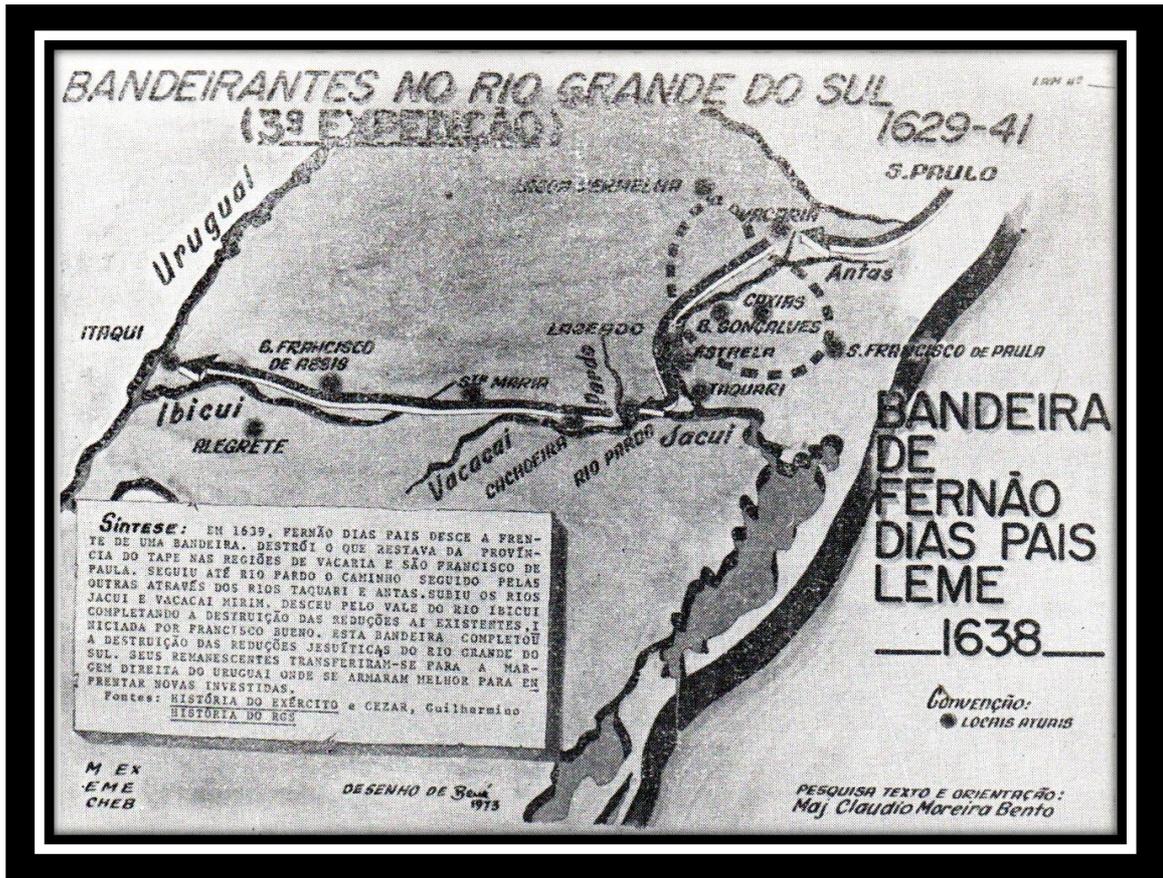
O que realizaram os bandeirantes no Rio Grande do Sul sintetizamos nos anexos números 2, 3, 4, 5 e 6.

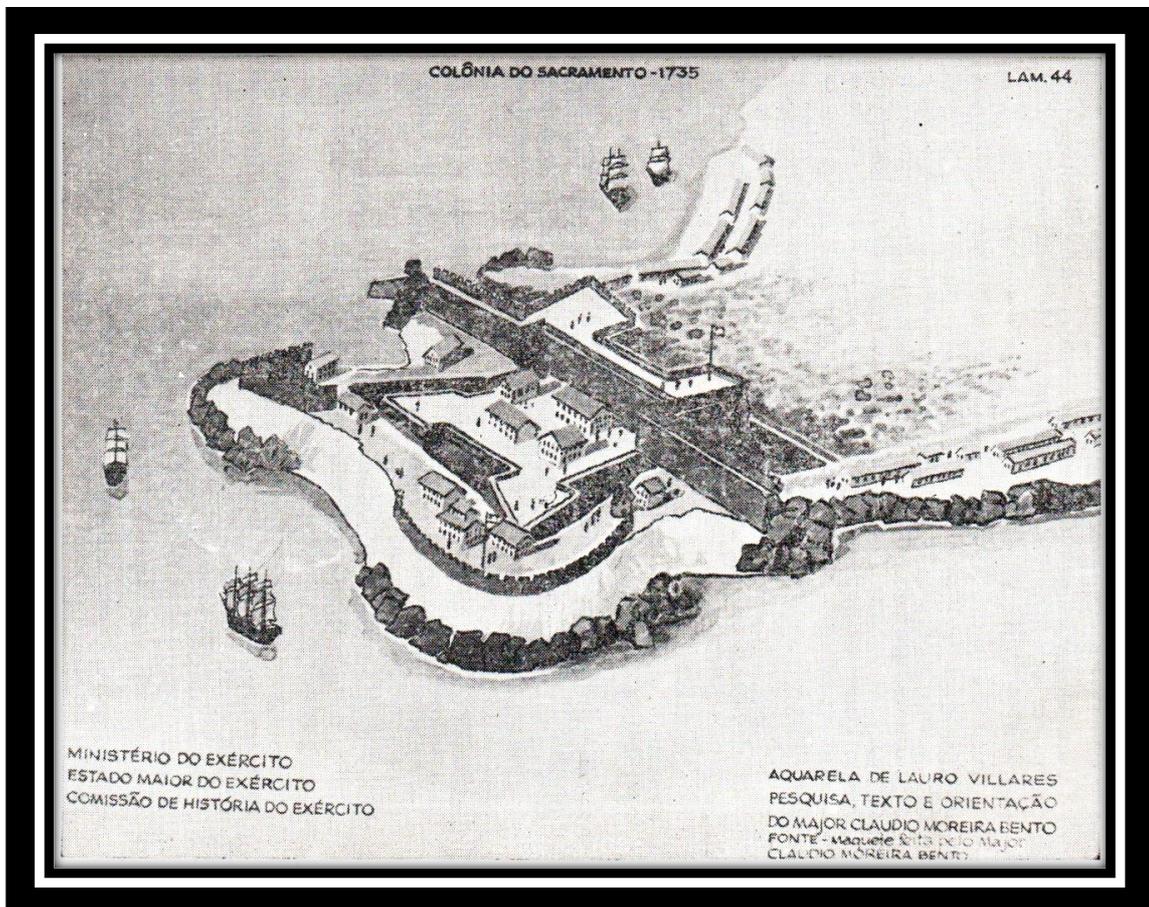
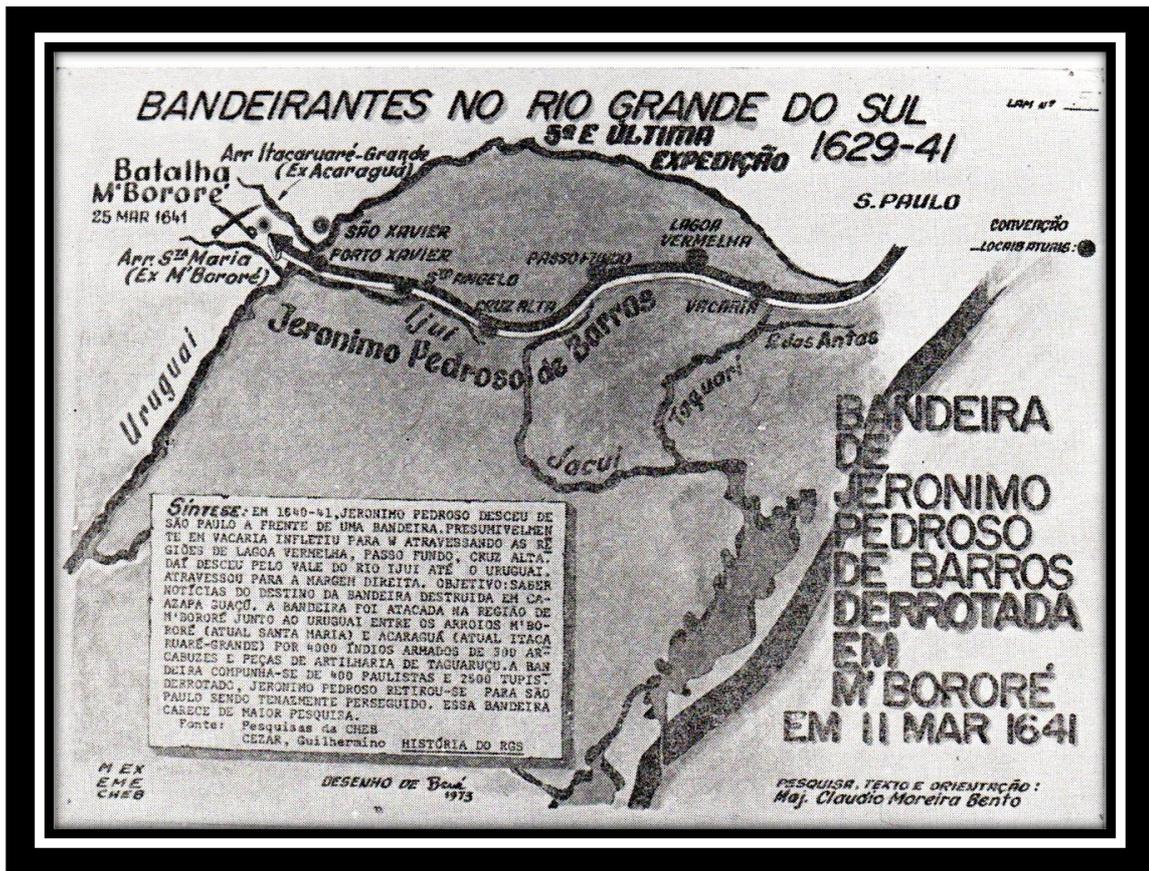
É assunto controverso. O que apresentamos graficamente resume diversas pesquisas.

Nesta ocasião, sobre a direção de Maurício de Nassau, os holandeses expandiam seus domínios no Nordeste. Tudo indicava que consolidariam sua conquista na América do Sul.









O mercado mundial de escravos caíra em mãos dos holandeses. Eles submeteram o Brasil a rígido bloqueio naval.

Para darem continuidade ao desenvolvimento e à defesa da Colônia, os portugueses recorreram aos índios missioneiros como mão-de-obra e, efetivos militares para a defesa da terra.

Por outro lado, aliviaram a pressão exercida sobre os domínios portugueses, pelo Império Jesuítico-Guarani, em frança expansão para o leste. Existem provas que estas bandeiras se inseriram num quadro estratégico de contenção da expansão jesuítico-guarani, na direção de São Paulo. Não visavam exclusivamente a captura de índios, como até hoje muitos acreditavam. Essa captura era uma decorrência da ação principal e incentivo econômico à mobilização das bandeiras.

FUNDAÇÃO DE COLÔNIA DO SACRAMENTO 1680

Em 1680, Portugal fundou defronte de Buenos Aires a Colônia do Santíssimo Sacramento. Em torno de sua posse, Portugal e Espanha lutaram pela força das armas e por via diplomática, durante 97 anos.

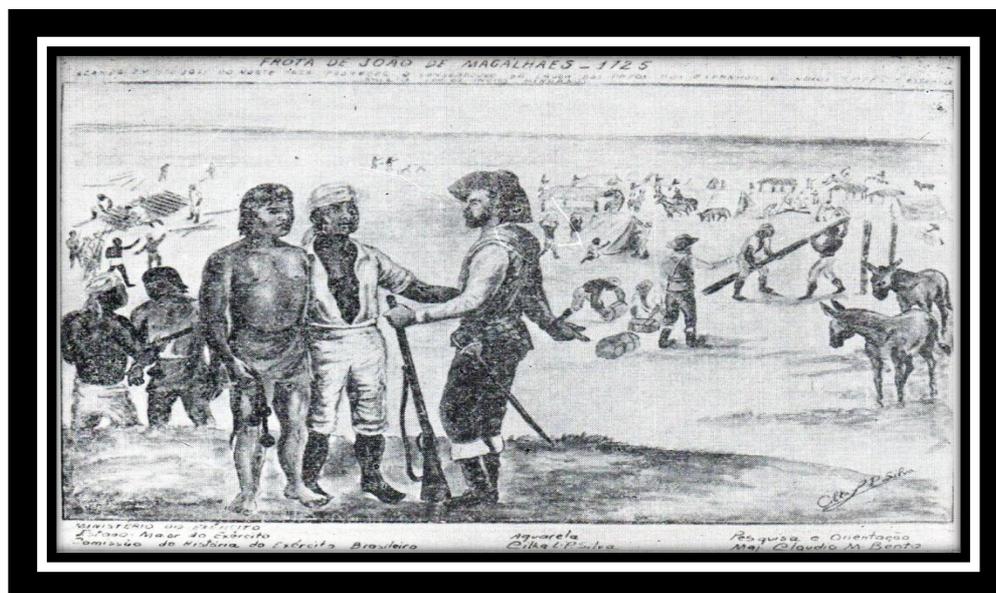
A fundação de Colônia serviria de causa remota à luta entre portugueses e espanhóis e os descendentes de ambos na bacia do Prata, durante mais 93 anos, até o estabelecimento de um equilíbrio político na área e a solução da livre navegação dos principais formadores do rio da Prata.

Nesta ocasião, os jesuítas retornaram ao Rio Grande do Sul.

Em pouco tempo espalharam por este território seus povos, estâncias e passaram a explorar hervas nativos.

O devassamento, povoamento e conquista progressiva do Rio Grande do Sul, por Portugal, decorreu da necessidade de aproximar o apoio militar terrestre à base portuguesa de Colônia.

Em 1688, vicentinos fundaram Laguna em Santa Catarina. No limiar do século 18 foi estabelecida a ligação terrestre Laguna — Colônia, através do litoral gaúcho.



Teve início a fase dos tropeiros, percorrendo o litoral do Rio Grande do Sul, arreando manadas de gado vacum e cavalos, *xucro* ou *chimarrão*, das campanhas uruguaias para Laguna.

Nesta fase destacou-se o tropeiro Cristovão Pereira de Abreu que prestou relevantes serviços militares e, de integração do Rio Grande ao restante do Brasil.

FROTA DE JOÃO DE MAGALHÃES

O negócio do tráfico de gado cresceu. Em 1725, foi enviada de Laguna, a primeira força terrestre ao Rio Grande do Sul, ao comando de João de Magalhães. Acampou por cerca de 2 anos em São José do Norte atual.

Tinha por missões esta pequena força:

— Proteger o sangradouro da Lagoa dos Patos da ação dos espanhóis e índios tapes.

— Melhorar as condições de travessia do sangradouro, construindo e explorando jangadas e canoas.

— Estabelecer aliança com os índios minuanos que habitavam a região litorânea sobre o caminho terrestre Rio Grande — Colônia.

— Cobrar impostos de passagem do gado que atravessasse o sangradouro e transferir gado do sul para o norte do sangradouro.

Esta força era composta de 30 homens pretos e pardos. (Vide anexo 7).

PRIMEIRAS ESTÂNCIAS

Com o crescimento dos negócios de gado, tornou-se necessário transportá-lo, por terra, diretamente ao Rio de Janeiro e São Paulo. Foram abertas picadas ligando o litoral catarinense à Serra Geral. Por elas o gado começou a ser tangido até São Paulo. Posteriormente outros traçados foram abertos. Com a abertura dessas estradas, Laguna ficou fora do negócio. Muitos de seus habitantes transferiram-se para o Rio Grande do Sul, a partir de 1733. Fundaram as primeiras estâncias gaúchas em torno de Porto Alegre, ao longo dos vales dos rios Caí, Sinos, Gravataí e Capivari (Vide anexo 8).

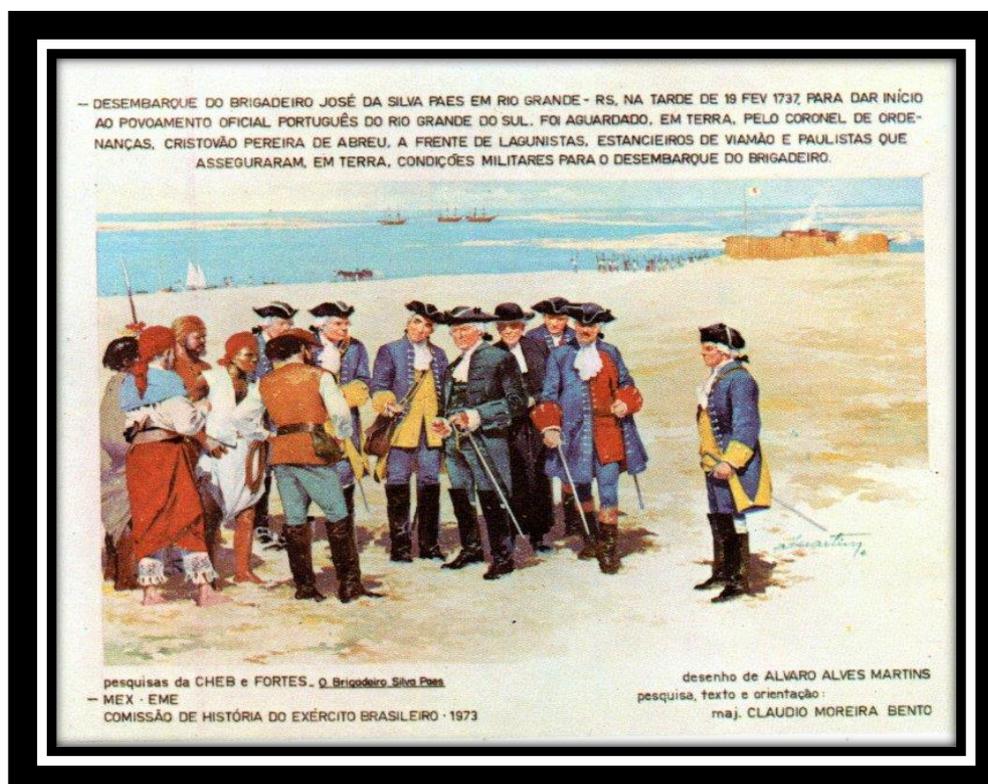
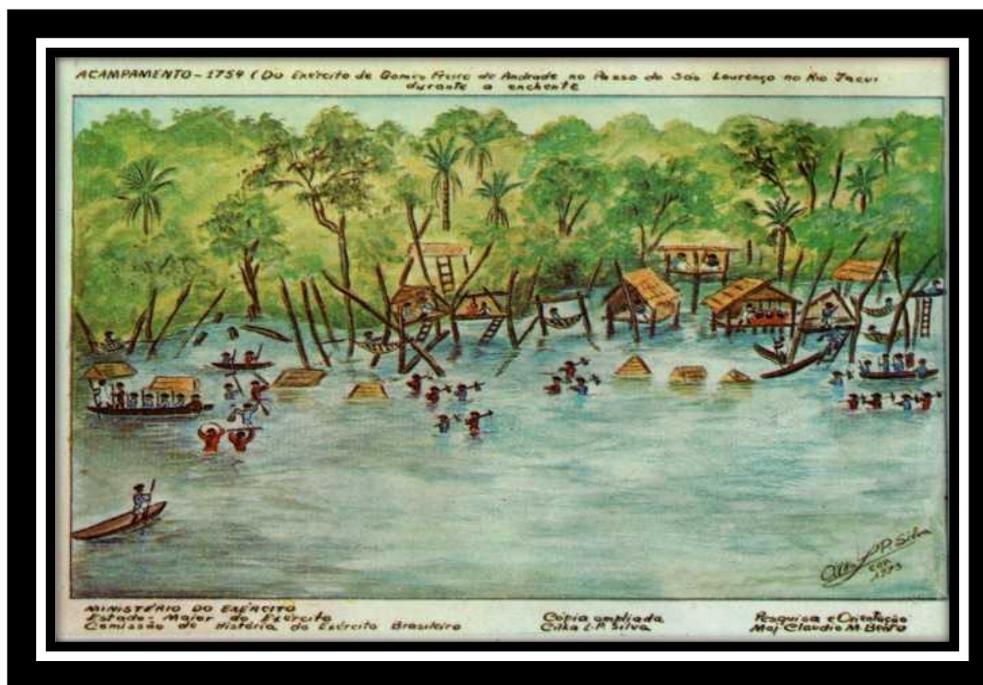
Esses caminhos foram de grande valia para transportar, por terra, socorros militares à Colônia de Sacramento, quando submetida a cerco naval pelos espanhóis.

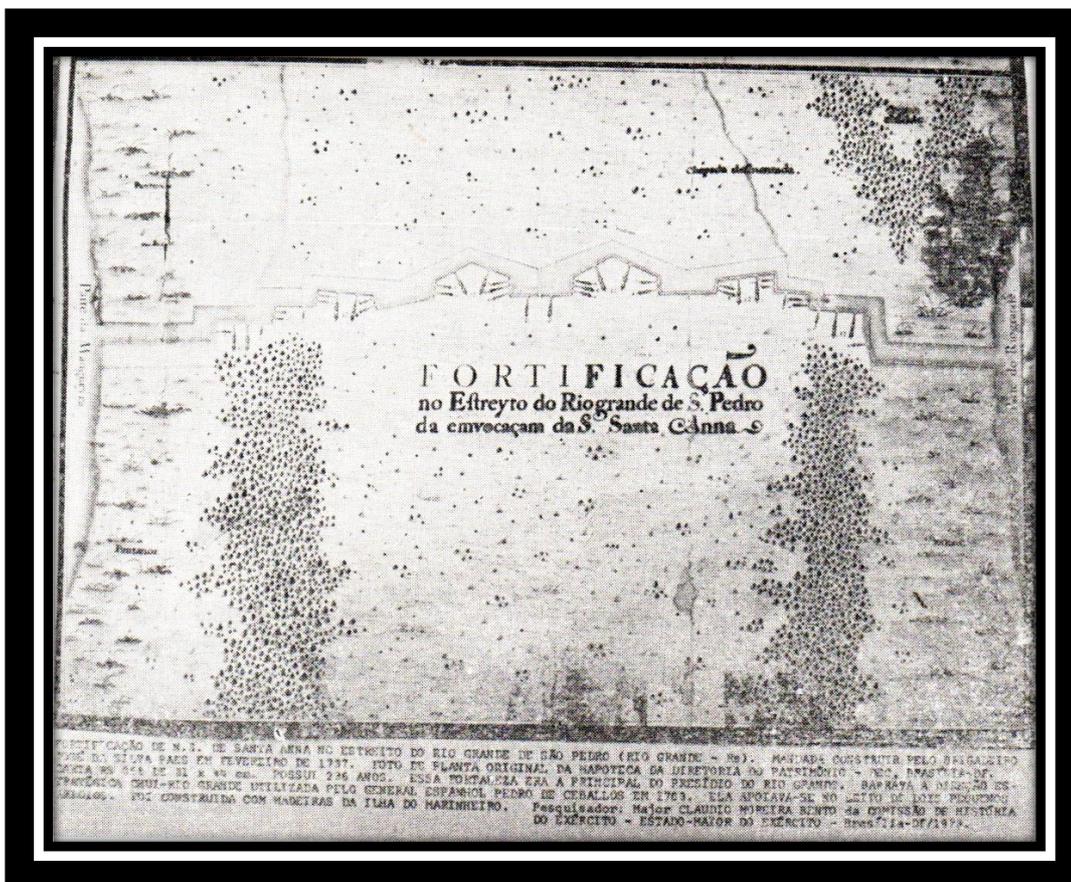
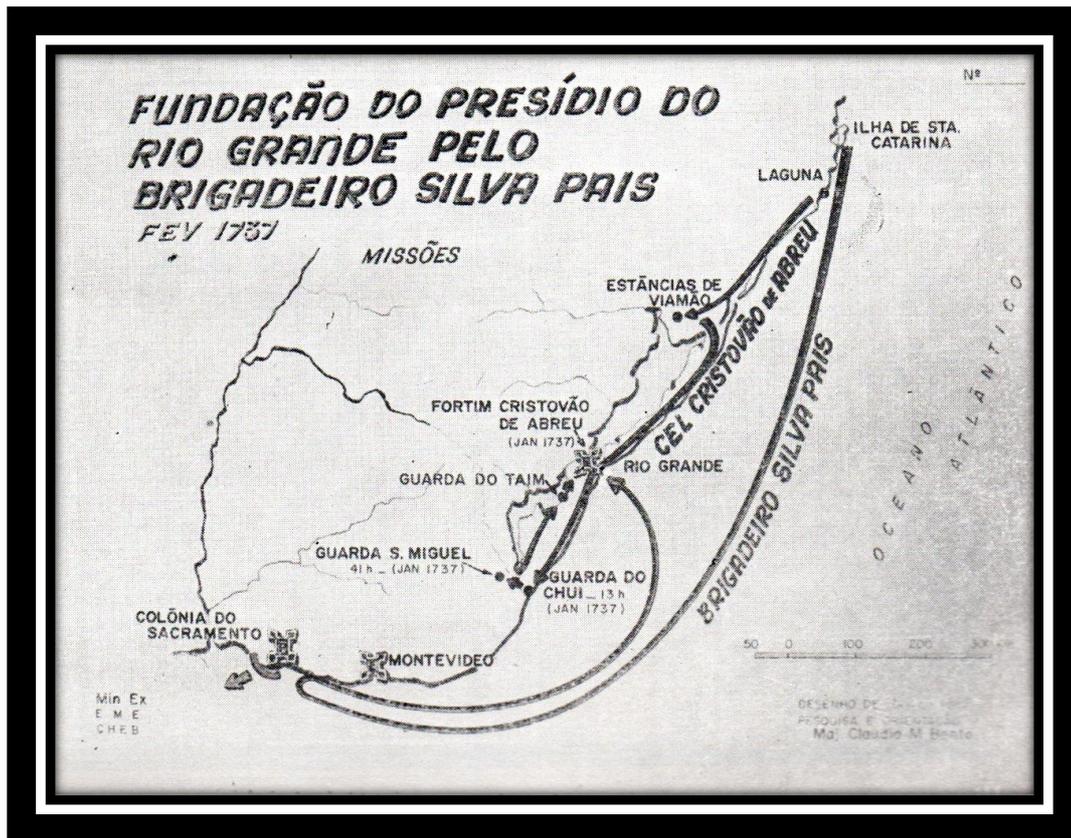
FUNDAÇÃO DE RIO GRANDE

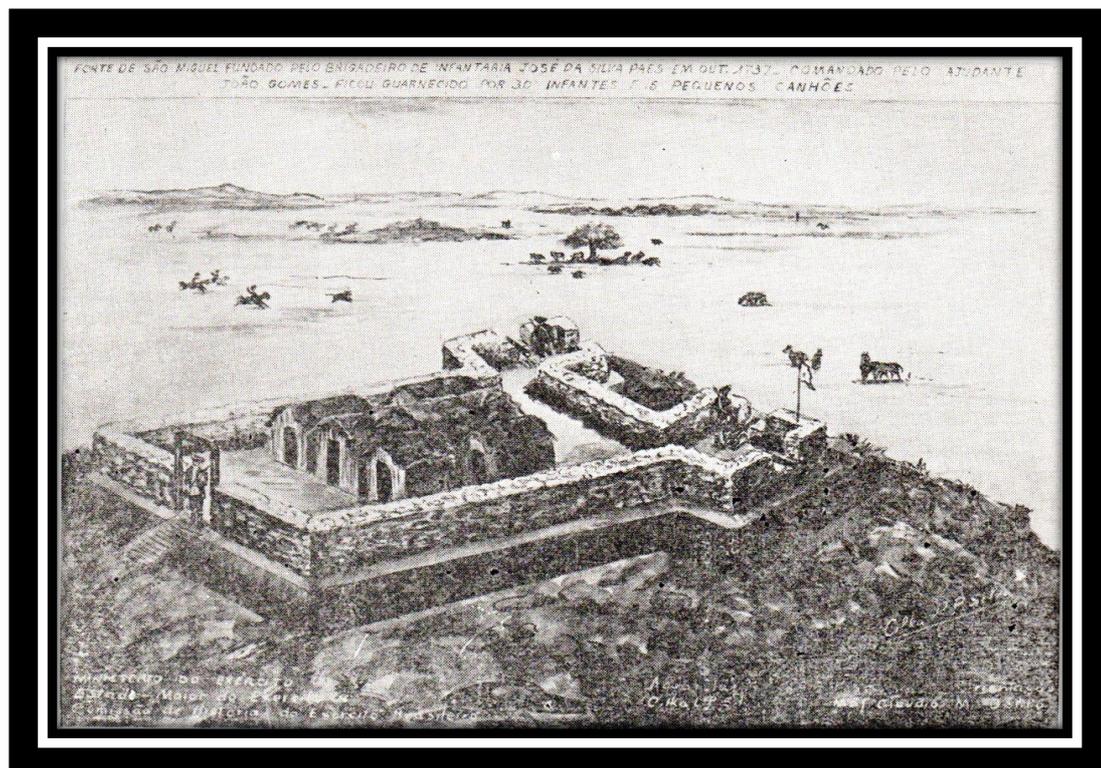
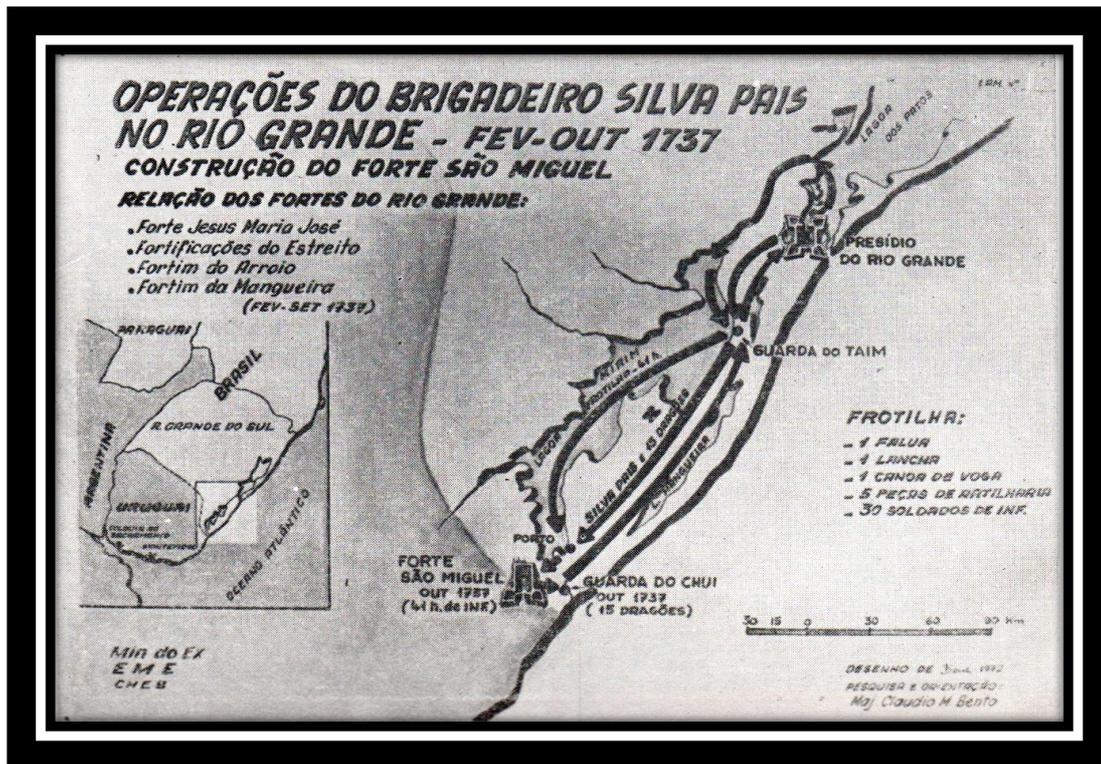
Na tarde de 10 Fev 1737, desembarcou em Rio Grande, o Brigadeiro de Infantaria José da Silva Pais. Tinha por missão erigir no local uma base militar portuguesa, na impossibilidade de estabelecê-la em Montevideú.

Em São Miguel erigiu o forte de mesmo nome, deixando-o guarnecido e abastecido com cerca de 2 ton. de charque e apoiado logisticamente por gaúchos práticos da região.

No arroio Chuí estabeleceu uma guarda com 15 dragões de sua expedição. A ambas guarnições determinou fosse pago soldo dobrado, (Vide anexo 13).







Retornando a Rio Grande determinou o estabelecimento de guardas no Estreito e no arroio Tramandaí, para coibir deserções do Presídio de Rio Grande, isolado, por longos e sofridos meses do Rio de Janeiro, sem suprimentos, sobrevivendo sua guarnição, exclusivamente, de recursos locais proporcionados pela pesca e abundância de carne bovina.

Silva Pais e seus bravos, coadjuvados por Cristóvão de Abreu, conseguiram conquistar e consolidar, para Portugal, a extensa faixa litorânea do Rio Grande do Sul, entre o arroio Chuí e Mampituba.

A estes dois heróis e a seus bravos comandados, o Brasil deve grande parcela de um Rio Grande do Sul brasileiro. (Vide anexo 14).

GUERRA GUARANÍTICA 1754-56

Em 1750, Espanha e Portugal celebram o Tratado de Madri.

Desempenhou relevante papel, como assessor de Alexandre Gusmão, o Brigadeiro José da Silva Pais. Havia retornado a Portugal, após relevantes serviços prestados ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estados a que ligou eternamente seu nome. Poderíamos dizer que Silva Pais foi o primeiro Comandante do III Exército. A ele se deve a criação em 1737 e 1741, respectivamente, do *Regimento de Dragões do Rio Grande* e *Regimento de Infantaria da Ilha de Santa Catarina*, ambos, de tão gloriosas tradições até 1824; além da construção em Santa Catarina e Rio Grande do Sul de mais 14 fortes, fortins e guardas, vitais para a defesa dessas áreas.

Por este tratado ficou ajustado:

Portugal entregaria Colônia do Sacramento à Espanha.

Esta, em troca, cederia os Sete Povos das Missões ao primeiro, devendo os índios e os padres que os habitavam retirarem-se com todos os seus móveis e semoventes para o outro lado do rio Uruguai (rio dos Padres).

EXÉRCITO DE DEMARCAÇÃO

Para dar cumprimento ao tratado foi organizado no Rio de Janeiro o *Exército Demarcador* que tinha a seguinte constituição, em 24 de agosto de 1954, em Rio Pardo:

Comandante: General Gomes Freire de Andrada, também governador de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, ao qual se subordinava o Rio Grande do Sul atual e, Comissário de Portugal na Demarcação.



Estado-Maior	9 oficiais
Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro	189 homens
Regimento de Infantaria Velho do Rio de Janeiro	204 homens
Regimento de Infantaria Novo do Rio de Janeiro ...	197 homens
Infantaria da praça de Santos	104 homens
Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro	491 homens
Dois esquadrões de aventureiros paulistas e lagunistas comandados pelo Capitão de Dragões do Rio Grande, Francisco Pinto Bandeira e pelo Alferes dos Dragões de Minas, Antonio Pinto Carneiro	
Pessoal de serviços gerais e apoio logístico	266 homens
O Exército Demarcador atingiu um efetivo total de cerca de 1.633 homens.	

Armamento:

7 (sete) peças de bronze, calibre 2.
3 (três) peças de ferro, calibre 1.

Munição:

Cartuchos calibre 1	472	unidades
Lanternetas calibre 1	2.535	unidades
Cartuchos de bala mestra, calibre 2	112	unidades
Cartuchos de bala metralha, calibre 2	111	unidades
Balas de artilharia calibre 2	900	unidades
Balas de artilharia calibre 1	110	unidades
Granadas de mão	460	unidades
Barris de pólvora	40	unidades
Balas de metralha	18	cunhetes
Balas de espingarda	25	cunhetes
Balas de pistola	18	cunhetes

Transportes:

Carretas e carros do Exército	60
Carretas e carros particulares	13
Cavalos do Exército	4.630
Cavalos particulares	1.300
Boiada mansa do Exército	820
Boiada mansa de particulares	156

1ª Campanha junho 1752 — maio 1753

Em 7 de abril o Exército Demarcador concentrou-se na Vila de Rio Grande e deu início a seu trabalho que sintetizamos no Anexo n.º 15.

2ª Campanha maio 1753 — setembro 1754

Nesta campanha o Exército Demarcador deslocou-se 'de Colônia do Sacramento, por terra e por mar, para atuar nas Missões, através do rio Jacuí. O que foi esta campanha sintetizamos no anexo n.º 16.

Nesta ocasião, Gomes Freire de Andrade mandou erigir os fortes de *Santo Amaro* e de *Jesus Maria José do Rio Pardo*, para servirem de bases logísticas de apoio a sua marcha.

Porto Alegre desempenhou importante papel em apoio a marcha do Exército, até o passo São Lourenço do rio Jacuí. A Cristovão Pereira coube dirigir a construção de embarcações para a subida do rio Jacuí e o fabrico de charque na região atual de Osório, para apoio logístico do Exército.

Antecedeu Gomes Freire de Andrade, em Rio Pardo, um destacamento de dragões de Rio Grande que ajudaria na construção do forte e daria origem ao legendário *Regimento dos Dragões do Rio Pardo*.

O forte foi atacado pelos índios missioneiros, ao comando de Sepé Tiarajú, na manhã de 29 de abril de 1757.

Sepé atacou o forte com “três esquadrões de índios”, apoiados em 4 pequenas peças de artilharia. O forte respondeu ao ataque com alguns disparos de artilharia, dispersando a tropa indígena e matando 6 índios.

Nesta ocasião, Sepé Tiaraju deixou-se prender com 53 índios.

Pretendia penetrar no forte pacificamente e, em seu interior, rebelar-se e conquistá-lo. O Cel Thomaz Osório, comandante do forte, mandou desarmá-los. Exigiu de Sepé a devolução de 70 cavalos que apresara, pertencentes aos portugueses. Sepé prometeu entregá-los.

Saiu do forte sob custódia para este fim. A pouca distância, iludiu a vigilância da guarda e conseguiu fugir espetacularmente.

Seus 53 companheiros foram mandados para Rio Grande, sob a guarda de 12 homens. Em meio a Lagoa dos Patos, os índios se rebelaram e dominaram a embarcação. Mataram 3 soldados, feriram 2 e aprisionaram os restantes no porão.



Estes começaram a disparar suas armas e mataram 13 índios.

Os restantes, em desespero, tentaram naufragar a embarcação e lançaram-se dentro d'água, onde, 25 pereceram afogados. Sobreviveram 15 que foram

transportados para o Rio Grande. O Exército atravessou o Rio Pardo utilizando pontes flutuantes construídas pelos aventureiros paulistas, ao comando do capitão Francisco Pinto Bandeira. Foi a primeira ponte flutuante construída no Rio Grande do Sul. Neste mesmo local, por volta de 1830, foi construída, no Rio Grande do Sul, a primeira ponte permanente (Anexo 17).

O Exército Demarcador ficou acampado no passo São Lourenço de 7 Set — 18 Nov 1754. Do que foi este acampamento, existem na Mapoteca da Diretoria do Patrimônio do Exército 3 cartas originais, executadas pelo Quartel Mestre General da Expedição, coronel engenheiro Miguel Ângelo Blasco e seu ajudante de campo, Jerônimo Mattos.

Estas cartas constituem fonte primária valiosíssima. Desenhistas, sob a orientação da extinta Comissão de História do Exército, reconstituíram, ampliados, diversos detalhes das mesmas: Uniformes, trajes civis, barracas, embarcações, tipos humanos e muitos outros detalhes de arte e ciência militar da época. (Vide anexos n.ºs 18, 19, 20, 21 e 22).

3ª Campanha setembro 1754 — maio 1756

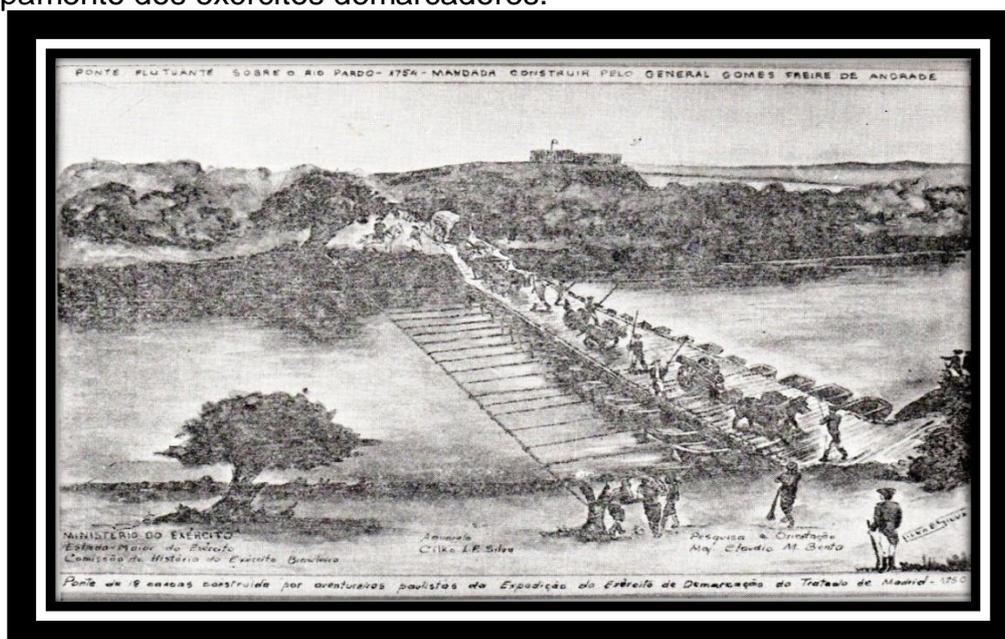
O Exército, partindo do forte São Gonçalo, em Dez 1755, atingiu os Sete Povos, em maio do ano seguinte.

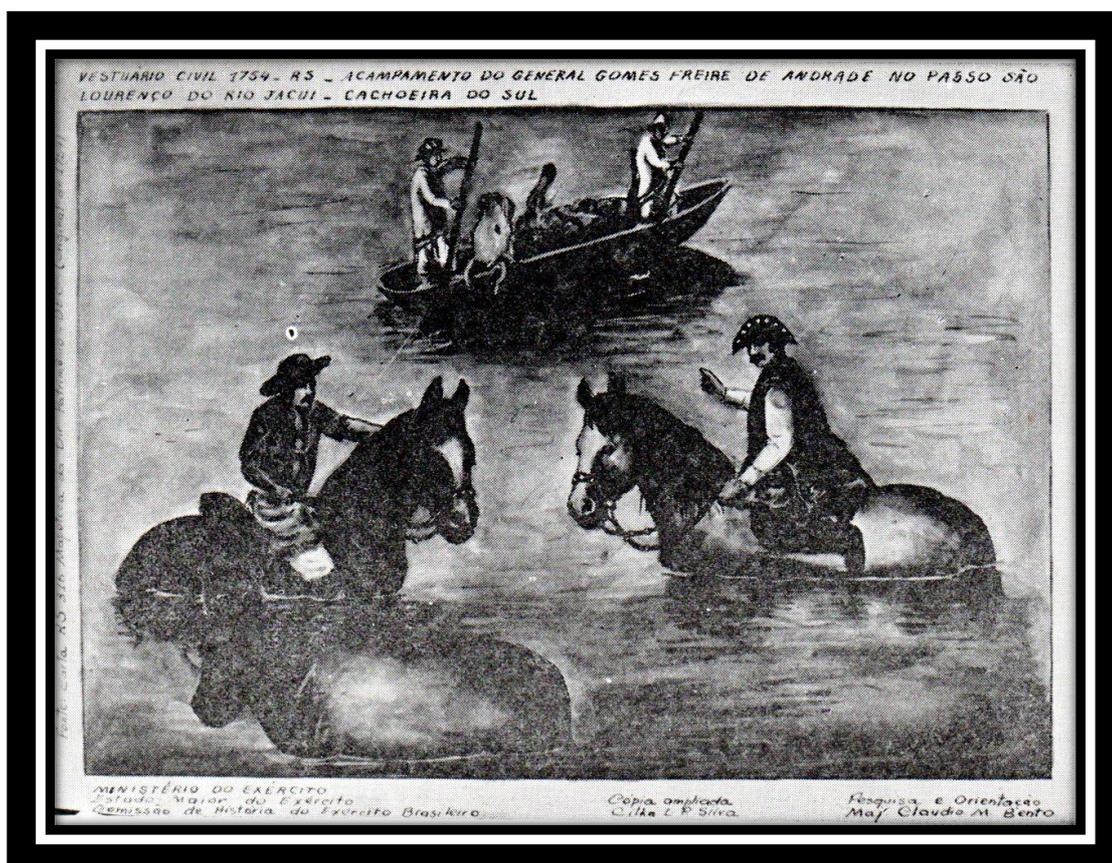
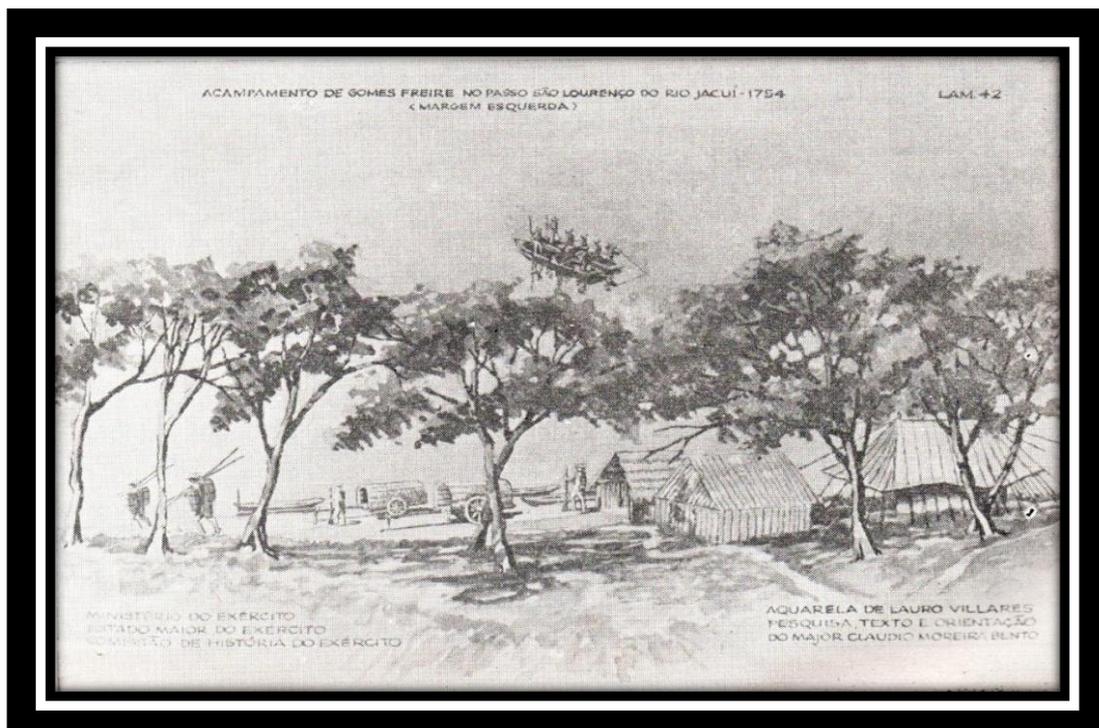
O que foram estas operações sintetizamos no anexo n.º 23.

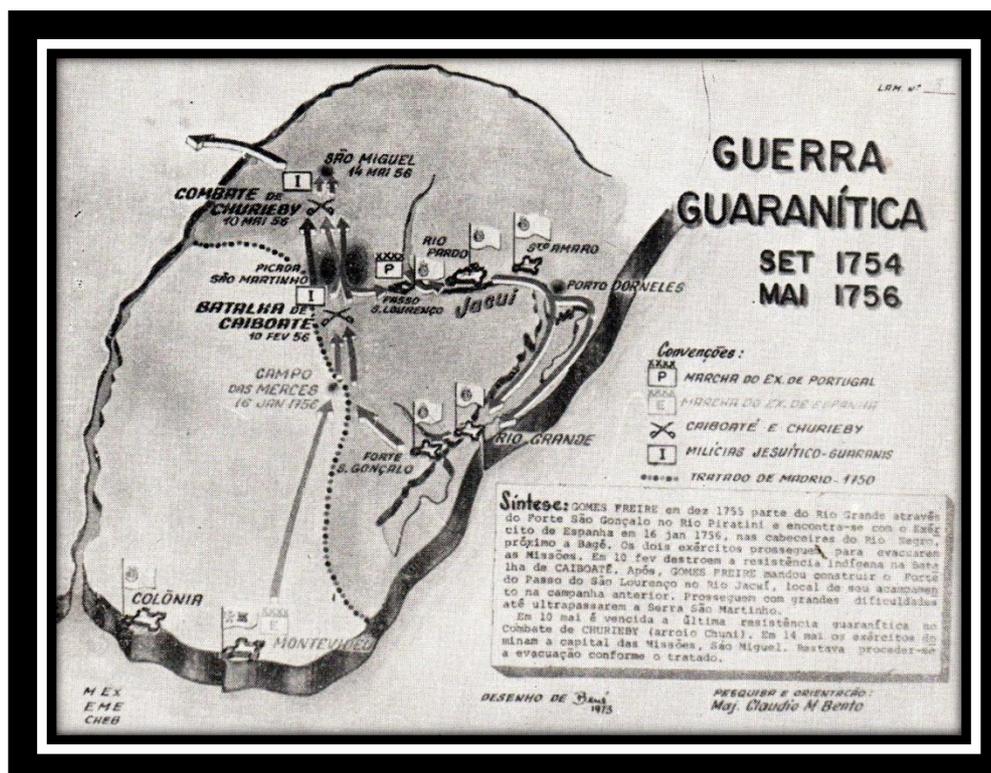
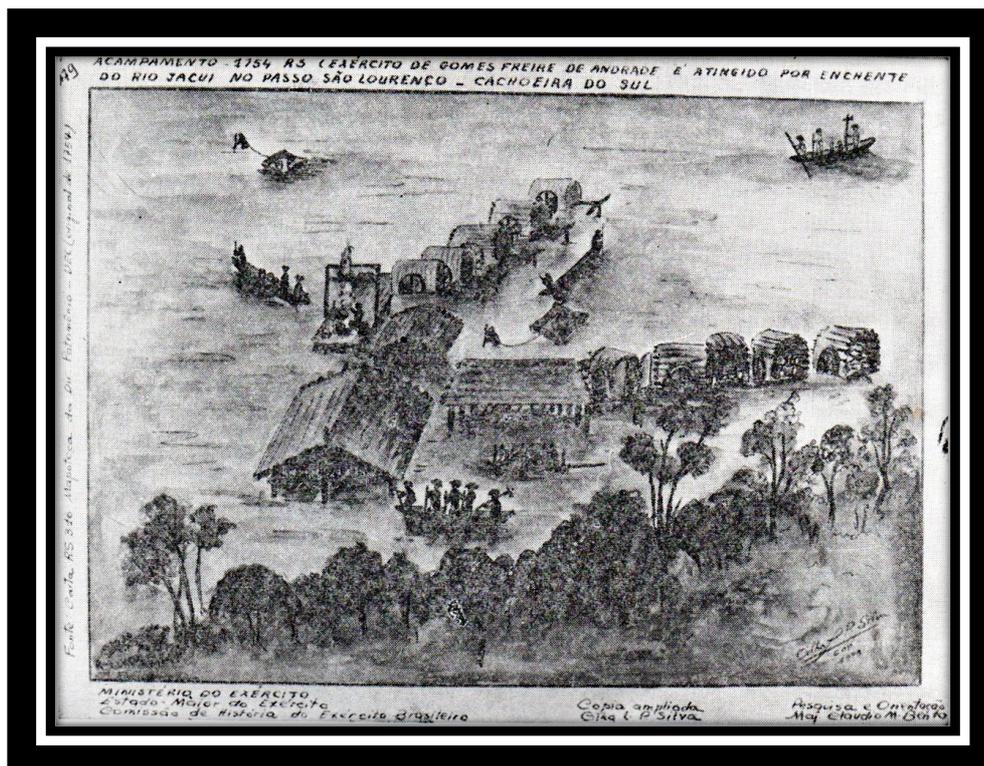
A partir de Santa Tecla, os índios conduziram uma verdadeira guerra de guerrilhas. Queimaram as pastagens em sua retirada. Mataram seus cavalos cansados para não caírem em mãos inimigas e trucidaram patrulhas ou homens isolados que ousaram afastar-se do grosso dos exércitos.

Do que foi esta guerra, dia a dia, ficou-nos o Diário do Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, publicado em 189 páginas, no tomo 10 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no ano de 1853.

Nesta campanha foi morto, no início da noite de 7 de fevereiro de 1756, o general índio Sepé Tiaraju quando montava um ataque noturno sobre o acampamento dos exércitos demarcadores.







Numa escaramuça, foi atingido por um lanço nas costas, desferido por um peão português e morto por um tiro de pistola desferido pelo governador de Montevidéu (Vide anexo 24).

Em 10 de fevereiro travou-se o combate de Caiboaté, 1586 índios fazem frente aos exércitos demarcadores, tentando embargar-lhes os passos.

Esgotado o prazo do ultimato para que se retirassem em paz, a artilharia de vanguarda dos exércitos de Portugal e Espanha começou a atirar. O dispositivo indígena foi envolvido e cercado e dizimado pelas cavalarias dos dois exércitos. Em uma hora, 1400 índios foram mortos e 127 feitos prisioneiros. Poucos foram os que conseguiram escapar.

“Os índios deixaram no campo 20 peças de artilharia de duas libras feitas de taquaraçu, cobertas e envoltas de couro cru. (Vide anexo 25). Em 10 de maio travou-se o combate ao passo Churieby.

Os índios ofereceram a última resistência a penetração nas missões, apoiados num sistema de 5 trincheiras e três peças de taquaraçu.

Este combate foi retratado por Miguel Ângelo Blasco. Reproduzimos cópia de seu trabalho (Vide anexo 26). Teve lugar no passo do arroio Chuni, pouco abaixo de sua confluência com o arroio Piratinzinho, ambos formadores do rio Piratini e, cerca de 15 km de São Miguel (Mapa RS — IGRA, 1969, Escala 1/750.000).

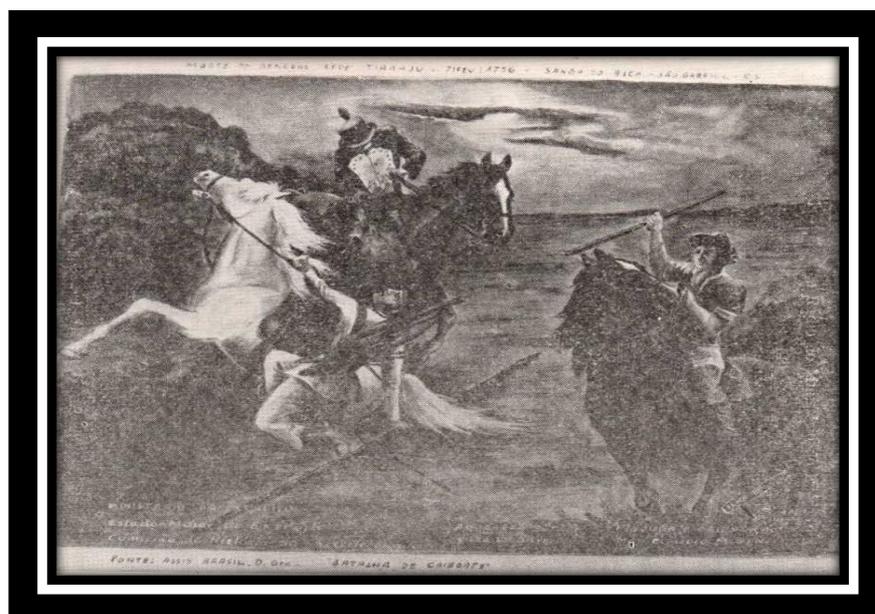
Final da campanha

Todos os esforços, sacrifícios e vidas preciosas nesta guerra seriam anulados. A política na Europa havia mudado. O Rio de Janeiro ficou vulnerável a um ataque. E todas as suas defesas encontravam-se no Sul. O Exército de Portugal permaneceu 10 meses nas Missões.

Após retirou-se para o Rio Pardo onde permaneceu cerca de 18 meses. Finalmente retornou ao Rio de Janeiro, em 1759, após 7 longos anos de permanência no Sul. No terremoto e incêndio de Lisboa foram destruídos importantes suprimentos a ele destinados (Vide anexo 27).

Os imigrantes açorianos que se destinavam a povoar os Sete Povos das Missões concentram-se em torno de Rio Grande, de Porto Alegre atual e ao longo do Jacuí, até o Rio Pardo.

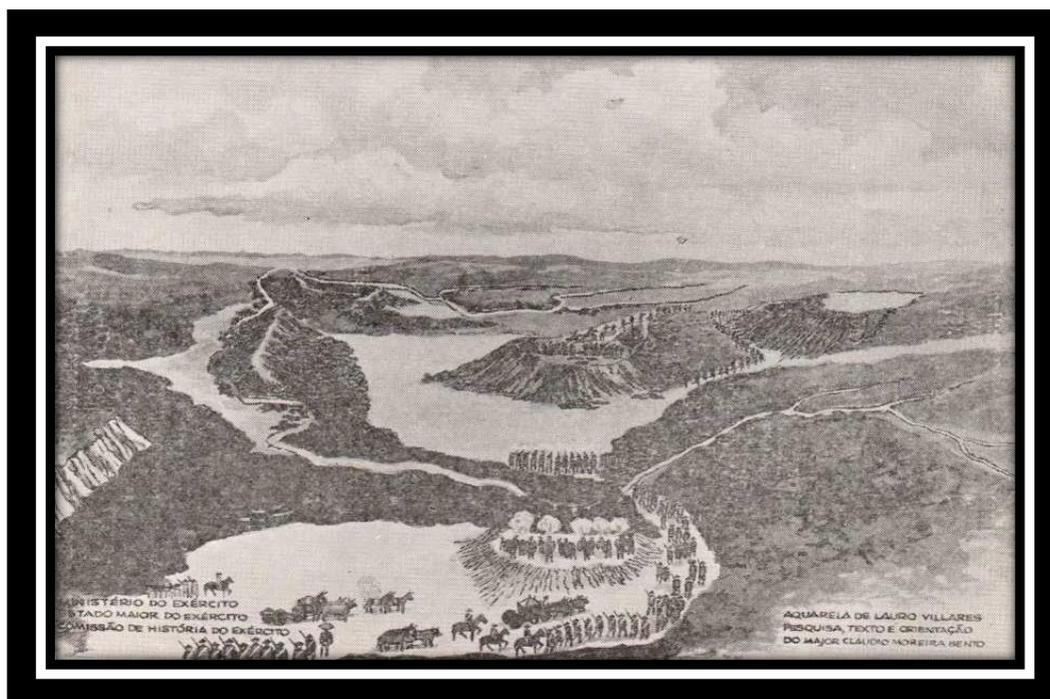
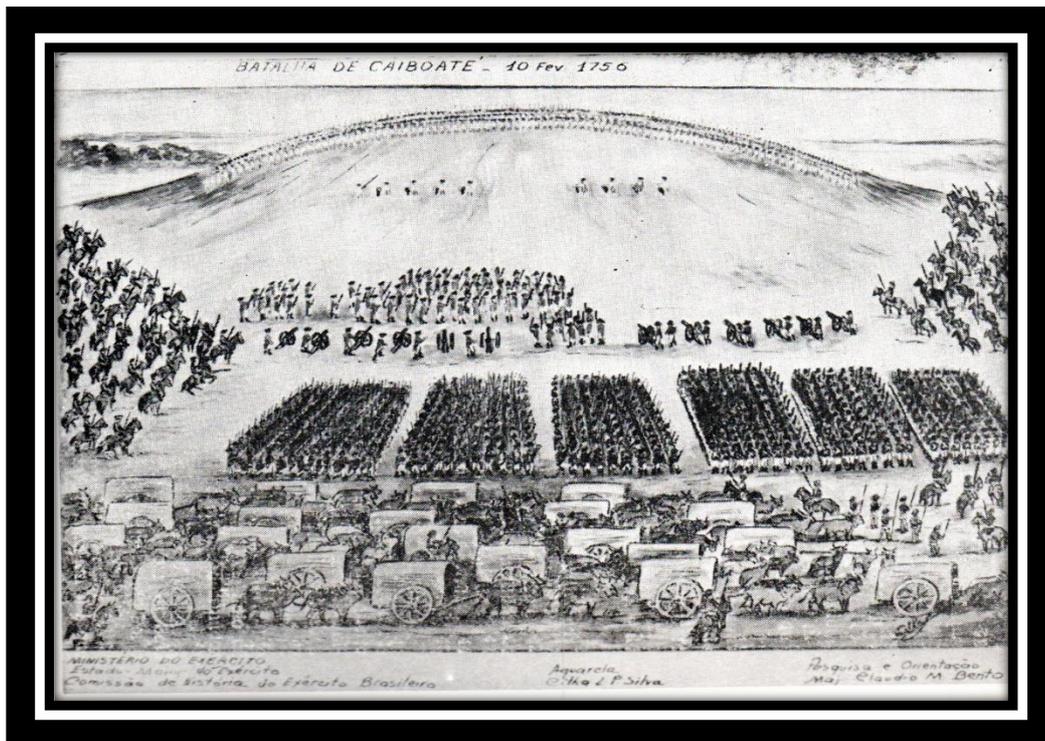
Gomes Freire deixou as seguintes bases militares, além das que já existiam: *Fortes de Jesus Maria José do Rio Pardo, São Gonçalo e Santo Amaro*. A organização econômica dos jesuítas, povos, estâncias e hervaís foram destruídos ou passaram a ser exploradas por aventureiros (Vide anexo 28).



Entre as duas bases militares de Rio Grande e do Rio Pardo foi aberto, através das serras dos Tapes e do Herval, um caminho terrestre, de ligação entre ambas.

Ao longo do mesmo, foram se estabelecendo estâncias e lavouras, por irradiação desses dois núcleos.

A defesa do Rio Grande do Sul ficou assegurada, basicamente, pelo *Regimento de Dragões de Rio Pardo*, transferido em 1754 de Rio Grande.





Ficaram esboçadas duas áreas de comando: A Fronteira do Rio Grande e a do Rio Pardo, com zonas de ação divididas pelo rio Camacua. Muitos componentes do Exército Demarcador radicaram-se no Rio Grande. Muitos por deserção, principalmente aventureiros lagunistas e paulistas e outros por baixa do serviço.

O gado das estâncias jesuíticas tornou-se poderoso atrativo econômico para a migração de aventureiros paulistas e lagunistas que passaram a percorrer e reconhecer todos os rincões e soledades do Rio Grande do Sul, agora fora da ameaça dos índios que até então dominavam o interior. Esta situação perdurou até 1763, quando o Rio Grande do Sul sofreria a primeira invasão espanhola, a qual será abordada no trabalho seguinte.

No número anterior desta revista, sob o título "O Culto das Tradições no Exército, Atualidade", publicamos os seguintes cromos relativos a fundação do Rio Grande e Guerra Guaraniática.

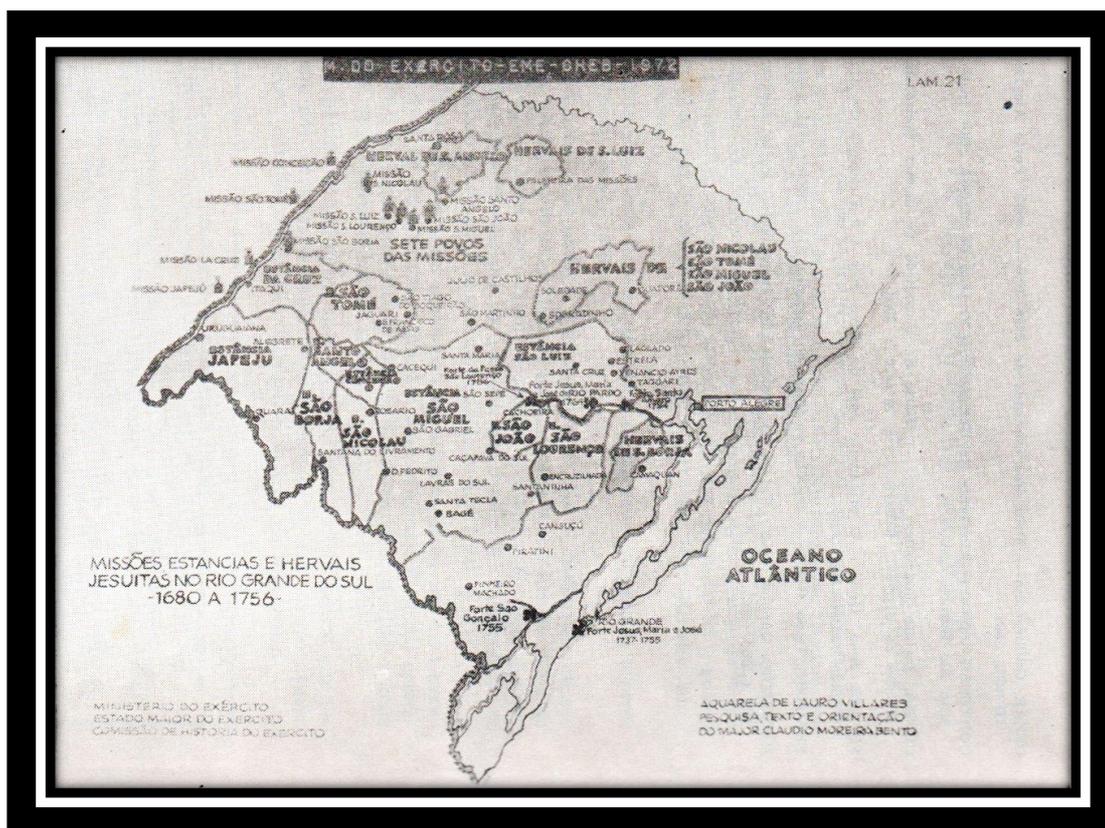
Colônia do Sacramento, 1735.

Forte Jesus Maria José do Rio Grande 1737.

Forte Jesus Maria José do Rio Pardo 1754.

Gomes Freire de Andrade.

Forte de São Gonçalo.



FONTES PRIMARIAS CONSULTADAS IN :

- CEZAR, Guilhermino — Primeiros cronistas do RGS 1605 — 1801. Porto Alegre. UFRGS, 1969.
- CORTEZAO, Jaime — Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Rio, Instituto Rio Branco, 1952.
- CUNHA, Jacinto Rodrigues, Cap. — Diário da Expedição de Gomes Freire às Missões do Uruguai. RIHGB, tomo 10 sem 2, 1853.
- FORTES, João. Gen. — O brigadeiro José da Silva Pais e a Fundação do Rio Grande. RIHGRGS. Ano 13, 3 trim.
- FRAGOSO, Tasso, Gen — A Batalha do Passo do Rosário. Rio. Bibliex 1951, 2 ed.
- MONTEIRO, Jônatas Rego, Cel — A Colônia do Sacramento. Porto Alegre, Ed. Globo. 1937, 2 v.

CENTENÁRIO DO LIBERTADOR DO ACRE 1973

Maj Eng QEMA
CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Em 12 de dezembro transcorre o centenário do coronel acreano Plácido de Castro. Foi um jovem gaúcho, líder militar nato, que o destino caprichoso impeliu ao Acre, para um grande encontro com nossa História, ao prestar serviço, sem igual neste século, à defesa e preservação da

Integridade, Soberania e Unidade brasileiras.

Liderando bravos nortistas, desbravadores e povoadores da região, proclamou o Acre Estado Independente, em 6 de agosto de 1902, em Xapuri.

Consolidou-o pelas armas, em duros combates, em 171 dias de campanha. Libertou a região de séria ameaça potencial, representada por poderosos grupos econômicos internacionais, interessados em dominar, inclusive com apoio militar, fontes de produção de borracha na Amazônia.

Evocamos sua vida e obra, apontando-as como exemplo e inspiração a brasileiros de hoje, que velam pela Soberania e Integridade do Brasil na Amazônia ou, que participam da grande cruzada patriótica de desenvolvê-la e integrá-la.

Da ação militar e política desse herói, combinada com a diplomática, “dinâmica-presente”, do grande patriota Barão do Rio Branco, resultou a incorporação ao Brasil, pelo Tratado de Petrópolis, 17 Nov 1903, do atual Estado do Acre.

DESCENDENTE DE GUERREIROS

Plácido de Castro nasceu em São Gabriel, RS, em 12 Dez 1873. Era filho, sobrinho, neto e bisneto de militares que lutaram em 1801-70, em defesa da Soberania e Integridade do Brasil, em nossa Fronteira Sul — *A Fronteira do Vai e Vem*.

A casa de seu pai tomou-se ponto de encontro de veteranos da Guerra do Paraguai. Nela, o assunto principal era a recordação de lances militares deste conflito. A mente infantil de Plácido foi povoada pelos feitos guerreiros de seus antepassados, durante 6 campanhas contra os espanhóis e seus descendentes.

ADOLESCÊNCIA DIFÍCIL

Com 9 anos começou a trabalhar. Com 12 perdeu o pai e passou a sustentar a mãe e 6 irmãos menores. À procura de maior salário, trabalhou em Bagé e São Francisco de Paula até atingir idade para realizar seu sonho, ingressar no Exército.

SOLDADO DO REGIMENTO MALLET

No mês seguinte à Proclamação da República, com 16 anos e 4 dias, ingressou no Exército como soldado. Escolheu, em São Gabriel, a unidade de maior tradição guerreira, o legendário 1º *Regimento de Artilharia de Campanha*, o atual Regimento Mallet de Santa Maria. Esta unidade escrevera páginas imortais de glória militar, nas guerras, contra Oribe e Rosas 1851-52 e do Paraguai 1864-70. Após 6 meses, Plácido era cadete.

CADETE EM RIO PARDO E PORTO ALEGRE

No 2.º Semestre de 1890, ingressou na *Escola Tática e de Tiro do Rio Pardo*, onde, após 2 anos e meio era 2.º sargento. Em 1893, passou a freqüentar a

Escola Militar de Porto Alegre, último degrau para tornar-se oficial do Exército.

CARREIRA FRUSTRADA

Ao entrar para a Escola Militar, a política dividia a família brasileira. Ela penetrou na Escola e dividiu seus alunos em *florianistas* e *federalistas*. Estourara no Rio Grande do Sul a Revolução de 93, caracterizada por uma violência inaudita e desrespeito a vida do adversário. Cadetes florianistas encabeçaram abaixo-assinado, pedindo o fechamento da Escola para lutarem contra a Revolução. Plácido, apolítico, segundo seus biógrafos, recusou-se a assinar o documento. Foi desligado da escola, declarado suspeito, preso e enviado a Bagé para servir no Batalhão de Transportes, além de privado do uso de arma de fogo.

Neste exato momento frustra-se, para sempre, seu sonho de ser oficial do Exército.

REVOLUCIONÁRIO FEDERALISTA

Na véspera do combate do Rio Negro, em Bagé, ele abraçou a causa da Revolução.

Apresentou-se aos chefes revolucionários e conseguiu a libertação de 2 companheiros do Exército, presos na véspera. Um deles seu inimigo. Dessa generosidade ele daria várias mostras na Revolução Acreana. Em 93, Plácido participou de quase 40 ações de combate.

Completo sua formação militar na Academia Militar das Coxilhas, “vendo, tratando e pelejando”. Com 21 anos incompletos, era major por bravura e disputado entre seus chefes. Jovem não se deixou envolver por práticas bárbaras introduzidas nesta revolução, entre as quais o degolamento de adversários inermes, costume abominável introduzido por caudilhos orientais, contrário à tradição de *Firmeza* e *Doçura* do gaúcho brasileiro. Tradição que encontrou no General Osório seu maior expoente.

A FORJA DO GUERREIRO

Os 3 anos e meio passados no Exército e os 2 de revolução seriam responsáveis por sua escolha como general e comandante do Exército do Acre, à frente do qual realizaria feitos militares retumbantes; dentro de critérios táticos e estratégicos de grande validade em Arte e Ciência Militar que ele soube adaptar à realidade Amazônica, diametralmente oposta a das coxilhas do Rio Grande do Sul a que se acostumara.

ADEUS AS ARMAS

Com a Paz de Pelotas, em 1895, que pôs fim à Revolução, Plácido não retornou ao Exército. Assistia-lhe, de direito, esta faculdade.

São desconhecidos os motivos do não retorno. Após breve período em São Gabriel, foi para o Rio de Janeiro onde tornou-se guarda e inspetor de alunos do Colégio Militar. Incidente com um oficial professor de geografia obrigou-o a demitir-se. Após, trabalhou nas Docas de Santos onde praticou o ofício de agrimensor, condição que o levou à Amazônia, contratado para demarcar seringais.

A Amazônia fervilhava com a Questão Acreana. Os limites entre o Brasil e

Bolívia no Acre eram discutidos. As diplomacias dos dois países esforçavam-se por defini-los. A seca de 1877, no Nordeste, atraiu para o Acre milhares de nordestinos que terminaram por desbravar e povoar aquela região selvagem, ao custo de 100.000 vidas imoladas por uma ecologia adversa, paraíso de febres palustres. O Brasil reconheceu o domínio boliviano sobre parte da área desbravada e povoada por nordestinos que já se consideravam acreanos. Eles argumentam: “se o Brasil não quer o Acre, os acreanos não desejam ser bolivianos”.

Em 14 jul 1899, em Empresa, o espanhol Luiz Galvez, após descobrir tratado, entre os governos da Bolívia e EEUU, lesivo aos interesses acreanos, proclamou o Acre estado independente. O Brasil interferiu e ajudou a Bolívia a restabelecer seu domínio sobre a área.

Jovens de Belém, inconformados, organizaram uma força para libertar o Acre. Esta força passou à História como *Expedição dos Poetas*.

Após alguns êxitos, fracassou por falta de um líder militar.

Plácido recusou comandá-la, obediente à decisão do governo brasileiro. Plácido atacado de febre palustre dedicava-se, como agrimensor, a demarcar seringais.

UM CAVALO DE TRÓIA AMEAÇA A AMAZÔNIA

O governo boliviano, visando lucros e a manter seu domínio sobre o Acre, recorreu a capitais privados norte-americanos e ingleses, sedentos de dominarem as fontes de produção de borracha na Amazônia.

Formou-se o *Bolivian Syndicate*. Este adquiriu o direito, por arrendamento, de administrar o Acre e ali manter uma força armada.

O arrendamento incluía área reconhecidamente brasileira, segundo constatação de Plácido de Castro.

Era um *Cavalo de Tróia* a ser introduzido na Amazônia, por poderosos capitais internacionais, com apoio oficioso dos EUA. Precedentes, na África e Asia, mostraram que grupos idênticos terminaram por colonizar e dominar importantes áreas de alguns países, onde penetraram com os mesmos propósitos. Era uma ameaça à soberania e Integridade do Brasil, Bolívia e Peru.

A OBRA RESERVADA AO JOVEM GAÚCHO

Eram imprevisíveis, a longo prazo, as conseqüências funestas para o Brasil e Bolívia, se concretizado o acordo do *Bolivian Syndicate*.

Teríamos hoje uma grande nação a dominar grande parte da Amazônia brasileira, boliviana e peruana? O Brasil exerceria soberania sobre a navegação no Amazonas e seus principais afluentes?

Quais os reflexos negativos sofridos pela geopolítica brasileira na Amazônia? Seria mantida a Integridade e Soberania do Brasil na área? Estas e outras perguntas assaltaram a mente do patriota e estudioso de Geografia — Plácido de Castro.

PROJEÇÃO DA OBRA DE PLÁCIDO NO BRASIL

Neste contexto é que se insere a grande obra que irá realizar Plácido de Castro, sem rival neste século, na defesa e manutenção da Integridade, Unidade e Soberania do Brasil na Amazônia, área que somente agora os brasileiros

tiveram condições, com grandes sacrifícios, de dar início à grande batalha para integrá-la e desenvolvê-la, para não entregá-la, sobre pressões imprevisíveis do futuro do mundo, em acelerada explosão demográfica.

Por outro lado, seriam abandonados à própria sorte milhares de brasileiros acreanos, desbravadores e povoadores da região, desde quase meio século. No Acre encontravam-se sepultados milhares de nordestinos imolados na luta para dominar aquela região selvagem e remota.

ENCONTRO COM SEU DESTINO E COM A HISTÓRIA

Plácido encontrava-se na Amazônia desde 1898, com 25 anos de idade. Acompanha com simpatia a Questão Acreana, sem nela envolver-se.

Brasileiros e bolivianos da área chegaram a um acordo de convivência fraterna. Ao tomar conhecimento do teor do contrato, lesivo ao Acre, ao Brasil e também à Bolívia, decidiu impedir que se consumasse. Aderiu à revolução. Daí por diante foi o catalisador, organizador e pregador da Revolução, com vistas a impedir a invasão e controle da área por capitais alienígenas, interessados em controlar fontes de produção de borracha.

INDEPENDÊNCIA DO ACRE

Em 6 de agosto de 1902, conquistou Xapuri e proclamou a Independência do Acre. Fez com que todos os presentes assinassem a Ata de Independência, a fim de comprometerem-se no movimento. Durante mais de um mês percorreu a pé, a cavalo, em canoas, todos os recantos do Acre, no afã de mobilizar para reação militar que dentro em breve se faria sentir. Nos seus mais agudos momentos de febre palustre, fez-se transportar em rede. Decorrido cerca de um mês, conseguiu mobilizar, organizar, equipar e adestrar um pequeno exército de 66 homens e fortificar diversos seringais.

DURO INSUCESSO

Ao retornar para Xapuri, à frente de 66 homens, Plácido foi informado da chegada ao Acre de um batalhão boliviano. Para compensar seu pequeno efetivo, concebeu emboscar o adversário em Volta da Empresa (atual Rio Branco).

Este o antecipou no local guiado por um traidor. Sua tropa foi emboscada. Após uma hora de violento combate, acabada munição, foi obrigado a retirar-se com as seguintes baixas: 22 mortos, 8 feridos graves e 6 desertores. O adversário teve 18 baixas, 10 mortos e 6 feridos.

LIÇÃO APRENDIDA

Plácido analisou profundamente o revés e dele tirou valiosas lições de cunho tático e estratégico, adaptadas à realidade da selva Amazônica. Em pouco tempo Plácido organizou o *Exército do Estado Independente do Acre*, com efetivo de 850 homens, divididos em 4 batalhões:

O *Novo Destino*, *Pelotas*, *Acreano* e o *Xapuri*. Seus soldados estavam armados com rifles *Winchester 44* e armas de caça com 60 tiros por homem.

GENERAL PLÁCIDO

Em 2 de outubro de 1902 foi aclamado general e comandante do Exército do

Acre. Em 171 dias de campanha, 5 de agosto de 1902 a 24 de janeiro de 1903, o pequeno *Exército Acreano*, liderado pelo bravo gaúcho, consolidou a Independência do Acre, após vencer em diversos combates, fortes e bem armados efetivos adversários; além de afastar da Amazônia a grande ameaça à Soberania, Integridade e Unidade do Brasil e Bolívia, representada pelo *Bolivian Syndicate*.

TENTATIVA DE SUBORNO

O Sindicato, face ao fracasso militar tentou subornar a população acreana, no que foi repellido. Financiou então, na Bolívia, poderosa expedição para esmagar os acreanos. O Brasil tomou posição para evitar o massacre. Entrou em cena o grande Barão do Rio Branco que negociou um “*modus vivendi*” realista com a Bolívia, para evitar que irmãos bolivianos e brasileiros, tradicionais amigos, fossem lançados à guerra em nome de interesses econômicos de grupos internacionais, contrários aos legítimos interesses de seus países.

TRATADO DE PETRÓPOLIS

A diplomacia brasileira através do Barão do Rio Branco como lidou o ideal de serem brasileiros, conquistado pelas armas pelo coronel Plácido de Castro e seus bravos soldados acreanos, com a celebração do Tratado de Petrópolis a 17 nov 1903.

Por ele, o Brasil definiu a situação do atual Estado do Acre em troca de compensações; territoriais, em dinheiro e obras civis de grande projeção econômica para a Bolívia.

IMPERATIVO CÍVICO

Plácido morreu em 11 de agosto de 1908, vítima de uma emboscada preparada por desafetos políticos, 2 dias antes. Teve o mesmo destino trágico de seu avô do qual herdou o nome, o major do Exército Plácido José de Castro.

Seus restos mortais repousam em Porto Alegre. Dia virá que o Acre os reclamará, para fazê-los repousar no cenário de suas glórias, na terra de seus intrépidos comandados acreanos que escreveram uma epopéia em defesa da Integridade e Soberania do Brasil.

Na terra daqueles heróis que submergiram, um após outro, sob balas inimigas, na tarefa de cortar uma corrente que barrava a navegação do rio Acre, defronte Puerto Acre.

Na terra da heroína Angelina Gonçalves de Souza que lutou a luta mais desigual com o inimigo, em protesto pelo trucidamento de seu marido.

Enfim, na terra de outros tantos heróis assinalados na luta pela libertação do Acre, muitos esquecidos, que somente Deus sabe seus nomes.

Seu retorno é um imperativo cívico, para a reverência eterna dos acreanos, aos quais ajudou a conquistar a liberdade e o direito de serem brasileiros e, para o respeito dos irmãos bolivianos ao adversário valoroso e generoso que lutava, não contra a Bolívia ou contra seus irmãos bolivianos, mas, contra o *Bolivian Syndicate* que ameaçava não só a Integração e Soberania do Brasil, como a da própria Bolívia e a liberdade de seu povo, comprometida, seriamente, a longo prazo.

FONTES

GOYCOCHEA, Castilhos — "Plácido de Castro o derradeiro bandeirante" RIHGRGS, Porto Alegre, 1940, I.o tri. p. 89-126.

HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO — "Campanha do Acre". Rio de Janeiro, EME, 1972, 2 v., p. 750-66.

LIMA, Cláudio de Araújo — Plácido de Castro um caudilho contra o imperialismo. Rio, Gráf. Brumar 1960, 2.ª ed.

VILAGRAN CABRITA**O Herói da Ilha da Redenção****1974****Maj Eng QEMA****CLÁUDIO MOREIRA BENTO**

Maj Eng QEMA CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Possui os seguintes cursos: Cursos Militares: Escola Preparatória de Porto Alegre; Academia Militar das Agulhas Negras; Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Escola de Comando e Estado-Maior e de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras da Comissão de História do Exército Brasileiro.

Cursos Civis: Relações Públicas e Organização e Métodos da Escola de Serviço Público do DASP e Administração de Arquivos pela Associação de Bibliotecários de Brasília.

Funções exercidas: Como Tenente e Capitão desempenhou as mais variadas funções nas Unidades: 6.ª Cia Com, 3.ª Cia Com, 3.º BE Cmb, 1.º B Fv. Como Oficial de Estado-Maior serviu no QG do IV Exército, na Seção de Planejamento, 5ª Seção R, no EME, na Comissão de História do Exército Brasileiro. Atualmente serve no DEC.

Condecorações: Medalha Militar de Prata e Pacificador.

Atividades Culturais: Colaboração em diversas emissoras de rádio e TV, jornais e revistas do Brasil, sobre História Militar Terrestre do Brasil e conferências cívicas em todas as guarnições em que serviu, especialmente no Recife, nos meios estudantis em geral. Foi conselheiro da Comissão Estadual do IV Centenário de Goiana — PE, membro da Comissão de Construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, como Coordenador Assistente. Coordenador da Operação Guararapes do Projeto Rondon (1971), membro da Comissão de História do Exército Brasileiro, encarregado da elaboração histórica do Capítulo da História Sintética do Exército Brasileiro, relativo à Guerra Holandesa e Representante do EME na Comissão de Construção do Parque Histórico Duque de Caxias.

Trabalhos publicados: Evocação da Guerra do Paraguai, por ocasião do Centenário do seu término; As Duas Batalhas de Guararapes; A Grande Festa dos Lanceiros; Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul; Subsídios para Revisão Histórica Tradicionalista e Legal; Tradição e Disciplina; Integração, Quartel e Pais e Conscritos; Jubileu de Prata do Dia da Vitória; O Culto das Tradições do Exército; Atualidade; Centenário de Plácido de Castro; O Libertador do Acre; Conquista da Amazônia. Em seus estudos sobre a formação do Rio Grande do Sul possui vários trabalhos publicados no "Diário Popular" de Pelotas. Teve destacada atuação como membro da Comissão de História do Exército Brasileiro. Seu último trabalho foi O Gaúcho Fundador da Imprensa Brasileira — 2.º Prêmio no Concurso Nacional de Monografia sobre Hipólito da Costa, promovido pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Em 10 de abril transcorreu o 108.º aniversário da vitória brasileira no combate de consolidação da conquista da ilha da Redenção, no rio

Paraná, importante ação diversionária para permitir o desembarque aliado em Passo da Pátria.

A figura central deste belo episódio de nossa História Militar foi o Tenente-Coronel João Carlos de Vilagran Cabrita, então no comando do Batalhão de Engenheiros e, hoje, o Patrono da Arma de Engenharia do nosso Exército.

Este bravo foi selecionado dentre muitos, para, na liderança de tropas de Infantaria, Artilharia e Engenharia conquistar a ilha da Redenção, fortificá-la e mantê-la a todo custo.

Cumpriu exemplarmente a missão recebida, com sacrifício da própria vida, pois, morreu ao final, quando redigia a parte de combate da vitória, atingido por mortais estilhaços de um obus inimigo disparado do Forte Itapiru.

O seu belo exemplo de coragem e valor militar comoveu, na ocasião, todo o Exército Brasileiro.

Seu nome e exemplo viraram lenda.

Desde 1962 inspiram todos os integrantes da Arma de Engenharia do Exército, na luta diária, nos campos da segurança e cooperação ao desenvolvimento, para a construção de um Brasil grande e novo, sob inspiração e proteção de Deus.

ILHA DA REDENÇÃO

A ilha da Redenção era um enorme banco de aluvião situado no rio Paraná e, território paraguaio.

Distava cerca de 1.000 metros do forte paraguaio de Itapiru, sério obstáculo aos exércitos da Tríplice Aliança para a invasão do Paraguai.

Os paraguaios a conheciam como Banco Porutuê (Banco Português). Era vital fosse conquistada para auxiliar no silenciamento do forte inimigo de Itapiru, em Operação combinada Exército-Marinha, condição essencial para o desembarque aliado em território inimigo, em suas imediações.

Após o combate que recordaremos, tomou o nome de Ilha Cabrita em homenagem ao bravo oficial brasileiro que nela consagrou-se como herói nacional.

Esta ilha não mais existe. Foi tragada pelas águas do rio Paraná.

DECISÃO DE OSÓRIO E TAMANDARÉ

O Ten Cel João Carlos de Carvalho, chefe da Comissão de Engenheiros do Exército Brasileiro de Campanha, propôs ao Marechal Osório a região de Itapiru como local ideal para a transposição aliada para a invasão, desde que silenciado o forte inimigo de Itapiru.

Na noite de 29/30 de março, o Ten Cel Carvalho, por ordem de Osório, reconheceu a ilha da Redenção durante hora e meia, auxiliado por outros elementos da Comissão de Engenheiros e com a cobertura e proteção proporcionadas por uma Companhia do 3.º Batalhão de Infantaria.

Em face dos resultados dos reconhecimentos, o Marechal Osório e o Almirante Tamandaré decidiram ocupar, fortificar e manter a ilha da Redenção.

OCUPAÇÃO DA ILHA

Foi escolhido para comandar o destacamento de 900 homens para ocupação da ilha, o Tenente-Coronel João Carlos Vilagran Cabrita.

Sua força teve a seguinte constituição:

Infantaria:

- 7.º Batalhão de Voluntários da Pátria de São Paulo, ao comando do Ten Cel Pinto Paca.
- 14.º Batalhão Provisório de Linha, composto em sua maioria com guardas nacionais do município do Rio de Janeiro e de alguns voluntários do Norte e Nordeste, tudo ao comando do Major Martins.

Artilharia:

- 4 (quatro) peças *La Hitte*, calibre 12, ao comando do Capitão Francisco Antônio de Moura.
- 4 (quatro) morteiros de 22cm, ao comando do intrépido e bravo Capitão Tiburcio de Souza.
- 1 (uma) bateria de foguetes incendiários.

Engenharia:

- 100 (cem) praças do Batalhão de Engenheiros, ao comando do Capitão Amorim Bezerra.

O Tenente-Coronel Vilagran Cabrita recebeu o apoio da Comissão de Engenheiros para a organização defensiva da posição, através dos Ten Cel Carvalho, André Rebouças e Senna Madureira.

FORTIFICAÇÃO DA ILHA

O desembarque transcorreu sem incidentes, durante a madrugada. Os 900 bravos de Vilagran Cabrita não perderam um só minuto.

Entregaram-se de corpo e alma à tarefa de fortificar a posição antes que raiasse o dia.

“Quando o dia surgiu, uma forte linha de trincheiras, guarnecida por 8 bocas-de-fogo, os protegia da artilharia inimiga. Estavam desde então, solidamente estabelecidos num pedaço de solo paraguaio.

Ao raiar de 6 de abril viram os inimigos, com surpresa, a bandeira brasileira tremulando na ilha fronteira a Itapiru.”

Vilagran Cabrita, através de ousada e bem comandada operação, havia conquistado e fortificado, com sucesso, uma importante base de partida para a invasão da margem inimiga.

A artilharia de Vilagran Cabrita, em operação combinada com a de nossa Marinha, passou a martelar, dia e noite, o forte Itapiru.

O Inimigo, percebendo a importância estratégica da ilha, resolveu expulsar os

brasileiros do local.

COMBATE DA ILHA DA REDENÇÃO

Na noite de 9/10 de abril, decorridos quatro dias da ocupação brasileira da ilha, o inimigo decide expulsar Vilagran e seus bravos.

E teria lugar um violento e mortal combate entre 1.266 inimigos atacantes da ilha e 300 brasileiros defensores.

O ataque inimigo teve início às 4 horas. Duas vagas inimigas, embarcadas em canoas, vão chocar-se e dizimar-se sobre as trincheiras guarnecidas pelos bravos infantes.

O Ten Cel Vilagran Cabrita anima seus bravos à reação, reforça a extrema esquerda e o centro de seu dispositivo defensivo.

VITÓRIA BRASILEIRA

Ao raiar do dia Vilagran Cabrita ordenou um ataque geral. Os brasileiros deixaram suas trincheiras e lançaram-se de baioneta, sobre os atacantes.

O inimigo foi quase todo eliminado no feroz corpo-a-corpo que teve lugar.

Poucos sobreviveram. Na praia da ilha jaziam 640 corpos de inimigos. Somente 16 dos 62 prisioneiros não estavam feridos. UQ

Dos 500 assaltantes restantes muitos pereceram afogados, seja pelo efeito do fogo dos defensores da ilha, seja pela ação dos seguintes barcos de nossa Marinha: "Henrique Martins", "Greenhalgh" e "Chuí".

Estes investiram e colocaram ao fundo diversas canoas inimigas que partiram de Itapiru com destino a ilha, além de isolar uma reserva de 2.000 inimigos, destinados ao assalto da mesma.

As perdas brasileiras foram pesadas para uma defesa em posição: 52 mortos e 102 feridos, incluindo-se perda do comandante brasileiro da vitoriosa operação: Vilagran Cabrita.

MORTE DE UM BRAVO

Após a vitória, Vilagran Cabrita encaminhou-se para uma chata para alimentar-se e redigir a parte da vitória dirigida ao Marechal Osório.

De repente, o barco foi atingido, em cheio, por um traiçoeiro obus disparado de Itapiru. Vilagran, que havia conquistado para o Brasil uma grande glória militar, é morto instantaneamente.

Toda manchada pelo seu sangue restou sua inacabada parte da vitória escrita nestes termos:

"Aguardo ocasião oportuna para dar a V. Exa., notícia detalhada sobre a maneira brilhante como se portou a nossa tropa.

Entretanto, me apresso desde já a felicitar V. Exa. por mais este assinalado triunfo que honra sobremodo as armas brasileiras ...".

Neste exato momento explodiu o fatídico obus inimigo privando os pósteros de uma bela página de nossa História Militar, narrada pelo que ajudara a escrevê-la, com grande valor, bravura e inteligência.

Mesmo inacabada, sua comunicação foi transcrita, por ordem do Marechal

Osório, na Ordem do Dia do Exército Brasileiro em Operações.

UM PUNHADO DE BRAVOS

Em 10 de abril, seu nome foi evocado e o seu belo exemplo recordado como inspiração aos trabalhos de todos os integrantes da Arma de Engenharia.

Inclusive, em pontos remotos da selva amazônica, onde alguns Batalhões de Engenharia de Construção de nosso Exército se adestram para sua atividade constitucional, cooperando na Integração e Desenvolvimento do Brasil.

Seus componentes, intrépidos discípulos de Vilagran, fazem parte daquele Punhado de Bravos Brasileiros assim definidos pelo consagrado poeta cearense José Carvalho Filho, neste inspirado poema:

“No coração da Selva Amazônica,
 Eu vi o homem brasileiro,
 A golpes de ousadia
 Criar a dimensão
 De uma nova nação!
 Vi, à sombra das árvores imensas
 Surgirem construções,
 Guiadas pelos sulcos vermelhos
 Das estradas pioneiras...
 Sob o sol, sob a chuva
 Eu vi a natureza,
 Num gesto de humildade
 Curvar-se ante os heróis!
 Vi um punhado de bravos!
 Vi ...
 Mãos
 Calejadas pela rotina incansável, Pés
 Mergulhados nos igarapés virgens, Rostos
 Marcados pelo bronze do sol,
 Corpos
 Suados pelo mormaço da selva,
 Olhos ...
 Voltados para o novo amanhã
 E senti,
 No coração de cada um,
 Aquela fé inquebrantável
 Dos que marcaram encontro com o impossível
 Para vencê-lo.”

Vilagran Cabrita teve uma vida normal como a grande maioria dos oficiais do Exército.

Era zeloso de seu preparo profissional e moral como integrante de uma grande equipe — o Exército.

Estava, pois, preparado profissional e moralmente para seu grande encontro na ilha da Redenção, com a História do Brasil e com a glória militar eterna.

SANTA VITÓRIA DO PALMAR NA HISTÓRIA MILITAR

1974

**Maj Eng QEMA
CLÁUDIO MOREIRA BENTO**

PREFACIO

No ano de 1972, o município de Santa Vitória do Palmar, o mais meridional do Brasil, comemorou o centenário de sua criação.

Constituíram suas terras, ao longo do processo histórico do Rio Grande do Sul, autêntica fronteira do vaivém, em razão de vários fluxos e refluxos que esta sofreu, consequência de choques armados e tratados diplomáticos entre Espanha e Portugal.

A lembrar quase dois séculos de fronteira flutuante, Santa Vitória do Palmar abriga em suas terras o ponto extremo sul do Brasil no arroio Chuí, o qual, com suas freqüentes e imprevisíveis mudanças de curso em sua foz, ora dá mais terra ao Brasil, ora ao Uruguai.

Com todas estas características, como não poderia deixar de ser, Santa Vitória ligou-se intimamente à nossa História Militar Terrestre, como sentinela do Brasil no sul.

NOTA DA REDAÇÃO — Maj Eng QEMA CLÁUDIO MOREIRA BENTO, oficial oriundo da AMAN, possuidor de vários cursos militares dentre os quais se destacam o da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e o de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras. Teve destacada atuação como membro da Comissão de História do Exército Brasileiro. Representou o Exército em várias atividades culturais, ligadas principalmente à História Militar. Já com outros trabalhos publicados em nossa revista, volta com sua colaboração, desta feita com um artigo sobre Santa Vitória do Palmar que comemorou o centenário de sua criação a 30 de outubro de 1972 e que escreve um capítulo, por demais interessante, de nossa História Militar e de nosso ponto extremo sul no Arroio Chuí, sentinela avançada de nossa Pátria nos confins meridionais.

FRONTEIRA DO VAIVÉM

Santa Vitória do Palmar comemorou o centenário de sua criação, por Lei Provincial n.º 808, de 30 de outubro de 1972. (1)

A instalação da vila e Câmara teve lugar dois anos após, em 7 de setembro de 1874, 52.º aniversário da Independência do Brasil.

Como se verá, ao longo da história, suas terras, que abrigam o ponto extremo sul da pátria, foram testemunhas e cenário de fatos militares terrestres da maior importância e projeção nos destinos do Rio Grande do Sul brasileiro.

Inclui um longo período de 24 anos (1777-1801), em que foram terras de ninguém, terras sem rei e sem lei, como Campos Neutros.

Pertenceram ao gaúcho primitivo, que vagou em liberdade por seus ricos campos, abundantes em gado alçado.

Sem ter satisfações a dar a ninguém, cada gaúcho julgava-se o monarca de si mesmo. Fazia e obedecia a sua própria lei.

Rio Grande e Santa Vitória, oficialmente, foram as primeiras terras conquistadas por Portugal, no Rio Grande do Sul, o que se deve à obra épica do Brigadeiro de

Infantaria José da Silva Paes, coadjuvado pelo intrépido Coronel de Ordenanças Cristovão Pereira de Abreu à frente de estancieiros e tropeiros estabelecidos de Laguna a Viamão, a oeste do Tratado de Tordesilhas, pioneiros no povoamento do Rio Grande.

A posse militar de Santa Vitória foi assegurada, em outubro de 1737, com o estabelecimento do Forte de São Miguel e guarda do Chuí, guarnecidos por 50 bravos soldados da Expedição de Silva Paes.

CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

Portugal, num golpe de extrema audácia, fundou, em 1680, a Colônia do Sacramento, defronte a Buenos Aires.

Impôs-se uma ligação terrestre entre Colônia, no Uruguai, e Laguna — SC, ponto extremo sul do Brasil de então.

Em 1703, Domingos da Filgueira proveniente de Colônia, com destino a Laguna, percorreu o Litoral de Santa Vitória. Demorou-se 11 dias do Chuí ao Rio Grande.

Não registrou, em seu itinerário por Santa Vitória, a existência de gado alçado e de indígenas. Isto, talvez, por não ter viajado entre as lagoas Mirim e Mangueira.

Foi o primeiro português, de que se tem notícia, a trilhar as terras santavitorienses.

De sua viagem deixou circunstanciado relatório. (2)

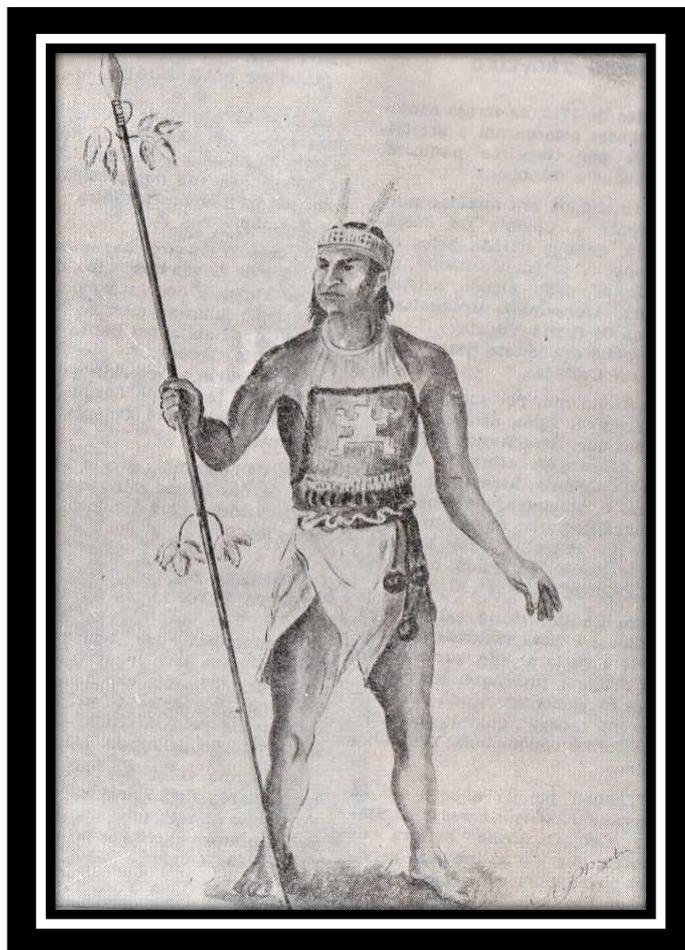


FIGURA 1 – Cacique Minuano segundo Debret. Índios dessa nação habitavam as terras do município de Santa Vitória atual no século XVIII. (Fonte: C Doc Ex – Cópia de Cilka L. P. Da Silva)

PRIMEIRO TROPEIRO

Antes de 1715, as terras santa-vitorienses começaram a ser trilhadas por tropeiros paulistas, lagunistas e colonistas.

A finalidade era auxiliar militarmente a Colônia do Sacramento, quando sitiada pelos espanhóis, e, sistematicamente, arrebanhar gado alçado existente nas campanhas uruguaias e terras de Santa Vitória.

O gado era levado para o centro da Colônia.

Inicialmente, por mar, através de Laguna. Após, através de estradas que, remontando o vale do rio Araranguá, atingiam o centro da Colônia, através da Serra Geral e, finalmente, remontando a serra, a partir de Santo Antonio da Patrulha, até Vacaria. Deste ponto, atingiam o centro pelo dorso da Serra Geral.

Em Santa Vitória existiam as famosas e ricas vacarias do mar, onde o gado alçado, proveniente do Uruguai, proliferou em condições excepcionais. Ainda existiam 150 mil cabeças, quando suas terras foram conquistadas por Silva Paes.

Trilhou por 17 anos a fio as terras santa-vitorienses o intrépido Cel Cristóvão Pereira de Abreu, que tão assinalados serviços prestou na conquista e defesa do Rio Grande do Sul e, especialmente, dos municípios de Rio Grande e Santa Vitória.

FROTA DE JOÃO DE MAGALHÃES

De 1725-27, mandado de Laguna, fixou-se em São José do Norte com 30 homens armados, João de Magalhães, um dos primeiros estancieros gaúchos a radicar-se em Viamão.

Sua missão era proteger o sangradouro da Lagoa dos Patos, dos índios Tapes e dos espanhóis e estabelecer aliança com os Minuanos, que habitavam Santa Vitória e Rio Grande.

Ele já havia percorrido antes de 1715 as terras de Santa Vitória, ao viajar até Colônia do Sacramento. (4)

João de Magalhães atraiu a boa vontade dos índios minuano de Santa Vitória, cumulando-os de presentes.

CONQUISTA DE SANTA VITÓRIA

A conquista das terras de Santa Vitória teve lugar em outubro de 1737, após expedição ao Chuí do Brigadeiro Silva Paes, coadjuvado pelo intrépido Coronel Cristóvão de Abreu. (5)

No arroio Chuí, foi colocada uma guarda de 15 dragões e, no Forte São Miguel, uma guarnição de 30 infantas chefiados pelo ajudante João Gomes.

A ambas, Silva Paes mandou pagar soldo dobrado, contrariando regulamentos vigentes.

Eles substituíram guarnições de estancieros e tropeiros de Laguna e Viamão estabelecidas, desde janeiro, por Cristóvão Pereira de Abreu. A de Chuí era guarnecida por 13 homens e a do arroio São Miguel por 41.

SILVA PAES NO CHUÍ

Decorridos 8 meses de seu desembarque em Rio Grande, Silva Paes decidiu expedicionar ao arroio Chuí para conquistar as terras de Rio Grande e de Santa Vitória, antes da celebração de Armistício entre Espanha e Portugal.

Pelo armistício, cada coroa ficaria de posse do que havia conquistado durante a guerra. Silva Paes tinha pressa nesta missão e a executou com grandes sacrifícios, como se verá.

DECOBRIDOR DA LAGOA MIRIM

Mandou construir, com madeiras da Ilha dos Marinheiros, uma falua de fundo chato, especial para navegar nas águas da Lagoa Mirim por ele descoberta.

Equipou-a com velas e remos, fazendo-a partir de Rio Grande, no dia 28 de setembro, com destino à guarda do arroio Taim, onde a encontraria, viajando por terra.

Seguiram na esteira da falua, uma lancha e uma canoa de voga.

Silva Paes partiu de Rio Grande junto com uma escolta de 15 dragões e civis de Viamão e Laguna, ao comando de Cristóvão de Abreu.

No dia 1.º de outubro, encontrou-se no Taim com a flotilha guarnecida por 30 soldados de Infantaria, transportando 5 peças de Artilharia, munições e ferramentas.

Tudo se destinava à construção e guarnição do Forte de São Miguel e estabelecimento de uma guarda no arroio Chuí.

NAUFRÁGIOS E TEMPESTADES

Esperando atingir São Miguel com maior rapidez, Silva Paes embarcou na falua.

Tempestades na Lagoa Mirim fizeram a falua naufragar por duas vezes, quebrando seu mastro e remos.

Silva Paes e os demais se salvaram com água pelo pescoço.

A falua, após consertada, foi encaminhada ao encontro da expedição, que marchava por terra, nas proximidades do atual porto de Santa Vitória.

FALUA PERDIDA

A falua e o restante da flotilha perderam-se durante seis dias na Lagoa Mirim, sendo reencontradas, entre 7 e 8 de outubro, próximo do atual porto de Santa Vitória, com seus homens famintos e cansados.

Silva Paes reembarcou. Enviou por terra os dragões e Cristóvão Pereira e seus homens para ocuparem o passo do arroio São Miguel.

Ordenou à Infantaria que marchasse por terra, bordejando a lagoa, em ligação, à voz, com a flotilha.

Logo em seguida, os infantes perderam-se em uma lagoa que tentaram atravessar e foram socorridos por Silva Paes, reembarcando e rumando todos para a foz do São Miguel.

A partir deste local, com auxílio da lancha e canoa de voga, a falua foi rebocada a braço, com auxílio de cordas, através de um emaranhado de aguapés e juncais do arroio São Miguel, até o passo onde a expedição era aguardada por

Cristóvão Pereira.

Esta parte foi a mais sofrida e épica da expedição.

Silva Paes chegou no passo do São Miguel entre 10 e 11 de outubro.

Seus homens temiam remontar o São Miguel, onde diziam haver baraúnas (redemoinhos) que já tinham tragado diversos índios tapes e seus cavalos, ao tentarem atravessá-lo próximo de sua foz.

FORTE SÃO MIGUEL

Silva Paes fortificou o passo do São Miguel em razão de um rebate falso. Portugueses de Cristóvão de Abreu foram tomados por espanhóis.

Silva Paes, guiado por Cristóvão de Abreu, reconheceu toda a região em torno do passo do São Miguel.

Num sítio pedregoso, dominando extensa região adjacente, deu início à construção do Forte de São Miguel, entre 10 e 11 de outubro.

Construiu-o em cerca de 15 dias, quadrado, em torno de 20x20 metros, circundado por uma muralha de pedras soltas, com aproximadamente 1,20metro de altura por 1 metro base.

Mandou cavar um fosso circundando a muralha, colocando a terra do fosso ao longo da parte interna da muralha, para reforçá-la.

Nos cantos voltados para o sul, construiu 2 baluartes e os artilhou com as cinco peças que trouxe de Rio Grande.

Com madeiras de mato próximo, construiu um armazém de 5x10metros e quatro quartéis de 5x5mtros para a guarnição do forte.

Todas as instalações foram cobertas com os couros das reses, que abateram para armazenar 2.700kg de charque para a guarnição do forte e da guarda do Chuí.

Entre 24 e 25 de outubro, partiu, por terra, para o Rio Grande, após estabelecer a guarda do Chuí com 15 dragões. Deixou seus homens abastecidos de charque e lenha e prometeu pagar-lhes soldo dobrado.

Com esta expedição Silva Paes assegurou: a posse portuguesa do atual município de Santa Vitória, uma segurança à distância, para o presidio de Rio Grande por ele fundado e forte argumento diplomático para manter a região para a coroa portuguesa, após o armistício.

No local permaneceram homens de Cristóvão de Abreu, vaqueanos da região, com a missão de abastecer de gado as guarnições militares e manter ligações rápidas com Rio Grande, em caso de perigo. (5)

TRATADO DE MADRID — 1750

Pelo Tratado de Madrid, a fronteira do Brasil foi levada até Castilho Grande.

As terras de Santa Vitória, junto com as de Rio Grande, foram as primeiras a serem percorridas pelo Exército Demarcador de Portugal, do tratado em questão.

De 5 a 15 de julho de 1752, as terras de município foram cruzadas por tropas do Rio de Janeiro, comandadas pelo Coronel Fernandes Pinto Alpoym e dragões

de Rio Grande, do Cel Diogo Osório Cardoso.



FIGURA 3 – Brigadeiro de Infantaria José da Silva dirige a construção do Forte São Miguel – Outubro 1737.

O primeiro seguiu na vanguarda com três companhias dos regimentos Velho, Novo e de Artilharia, do Rio de Janeiro.

Cada uma levou uma pequena peça de artilharia rebocada por bois.

O segundo partiu logo após com 120 dragões de Rio Grande.

Junto com o Coronel Alpoym, em carretas especialmente construídas, seguiram os marcos de pedra vindos de Portugal. Seus destinos eram demarcar, no Uruguai, a linha do tratado, desde Castilho Grande até Mello (atual).

De 23 de junho a 15 de julho, durante 22 dias, o General Gomes Freire de Andrade e sua comitiva percorreram as terras do município.

Acamparam junto ao Chuí, durante 4 dias, onde se encontravam as tropas que enviara como vanguarda.

De 15 a 20 de julho, marcharam para Castilho Grande, para encontrar-se com os demarcadores de Espanha. (6)

Dois anos após, em maio de 1754, o General Gomes Freire e sua comitiva cruzaram Santa Vitória, provenientes de Colônia do Sacramento.

Teria início, então, a guerra Guaranítica 1754-56, em razão do índio Sepé Tiaraju haver impedido, em Santa Tecla, que Portugal e Espanha continuassem

pacificamente a demarcação.

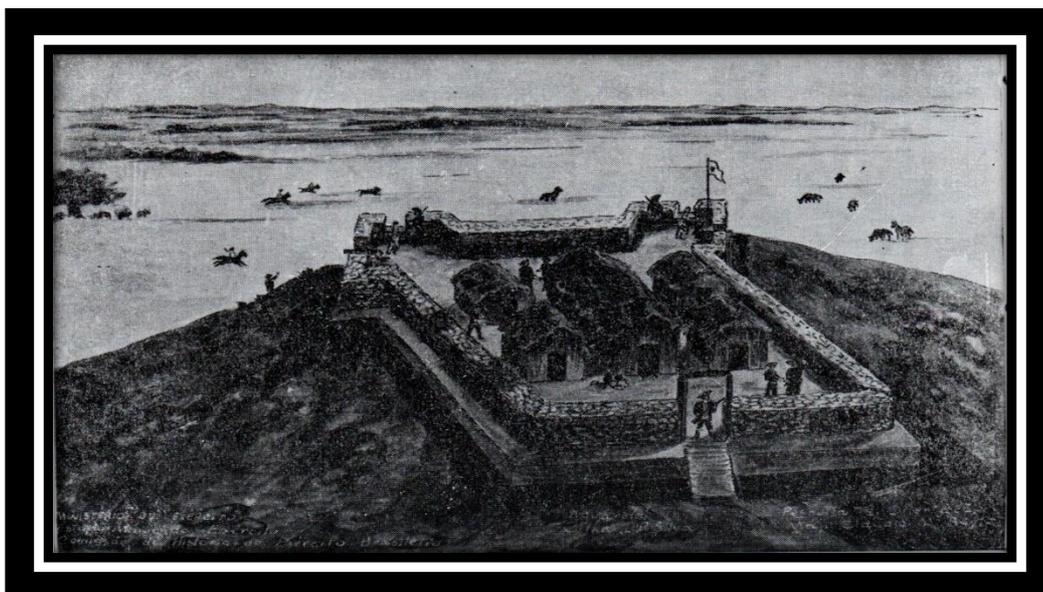


FIGURA 4 – Forte de São Miguel fundado pelo Brigadeiro de Infantaria José da Silva Paes em outubro de 1737 – Comandado pelo Ajudante João Gomes, ficou guarnecido por 30 Infantes e 5 pequenos canhões. (Fonte: Borges Fortes “O Brigadeiro Silva Paes”).

INVASÃO DE CEBALLOS

Entre 6 e 10 de setembro de 1762, as terras de Santa Vitória foram percorridas, em marchas forçadas, pelo Cel Thomaz Luiz Osório, comandante da Fronteira do Rio Pardo.

Sua coluna somava 400 homens, dos quais, 200 dragões de Rio Pardo e 200 milicianos e civis que conseguiu recrutar na sua fronteira e 8 peças de artilharia de bronze e 2 de amiudar. (7)

Sua missão: Construir a Fortaleza de Santa Tereza para barrar uma invasão de Espanha ao Rio Grande e assegurar, no extremo sul, o que coubera a Portugal pelo Tratado de Madrid.

Desamparado de materiais de construção, de pessoal e reforços prometidos, o Coronel Thomaz Osório construiu a fortaleza (em realidade uma estacada) em 4 meses e meio. Em 18 de abril de 1763, foi obrigado a render-se ao General Pedro Ceballos, forte de 3.000 homens aguerridos e determinados, contra 1.140 de sua guarnição, em que entravam 400 civis sem instrução militar, “chacareiros” no dizer do General Paula Cidade.

De 18 a 24 de abril, as terras de Santa Vitória assistiram a uma cena humilhante.

Foi a correria desordenada de portugueses da guarnição de Santa Tereza, deixando em pânico as raias e, em seu encalço, mais de 3.000 espanhóis, que dominariam a região por 13 anos, anulando 11 anos de trabalhos de fazendeiros e agricultores estabelecidos em suas terras, desde 1752. Enquanto Ceballos obtinha a rendição de Santa Tereza, deu-se um fato interessante em Curral Alto.

O ex-sargento de Artilharia Miguel Cardoso Ferreira conduzia para Santa Tereza 700 armas e 2 peças de artilharia.

Sabedor da invasão, tomou a seguinte decisão para evitar que aquele precioso material caísse em poder do inimigo. (7)

Enterrou sua preciosa carga em Curral Alto. Pesquisa arqueológica poderá devolver para museus este armamento.

Durante os 13 anos de domínio dos espanhóis de Santa Vitória, eles evacuaram todos os portugueses de suas terras para prevenir rebeliões.

Foram removidos para São Carlos e outros locais do Uruguai atual.

REVANCHE EXEMPLAR

No período de 1763-1776, os portugueses, através inicialmente de guerrilhas, e após, de reforços substanciosos enviados de Portugal, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, prepararam-se para uma grande revanche contra a Espanha.

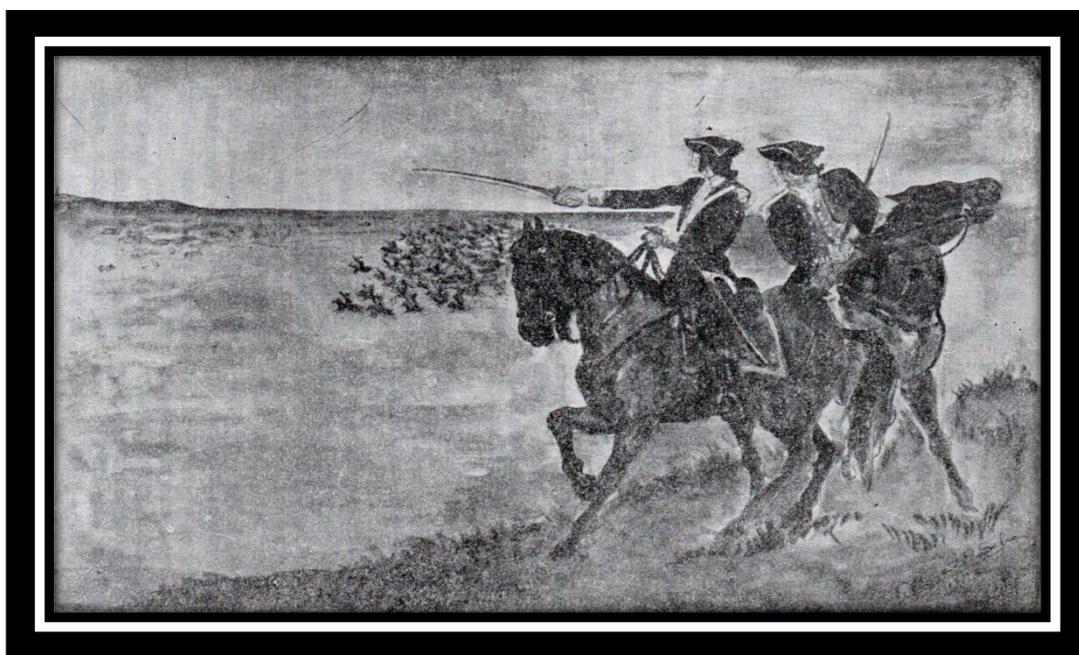


FIGURA 5 — Guerra de 1801 — Capitão de Milícias Simão Soares da Silva e Tenente de Dragões José Antunes da Porciúncula à frente de 100 milicianos e 36 dragões, partindo das guardas do Taim e Albardão, surpreendem, em campo raso, a guarnição espanhola do Chuí, assegurando a posse neste rico território.

Ceballos encontrou o Rio Grande desprevenido e abandonado por Portugal. Autoridades portuguesas descuraram do preparo do Exército, ocasionando a sua deterioração moral e operacional. (8)

Isto obrigou a que a Inglaterra e seus aliados socorressem Portugal com o famoso Conde de Lippe, assessorado por outros oficiais, para reorganizar e disciplinar seu Exército.

Por volta de 1776, foram concentrados na região entre São José do Norte e Porto Alegre, pelo General Henrique Bohn, 3.512 homens dos regimentos de Moura, Estremóz e Bragança (recrutados em Portugal para esta missão), do regimento do Rio de Janeiro, de 1 companhia do Vice-Rei, 1 de Santa Catarina, 4 de P linha do Rio Grande e 4 de tropa ligeira de Cavalaria e Infantaria do Rio Grande.

Na madrugada de 1.º de abril de 1776, os portugueses atravessam o sangradouro da Lagoa dos Patos e reconquistam a vila de Rio Grande.

E, do dia 2 a 7 de abril, as terras de Santa Vitória assistiram a uma corrida desenfreada de espanhóis na direção de Montevidéu.

Estava consumada a revanche. Os espanhóis jamais pisariam suas terras como Invasores. Confirmou-se, pelas armas, a conquista de Silva Paes em 1737.

A diplomacia, no entanto, recorreu a um artifício, tornando Santa Vitória terra de ninguém.

TRATADO DE SANTO ILDEFONSO

Com a paz, Espanha e Portugal concertaram o Tratado de Santo Ildefonso de 1777.. Em consequência, todo o atual município foi tornado Campos Neutros, terra de ninguém. Neles foi vedado a espanhóis e portugueses construir guardas, fortalezas ou estâncias.

Em Santa Vitória, os limites dos Campos Neutros foram: ao Norte, Albardão e Taim, ao Sul, arroios Chuí e São Miguel; a Leste o oceano, e a Oeste, a Lagoa Mirim. (10)

Os Campos Neutros objetivavam anular o comércio entre o Brasil, Uruguai e Argentina.

Na realidade, foi um tiro pela culatra. Tornaram-se esconderijo e refúgio de contrabandistas aventureiros e devedores das justiças de Portugal e Espanha.

O contrabando de gado do Uruguai intensificou-se. Era enviado para as charqueadas de Pelotas através do passo do Liscano, no São Gonçalo.

Contrabandeou-se do Rio da Prata erva-mate e ponchos de lã, em troca de escravos e fumo de corda do Brasil.

Em Santa Vitória, os Campos Neutros foram demarcados. Os portugueses colocaram guardas no arroio Taim e no Albardão.

No arroio Chuí e foz do São Miguel, foram colocados marcos divisórios de Espanha com os Campos Neutros. Nestes locais, este país colocou suas guardas.

As divisões demarcadoras dos 2 países percorreram Santa Vitória durante dois anos, 1884-86, deixando relatórios circunstanciados sobre a área. Foi a única onde os demarcadores não tiveram dúvidas sobre os trabalhos.

Era comissário português o Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral, governador de Rio Grande (1780-1801). Seus auxiliares na demarcação: Cel Francisco João Róscio, Capitão Eng Eloi Portella. Ajudante de Eng Francisco Chagas Santos, Cap Art Joaquim Felix de Fonseca Manso e o geógrafo e astrônomo Dr. José Saldanha (mais tarde Coronel de Engenharia).

Apoiaram o trabalho da Divisão de Demarcação um contingente de dragões de Rio Pardo e um de milicianos.

O mapa RS-102, da Mapoteca da Diretoria do Patrimônio do Exército, em Brasília, assinado por Veiga Cabral, registra todo o trabalho de demarcação em Santa Vitória e no restante do Rio Grande. (10)

Os Campos Neutros foram sendo invadidos, pouco a pouco, por portugueses e espanhóis. As autoridades portuguesas faziam vistas grossas à penetração de portugueses e as autoridades espanholas deixavam-se subornar, por dinheiro, por portugueses que neles desejavam fixar-se.

RECONQUISTA DE SANTA VITÓRIA

Desde 1798, o Rio Grande de São Pedro respirava um clima de guerra iminente.

Portugal tirara revanche em 1776. Os gaúchos do Rio Grande queriam ir mais longe, restabelecer as lindes do Tratado de Madrid.

De 1798-1801, prepararam-se para uma guerra iminente.

Em 15 de junho de 1801, chegaram ao Rio Grande de São Pedro notícias da guerra entre Espanha e Portugal. (11)

Seu governador declarou guerra aos espanhóis em 4 de julho.

Estancieiros e agricultores, das fronteiras do Rio Pardo e Rio Grande, abandonaram as tarefas agropecuárias e concentraram-se para a luta.

As guardas do Taim e Albardão foram reforçadas. As estâncias de Rio Grande e Santa Vitória também foram mobilizadas para a guerra.

Forneceram comandantes, soldados, armas, cavalos e uniformes, que foram distribuídos às colunas de Cavalaria de milícias e Auxiliar Ligeira, ao comando do Coronel Marques de Souza (I) comandante da Fronteira do Rio Grande.

Temendo-se uma invasão por Santa Vitória, foi deslocada para arroio Taim, em 9 de setembro de 1801, uma forte coluna de 500 homens, de milícias e de Cavalaria Auxiliar.

Era seu comandante o ajudante de Cavalaria Ligeira Francisco Soares Louzada, estancieiro na capela curada de Canguçu, junto ao rio Camaquã. Essa coluna foi reforçada por 40 soldados de Infantaria e Artilharia e 2 peças de artilharia de campanha, ao comando do Ten. Diógenes, do Batalhão de Infantaria e Artilharia do Rio Grande de São Pedro.

Em 12 de outubro de 1801, o governador Veiga Cabral determinou ao comandante do Taim, Capitão Simão Soares da Silva, que incursionasse até o Chuí, para correr os espanhóis estabelecidos nos Campos Neutros e arrasar as guardas espanholas no Chuí e São Miguel.

Do Albardão e Taim partiram 150 homens divididos em duas colunas. Varreram os espanhóis dos Campos Neutros. Comandava-os o Capitão Simão, comandante do Taim, e o Tenente José Antunes da Porciúncula, comandante do Albardão. (12)

Atacaram de surpresa a guarda do Chuí, pondo em fuga a sua guarnição. Aprisionaram um sargento e 1 soldado que foram remetidos presos para o Rio Grande. Os espanhóis recolheram-se à Fortaleza de Cerro Largo, atual Mello.

Nesta incursão, além de destruírem as guardas do Chuí e São Miguel, apreenderam 18 mosquetes, 16 espingardas, 33 pistolas, 70 cavalos e 500 bois. (12)

Estavam reconquistadas, em definitivo, pela força das armas, as terras do município de Santa Vitória, pelo Capitão Simão Soares e Tenente José Antunes, à frente de 150 bravos gaúchos de Rio Grande de São Pedro do Sul. Em 1811, D. Diogo de Souza formalizou a conquista.

Até 4 de novembro, foram concentrados no Taim mais de 1.000 homens. Nesta ocasião foram retirados 500 que marcharam para o acampamento N. S. da Conceição junto ao passo das Perdizes, no Rio Jaguarão, pouco abaixo de sua confluência com o arroio do mesmo nome.

Em 27 de novembro de 1801, foi publicada a paz. O tratado conseqüente não estipulava quanto à devolução do que fora conquistado.



GUERRA CONTRA ARTIGAS (1816/20)

Em setembro de 1815, a Divisão de Voluntários de El Rei atravessou Santa Vitória ao comando do General Carlos Frederico Lecor.

Compunha-se de 4.800 soldados de escol, recrutados em Portugal para a missão que resultou na Incorporação do Uruguai ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina, durante 7 anos.

Fizeram a vanguarda de Lecor 600 milicianos da Fronteira do Rio Grande e da Legião de Voluntários de S. Paulo, ao comando do Major Manoel Marques de Souza (II). Este bravo substituíra seu intrépido pai, ainda comandante da Fronteira do Rio Grande e herói das guerras de 1801 e 1811-12. — (12) Era pai de Manoel Marques de Souza (III) mais tarde, conde de Porto Alegre, herói da Revolução Farroupilha, da guerra contra Oribe e Rosas e da Guerra do Paraguai.

Faziam parte das tropas de Manoel Marques de Souza (II), estancieiros, agricultores e negociantes da área, inclusive de Santa Vitória, então, distrito militar do Taim.

Foi guia de Lecor até Montevidéu um antigo contrabandista de Santa Vitória, de sobrenome Bernardes, que se fixara na região ao tempo dos Campos Neutros. (15)

Em 19 de novembro de 1816, os Voluntários de El Rei de Lecor e os milicianos de Marques de Souza (II) bateram D. Frutuoso em índia Muerta.

Em 20 de janeiro de 1817, os milicianos de Marques de Souza (II) atingiram as muralhas de Montevidéu.

No mesmo dia, o General Lecor foi recebido, triunfalmente, por autoridades orientais.

SAINT HILAIRE EM SANTA VITÓRIA

Nos dias 23 e 29 de setembro de 1820, atravessou o território de Santa Vitória em pesquisas botânicas, o sábio francês August Saint Hilaire.

Deixou valioso registro sobre as terras santa-vitorienses — no limiar da

Independência. Nas imediações da atual cidade de Santa Vitória, região conhecida então como JEREBATUBA, permaneceu nos dias 28 e 29 de setembro, a convite do Sr. Delmont, seu patrício estancieiro no local.

Chamou-lhe a atenção em Santa Vitória: a hospitalidade carinhosa que lhe foi dispensada. A grande beleza das mulheres, — “com olhos e cabelos negros e cútis branca, que tinham sobre as francesas a vantagem de serem mais coradas”. (16)

Na estância do Chuí (ao Norte), “mulheres cercadas das mais belas crianças do mundo.”

O adestramento de cães ovelheiros, amamentados pelas ovelhas e criados junto com elas.

Sobre a pecuária, referiu a taxa de desfrute, de 1/5 sobre o rebanho.

Saint Hilaire forneceu informações militares sobre a guarda do Taim e fortes de Santa Tereza e São Miguel, todos em desmobilização progressiva desde a recente vitória sobre Artigas em Taquarembó.

UM SÉCULO DE GUERRA

Os santa-vitorienses participaram ativamente das guerras Cisplatina (1825/28), contra Oribe e Rosas (1851/52) e contra Aguirre (1854/65).

Nelas, suas terras e propriedades estiveram mais uma vez sob ameaça de invasões e depredações. Foram intransigentes e valorosos na defesa da Integridade do Brasil, na mais meridional de suas fronteiras.

Honraram a tradição de seus ancestrais que conquistaram e mantiveram o território durante um século de lutas.

Na Revolução Farroupilha, o combate de Santa Vitória, citado na **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, foi travado junto ao passo Santa Vitória do rio Pelotas, do lado de Santa Catarina. (16).

É presumível, que o passo tenha sido batizado pelo General Andréa que demarcaria, 13 anos após, o local da cidade de Santa Vitória.

Na ocasião, Andréa era o Presidente da Província de Santa Catarina e seu Governador de Armas. A ele deve-se a pacificação farroupilha naquela Província.

QUESTÃO CRISTIE

Em 1865, foi pilhada por desconhecidos, na orla marítima de Santa Vitória, a carga do navio inglês “**Príncipe de Galles**” que naufragara próximo do Albardão.

Este pequeno incidente foi origem de uma rumorosa e delicada questão diplomática com a Inglaterra. O Brasil foi obrigado a pagar, sob protesto, 3.200 libras.

Incidentes posteriores, afrontosos à nossa soberania, culminaram com o rompimento de relações diplomáticas com a Inglaterra, somente reatadas em 1865, quando D. Pedro II assistia, em Uruguaiana, a rendição dos paraguaios.

A causa da transformação de pequenos incidentes, em séria questão internacional, foi a inabilidade do ministro inglês no Brasil, William Cristie.

GUMERCINDO SARAIVA

Na malfadada Revolução de 1893, foi de sua estância, no Curral dos Arroios, que partiu Gumercindo Saraiva o maior líder de combate federalista, no sentido estritamente técnico-militar, abstraídos aspectos políticos e éticos.

Autêntico líder militar nato, “sincero de propósitos, justo, rústico, corajoso, audaz e afetivo a seus liderados”, conduziu seus homens através do Rio Grande até o norte do Paraná, arrostando toda a série de dificuldades através de 1.200 km de marcha (17) .

Sua morte determinou o fim da Revolução.

Ela infelicitou muitos lares de Santa Vitória, com importação de revolucionários do Uruguai, acostumados ao bárbaro costume da degola.

Foi por esta razão denominada Revolução de Bárbaros, como a de 1923 seria denominada Revolução de Cavalheiros.

A de 1893 negou o espírito dos revolucionários farroupilhas de 35, de firmeza e doçura, assim entendido: No combate, lutar com todo o empenho e valor; após a vitória respeito à vida, dignidade e a propriedade do vencido.

No combate de Santa Vitória, em Santa Catarina, seu vencedor, o Tenente-Coronel Joaquim Teixeira Nunes, natural de Canguçu, deu um exemplo prático do espírito farroupilha de 35. Lutou como um bravo. Vencedor, assim falou aos prisioneiros casados que libertou: “Voltai para casa para cuidar de vossas mulheres e filhos” (18).



FIGURA 7 — O Imperador D. Pedro II visitou Santa Vitória em outubro de 1865. Integrava sua comitiva entre outras personalidades o Marquês de Caxias atual Patrono do Exército Brasileiro.

(Fonte: Arquivo Iconográfico do C Doc Ex).

Sua morte determinou o fim da Revolução.

Ela infelicitou muitos lares de Santa Vitória, com importação de revolucionários do Uruguai, acostumados ao bárbaro costume da degola.

Foi por esta razão denominada Revolução de Bárbaros, como a de 1923 seria denominada Revolução de Cavalheiros.

A de 1893 negou o espírito dos revolucionários farroupilhas de 35, de firmeza e doçura, assim entendido: No combate, lutar com todo o empenho e valor; após a vitória respeito à vida, dignidade e a propriedade do vencido.

No combate de Santa Vitória, em Santa Catarina, seu vencedor, o Tenente-Coronel Joaquim Teixeira Nunes, natural de Canguçu, deu um exemplo prático do espírito farroupilha de 35. Lutou como um bravo. Vencedor, assim falou aos prisioneiros casados que libertou: "Voltai para casa para cuidar de vossas mulheres e filhos" (18).

FUNDAÇÃO DE SANTA VITÓRIA

O local da cidade de Santa Vitória do Palmar foi escolhido e demarcado em 1852 pelo então Marechal-de-Campo Francisco Soares Andréa, Conselheiro de Estado do Imperador e Comissário de demarcação de limites do Uruguai com o Brasil em 1852.

Foi um grande chefe militar que prestou relevantes serviços ao Brasil, sua Pátria adotiva.

Pacificou a Cabanagem no Pará e a Revolução Farroupilha em Santa Catarina.

Foi agraciado com o título de Barão de Caçapava, em 1855, justo prêmio por relevantes serviços militares prestados ao Brasil. Em 1849 organizara em Caçapava do Sul um forte e instalações capazes de apoiar 20.000 homens.

Faleceu em São José do Norte onde se encontra sepultado, em 2 de outubro de 1857, próximo de 78 anos de idade (19).

Seus descendentes estão estudando sua obra. O povoado demarcado pelo General Andréa em 1852, foi fundado em 19 de dezembro de 1855, com o nome de Andréa e com capela em invocação à Santa Vitória.

Santa Vitória homenageava a esposa do General Andréa, a gaúcha D. Germana Rita de Brito da Vitória, cujo pai e um irmão chamavam-se José da Vitória.

A cidade de Santa Vitória do Palmar lembra a esposa do General e o Palmar de José de Lemos, primeiro proprietário da coxilha, onde foi erigido o povoado.

Em 6 de outubro de 1858, Santa Vitória do Palmar tornou-se 2.º Distrito de Rio Grande com o nome de Capela de Santa Vitória do Chuí.

Dois meses após, em 6 de dezembro, o distrito passou a freguesia com o nome de Santa Vitória. Em 30 de outubro de 1872, foi criado o município, o 31.º do Rio Grande do Sul.

A instalação da Vila e Câmara de Santa Vitória verificou-se em 7 de setembro de 1874 (20).



PRIMEIROS ESTANCIEIROS DE SANTA VITÓRIA

Entre a chegada em Rio Grande, do Brigadeiro Silva Paes em 1737 e a do General Gomes Freire 18 anos após, as terras de Santa Vitória não foram distribuídas.

Índios minuanos e charruas que viviam na região e os índios tapes que nela incursionavam com frequência, desestimulavam o estabelecimento de estâncias.

Em 1752, Gomes Freire, após lançar as balizas de demarcação no Sul, distribuiu terras de Santa Vitória às seguintes pessoas:

João Alves Mourão, do Capão do João Gomes ao Chuí; Manoel Bento Rocha, no Curral de Arroios; Antonio Gomes da Silva, nos Salsos do Chuí. Álvaro Pessoa de Carvalho, no Albardão do Chuí; João Gonçalves Francês nos Campos do Chuí; José Pinheiro Soares do Lago, na Lagoa Mangueira; Pedro Pereira Chaves, no Curral Alto; Antônio Álvares de Carvalho, no Curral de Paus; Manoel Alves de Carvalho, no arroio d'El Rei e Pedro Martins de Araújo, no Sítio Curucuçu. (21)

GUARNIÇÕES FEDERAIS DO CHUÍ

Péricles Azambuja, em interessante pesquisa, escreveu uma síntese das guarnições militares do Chuí que ali tiveram sede durante cerca de 236 anos, desde Silva Paes ao Destacamento Chuí, do 9º Batalhão de Infantaria Motorizado.

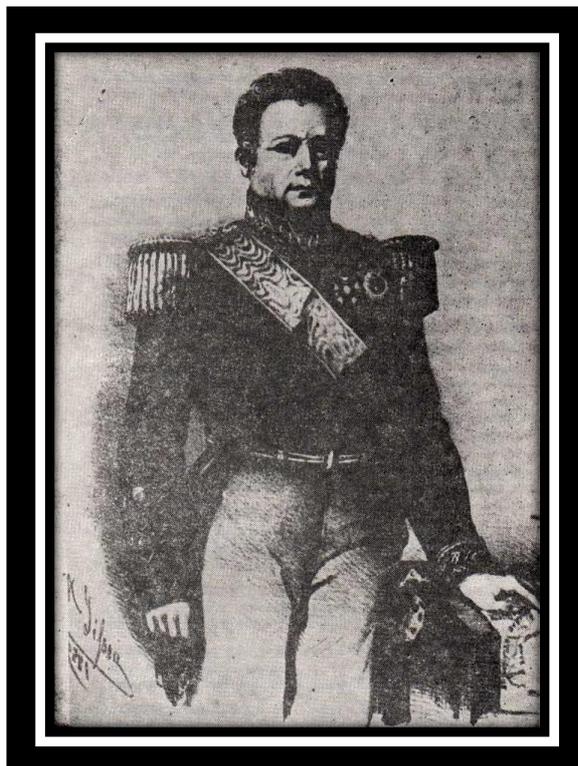


FIGURA 9 — Francisco José de Souza Soares de Andréa, General, Pacificador do Pará, na Cabanagem. Um dos grandes chefes do Exército e vulto notável da Geografia e Cartografia do Brasil. Pelos seus destacados serviços foi agraciado com o título de Barão de Caçapava. (C Doc Ex — Arquivo Iconográfico).

NOTAS REFERIDAS ÀS FONTES CONSULTADAS

- (1) **ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, Município de Santa Vitória do Palmar. Rio, IBGE, 1950. v. 34, p. 190-5.**
- (2) **FILGUEIRA, Domingos da. Como Viajar por Terra de Colônia do Sacramento a Laguna, In: CEZAR, Guilhermino, Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801. Porto Alegre. UFRGS. 1969. p. 55-60.**
- (3) **BENTO, Cláudio Moreira. Maj. O primeiro tropeiro do Rio Grande. Diário Popular, Pelotas 2 e 9 abril 1972. (Coluna Querência).**
- (4) **CABRAL, Osvaldo R. História de Santa Catarina. Florianópolis PNE-SEC, 1968 p. 41-2.**
- (5) **SILVA PAES, José da. brig inf. Carta de 7 março 1738 ao Vice-Rei do Brasil. in: BORGES FORTES, João, Gen. O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande. Porto Alegre, Ed. Globo, 1933. p. 89-99.**
- (6) **CUNHA, Jacinto Rodrigues da. Cap. Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruguai. RIHGB, 10: 144-5. 1833, trim 3.**
- (7) **REGO MONTEIRO. Jônathas da Costa. Cel. Dominação Espanhola do Rio Grande do Sul, I.^a parte. Rio, Estado-Maior do Exército, 1935, v. 1**

- (8) **CIDADE, Francisco de Paula, Gen. Síntese de Três Séculos de Literatura Militar. Rio, Bibliex, 1948.**
- (9) **QUADRO DAS FORÇAS DE MAR E TERRA EXISTENTES NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO, SANTA CATARINA, RIO GRANDE, MINAS GERAIS, E NA PRAÇA DA COLÔNIA, DISPONÍVEIS PARA A DEFESA DA FRONTEIRA DO SUL EM 1776. RIHGB, 21: 181-189, 185 p.**
- (10) **MAPOTECA DA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO DO EXÉRCITO. Carta RS-102, Trabalhos de Demarcação de Limites do Tratado de Santo Ildefonso no RGS. Doc. original assinado pelo General Sebastião Veiga Cabral.**
- (11) **NOTÍCIA DOS ACONTECIMENTOS NA PRESENTE GUERRA (1801) NOS SETE POVOS DAS MISSÕES E NESTA FRONTEIRA DO RIO GRANDE DE SAO PEDRO. RIHGB, 16: 329-353/1853.**
- (12) **ALMEIDA, Gabriel Ribeiro. Memórias Sobre a Tomada dos Sete Povos das Missões da América Espanhola, in: CEZAR, Guilhermino. Primeiros Cronistas do RGS, 1605-1831. Porto Alegre, UFRGS, 1969. p. 55-60.**
- (13) **PINHEIRO, José Feliciano, F. (Visconde de São Leopoldo. Capítulo XVII). Anais da Província de São Pedro. Rio, INL, 1946. p. 222-32.**
- (15) **WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Ten Cel. Campanha de Ituzaiçó. Rio, Bibliex. 1968. p. 41.**
- (16) **SAINT HILAIRE, August. Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-21. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939. Coleção Brasiliana, v. 167, 2ª ed. p. 167-72.**
- (17) **BENTO, Cláudio Moreira, Maj. Joaquim Teixeira Nunes. A Grande Festa dos Lanceiros. Recife, UFPe, 1971, p. 51-9.**
- (18) **ESCOLA DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Pesquisa Histórica da Revolução de 93. Rio, ECEME, 1964 (Exemplar arquivado na Comissão de História do Exército Brasileiro do EME — Brasília).**
- (19) **SAINT HILAIRE, August. Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-21. São Paulo. Cia. Ed. Nacional, 1939. Coleção Brasiliana, v. 167, 2ª ed. p. 167-72.**
- (20) **PRETEXTATO. A. Maciel da Silva, Cap. Francisco José de Souza Soares Andréa. Generais do Exército Brasileiro. Rio, Bibliex, 1940. 2ª ed., v. 1, p. 76-92.**
- (21) **BORGES FORTES, Arnyr e Wagner. João B. S. História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do RGS. Porto Alegre, Ed. Globo, 1963.**
- (22) **BORGES FORTES, João, Gen. Rio Grande de São Pedro. Rio, Bibliex, 1945. p. 71-2.**
- (23) **AZAMBUJA, Péricles. Guarnições Federais do Chuí. "Correio do Povo", 11 Nov 1978.**

FORTE SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO

A Sentinela do Brasil no extremo Norte
nos séculos XVIII e XIX

1975

Maj CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Na épica e árdua tarefa de penetrar, reconhecer, explorar e definir brasileiro o território de Roraima, bem como, na de assegurar a Soberania portuguesa e, após brasileira, nos vales do rio Branco e seus principais formadores, coube papel destacado aos bravos militares que guarneceram, desde 1719, segundo alguns historiadores, e por quase dois séculos, as estacadas e, após, as muralhas do Forte São Joaquim, erigido pelos portugueses na confluência dos rios Itacutu e Iraricoeira, que formam o rio Branco.

Dessa célebre fortaleza, só restam alguns vestígios. Sua História e a de seus bravos defensores, que auxiliaram, no extremo e remoto Norte, a construir um Brasil de dimensões continentais, perdeu-se na poeira dos tempos.

Reconstituí-la e preservar o que do forte restou, constitui um sagrado dever cívico, principalmente, para as autoridades e povo de Roraima.

PARTE DO ANEL DEFENSIVO DA AMAZÔNIA COLONIAL

Alguns historiadores afirmam que o Forte São Joaquim fora erigido em 1719 pelos portugueses, de forma sumária, servindo, então, de forte argumento para a incorporação portuguesa do atual território de Roraima, pelo Tratado de Madrid, de 1750.

Dito tratado confirmou a conquista portuguesa da Amazônia Brasileira, efetuada, inclusive, por Pedro Teixeira e outros heróis.

Portugal, com a finalidade de proteger a atual Amazônia Brasileira da cobiça estrangeira, a envolveu com um arco de fortes colocados estrategicamente nos principais acessos fluviais ao rio Amazonas: Forte São Joaquim (vale do rio Branco), Forte São José de Marabitanas (Cucuí) e Forte São Gabriel (vale do rio Negro), Forte de Tabatinga (vale do rio Solimões) e Forte Príncipe da Beira (vale do rio Guaporé).

Este arco era complementado pelos fortes que defendiam o estuário do rio Amazonas: Forte do Castelo (em Belém), Fortaleza de Macapá (no Amapá), Forte de Gurupá etc. e por outros que aprofundavam as defesas, tanto das entradas dos principais afluentes do Amazonas como nas de seu estuário: Fortaleza São João da Barra (Manaus), Forte de Santarém dos Tapajós, dos Óbidos, do Desterro e do Toere.

NOTA DA REDAÇÃO: Maj Eng QEMA CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Pesquisador da História das Forças Terrestres Brasileiras, teve destacada atuação como membro da Comissão de História do Exército Brasileiro. Representou o Exército em várias atividades culturais, ligadas principalmente à História Militar. Colaborador assíduo da Revista Militar Brasileira, apresenta neste número mais um trabalho sobre nossos Fortes Históricos.

PAPEL HISTÓRICO DOS FORTES DA AMAZÔNIA

Os bravos e intrépidos soldados portugueses e, após, os brasileiros, que guarneceram por quase dois séculos este complexo defensivo da Amazônia Brasileira, a custo de sacrifícios indiscutíveis, hoje esquecidos, mantiveram a inviolabilidade da área da cobiça e de ações colonialistas de nações mais fortes.

Assim procedendo, asseguraram a Soberania e a Integridade brasileiras na área, para que as atuais gerações empreendessem, com determinação e ousadia, o atual processo de Integração e Desenvolvimento da Amazônia — o desafio brasileiro do século XX — sob proteção e inspiração de Deus.

PAPEL RESERVADO AO FORTE SÃO JOAQUIM

Em 14 de novembro de 1752, por Provisão Régia, D. José I, soberano português, determinou ao Governador e Capitão do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que construísse um forte nas margens do Rio Branco.

Esta ordem antecedeu de três anos a Carta Régia de 5 de março de 1755, do mesmo soberano, criando a Capitania de São José do Rio Negro, origem do imenso Estado do Amazonas.

No governo de Joaquim Tinoco Valente, 1763-79, o Forte São Joaquim, embora não concluído, desempenhou importante papel na expulsão dos invasores espanhóis do vale do rio Branco e na proteção dos povoadores portugueses da área.

Segundo o professor Arthur Ferreira Reis, a expansão na Amazônia foi feita por sertanistas regionais em busca de especiarias, por ordens religiosas e por forças militares.

“Estas atingiram o *hinterland* na tarefa política de estabelecer a ordem, fortificar posições e garantir as novas fronteiras que se fixavam.”

O Forte São Joaquim foi erigido no alto Rio Branco para desempenhar este papel histórico.

FORTE SAO JOAQUIM ABRIGOU UM GRANDE HERÓI

Em 1778, um ano após a celebração do Tratado de Santo Ildefonso, o forte foi concluído, ocasião em que recebeu o nome de São Joaquim do Rio Branco.

Em 1786, serviria de base de operações para um dos maiores 'soldados e patriotas que serviram na atual Amazônia Brasileira — o engenheiro militar Manuel da Gama Lobo d'Almada, que tão relevantes e inesquecíveis serviços prestou à Segurança e ao Desenvolvimento da área, no período de 1770-99.

Lobo d'Almada foi encarregado de levantar, mapear e organizar a defesa do vale do rio Branco.

Data desta época o levantamento do Forte São Joaquim por um dos membros de sua expedição, e cuja reprodução foi feita na *História do Exército Brasileiro* vol. 1, página 296.

Lobo d'Almada quase perdeu a vida num naufrágio nas cachoeiras do Uraricoeira.

Considerou este perigo e sofrimento, bem como a maleita e outros que padeceu em dezenove anos de Amazônia, como título de honra e nobreza. Afirmava:

“Todo sangue que corre a serviço da Pátria é nobre.”

Ele foi o maior explorador e herói militar dos vales dos rios Branco e Negro. Impunha sua liderança sobre a expedição e subordinados, pela coragem, patriotismo, abnegação e, sobretudo, pelo exemplo.

E justificava:

“Eu mesmo vou pessoalmente a todas as expedições. Não permito que os meus companheiros passem por trabalhos ou perigos em que eu não seja o primeiro a dar-lhes o exemplo.”

VESTÍGIOS DO FORTE

O Forte foi desativado por volta de 1900. Suas históricas e heróicas muralhas foram demolidas para servirem em parte aos alicerces e paredes do

edifício sede e da caixa d'água do *Posto de Proteção aos Índios*, instalado na Fazenda São Marcos, na foz do Tacutu com o Uraricoeira, defronte ao local onde outrora se erigiu a histórica sentinela do extremo norte do Brasil, hoje envolta na mata e balizado por suas ruínas sagradas.

Quando da construção, foi artilhado com 10 canhões, dos quais dois de bronze, fundidos em Belém, em 17 de setembro de 1877 pelo historiador General Lobato Filho, que a doou ao então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, que finalmente a confiou ao então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde por certo deve encontrar-se.

Isto é o que se concluiu de artigo do Capitão Salm de Miranda, biógrafo do Marechal Floriano, em artigo sob o título: "As chaves do Forte de São Joaquim", publicado na *Revista Militar Brasileira*, out/dez 1941, e uma das poucas referências a este forte, na alentada Literatura Militar Brasileira.

O Forte São Joaquim continua a ser um ilustre desconhecido. Não teve nem um centésimo da sorte do Forte de Coimbra, que este ano completa 200 anos de existência gloriosa e que mereceu, do venerando historiador militar General Raul Silveira de Mello, hoje com 93 anos de idade, alentado estudo em quatro volumes, além de diversos artigos e plaquetas fixando detalhes particulares.

É possível reconstituir o Forte São Joaquim a partir de sua planta levantada em 1787, cujas cópias fazem parte da Mapoteca do Centro de Documentação do Exército, em Brasília.

O Estado-Maior do Exército, na pág. 296, volume 1 da obra *História do Exército Brasileiro*, lançada em 1972, sob a coordenação da extinta Comissão de História do Exército, fez publicar a planta do forte como ele se apresentava em 1787 e com a seguinte legenda:

"Uma das sentinelas avançadas da Amazônia, século XVIII. O Forte de São Joaquim do Rio Branco não mais existe — permanecem os valores espirituais e morais que o animaram."

Reconstituí-lo ou, no mínimo, preservar o que dele restou, é um sagrado dever cívico, principalmente, para o Governo e Povo roraimense e uma prestação de contas para as futuras gerações daquele território, que por certo desejarão evocar e homenagear, no local, os pioneiros, que no interior daquele quadrado, definiram, brasileiro, o território de Roraima e alicerçaram a grandeza moral e espiritual daquela rica e importante parte do Brasil.

FONTES CONSULTADAS

- BARRETO, Aníbal. Cel. *Fortificações do Brasil*. Rio, Bibliex. 1959.
- BENTO, Cláudio Moreira, Major. *Conquista da Amazônia*. Rio, DNER, 1974.
- CALÓGERAS, Pandiá. *Política Exterior do Império — Da Regência à queda de Rosas*. Rio. Cia Ed Nacional, 1933 V. 1, cap 10.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, *História do Exército Brasileiro, perfil militar de um povo*. Rio, Sergraf IBGE, 1972, v. 1, p. 295-296 e 335-344.
- FORTE SAO JOAQUIM. Cópias de plantas existentes na Mapoteca do C Doc — Ex-QG — Ex-SMU — Brasília — DF.
- MIRANDA, Salm de, Capitão. As chaves do Forte São Joaquim in: *Revista Militar Brasileira*, out/dez 1941 — p. 509-522.

– **NABUCO, Joaquim. *Frontière du Brésil et Guiene Anglaise. Vol 1. (Arquivos do Itamarati).***

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O processo histórico da Amazônia in: *Problemática da Amazônia*. Rio, Bibliex, 1971, p. 94.

BICENTENÁRIO DA CONQUISTA DO FORTE DE SÃO MARTINHO

1976

Ten Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Há duzentos anos, cerca de dois terços do atual território do Rio Grande do Sul estavam em poder dos espanhóis. Isto, em consequência das invasões empreendidas a partir de Buenos Aires, em 1763 e 1773, respectivamente, pelos governadores daquela praça, Generais D. Pedro Ceballos e Vértiz y Salcedo. A contra-ofensiva luso-brasileira para a retomada do território rio-grandense ocupado teve início com a conquista e arrasamento do Forte de São Martinho, em 31 de outubro de 1775, próximo da atual cidade de Santa Maria. Comandou o ataque de conquista “a intrépida e legendária espada continentina” — Major Rafael Pinto Bandeira. Após a conquista, foi ele o primeiro filho do Rio Grande do Sul a governá-lo da Vila de Rio Grande e de sua estância do Pavão, atual Pelotas. Deste local, cerca de dezoito anos, Rafael exerceu o Comando da fronteira do Rio Grande, cuja área de jurisdição coincide, em princípio, com a da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Pelotas. Por esta razão, pode o Major Rafael ser considerado, historicamente, o fundador e primeiro comandante dessa Grande Unidade de nosso Exército.

NOTA DA REDAÇÃO: Ten Cel Eng QEMA CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Pesquisador da História das Forças Terrestres Brasileiras, teve destacada atuação como membro da Comissão de História do Exército Brasileiro. Representou o Exército em várias atividades culturais, ligadas principalmente à História Militar, Colaborador assíduo da Revista Militar Brasileira, apresenta, neste número, mais um trabalho sobre nossos Fortes Históricos.

SITUAÇÃO MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL — 1775

Os luso-brasileiros, após ingentes esforços, concentraram no Rio Grande do Sul uma poderosa força de 6.717 homens. Esta força, denominada *Exército do Sul*, era constituída, na maior parte, de tropas enviadas de Portugal, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina. Do Rio Grande, computava-se, basicamente, o Regimento de Dragões de Rio Pardo e um punhado de bravos milicianos rio-grandenses. O *Exército do Sul*, cuja concentração no Rio Grande do Sul teve início em 1774, articulou-se nos seguintes locais: São José do Norte, Porto Alegre, Rio Pardo e, em diversos pontos entre os dois últimos locais, junto ao Jacuí. O grosso do Exército estacionou em barracas de palha em São José do Norte, ao comando do Tenente-General João Henrique Bohn, representante do Conde de Lippe no Brasil, para reformas contratadas por Portugal do nosso Exército Colonial e a mais alta patente militar na Colônia. Em Rio Pardo foram estacionados mais de mil homens ao comando do Governador

do Rio Grande, Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, já consagrado herói na luta contra os espanhóis. Na campanha, com suas bases de guerrilha na Serra dos Tapes (Município de Canguçu atual) e do Herval (hoje, Município de Encruzilhada), atuavam forças de guerrilhas constituídas de estancieiros e sua gente, estabelecidos nessas áreas antes da invasão espanhola de 1763; eram enquadradas por alguns oficiais dos Dragões de Rio Pardo. No espaço compreendido entre o rio Camacua ao Norte, rio Negro a Oeste e, parte da Lagoa dos Patos, Canal São Gonçalo e Lagoa Mirim a Leste, sem limites para o Sul, atuavam as guerrilhas com bases no Município de Canguçu atual, ao comando de Rafael Pinto Bandeira.

Ditas guerrilhas tinham as seguintes missões:

— Obter informações militares para o *Exército do Sul*, em Rio Grande e Rio Pardo, sobre os movimentos e intenções inimigos, até as imediações de Colônia do Sacramento, Montevideu e Maldonado;

— Vigiar os principais passos do Canal São Gonçalo e dos rios Camacua, Jacuí e Piratini, para prevenir um ataque inimigo sobre Rio Pardo, proveniente das direções de Vila de Rio Grande, Forte de Santa Tecla e Forte de São Martinho, bases militares espanholas no território rio-grandense ocupado;

— Levar a efeito *arreadas*, para retirar dos tradicionais caminhos de invasão ao Rio Grande do Sul, gado vacum e cavalos selvagens ou *chimarrões*, passíveis de serem usados pelo invasor para alimentação e transporte de seu Exército. Ditas *arreadas*, operações tipicamente militares oficiais, visavam também desestimular o estabelecimento de estancieiros espanhóis no território rio-grandense ocupado, bem como hostilizar, de várias formas, as estâncias e patrulhas espanholas em território inimigo.

O produto das *arreadas* era dividido entre a tropa que a realizava e o Governo Português.

Os espanhóis possuíam contingentes militares na Vila de Rio Grande, no Forte de Santa Tecla (próximo a Bagé atual), no Forte de São Martinho e junto ao canal São Gonçalo, defronte a Pelotas atual. O Forte de São Martinho constituía séria ameaça de flanco ao Forte de Rio Pardo, com base de partida e apoio para uma invasão proveniente das Missões.

O FORTE DE SAO MARTINHO

O acesso luso-brasileiro ao Forte de São Martinho dependia de uma longa picada em aclave e serpenteante aberta na mata densa (N-l) e que não permitia o desdobramento de uma força atacante, além de duas colunas a pé. Após a travessia da mata densa, a estrada desembocava num campestre. Neste local os espanhóis erigiram o Forte de São Martinho e uma bateria isolada artilhada com um pequeno canhão colocado de modo a cruzar fogos com os do Forte, sobre qualquer força atacante que irrompesse no campestre. Distante uma légua do Forte, em ponto obrigatório de passagem na picada, existia uma guarda avançada com comandamento de vistas e fogos sobre grande extensão da picada para o Sul. O judicioso aproveitamento militar do terreno, pelos espanhóis, tornava suicida qualquer operação militar luso-brasileira que tentasse investir frontalmente sobre São Martinho.

ABORDAGEM PELA RETA GUARDA

Consciente da impossibilidade de um ataque frontal, Pinto Bandeira decidiu pela abertura de uma extensa picada na mata que conduziu suas tropas à retaguarda vulnerável do inimigo. Encarregou dessa difícil missão um alferes, um sargento e seis soldados consumados mateiros. De 23 a 31 de outubro, eles cumpriram a árdua missão, sem serem pressentidos pelo inimigo.

ATAQUE DE SURPRESA

Na madrugada de 31 de dezembro de 1775, a força de Rafael Pinto Bandeira irrompeu na retaguarda de São Martinho, surpreendendo sua guarnição em profundo sono, somente interrompido pelos gritos de guerra dos 205 atacantes. Apesar da surpresa, o Tenente Manoel Álvares, comandante do Forte, liderou uma reação a bala, durante quinze minutos. Após rendeu-se junto com dezenove dragões e vinte e um índios. Na confusão mais de cem índios conseguiram fugir embrenhando-se na mata circundante.

(N-1) O nome Santa Maria da Boca do Monte deve-se à entrada dessa picada na mata. Monte, em espanhol, significa mato e não elevação. Portanto, seria mais certo dizer-se Santa Maria da Boca do Mato.

PRESAS DE GUERRA APÓS O ATAQUE

Dentre as presas de guerra efetuadas no ataque e enviadas para Rio Pardo destacam-se: *Armamento*: 40 espingardas, 19 pistolas, 6 canhões pequenos, 1 morteiro, 39 lanças e 30 cartucheiras. Gado: 6.000 vacuns, dentre os quais 250 bois mansos; 1.100 cavaleiros, deles 200 éguas chucas e 150 mansas.

PARTICIPANTES DA OPERAÇÃO

Sob o comando de Rafael Pinto Bandeira, escolhido pelo Governador Marcelino de Figueiredo como o único oficial capaz de percorrer toda a campanha do Rio Grande, “com uma cuia de mate e uma ou duas malas de garupa”, participaram da Operação São Martinho as seguintes tropas: 150 guerrilheiros rio-grandenses vindos de suas bases de guerrilhas nos atuais Municípios de Canguçu e Encruzilhada do Sul e 50 homens da recém-criada Companhia de Granadeiros do Regimento de Dragões de Rio Pardo. Entre estes, o então Sargento Félix Pereira da Costa (N-2).

RAFAEL, INSTRUMENTO DE DILATAÇÃO DO IMPÉRIO

Após esta vitória, coube a Rafael comandar a conquista e arrasamento do Forte de Santa Tecla, em 26 de março de 1776. Esta operação, junto com a reconquista da Vila de Rio Grande, cinco dias após, em 1.º de abril de 1776, selou a reconquista e a expulsão definitiva dos espanhóis do Rio Grande do Sul, cujo bicentenário comemora-se no próximo ano. Esta efeméride merece ser evocada e festejada com especial relevo e com amplitude nacional em razão de seu alto significado militar e geopolítico — definição do destino brasileiro do Rio Grande do Sul, após acirrada disputa militar e diplomática entre Portugal e Espanha que durou mais de trinta anos. Os restos mortais do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira repousam numa urna exposta à visitação pública na Igreja de São Pedro, em Rio Grande, construída em 1756, pelo Exército de Demarcação, segundo projeto do Coronel Fernandes Pinto Alpoym, também projetista dos Arcos de Santa Teresa no Rio. Por uma estranha e feliz coincidência, o guerreiro Rafael e o templo que

abriga seus restos mortais foram dois dos mais poderosos instrumentos no Sul, da política portuguesa — Dilatar a Fé Católica e o Império Português — tão presente e viva nos *Lusíadas* de Camões, o imortal poeta e soldado.

(N-2) Pai de Hipólito José da Costa "o gaúcho fundador da Imprensa Brasileira", por haver editado em Londres (1808-22) o *Correio Braziliense*, de tão marcante influência na preparação da Independência do Brasil.



O Major RAFAEL PINTO BANDEIRA dirigindo a construção de picada de 3 léguas, através da mata, para cair de surpresa sobre a retaguarda do Forte de São Martinho — Outubro, 1775. Fonte: Arquivo Iconográfico do C Doc Ex.

EM TORNO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA (Florianópolis - SC)

1977

*Contribuição ao bicentenário da restauração da
Ilha de Santa Catarina e da definição do seu
destino brasileiro*

Ten Cel Cláudio Moreira Bento

NOTA DA REDAÇÃO: Ten Cel Eng QEMA — CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Pesquisador da História das Forças Terrestres Brasileiras, teve destacada atuação como membro da Comissão de História do Exército Brasileiro (1971-74). Representou o Exército em várias atividades culturais, ligadas principalmente à

História Militar. Sócio da Academia Brasileira de História, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Colaborador assíduo da Revista Militar Brasileira, apresenta, neste número, mais um trabalho sobre nossos Fortes Históricos.

INTRODUÇÃO

Em 5 de março de 1977 transcorreu o bicentenário da capitulação da ilha de Santa Catarina à Espanha, após atacada por poderosa e bem comandada expedição, armada em Cádiz, destinada a varrer os portugueses de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de Colônia do Sacramento. A capitulação teve lugar na Fortaleza de São José da Ponta Grossa, erigida no extremo noroeste da ilha. Esta capitulação, a de Colônia, logo após, e a da Vila de Rio Grande, em 1763, deram origem a inquéritos e punições conseqüentes, aos militares envolvidos, que cederam ao peso de forças espanholas esmagadoramente superiores. Segundo interpreto, estes inquéritos (ou devassas) procuraram, na análise isolada dos fatos, bodes expiatórios. Isto para esconder causas mais profundas, em Portugal, resultantes do desprezo e descuido deliberados do fortalecimento militar e excessiva confiança no poder do engenho e arte de sua diplomacia. Ao falhar esta, Portugal foi invadido. Por não dispor de poder militar, suas defesas ruíram ao primeiro embate. No sul do Brasil, aqueles insucessos, com causas em Portugal, concorreram, no processo punitivo decorrente, para enlamear reputações firmadas de chefes e tropas do Brasil, envolvidos nos mesmos. Na ilha de Santa Catarina os estigmas de covardia e falta de cumprimento do dever militar ante o invasor, de parte de seus defensores em 1777, pesam, injustamente, na memória local, dentro do pressuposto de que a única atitude militar no caso, seria a resistência a todo custo, passional e não racional. Estes estigmas atingiram até as fortalezas da ilha, desde a capitulação, condenadas, injustamente, como inúteis e “mal pensadas”. Acreditamos que o assunto mereça uma revisão serena. E é este o nosso propósito ao abordarmos o assunto em torno do tema central, a Fortaleza da Ponta Grossa, hoje a mais bela e impressionante atração da ilha, mas, até agora, sem uma história gloriosa que dela esperam os turistas, seja contada. Tudo, consequência de estigmas injustos, mesmo após a restauração de fato, da ilha, na soberania portuguesa, em 30 de julho de 1778, há 200 anos, por força do Tratado de Santo Ildefonso, de 1.º Out 1777, que definiu o seu destino brasileiro. Em torno do tema central, o presente ensaio interpretativo abordará: As fortificações históricas da ilha, a partir de 1739, destinadas a transformá-la em poderosa base naval, militar e logística, em apoio às nossas lutas no sul (1739-1870); a invasão, conquista e dominação espanhola da ilha em 1777 e a restauração da soberania portuguesa na ilha em 1778.

VISITA ÀS RUÍNAS DA FORTALEZA

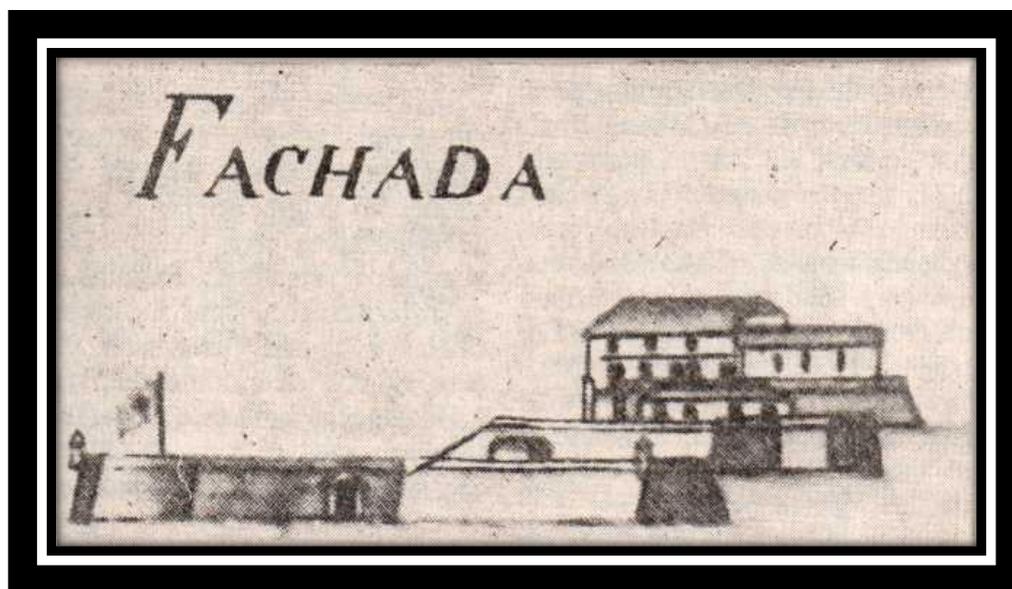
Ao visitarmos as ruínas da velha fortaleza em 17 Fev, causou-nos admiração

e respeito, pela sua majestade e vulto, os sacrifícios enormes dos que a construíram e guarneceram. Encantamento, a paisagem de rara beleza que dela se descortina e, alegria a constatação de que a Prefeitura de Florianópolis, procurando atalhar os efeitos do tempo, procede sua recuperação parcial, num louvável ato de preservação para a posteridade, de parte da Memória Nacional.

Ao percorrê-la, vieram-nos à mente as perguntas: Qual a verdadeira história desse velho bastião? Quais os dramas, glórias, sacrifícios e injustiças testemunhados por suas muralhas e paredes de pedra nos últimos 236 anos?

Movidos por esta curiosidade e a propósito do bicentenário, em 1.º Out, da restauração da ilha de Santa Catarina e definição de seu destino brasileiro, passamos a desvendá-la, recorrendo às melhores fontes sobre o assunto e a trabalhos que já realizamos, relacionados com as guerras no Sul (1763-77).

A velha fortaleza é hoje visita obrigatória para o turista que entre na Ilha e utilize a confortável rede hoteleira da bela e elegante praia de Canasvieiras, local de desembarque, em 1777, das forças que Invadiram a ilha ou, para os que utilizem o “camping” da praia Jurerê, contígua à fortaleza e, também, palco do desembarque e ações do invasor contra a fortaleza, a primeira a fundou a Colônia do Sacramento, na atual República do Uruguai, defronte Buenos Aires. Objetivo econômico, para partilhar das enormes riquezas carreadas na bacia do Rio da Prata e transportadas de Buenos Aires à Espanha. Objetivo geopolítico, para assegurar e apoiar, naquela posição, a integração, por água, do ser atacada e a única a apresentar resistência contra a esmagadora e potente expedição naval espanhola em 1777.



Fortaleza de São José da Ponta Grossa na Ilha de Santa Catarina, à entrada da baía norte. Foi a única a oferecer resistência à invasão espanhola, em 1777. Construção iniciada em 1739, seguindo o traço do Brigadeiro José da Silva Paes, o fundador de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. São as mais antigas ruínas contemporâneas da fundação portuguesa do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, donde seu grande valor histórico (Fonte: CABRAL. As Defesas da Ilha).

CONTEXTO HISTÓRICO

Em 1680, Portugal, com o duplo objetivo econômico e geopolítico, Centro do Poder do Brasil Colonial, com Mato Grosso, atingido pelos bandeirantes paulistas, no período de União das Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640).

A reação de Espanha não se fez esperar. Colônia sofreu diversos ataques partidos de Buenos Aires.

Mantê-la, a partir do Rio de Janeiro, era tarefa difícil, particularmente após o estabelecimento dos espanhóis em Montevidéu, onde os portugueses tentaram se estabelecer em 1727 e foram desalojados.

Para aproximar o apoio militar que ela necessitava, foi fundada Laguna-SC, em 1688, por vicentinos, e o Presídio de Jesus Maria José em Rio Grande-RS e mais o forte de São Miguel-Uruguaí, ambos em 1737. A partir de 1722, tropeiros lagunistas já haviam estabelecido contato com Colônia, através do litoral. Antes e após a fundação do Rio Grande, foram abertos caminhos de tropas de gado, entre o Rio Grande-RS e Sorocaba-SP, que dariam origem, após, às cidades de Vacaria-RS, Lages-SC e Curitiba-PR, entre outras.

A ilha de Santa Catarina apresentava muito boas condições para ser transformada numa base naval, militar e logística, desde que fortificada. Isto, para cerrar ainda mais o apoio à Colônia do Sacramento e ao Rio Grande. Daí a idéia de fortificá-la, defendida pelo General Gomes Freire de Andrade, Capitão-General do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (1733- 1733), ao qual muito devem o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, suas integrações ao território brasileiro.

Em 1738, ano seguinte ao da fundação do Rio Grande do Sul pelo Brigadeiro José da Silva Paes, foi criado o Governo Militar de Santa Catarina, desvinculando a região de São Paulo e subordinando-a ao Rio de Janeiro.

O primeiro governador nomeado, e que assumiu em 1739, foi aquele brigadeiro, hoje considerado, com justa razão, o fundador do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Silva Paes mudou o governo de Laguna para a ilha. Transformou-a em centro da vida catarinense. Erigiu igreja, dotou-a de repartições civis, criou e organizou o legendário Regimento de Infantaria da Ilha de Santa Catarina, de tão gloriosas tradições, no Rio Grande do Sul, nas lutas naquela região, de 1737-1821, particularmente nos Sete Povos das Missões. A esta unidade se deve, segundo a tradição, o apelido de barrigas verdes, transferido, hoje, aos catarinenses, que o ostentam com justificado orgulho e carinho. A maioria de seus primeiros integrantes foram recrutados entre os primeiros povoadores da ilha.

De 1739-41, Silva Paes deu início à construção de 4 fortalezas para transformar a ilha em poderosa base portuguesa destinada a:

— Impedir a utilização da ilha por navios estrangeiros, para contrabando, pirataria, reabastecimento de lenha e água, refresco das guarnições e ofensas a seus habitantes;

— Apoiar as comunicações navais entre o Rio de Janeiro e Santos e as bases militares portuguesas em Rio Grande e Colônia.

SISTEMA DEFENSIVO INICIAL DA ILHA

Seguindo seu desenho, Silva Paes construiu as seguintes fortalezas: Santa Cruz, São José e Santo Antônio. Finalidade: Fechar a entrada da baía norte. A primeira e, a principal, erigida na ilha Inhatomirim, em 1739, junto ao continente. A segunda, no extremo noroeste da ilha e defronte à primeira. A terceira, mais para o interior, na ilha dos Ratores (Rato Grande).

No sul da ilha, fechando a entrada da baía sul, erigiu a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.

Foi a melhor solução buscada por Silva Paes para construir estas quatro fortalezas. Procurou tirar, na construção das mesmas, o melhor partido do material disponível no local, do terreno, dos ventos dominantes, das correntes, canais e profundidade no interior das baías.

A de São José da Ponta Grossa, situou-a em local elevado, difícil de ser atingida por canhões de navios inimigos de menores calibres e alcances e com limitações- de elevação de tiros.

As fortalezas Santa Cruz, São José e Santo Antônio na barra norte, em razão da distância entre as mesmas, não podiam triangular seus tiros. Sua eficiência contra forças navais que tentassem penetrar na baía norte, era condicionada ao apoio naval proporcionado por barcos amigos, em ação combinada. Sozinhas pouco valiam contra uma poderosa esquadra naval, transportando forças de terra e mar.

Durante a invasão de 1777, as fortalezas não contaram com apoio naval nem de infantaria, para auxiliarem na defesa de ataques partidos de terra.

A Divisão Naval de 12 velas, ao comando do CMG Robert Mac Douall da Marinha da Inglaterra e contratado por Portugal, desamparou por completo a ilha à aproximação da esquadra inimiga. Ao avistar esta, próximo da ilha, buscou refúgio na enseada de Garoupas. Deste local dirigiu- se para o Rio de Janeiro.

Em 19 Fev 76, ao forçar a barra de Rio Grande, Mac Douall sentiu a eficiência de uma fortaleza atuando junto com a esquadilha espanhola que defendia a vila de Rio Grande. Embora superior em forças navais, a conjugação de fogos fortaleza-esquadilha espanholas, impôs-lhe significativas perdas, além de frustrar, naquele dia, o projetado ataque à vila de Rio Grande pelo Exército do Sul, em São José do Norte. Na ocasião, o próprio barco de onde comandava o combate naval foi atingido pela fortaleza espanhola- Nova (e após Triunfo) e posto a pique. Esta ação resultou num insucesso parcial de Mac Douall. Pois, batido parcialmente, conseguiu que sua esquadilha se juntasse à esquadilha do CMG Hard Castle, em São José do Norte.

Pelo desamparo da ilha em 1777, Mac Douall foi julgado e dispensado do serviço de Portugal. Mais tarde, no comando de um barco de guerra inglês, apresentou-se na barra do Rio de Janeiro em atitude provocadora. Em sua defesa, alegou que desamparou a ilha em obediência a ordens superiores, no sentido de evitar que a única Divisão Naval existente no Brasil fosse destruída ou conquistada pelo inimigo. O fato é que a ilha foi desamparada pela Divisão Naval, seja por iniciativa de Mac Douall, seja por ordem do Vice-Rei, para que não caísse em poder do inimigo. Este fato é importante no julgamento das responsabilidades pela capitulação da ilha em 1777.

SISTEMA DEFENSIVO COMPLEMENTAR DA ILHA

No contexto da Guerra do Sul 1763-77, foram construídas mais duas fortalezas, seguindo projeto do Coronel José Custódio de Farias, representante, mais tarde, dos defensores da ilha na capitulação de 5 Mar 77.

Elas localizaram-se junto da então vila do Desterro.

A de São Francisco, na altura da atual praça Lauro Müller. A de Santana, dominando o estreito, em local, hoje, sob os pilares da ponte Hercílio Luz.

Em 1793, na possibilidade de nova guerra entre Portugal e Espanha, que ocorreria em 1801 e estender-se-ia ao Rio Grande do Sul, foram construídas mais duas fortalezas, segundo o Almirante Lucas Boiteux. A de São José, para cruzar fogos com a de Santana e situada no continente, na altura, hoje, do acesso à ponte Hercílio Luz e, a de Santa Bárbara, no interior da vila, hoje, local da Capitania dos Portos.

Ambas dominavam a baía sul junto ao Estreito.

Existiu também a fortaleza da Lagoa que desapareceu sem deixar vestígios. Sua localização era no sangradouro da Lagoa.

Data do tempo da República a construção da Fortaleza Marechal Moura no extremo sul da ilha, na ponta dos Naufragados e distante 500 metros da fortaleza Nossa Senhora da Conceição.

A fortaleza São José da Ponta Grossa integra o Patrimônio da União, sob jurisdição do Exército, há algum tempo. E é a melhor preservada e, seguramente, as mais antigas ruínas no Sul do Brasil, conservando suas características originais. Daí seu grande valor histórico.

AS FORTALEZAS NA LITERATURA MILITAR BRASILEIRA

Os estudos históricos sobre as fortalezas são escassos na literatura Militar Brasileira. A preservação da história das mesmas tem sido obra do esforço e do amor à terra, de historiadores catarinenses. Inicialmente do Almirante Lucas Boiteux, destacado historiador naval e preservador da memória de nossa Marinha de Guerra. Ultimamente, de parte de Osvaldo Cabral e colaboradores, na obra modelar: *As defesas da Ilha de Santa Catarina*, editada sob o patrocínio do Conselho Federal de Cultura e Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Autêntica História Militar da Ilha, nela, seu autor e colaboradores, num trabalho de grande fôlego e paciência, reuniram valiosas fontes primárias para lastrearem ensaios interpretativos. Ensaios que integram pesquisas realizadas principalmente pelos rio-grandenses General João Borges Fortes, Coronel Jonathas Rego Monteiro, Dante de Laytano e Abeillard Barreto, sobre o período 1680- 1777. Isto, em razão da estreita ligação dos fatos militares ocorridos naquele período entre Colônia do Sacramento, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



Sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, a partir de 1739, para transformá-la em poderosa base naval, militar e logística em apoio às lutas no sul, com espanhóis e seus descendentes 1739-1870 (pesquisa do autor).

A própria História do Exército Brasileiro, editada em 1972, registra, em esquema, algumas incorreções sobre a exata localização das fortalezas, ao apoiar-se em *Fortificações do Brasil*, do Coronel Anibal Barreto, excelente aproximação do assunto em escala nacional.

No ano passado, a Comissão Executiva de Alienação de Imóveis do Exército, sob a presidência do General Ênio dos Santos Pinheiro e com auxílio do comando do Grupamento do Leste Catarinense, procedeu a levantamentos minuciosos para fins patrimoniais, das fortalezas sob a jurisdição do Ministério do Exército. (Nota 1)

Referidos levantamentos contribuirão com relevância para a história das mesmas e para a preservação da Memória Militar da Ilha, através de decretos presidenciais baixados que mostram a disposição do Governo e do Exército, de proteger o que delas restou para a posteridade.

Referidos decretos abrangem as fortalezas São Luiz (Decreto 77.377, de 2 Abr 76), Conceição ou Araçatuba (Dec. 78.278, de 18 Ago 76), São João (Dec. 78.278, de 18 Ago 76), Santana (Dec. 78.279, de 17 Ago 76) e Marechal Moura (Dec. 78.279, de 17 Ago 76).

As fortalezas Santa Cruz, Santo Antônio e Santa Bárbara estão sob jurisdição da Marinha.

A fortaleza Marechal Luz data de 1915. Foi inaugurada por Aviso de 24 Dez 1915 do Ministério da Guerra.

A fortaleza São Francisco não mais existe. Situava-se no local hoje praça Lauro Müller.

Em 23 de maio de 1941, o Gen. Div. Pedro A.C. Albuquerque, Comandante da 5.^a Região Militar, enviou extenso relatório ao Diretor de Engenharia, constante de 67 tolhas, dando conta da sindicância mandada proceder sobre a situação dos próprios do Ministério da Guerra em Florianópolis.

Foram de real valia, segundo o relatório, as informações prestadas pelos historiadores Osvaldo Cabral e Davi Carneiro.

Foram encarregados da sindicância o Major José da Costa Monteiro e Tenente Joaquim José Benites Collares, do Serviço de Engenharia da 5.^a RM, no que foram auxiliados pelo Ten. Cel. Waldir Lopes da Cruz, comandante da Guarnição de Florianópolis, que há muito desenvolvia esforços para esclarecer o domínio do Ministério da Guerra sobre as fortalezas (Fonte: Arq. da Diretoria do Patrimônio do Exército) .

Referida sindicância contém aspectos interessantes sobre manobras tentadas para lesar o Patrimônio da União e ação de grupos que dilapidaram o Patrimônio Artístico e Histórico das fortalezas.

O VALOR DEFENSIVO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ

Após a construção da fortaleza de Santa Cruz, Silva Paes tratou de erigir, em 1740, a de São José da Ponta Grossa, hoje tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional e integrante do Patrimônio da União distribuído ao Exército. Suas plantas baixa e alta estão publicadas na obra citada de Osvaldo Cabral. O Serviço do Patrimônio do Exército, subordinado ao Departamento de Engenharia e Comunicações, possui, em seus arquivos, preciosos documentos e plantas a ela referentes.

Seus canhões de vários tipos e calibres provêm, em sua maior parte, de fortalezas da Bahia, do tempo das guerras holandesas. Alguns são de procedência inglesa, trazendo inscrito o nome do Rei George III.

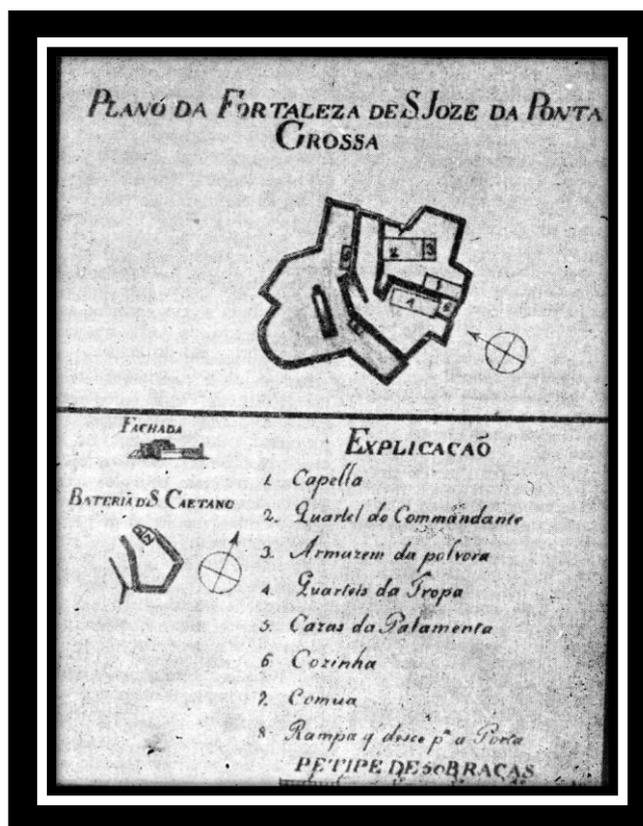
Entre seus velhos canhões encontra-se um de 1494, anterior ao descobrimento do Brasil.

Seu poder de fogo previsto era de 430 libras. Era assegurado por 31 peças de vários calibres e alcances: 7 de 24 libras, 2 de 18, 10 de 12, 7 de 8, 1 de 4 e 2 de 2. Do total, 26 eram peças de ferro e 5 de bronze (4 de 12 libras e 1 de 2). Isto representava pouco menos de metade da potência de fogo da esquadilha naval de 12 velas e 5 fortes portugueses em São José do Norte — R3, em 1.^o Abr 1776, reconquista aos espanhóis da vila de Rio Grande.

A bateria S. Caetano a oeste do forte possuía 6 canhões.

A São José foi erigida na extremidade de serra pedregosa que, após desenvolver-se do sul para o norte, mergulha no mar à sua frente.

Possuía ampla dominância de vistas e fogos sobre o mar, para o norte, noroeste e oeste. Seus canhões voltados para estas direções estavam colocados em dois patamares superpostos, o que dificultava o tiro de todas as suas peças. O espaço para recuo dos canhões era compatível.



Plantas baixas da Fortaleza de São José da Ponta Grossa e da Bateria São Caetano que protegia pelo leste. As duas fortificações integram o Patrimônio da União, sob jurisdição do Exército. A Prefeitura de Florianópolis desenvolve esforços para recuperá-las, preservando, assim, fase importante de Memória Nacional. (Fonte: CABRAL: As Defesas da Ilha).

Qualquer embarcação inimiga que tentasse atirar sobre a fortaleza, ao poder fazê-lo, há muito já estaria dentro do alcance eficaz de seus canhões, de maior calibre e alcance. Os canhões navais da época, além de menor calibre e alcance, sofriam limitações de elevação para atirar contra a fortaleza, ao se aproximarem demasiado da mesma, navegando em seus ângulos mortos de tiro. Isto explica os parapeitos rasos na frente das peças e os edifícios dispostos em locais elevados, sendo que um deles, de dois andares, servindo duplamente de posto de observação e comando.

Um barco inimigo, ao tentar entrar na baía norte, em razão dos ventos dominantes e do canal na baía, tendia a ser conduzido para o setor de tiro da Fortaleza de Santa Cruz. Ao tentar evitar isto, podia, nas suas manobras a vela, cair no setor de tiro de São José da Ponta Grossa.

A fortaleza, para fazer face a ataques terrestres, possuía boas condições defensivas, desde que apoiada por competente tropa de Infantaria. Ao norte, noroeste e oeste, a defesa, no caso, era assegurada pela grande altura de suas muralhas. Pelo leste, era protegida pela bateria São Caetano, com 6 peças, voltada para a praia do Jurerê e, por uma trincheira de pedra, abaixo da meia encosta da serra e paralela a esta, integrando os flancos da bateria de São Caetano. Vencida esta bateria e muralha, o fosso e muralha da fortaleza, nessa direção, proporcionavam alguma proteção. A sua vulnerabilidade era pelo sul, de altitudes maiores à sua retaguarda, na serra em cuja extremidade foi erigida. Mas o domínio daquelas alturas por uma obra complementar de defesa e, mesmo, por um destacamento de Infantaria de defesa externa, poderia compensar a

vulnerabilidade. Sem esta providência, tropa inimiga que conquistasse aquelas alturas, poderia cercá-la e privar-lhe da água da fonte externa que a abastecia e que até hoje abastece os moradores do local.

Seu portão principal era para oeste, voltado para a baía e, o secundário, a leste, junto à bateria São Caetano, e voltado para a terra.

Por ocasião da invasão em 1777, reconhecimentos inimigos não conseguiram atingir a retaguarda da fortaleza, dado o difícil acesso à mesma pelo leste.

Assim descreveu a tentativa, o Visconde de São Leopoldo:

“A uma hora da noite saiu o quartel-mestre general escoltado por 150 homens ao comando do Coronel D. Vitória de Navia, para reconhecer o caminho para uma elevação que dominava a Fortaleza São José. Recolheu-se, com desengano, por não encontrar mais que uma estreita e entaliscada senda”.

SITUAÇÃO MILITAR EM 1777

Por ocasião da invasão da ilha de Santa Catarina, em 1777, era a seguinte a situação militar no Sul do Brasil.

As melhores tropas do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande ao Sul encontravam-se na vila do Rio Grande. Esta, reconquistada, em 1.º de abril de 1776, pelo Exército do Sul por elas formado, após 13 anos sob domínio da Espanha.

Em Colônia do Sacramento existiam cerca de 1.000 homens de terra e mar. Aquelas praças constituíam a frente de combate e a ilha de Santa Catarina a zona de retaguarda, em apoio às mesmas e, base de operações de uma Divisão Naval. Esta para proteger a linha de suprimentos e de comunicações marítimas Rio de Janeiro — Santos — Florianópolis — Rio Grande — Colônia do Sacramento e, por outro lado, para negar a navios espanhóis, o refresco e abastecimento de lenha e água em nosso litoral sul. Deste modo, a linha de comunicações e suprimento navais da Espanha ao Rio da Prata tornava-se por demais alongada.

Desde 1774, Pombal havia baixado instruções minuciosas para a defesa de Santa Catarina. Elas não foram ou não puderam ser executadas, em tempo, mesmo após dois anos, quando soube-se que na Espanha preparava-se poderosa expedição para invadi-la e conquistá-la. Nas instruções mencionadas, o Marquês de Pombal assim via a importância estratégica da ilha:

“Sua manutenção é de suma importância. Na paz defende o litoral sul de contrabandos. Na guerra, priva o inimigo, no litoral sul, dos únicos portos, com profundidade e espaço necessários, ao abrigo, com segurança, de forças navais. Por outro lado, nos possibilita até ancorarmos navios e introduzirmos tropas e munições de guerra e de boca (alimentos) no Rio Grande do Sul, como no presente. Sem a ilha de Santa Catarina, não poderemos manter com facilidade o Rio Grande.” (paráfrase).

Sobre a importância de apoio naval para a defesa da ilha escreveu:

“A defesa da ilha de Santa Catarina, como as ações do Exército do Sul, no Rio Grande, não serão bem consolidadas se não forem apoiadas por competente número de naus e fragatas de guerra.”

Pombal sabia que a defesa da ilha não era eficiente, face a um ataque naval inimigo, sem dispor de “competente” número de barcos de guerra. E este apoio

estaria ausente, em 1777, na invasão espanhola.

Para executar suas instruções, determinou Pombal que o Comando Militar da ilha fosse assumido pelo Brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Este, solteiro, 45 anos, viera para o Brasil em 1771, no comando do Regimento de Infantaria de Moura e então desviado, por três anos, para governar Minas Gerais, onde realizou simpática administração.

Em carta do Vice-Rei, dizendo que a preservação e defesa da Ilha de Santa Catarina era, na época, um dos objetivos mais importantes de Portugal, Furtado de Mendonça recebeu a espinhosa missão de mantê-la, dada em função da “inteira confiança real na sua prudência, valor e firmeza”.

No entanto, a realidade era bem outra. O comandante militar da Ilha não era atendido, com oportunidade e quantidade, em seus pedidos feitos ao Vice-Rei. Este não os levava muito em conta, por julgar “fantasias” da Corte as possibilidades de um ataque à ilha a partir de Espanha.

O Vice-Rei soube, com cerca de 11 meses de antecedência, que expedição, destinada a atacar a ilha de Santa Catarina e o Rio Grande, ultimava os preparativos. Recebeu ordens de concentrar o poder militar na ilha e no Rio Grande e defendê-los a todo custo, mesmo que isto resultasse na perda da Colônia.

Na ilha, a notícia de que seria atacada por poderosa esquadra Inimiga, constituída de 119 embarcações mercantes e de guerra, de todos os tamanhos, transportando 15.000 homens de terra e mar, causou grandes preocupações a seus defensores. Em realidade, a expedição espanhola era constituída de 8.194 infantes, 600 dragões e 100 artilheiros, 97 barcos mercantes e 22 barcos de guerra. Estes compreendendo 8 naus com 60 canhões cada, 6 fragatas e 8 goletas, formando 3 divisões navais e armados com cerca de 480 canhões.

As forças de terra da expedição eram agrupadas em 4 brigadas de Infantaria a três batalhões, apoiadas por um regimento de Dragões, 1 corpo de Artilharia com 70 peças de artilharia e por corpos auxiliares de Intendência e Saúde.

Na ilha, as tropas disponíveis eram de cerca de 1.800 homens, assim distribuídos:

— Regimento de Infantaria da Ilha, pela metade do efetivo e integrado por cerca de 400 homens, na maioria degradados do Rio de Janeiro, contando com muitos incapazes, por saúde e idade para o serviço militar.

— Regimento de Infantaria, do Porto, pela metade do efetivo e integrado por cerca de 400 homens.

— Regimento de Infantaria dos Henriques, proveniente de Pernambuco. Constituído por cerca de 700 homens de cor, recrutas bisonhos, em fase de instrução militar e recém-chegados.

— Sete companhias de auxiliares incompletas, num total de 400 homens mal armados, recrutados entre os civis da ilha.

— Duas companhias de Artilharia, com cerca de 100 homens, para guarnecer as cinco fortalezas existentes na ilha, quando o efetivo ideal para a tarefa seria de 300 homens. Aqui residia a maior vulnerabilidade do sistema. Esta, agravada, pela insuficiência de guarnições e tropa de Infantaria, para defender as fortalezas contra ataques de terra.

A Divisão Naval que deveria apoiar a defesa da ilha, era constituída de 12 barcos de guerra com 462 canhões. Deles as fragatas “Glória” e “Graça” haviam tido desempenho brilhante na reconquista da vila de Rio Grande, em 1.º Abr 76, ao comando do CMG Hard Castle.

Para tentar minorar a situação angustiante da ilha, foi para ela enviado, três meses antes da invasão, o renomado engenheiro, Coronel José Custódio Faria,

até então com assinalados serviços militares como demarcador, engenheiro e estrategista nas frentes de Mato Grosso, Rio Grande e Santa Catarina de 1750-1776.

Sua chegada impôs maiores dificuldades no processo decisório. Foram abandonados planos em vigor, em benefício da idéia de construção de um núcleo de resistência 'no Cubatão, elevação no continente, à altura do estreito (onde ergue-se a ponte Hercílio Luz) e voltada para a baía norte. Souza Faria, na invasão, encontraria na ilha a sua Waterloo, o que abalou por completo sua reputação firmada e aura de intrepidez. O tempo que dispôs foi muito exíguo. Suas intervenções e observações contribuíram para a confusão e o desânimo na guarnição e animosidade entre os governadores civil e militar da ilha.

A fortaleza da Ponta Grossa era comandada pelo bravo Capitão Simão Rodrigues Proença, comandante de uma companhia do Regimento da Ilha na reconquista do Rio Grande. A de Santa Cruz era comandada pelo bravo Capitão Manuel Gonçalves Leão, engenheiro de grandes méritos, delineador, inclusive, da Fortaleza do Rio Pardo e da bicentenária catedral de São Pedro, em Rio Grande/RS, em 1756.

O Regimento de Infantaria da Ilha era comandado pelo Ten Cel José da Gama Lobo Coelho.

A INVASÃO DA ILHA

Na madrugada de 20 Fev 1777, a Fortaleza de São José da Ponta Grossa avistou a enorme esquadra inimiga encaminhando-se para a praia Canasvieira. Esta ali chegava ao comando do Almirante Tillv, após cerca de três meses de viagem desde Cádiz, com escala na Ilha da Trindade. Ela trazia um passageiro ilustre, o I.º Vice-Rei, do recém-criado Vice-Reinado do Rio da Prata, compreendendo, na época, os territórios atuais do Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai, Rio Grande do Sul e ilha de Santa Catarina.

O Vice-Rei era o General D. Pedro Cevallos que, em 1763, conquistara os fortes portugueses de Santa Tereza, São Miguel e a vila de Rio Grande, após conquistar Colônia do Sacramento.

O comandante militar da ilha, avisado, dirigiu-se para a Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Dali observou a esquadra iniciar a fundear na enseada da praia Canasvieira. Durante dois dias a esquadra inimiga permaneceu inativa. Mendonça Furtado visualizou o seguinte plano de emergência: Tentar, com as fortalezas da barra norte, sem o apoio naval imprescindível, dificultar a entrada da esquadra inimiga na baía norte e organizar as defesas de ambos os lados do estreito (onde foram erigidas as pontes atuais).

A notícia da chegada da esquadra, causou o pânico na população. A ausência de apoio naval e mais a de um comando militar único, terminou por atingir o moral das tropas defensoras. As discussões entre os governadores militar e civil, transpiraram dos Conselhos de guerra, bem como as opiniões do engenheiro Custódio de Farias, "ser a ilha indefensável sem apoio naval."

Mas, mesmo assim, foram organizadas as defesas.

A 22, a Fortaleza de São José pressentiu que seria atacada e comunicou a Furtado de Mendonça. No dia 23, forças de terra e mar invasoras reconheceram a Fortaleza de São José, não conseguindo atingir sua retaguarda, por ser inacessível.

Um destacamento inimigo marchou ao longo da praia Canasvieira e reconheceu o caminho até a fortaleza. Ainda a noite, uma nau inimiga, o “Setentrião”, tentou aproximar-se, em sondagem da fortaleza. Três tiros de canhão disparados por ela obrigaram o barco inimigo a incorporar-se à esquadra.

Decidiu, então, Cevallos, atacar a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, por terra.

No dia 25, tropas terrestres marcharam em sua direção, sem nenhuma resistência. O General Cevallos a reconheceu pessoalmente e concluiu estar abandonada. Ao mandar ocupá-la, ela disparou quatro tiros de canhão que causaram confusão, temor e surpresa nos atacantes. Após observá-la melhor, um coronel espanhol dela aproximou-se e intimou-a a rendição. Passado algum tempo sem resposta, concluíram que ela estava abandonada.

São José da Ponta Grossa foi a única a apresentar alguma resistência, através dos seis disparos de seus canhões.

O General Cevallos passou a utilizá-la, desde então, como posto de observação e de comando de suas operações. Sua Guarnição foi juntar-se aos defensores, na vila do Desterro e no Cubatão.

No mesmo dia a Fortaleza de Santa Cruz foi intimada à rendição, sob pena de seus ocupantes serem passados ao fio de espada. Seu comandante pediu um prazo até o dia seguinte. No outro dia Santa Cruz rendeu-se. Permaneceram na fortaleza o bravo Capitão Manoel de Leão, cercado por 2 soldados brancos e 5 negros. Os últimos escaparam, ao lhes ser dada a ordem de prisão, após haverem acompanhado seu comandante até a rendição. Foram juntar-se, no continente, ao restante da guarnição que a abandonara, ao ser decidida a capitulação.

A Fortaleza de Santo Antônio foi encontrada abandonada. Caíam, assim, as defesas da entrada da barra norte. O General Cevallos intimou toda a ilha a render-se incondicionalmente.

A CAPITULAÇÃO

Foi designado negociador pelos portugueses o Coronel Custódio Faria; conhecido do General Cevallos desde a demarcação do Tratado de Madrid e, após, durante o ataque frustrado à vila de Rio Grande e reconquista de São José do Norte, todos planejados e dirigidos pelo coronel como Governador do Rio Grande do Sul. Custódio, casado em Portugal, veio sozinho para o Brasil. Em Assunção ligou-se a uma espanhola que lhe deu uma filha. Sentimentalmente envolvera-se com os espanhóis. Alimentava o sonho de reencontrar-se e amparar a filha residente em Assunção e órfã de mãe.

Em 5 de março de 1777, na Fortaleza de São José da Ponta Grossa, o Coronel Custódio de Faria reuniu-se ao General Cevallos e propôs-lhe rendição condicional. Cevallos não aceitou os termos gerais da proposta e impôs uma rendição incondicional. Determinou que toda a tropa seria considerada prisioneira de guerra e que tudo que existisse na ilha seria patrimônio de Espanha, inclusive os negros em mãos dos portugueses. Deviam ser-lhe entregues todos os livros de registros. Concedeu que os oficiais, com famílias, fossem transportados para o Rio, com a condição de não pegarem em armas contra a Espanha. Reteve o Coronel Custódio de Faria e conseguiu fazer 523 prisioneiros. Ao conhecer os termos da rendição, a maioria dos sargentos e soldados escaparam, com armas na mão, para o continente, em direção de Laguna, Rio Grande do Sul e Lages.

O comandante do Regimento da Ilha rasgou as bandeiras da unidade para não

caírem em mãos Inimigas. Um alferes dos Henriques enrolou as bandeiras de sua unidade no corpo internou-se no continente, rumo a Pernambuco.

No Rio Grande do Sul chegou rápida a notícia. Seu Governador, conhecendo a extensão do problema, em 15 de março, destacou contingentes para reagrupar os grupos que conseguiram, com armamentos e tudo, escapar de serem aprisionados e transportados como prisioneiros para o Rio da Prata.

Os escravos, em número de 60, que operavam a usina de óleo de baleia na Ponta da Armação, próxima à Fortaleza de Santa Cruz, foram bater no Rio Grande do Sul.

Ameaçada a retaguarda do Exército do Sul, em Rio Grande, seu comandante, General Bohn, determinou a construção, no apertado passo de Itapeba em Torres, no Rio Grande do Sul, do Forte São Diogo das Torres.

As centenas de soldados e sargentos em retirada passaram em Torres e informaram o seguinte:

- Que a esquadra espanhola permanecera quatro dias inativa, antes de atacar.
- Que neste espaço, um oficial português, que desertara, comunicou a Cevallos que os defensores da ilha estavam fugindo.
- Que ao assinar-se a rendição, o inimigo mandou embarcações para prendê-los.
- Que nestes termos, eles foram obrigados a abandonar os oficiais e rumar para Laguna, com armas na mão, com a intenção de romper a guarda do Embaú que se dizia de posse do inimigo. E que, após, aceitaram convite para unirem-se ao Exército do Sul em Rio Grande.
- Que parte do Regimento do Porto preferiu atingir, por terra, o Rio de Janeiro e incorporar-se lá, à sua unidade.

Os cerca de 1.000 sargentos e soldados que abandonaram a ilha, com armas na mão, a maioria após a capitulação, escaparam da triste destino dos 523 aprisionados, com armas e tudo, mandados para o Peru.

Os “muitos centos” que passaram em Torres eram dos regimentos da Ilha e dos Henriques de Pernambuco. Cento e cinquenta do Regimento do Porto chegaram a Lages ao comando de dois sargentos e em ordem.

Grande parte dos que permaneceram no litoral catarinense foram reagrupados em Laguna e utilizados nas guerrilhas ou, em duas companhias, pelo Tenente Bernardo José Ferreira, mandado com este fim pelo Governador do Rio Grande. Outros, possivelmente, foram incorporados às tropas de São Paulo e Minas Gerais que vinham descendo a Serra Geral, para o Rio Grande.

Os que escaparam do destino de serem prisioneiros de guerra foram aproveitados, na maior parte, com armas e bagagens, no Exército do Sul, ou para guarnecerem o litoral catarinense ou, em guerrilhas do Capitão Cipriano Cardoso Barros Leme, contra grupos de espanhóis que desembarcavam no litoral em busca de alimentos.

Aqui, acreditamos haver resgatado o humilhante e injusto estigma que tem pesado sobre estes bravos sargentos e soldados, de covardia, deserção e fuga, em presença do inimigo.

Mesmo sem seus oficiais, eles tomaram o único caminho digno, após decidida a capitulação e seu aprisionamento. Escaparam, com armas na mão, em grupos liderados por sargentos e se dirigiram para locais onde pudessem ser aproveitados. Impediram que os espanhóis tirassem de Portugal um precioso contingente militar, de cerca de 1.000 homens, com armas e bagagens.

DOMINAÇÃO ESPANHOLA DA ILHA

D. Pedro Cevallos ao tomar posse da ilha tratou de organizar sua administração e defesa.

Cerca de duzentos homens de Artilharia, ao comando de um tenente coronel, guarneceram as fortalezas que passaram a ser assistidas por 4 engenheiros.

A barra da baía norte passou a ser defendida por 4 navios de guerra e a baía sul com 2. Eles deviam atuar em ação combinada com as fortalezas, apoio que faltou aos defensores da ilha, na invasão.

D. Pedro Cevallos permaneceu 23 dias na ilha após a capitulação. No dia 28 de março deixou a ilha com o objetivo de atacar a vila de Rio Grande, onde o aguardava o Exército do Sul levando o Coronel Custódio de Faria, que morreria em Buenos Aires, a serviço da Espanha.

No caminho, por efeito do vento pampeiro, a esquadra espanhola foi dispersada e frustrada sua idéia de atacar a vila de Rio Grande.

A seguir D. Pedro Cevallos rumou para Montevideú.

Após algum tempo, seguiu com 7.000 homens para atacar Colônia, defendida por 1.000 portugueses de terra e mar. Em 3 de junho de 1777, Colônia rendeu-se e passou definitivamente para o domínio de Espanha, após 97 anos de acirrada disputa entre Portugal e Espanha em torno de sua posse.

Os espanhóis começaram a enviar contingentes ao continente para buscar alimentos. Neles levavam negociantes portugueses para comprar gado. A Câmara de Laguna proibiu estas vendas e estabeleceu um posto de fiscalização no Piraquera.

Do sul, o General Bohn enviou para Laguna o intrépido guerrilheiro paulista, Capitão Cipriano Cardoso de Barros Leme, que se destacara nas guerrilhas contra os espanhóis no Rio Grande, ao lado de Rafael Pinto Bandeira.

O Capitão Cipriano chegou a Laguna em 15 de abril. Logo após fez 14 prisioneiros espanhóis, em reconhecimento realizado no litoral catarinense. Deles obteve informações das intenções de Cevallos e informou ao comandante do Exército do Sul.

Em abril, o comandante espanhol da ilha intimou Laguna à rendição, sob pena de sujeitá-la às leis da guerra. Em 25 de maio, o Capitão Cipriano destroçou um destacamento espanhol que tentara desembarcar em Vila Nova.

Laguna tornou-se o centro de resistência aos espanhóis na ilha. Em 30 Jun 77, o Vice-Rei determinou que fossem devolvidas e concentradas, em Laguna, todas as tropas da ilha que se dirigiram para o Rio Grande após a capitulação.

Nesta situação elas permaneceram até a restauração da ilha.

A RESTAURAÇÃO

Por força do Tratado de Santo Ildefonso de 1.º Out 1777, assinado e confirmado em 11 Mar 1788, a ilha de Santa Catarina foi devolvida a Portugal em 30 de julho 1778. O tratado previu a devolução de material bélico e de prisioneiros feitos na ilha, na invasão.

O domínio espanhol da ilha durou, de fato, um ano, 4 meses e 25 dias e pouco se conhece desse período nas fontes disponíveis. Pelo tratado, Portugal consolidou parcialmente posições que havia conquistado no Rio Grande do Sul, mas perdeu o Sete Povos das Missões e o município atual de Santa Vitória do Palmar, transformado em Campos Neutros e, mais, o território entre os rios Piratini e Jaguarão.

Colônia do Sacramento também foi definitivamente perdida.

Na Guerra de 1801, no Rio Grande do Sul, o Brasil incorporou os Sete Povos das Missões e o território entre os rios Piratini e Jaguarão. Posteriormente, até 1821, incorporou outros territórios compreendidos pelo atual município de Santa Vitória e entre os rios Ibicuí e Quaraí.

No limiar da Independência do Brasil, já se havia compensado, territorialmente, as diferenças entre os tratados de Madrid, de 1750 e o de Santo Ildefonso, de 1777.

Nesta expansão, a ilha de Santa Catarina desempenhou um importante papel como base militar, naval e logística, em apoio as operações militares no sul do país.

Nas guerras Cisplatina 1825-28, contra Rosas e Onbe 1851-52 e da Tríplice Aliança contra o Paraguai 1865-70, a Lha continuou a ser importante elo estratégico, entre o Centro do Poder do Brasil e o Teatro de Operações no Sul. Na Revolução Farroupilha foi base de operações contra a esquadilha naval de Garibaldi, em Laguna. Na Revolução de 1893 e da Esquadra ela foi tomada pelos revolucionários, durante algum tempo.

A DEVASSA

Após a capitulação, o Vice-Rei Marquês do Lavradio mandou apurar as responsabilidades pela perda da ilha, através de uma devassa.

Mendonça Furtado, comandante militar da ilha, segundo Abeillard Barreto, defendeu-se pessoalmente e através de advogado. Suas acusações eram dirigidas a Mac Douall. Foi julgado e absolvido, em 14 Mai 1779, por Tribunal no Castelo N.S. da Ajuda, em Lisboa, que ordenou fosse posto em liberdade. Em 1779 foi enviado para Lisboa.

Gama Freitas, governador civil, foi julgado e preso.

Mac Douall foi destituído do comando e enviado para Portugal para responder inquérito. Não sofreu punição maior por ser súdito inglês. Até 1816 pertencia à Marinha da Inglaterra.

O Coronel Custódio de Farias foi isentado de culpa, no caso, pelo Conselho de Justiça, embora muitas acusações dos demais oficiais recaíssem sobre ele. Permaneceu, até morrer, em Buenos Aires, a serviço da Espanha e junto com sua filha espanhola. Possuía valiosas informações geográficas sobre o Brasil, bem aproveitadas pelos espanhóis nas questões de limites com o Brasil.

Os capitães Leão e Proença, respectivamente, comandantes das fortalezas de Santa Cruz e São José da Ponta Grossa, morreram na prisão. O primeiro teve sua honra militar reparada e o segundo não teve a mesma felicidade e sorte, embora tivesse reputação firmada de valor militar.

Os autos da *Devassa sobre a entrega da Ilha de Santa Catarina*, segundo Abeillard Barreto que os compulsou, encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa (Manuscritos do Brasil n.º 21, 1.178 páginas escritas).

É fundamental que sejam explorados no futuro, como importante fonte primária da História Catarinense.

Eles esclarecerão muitos pontos importantes sobre as circunstâncias da Invasão e capitulação da ilha.

Referidos autos, que traduzem a Justiça dos homens da época, deverão servir de apoio, ao lado de outros documentos, para a Justiça do Tribunal da História que após 200 anos se impõe. Como fontes primárias, referidos autos devem ser

estudados, analisados e criticados, à luz de outras fontes, e não como um fato isolado, mas dentro de um quadro mais amplo.

A ANISTIA

Em 14 de janeiro de 1786, a Rainha D. Maria de Portugal baixou o seguinte decreto de anistia aos oficiais envolvidos na *Devassa* e que transcrevemos em linguagem atual, para melhor entendimento do leitor.

“Submetida à minha consideração, em conformidade com o Decreto de 20 Ago 1777, a sentença do Conselho de Justiça proferida à luz do processo formado sobre o procedimento dos oficiais encarregados do governo, manutenção e defesa da Ilha de Santa Catarina e, responsáveis pela extraordinária capitulação no Cubatão e, levando em conta, o conteúdo do processo, sentenças do Conselho de Guerra e Justiça, informações e pareceres sobre tudo que mandei apurar, ordeno:

- Que não seja publicada a sentença do Conselho de Justiça;
- Que o processo, sentenças e informações sejam, antes de qualquer outra providência, recolhidos à Secretaria da Guerra, onde deverão ser guardados no maior segredo e recato, a fim de que todo o assunto de que ele trata, fique em perpétuo esquecimento.

Ordeno, outrossim:

- Que todos os réus com culpa no processo sejam imediatamente soltos nos locais onde se encontrarem, como restituídos seus bens anteriormente sequestrados;

- Ficam impedidos, para sempre, para o serviço público, Antônio Carlos Furtado de Mendonça e Pedro José da Gama;

- Reformo nos seus postos, atendendo ao largo período em que se acham presos:

- Antonio Freire de Andrade;
- João Ribeiro de Siqueira;
- João de Figueiroa Pinto;
- Caetano da Silva Sanches e — Manoel Vieira de Leão.

Ordeno, em atendimento ao longo tempo de prisão cumprido e mais por não terem participado dos primeiros Conselhos de Guerra e procedido exemplarmente nos postos que guarneciam a ilha, que sejam reformados no posto e com soldo Integral:

- Fernando José da Gama Lobo;
- Manuel Godinho de Mira e Manuel Nunes Ramalho.

Em razão da unanimidade no processo sobre a inocência, honra, atividade, constância e valor demonstrados por Miguel Gonçalves Leão no cumprimento do dever, embora após preso, privado de seus bens e falecido inocente na prisão, ordeno:

- Declará-lo morto;
- Considerá-lo como se estivesse vivo, como reparação a sua honra e para que seus filhos recebam os soldos vencidos que até a sua morte deixaram de pagar-lhe;
- Sejam restituídos aos seus filhos seus bens sequestrados e, assegurados aos mesmos, os direitos para se ressarcirem de perdas e danos sofridos;

Que me sejam informados os serviços prestados de Manoel Leão e, seus filhos, atendidos em seus direitos, como merece a Memória de seu honrado pai.

O Conselho de Guerra assim o entenda e execute prontamente.

Palácio N. S. da Ajuda, 14 Jan 1786. (Ass: D. Maria D" (Transcrito com adaptações de CABRAL. *Defesas da Ilha*, pg. 137)

De todo este processo, apesar de curtir 8 anos de prisão e nela morrer, o bravo Capitão Leão foi o único a ter a honra de soldado reparada.

A ele deve o Rio Grande do Sul, os projetos do Forte Jesus Maria José do Rio Pardo (1754), a "Tranqueira Invicta", da Catedral de São Pedro de Rio Grande-RS, a mais antiga desse Estado, bem como do forte do Tebiquari e povoação anexa, origem da atual cidade de Taquari-RS, berço do Presidente Costa e Silva.

Das devassas pelas perdas de Colônia do Sacramento, Rio Grande e Santa Catarina, o único a ser condenado a morte e executado em Lisboa, em 21 Abr 1768, foi o coronel de Dragões Thomaz Luiz Osório. Em defesa de sua memória e honra militar, apresentamos em 1975, no Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande nos IGHMB e IHGB, comunicação sob o título: *Em defesa da Memória do Cel de Dragões Thomaz Luiz Osório*.

Em nosso trabalho procuramos, dando continuidade aos esforços, neste sentido, dos seus descendentes Fernando Luiz Osório (pai, filho e neto), respectivamente (filho, neto e bisneto) do Marechal Manoel Luiz Osório, proporcionar ao Coronel Thomaz um julgamento sereno, após duzentos anos, pelo Tribunal da História. O resultado de nosso esforço neste sentido será oferecido ao Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório, em Osório-RS.

O Capitão Proença, comandante da fortaleza de São José da Ponta Grossa, morreu na prisão. Não foi considerada, no perdão real, sua excelente reputação firmada.

Acreditamos que além dos elementos que apresentamos, a consulta à Devassa mencionada e mais a correspondência do Vice-Rei Marquês do Lavradio, de posse do historiador Marcos Carneiro de Mendonça e, em organização, em seu arquivo no Cosme Velho, venham restabelecer a verdade histórica sobre a invasão, capitulação e restauração da ilha de Santa Catarina, em 1777 e, resgatar, no Tribunal da História, memórias, honras e reputações militares, desde então, injustamente enlameadas, fruto da análise isolada daqueles fatos e não num contexto mais amplo.

PRESERVAÇÃO DA FORTALEZA DE SAO JOSÉ

Acreditamos que após a Guerra do Paraguai, 1865-70, com a política de erradicação do Exército, para marginalizá-lo da vida política e reduzi-lo à expressão mais simples, com um efetivo de 15.000 homens em 1880, tenha-se determinado, por volta desta data, a desativação e abandono quase centenário da Fortaleza de São José.

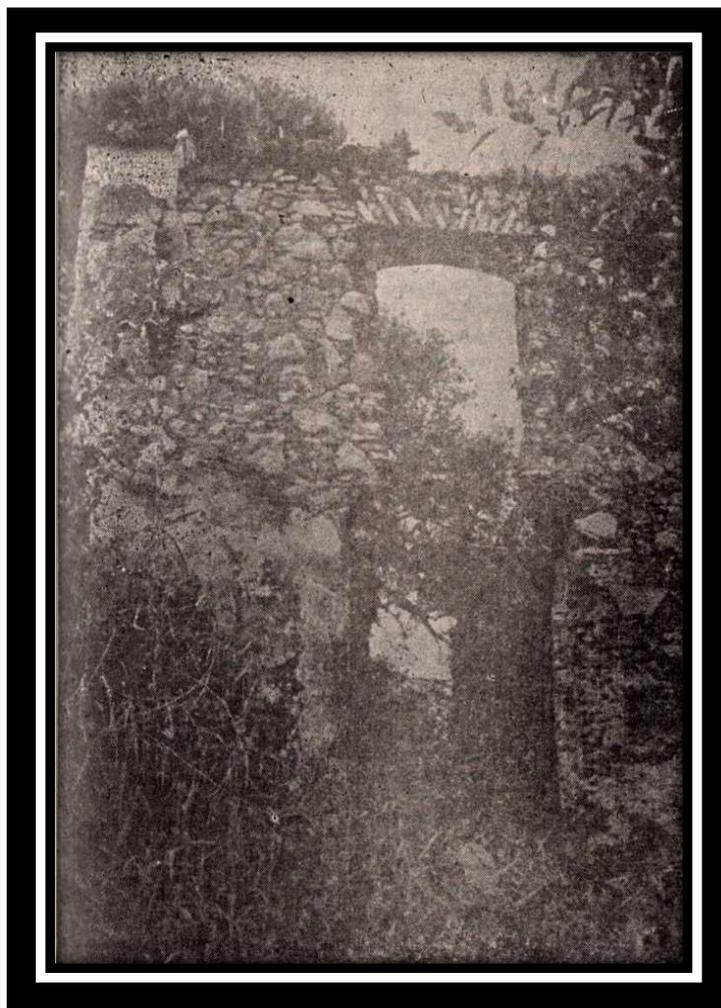
Em 16 Ago 1881, o Ministro da Guerra, Barão Homem de Mello, ilustre historiador, membro do IGHMB e preservador de nossa Memória Militar, expediu o seguinte aviso ao Presidente da Província de Santa Catarina.

"Constando por relatório que a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, acha-se de todo imprestável, em consequência de haverem particulares derribado os edifícios ali existentes a até obras de fortificações para fazerem suas propriedades encostadas às baterias,

recomendo a V. Excia. que mande proceder contra aqueles indivíduos com todo o rigor das disposições que defendem a propriedade nacional das apropriações clandestinas, responsabilizando-os, pelo valor dos prédios demolidos e outros danos causados”.

Segundo Osvaldo Cabral, nada ficou registrado sobre qualquer providência a respeito.

Em 1976 o Exército conseguiu regularizar a posse sobre a fortaleza e integrá-la ao Patrimônio da União e, assegurar melhores condições, para a sua preservação para a posteridade.



Aspectos do Posto de Comando, Observatório e Alojamento do Comando da Fortaleza de São José, onde foi assinada a capitulação da ilha, em 1777, ao General Pedro Cevallos, Vice-Rei do Prata. A Prefeitura de Florianópolis desenvolve esforços para recuperar este histórico edifício (Fonte: CABRAL. As defesas da ilha).

O trabalho de recuperação das ruínas prossegue e o esforço para a retirada dos invasores. E, com estas medidas, existe a esperança de que, num esforço conjugado do Grupamento do Leste Catarinense, Governo de Santa Catarina, Prefeitura de Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, classes empresariais catarinenses e Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que ela seja totalmente restaurada e integrada à indústria turística brasileira, como museu militar da ilha, parque histórico ou para outra finalidade cultural relevante.

UM SANTO HOMEM

Ao lembrarmos-nos das ruínas da bicentenária capela da fortaleza, sem porta, piso e telhado, com o nicho de S. José vazio e com suas paredes marcadas pela ação secular das intempéries, nosso pensamento se volta para a lembrança de seu capelão, o santo homem padre Luiz Santos Pereira, revelado em pesquisa do caro mestre Dante de Laytano, Presidente da Academia Brasileira de História. Humilde, pobre, cumpriu santamente, a partir de 1779 e durante cerca de 20 anos, naquela soledade, a sua árdua missão sacerdotal, até ser atingido pela cegueira.

Pelo seu comportamento e resignação exemplares e por dele não se “falar mal”, seu nome foi omitido da correspondência oficial. Ao assumir seu ministério, não como oficial, passou a vencer o magro salário de meia pataca, normalmente com o atraso de anos, e com o apoio ordenado pelo Vice-Rei, “uma barra, uma mesa e três ou quatro tamboretas de pau, tudo muito ordinário”.

É possível que algumas graças alcançadas e pedidas em oração junto às ruínas de sua velha capela, se devam à intercessão, junto a São José, do Padre Luiz, possivelmente sepultado, no maior anonimato, simplicidade e humildade, no cemitério ao lado da capela, ou mesmo no interior da mesma, como era costume na época.

Antes de finalizarmos este ensaio elevamos nosso pensamento ao alto, em sinal de gratidão aos integrantes da fortaleza durante cerca de 140 anos. Fiéis ao ideal político de Portugal, de Dilatação da Fé e do Império e, após os do Brasil, de preservação dos objetivos de Soberania e Integridade, nela padeceram solidão, saudades, sacrifícios, injustiças, desonra e estigma de falta do cumprimento do dever militar, numa missão impossível, tudo contribuindo, junto com suas glórias e alegrias, para alicerçarem um Brasil gigante, sob ' Deus, grande legado que hoje desfrutamos.

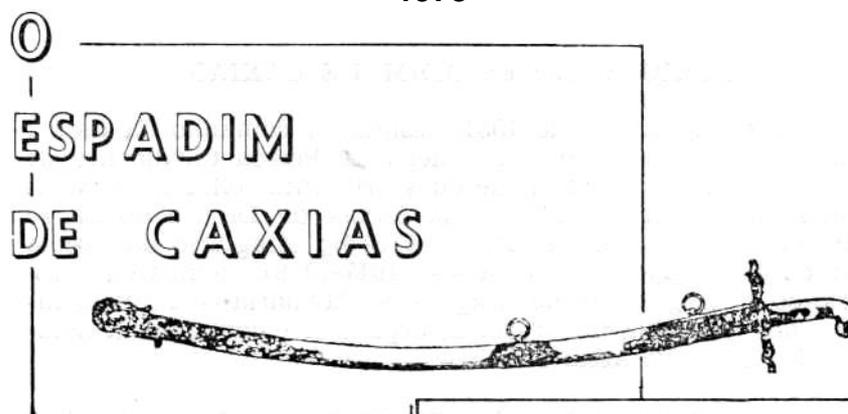
E finalmente, sendo a História a “mestra dos mestres” ou “mestra da vida”, esperamos que o leitor interessado tire deste ensaio os ensinamentos que ele sugere.

BIBLIOGRAFIA

- BOITEUX, Lucas Alexandre, alm. Fortificações de Santa Catarina, Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 17 e 31 Mar e 19 Mai 1957.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues et alli. As Defesas da Rua de Santa Catarina, Rio, CFC — IHGB, 1972.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. História de Santa Catarina, Florianópolis, UFSC, 1968.
- CIDADE, F. Paula, gen. Lutas no Prata com espanhóis e descendentes, Rio, Bibliex 1968.
- COELHO, Manoel Joaquim de A. Memória Histórica do Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina, Anuário Catarinense, 1910.
- DIRETORIA DO PATRIMÔNIO DO EXÉRCITO. Memórias históricas das fortalezas da ilha de Santa Catarina, QG do Exército, SMU, Brasília — DF.

- FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Editora Globo, 1960.
- FORTES, João, gen. O Brigadeiro José da Silva Pais e a fundação do Rio Grande, Porto Alegre, 1933, Separata da Revista do IHGRGS.
- HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Perfil Militar de um Povo), Rio, EME, 1972, V. I.
- LAYTANO, Dante de. Corografia da Capitania de Santa Catarina, in Revista do IHGB, out/dez 1950. V. 245.
- Os açorianos. in: Rio Grande Antigo, Canoas-RS, Ed. Regional, 1954, V. 1, pp. 43-73.
- MONTEIRO, Jonathas do Rego, cel. Dominação Espanhola do Rio Grande do Sul, Revista Militar Brasileira números 1 a 4, 1935.
- PEREIRA, Carlos da Costa. Acerca da Invasão Espanhola, in: Revista do IHGSC, I.º semestre, 1945.
- PINHEIRO, José Feliciano F. (Visconde de São Leopoldo). Resumo histórico da Província de Santa Catarina, in: Anais da Província de São Pedro, Rio, INL, 1946.
- SANTOS, Francisco Ruas, maj. Coleção Bibliográfica Militar, Rio, Bibliex, 1960.
- SOUZA JUNIOR, Antônio, ten cel. Caminhos históricos de invasão, Rio, Bibliex, 1950.
- TAUNAY, Affonso de E. Santa Catarina tempos primeiros e Santa Catarina Colonial, in: Anais do Museu Paulista, tomo 4, 1931.

O ESPADIM DE CAXIAS 1978



Síntese de artigo da autoria do Ten Cel Eng QEMA
Cláudio Moreira Bento

O Ten Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento, serve, atualmente, na Academia Militar das Agulhas Negras, onde exerce as funções de Professor de História em Comissão. Pesquisador da História das Forças Terrestres Brasileiras, teve destacada atuação como membro da Comissão de História do Exército Brasileiro (1971-1974). Sócio da Academia Brasileira de História Militar do Brasil e dos Institutos Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Desde 15 de dezembro de 1932, inicialmente, na antiga Escola Militar do Realengo e a partir de 1944, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em Resende, repete-se anualmente a mais significativa cerimônia da vida dos cadetes — a entrega dos espadins aos alunos de I.º ano.

A grandiosidade do ato, a história dessa arma, seu simbolismo, as tradições que ela encerra, estão consubstanciados nas palavras que os jovens futuros oficiais proferem em uníssono, como juramento: “Recebo o sabre de Caxias, como o próprio símbolo da Honra Militar”.

Em junho deste ano o General Hyran Ribeiro Arnt, Comandante da AMAN, determinou que fosse realizada uma pesquisa, visando a localização atual da espada de Caxias, que servira de modelo para a confecção do Espadim dos Cadetes, uma vez que uma espada pertencente ao condestável e guardada naquele Estabelecimento de Ensino Militar muito diferia do espadim.

Tal pesquisa remete-nos ao passado, nas buscas de suas origens, de sua história.

A ORIGEM DO ESPADIM DE CAXIAS

A 19 de novembro de 1931, assumia o comando da Escola Militar do Realengo o então Coronel José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, oficial de escol, de cuja brilhante folha de serviços são destaques; Instrutor Militar da Escola de Direito do Largo de São Francisco — São Paulo — (1916); estagiário da Escola Militar de Saint Cyr — França — (1917-1918); combatente voluntário do 4.º Regimento de Dragões de Cavalaria — França; introdutor dos blindados no Brasil, ao organizar e comandar a Companhia de Carros de Assalto.

No comando da Escola Militar, promoveu profundas reformas na sua organização e no seu funcionamento. Imprimiu nova filosofia na seleção aos cadetes: “A Escola não se destina a corrigir defeitos e vícios e, sim, a aprimorar qualidades e virtudes modeladas nos lares de onde provem os futuros cadetes”. Foi sua inspiração o posto de cadete atribuído aos alunos da escola, vendo-se nessa denominação o sentido de companheiro mais novo dos oficiais e não aquela significação de nobreza prevalecte nos anos do Império. Criou o Corpo de Cadetes e o Estandarte Escolar; criou o uniforme de gala, como simbolismo de ligação entre o Exército do passado e o do presente.

Criados os uniformes históricos, julgou o Coronel José Pessoa que devessem eles ser complementados por uma arma privativa do posto de cadete. Idealizou então, com sua equipe, que esta arma seria uma fiel miniatura da espada usada em campanha pelo Duque de Caxias. Desde então ficou decidido ser o cadete, o único integrante do Exército a ter a honra e o privilégio de cingir à

cinta a espada de Caxias, “como a síntese e a expressão mais viva e sublime das virtudes militares do soldado brasileiro”.

Tomada a decisão, o passo seguinte seria a localização da espada original para servir de modelo à miniatura. Encontrá-la foi um grande obstáculo, conforme as palavras do General Pessoa “Porfiadas demarches foram então realizadas para concretizar a feliz idéia. Ignorávamos, até então, o paradeiro daquela relíquia histórica. Para isso recorreu-se em indagações a todos os lugares onde são destinados os troféus, sem ser encontrada. Afinal, com a preciosa colaboração do Dr. Max Fleiuss, fomos encontrá-la, entre outras armas gloriosas, nas coleções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E, ainda com o auxílio do Dr. Max Fleiuss, secretário perpétuo daquela nobre e benemérita instituição, conseguimos a licença necessária para ser copiada a arma que é a nossa mais preciosa relíquia militar. Assim, para ali foi mandado um hábil desenhista que copiou, em rigorosa escala, todos os detalhes daquele rico troféu, magnificamente artesanado em aço e bronze”.

A ESPADA DE CAMPANHA DE CAXIAS

No trabalho de pesquisa, visitamos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde o professor Pedro Calmon, gentil e pessoalmente nos acompanhou até junto ao que ele também considera a maior relíquia militar brasileira, sob a guarda daquela quase sesquicentenária entidade, a espada de campanha do Pacificador. Encontra-se em posição de destaque na sala do museu que a abriga. Junto a ela um exemplar do Espadim de Caxias, sua cópia. Próximo, o binóculo usado por Caxias na campanha do Paraguai.

Momento de grande emoção e acentuada vibração militar foi o contemplar e reverenciar aquela peça de tamanha significação para a história nacional.*

O escrínio que abriga a espada de Caxias, segundo o General Jonas Correia, foi oferta da Escola Militar do Realengo, em 1939, por inspiração do seu comandante, o então Coronel Álvaro Fiúza de Castro.

O professor Pedro Calmon — velho e fiel amigo da AMAN, onde já ministrou aulas inaugurais — confirmou ser aquela a espada que o Patrono do Exército usou em campanha como oficial-general. A utilizada até o posto de coronel, inclusive na pacificação do Maranhão, integra o acervo do Museu do Exército.

Das mãos do seu possuidor ao seu atual relicário, percorreu o histórico sabre, interessantes caminhos. Foi doado em testamento ao Brigadeiro João de Souza da Fonseca Costa que, como 1.º Tenente, fora o Ajudante-de-Ordens de Caxias na guerra contra Oribe e Rosas e mais tarde, como coronel, fora Chefe do seu Estado-Maior na Campanha da Trílice Aliança (1866-68).

Sobre esse oficial, assim se expressou o Duque, na Ordem do Dia, de 14 Jun 1869, antes de retornar ao Brasil:

“Prestou-me como chefe de meu Estado-Maior a mais dedicada cooperação em tudo quanto tem dependido de seu alto emprego, não só na condução regular de todos os negócios de meu serviço político a seu cargo, como nas batalhas e combates a que tem assistido sempre a meu lado, recebendo e

transmitindo as minha ordens e expondo-se com sangue frio e abnegação aos riscos e perigos decorrentes”.

* Na ocasião foi recordado que o Patrono do Exército, após sua ação pacificadora fora eleito membro Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 23 Mar 1847, com 44 anos e no posto de Marechal-de-Campo. E, mais, que fora colaborador da instituição, ao responder questionário sobre a Batalha do Passo do Rosário (20 Fev 1827), a primeira interpretação militar brasileira à luz dos fundamentos da Arte da Guerra.

Esta espada de campanha foi localizada, pelo Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, um de seus biógrafos. Encontrava-se ela em poder de descendente direto de Fonseca da Costa, o Capitão-de-Corveta Caetano Taylor da Fonseca Costa. Este oficial, em gesto que se reveste de nobreza e patriotismo, decidiu, em 1925 doar a valiosa relíquia, através do Dr. Vilhena de Moraes, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se encontra há 53 anos e de onde saiu apenas uma vez.

O fato ocorreu em 1939 e se deve à iniciativa do então Major Jonas Correia. Foi a espada posicionada, em solenidade de rara grandiosidade, defronte do Corpo de Cadetes, formado, e ao lado da espada do General San Martin trazida pela representação da Escola Militar da Argentina, em visita ao Brasil.

E do local onde hoje se encontra, segundo o Prof. Pedro Calmon, somente sairá em condições excepcionais de alto sentido cívico e com cerimonial condizente com a grandeza do simbolismo que ela traduz. Talvez o cinquentenário, em 1982, da primeira entrega de espadins aos cadetes do Exército, possa justificar a sua ida até Resende.

A PRIMEIRA CERIMÔNIA DE ENTREGA DE ESPADINS — 1932

Localizada a espada de campanha do Pacificador, o Projeto Espadim foi submetido à aprovação do Ministro da Guerra, General-de-Brigada José Fernandes Leite de Castro (1930-32).

Desejaram, aquele General e o Coronel José Pessoa, que “Caxias, o Duque da Vitória, pairasse no seio dos cadetes do Brasil, de igual forma que Napoleão no seio dos cadetes de Saint Cyr, na França”.

O Ministro Leite de Castro aprovou a proposta e concedeu o crédito correspondente para a confecção dos espadins.

Os projetos e os recursos foram remetidos ao Chefe da Missão Militar Brasileira na Europa, Coronel José Duarte Pinto. Este, com desvelo e entusiasmo, cumpriu a missão, encomendando a confecção das peças à firma Solingen da Alemanha.

Em outubro de 1932 os espadins chegaram ao Brasil tendo sido incluídos na carga da Escola Militar do Realengo pelo BI n.º 288 daquele ano.

A seguir foram organizadas as “Instruções para recebimento e uso do Espadim de Caxias”, ao que se sabe, somente publicadas no BI n.º 148 de 1938.

Nos dias 15 e 16 Dez 32 teve lugar a primeira cerimônia de Entrega de Espadins aos cadetes, desdobrada em duas fases. A primeira de âmbito interno, a segunda, uma solenidade pública realizada no dia 16 Dez na Praça Duque de Caxias, atual Largo do Machado, defronte do Monumento do Patrono do Exército

e que contou com a presença do Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório do Brasil, e de várias autoridades.

Segundo o General José Pessoa, em 1938, a “cerimônia teve início com as bandas tocando o amigo toque de alvorada, o mesmo que, nos campos do Paraguai, despertava os nossos gloriosos regimentos. Toque que terminou com o de “Apresentar armas”. Quando profundo era o silêncio da grande assistência, ouviu-se a voz de um oficial, lendo com vibração as palavras sacramentais do juramento, no que era acompanhado pelos cadetes, que tinham os olhos fixos no semblante quase austero de seu Patrono e pareciam iluminados pela famosa estrela que guiou sempre aquele guerreiro de vitória em vitória, e que certamente há de guiar as novas gerações, através dos caminhos ásperos da vida. Neste instante ecoou o troar dos canhões e o rufar surdo dos tambores, anunciando a criação de uma nova arma, representativa das virtudes de nossos antigos combatentes. Seguiu-se a leitura do Boletim alusivo, do Comando da Escola, n.º 297 de 16 de Dez 1932...

Sobre o evento assim se expressou o Comandante da Escola Militar do Realengo em sua ordem do dia, publicada no Bi n.º 297 daquele ano:

“Cadetes!

Defrontando a estátua do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, aquele que em vida foi o maior dos generais sul-americanos acabais de prestar o compromisso do recebimento do vosso espadim — arma distintivo que reproduz o sabre glorioso do invicto soldado, que com atos de sublimada grandeza esmaltou com refulgência inigualável as páginas gloriosas da história nacional, marcando-as de traços imperecíveis e assinalando o seu nome como o do cidadão que melhor serviu à Pátria e mais a estremeceu.

Vosso patrono e vosso guia, aqui não podíeis faltar hoje a render-lhe as vossas homenagens, quando cingis pela primeira vez, aos vossos uniformes, o sabre glorioso que, em sua destra mão, mostrou, sempre aos nossos soldados intemeratos, o caminho da vitória”!

“Ante o bronze majestoso que a gratidão do povo erigiu em testemunho de reconhecimento a serviços que crescem de valor com o correr dos anos; vindes, cumprindo dever que ufana e dignifica, pagar o tributo de vossa admiração ao legendário soldado que, de cadete como vós, culminou a hierarquia militar e nas dignidades honoríficas, integrado na sua profissão, por ela sempre enfeitado e, passo a passo, ascendeu na sua carreira, pelo seu valor, pela sua coragem e pelo seu acendrado patriotismo!”

“A espada que foi esteio de um regime, que em rudes prélios cimentou a unidade nacional e, em terras estranhas, acutilou bravamente os inimigos do Brasil, tendes hoje a honra e a rara fortuna de a cingirdes à cinta, outorgado ao Corpo de Cadetes o encargo de guardar aquele glorioso que reflete, no brilho espelhante do seu aço, a constância no dever e que nunca a ferrugem da deslealdade de leve sequer maculou, em meio século de intenso batalhar em prol da ordem e do prestígio desta terra estremecida, a que ele serviu com inexcedível dedicação e bem alto a elevou no conceito das nações!”

“Na homenagem que aqui prestais — vossos espadins em continência, não

reverenciais somente o vulto homérico do general nunca vencido, que enriqueceu de imarcescíveis louros o Exército Brasileiro e iluminou de fulgências gloriosas uma época da vida nacional!”

“Saudais, também, esse passado venerado de glórias e de virtudes, que é o orgulho do nosso povo, escrínio precioso de lições de nobre civismo e onde o nome imortal do legendário Duque de Caxias esplende, aureolado, em meio de uma corte de gigantes, batalhadores devotados de um Brasil forte e generoso, que se alça, na plana maior das primeiras nações do mundo, admirado pelo seu progresso e pela sua cultura.”

“E, particularmente para vós cadetes, que sois as ridentes esperanças do Exército do Brasil — as armas que abateis, apontadas para o solo sagrado da Pátria, rendendo preito sincero de admiração ao grande soldado que foi o símbolo augusto das nossas virtudes militares, juram pela vossa eterna fidelidade aos ditames da honra e do dever, e pela rigorosa observância aos exemplos que nos legou o primeiro dos generais de nossa Pátria, cuja vida será o vosso modelo e cujo nome venerando será o clarim vibrante a acender os vossos entusiasmos nas lutas sem tréguas pelo bem e pela grandeza do Brasil.”

SIMBOLISMO DO ESPADIM

O Coronel José Pessoa mandou gravar, na lâmina dos espadins, as palavras Duque de Caxias e o Brasão de armas da Escola Militar.

Pelas instruções baixadas na época:

“Os espadins dos cadetes, constituindo um conjunto de elevado teor moral, deveriam ficar ligados às vidas de seus detentores, através dos tempos, por uma ficha histórica com o número de cada uma dessas armas que deveria levar a assinatura de cada um de seus detentores. E, finalmente, uma honrosa homenagem: sempre que um ex-detentor do Espadim de Caxias, distinguir-se em sua vida pública, por um gesto de sacrifício ou serviço excepcional, de real valor para o Exército ou para o Brasil, ou em benefício da humanidade, seu Espadim, com o respectivo número, deve ser retirado de circulação e recolhido ao Museu Escolar, com a ficha respectiva, nela inscrita, em letras vermelhas, o motivo que determinou sua retirada de circulação.”

Foram retirados de circulação, como distinção aos gestos de sacrifício de real valor de seus ex-detentores os seguintes espadins:

Espadim n.º 496, que pertenceu ao Aspirante Humberto Pinheiro de Vasconcellos. Justificou o ato, o exemplo de abnegação e coragem dado por aquele oficial ao ter sua mão despedaçada por uma granada, que manteve segura, com o braço para fora de uma janela, evitando destarte que não viesse a explodir na sala onde ministrava instrução ou atingir outros companheiros no pátio do quartel.

Espadim n.º 289, pertencente ao 1.º Ten Alípio Napoleão Andrada Serpa em virtude de ato de bravura, por ele praticado, por ocasião do torpedeamento do navio “Itagiba” que transportava sua unidade de artilharia para Olinda—PE.

Espadim n.º 1002, que pertenceu ao Aspirante Francisco Mega, morto em combate, na Itália, integrando o Regimento Sampaio. O Aspirante Mega foi o

primeiro oficial formado na AM AN a tombar em combate. Leva seu nome a turma de aspirantes egressa daquela Academia em Fev 1955.

Além dos citados foi retirado de circulação o Espadim n.º 103 que pertenceu ao General-de-Brigada Sinval Senra Martins, cadete de Intendência em 1945, Aspirante a oficial em 1947 e General em 1977. Foi o primeiro cadete que cursou integralmente a AMAN, a galgar o posto de oficial-general.

A Academia Militar tem conferido simbolicamente, o Espadim de Caxias, a personalidades e escolas congêneres das Nações amigas.

O número do Espadim consta das alterações do seu ex-detentor. Já é prática, os novos cadetes pleitearem e conseguirem cingir os espadins que foram usados por seus avós, pais ou irmãos.

O VALOR DA HISTÓRIA E DA TRADIÇÃO

Em 1939 o General José Pessoa, assíduo colaborador de nossas revistas militares em assuntos de História e Doutrina Militar, escrevia na Revista da Escola Militar “O Espadim de Caxias do Corpo de Cadetes, ainda quase sem história pela sua apoucada existência, nem por isso devemos olvidar-lhe fatos que hoje sabidos, mais tarde será difícil reconstituí-los. Haja vista o exemplo histórico da nossa lendária Escola Militar Real da qual mal se sabe ter sido fundada por D. João VI.”

Como pesquisador e estudioso de História, nossa homenagem ao Marechal José Pessoa que, além da obra magnífica ligada à idealização e construção da AMAN, o maior sonho de sua vida e na qual passou as suas últimas vinte e quatro horas na ativa, preocupou-se em preservar suas História e Tradições, ao documentá-las com depoimentos e artigos em nossas revistas militares.

Estava convicto o Marechal José Pessoa de que a História “é a mestra das mestras, a mestra da vida” e a mãe da Tradição. E que sem documentação, não há história e nem tradição que resista à ação dos tempos. E, mais, que o povo ou grupo social sem tradição, ou que se a possui não a cultiva, é flor sem perfume, é espada sem têmpera, que quebra ao primeiro embate, é nau sem bússola, à deriva na tempestade, que não sabe de onde veio, onde está e para onde vai.

Soube o Marechal José Pessoa construir e preservar, através dos Cadetes do Exército, a tradição contida em seus Espadins, cópias fiéis da espada de rija têmpera moral e cívica, tal qual a do aço de que foi forjada — a espada de campanha de Caxias, O Pacificador — a maior espada do Brasil. Espada que figura com destaque, entre as dos maiores generais da História da Humanidade.

FONTES DA CULTURA EM ARTE DA GUERRA DO DUQUE DE CAXIAS

1980



Veterano Cel Engenharia Cláudio Moreira Bento

Historiador e Pensador Militar. Memorialista e Jornalista

(O presente artigo foi publicado na Revista Militar Brasileira Vol. 116, Numero Especial dedicado a comemoração do Centenário de morte do Patrono do Exército em Maio 1980 p.185/196, pelo Centro de Documentação do Exército, e ora republicado para a Internet dada a sua importância. E disponível em Personalidades em Livros e Plaquetas no site www.ahimtb.org.br)



O Duque de Caxias Patrono do Exército Brasileiro

O dia 7 de maio de 1980 assinala o centenário da morte de um dos nossos maiores estadistas, o Duque de Caxias e Marechal de Exército Efetivo, Luís Alves de Lima e Silva, após prestar ao Brasil mais de 60 anos de excepcionais serviços, como político e administrador de contingência e, inigualados, como militar, de tradição e vocação, a serviço da Unidade, da Paz Social, da Integridade e da Soberania brasileiras. Por esta última razão foi consagrado de direito, em 1962, pelo Exército Brasileiro onde se forjou e de cujo seio emergiu no cenário nacional, como o seu Patrono, no sentido

como Pedro Calmon definiu o termo — “o chefe integral de uma instituição, o seu modelo, a sua alma, a imagem maravilhosa do espírito que nela vibra, a síntese mágica de suas virtudes e de seus brios” e acrescentaríamos, seu oráculo em momentos difíceis para autocríticas e correções de caminhos, ou na busca das soluções mais adequadas em determinada conjuntura.

Ainda em vida, e nos últimos cem anos desde sua morte, o povo, a imprensa, chefes, escritores, pensadores e historiadores civis e militares têm procurado defini-lo entre outros com os seguintes títulos: “Filho querido da Vitória”; “o Pacificador”; “General Invencível”; “Condestável, natricio, escora e espada do Império”; “A maior espada do Brasil”; “o Wellington Brasileiro”; “o Duque de Ferro e da Vitória”; “o Escravo da Pátria”; “Nume, Gênio ou Espírito Tutelar; Símbolo da Nacionalidade”; “Maior Soldado do Brasil”; “Brasileiro n.º 1”; “o Equânime”; “o Herói Tranquilo” e finalmente o “Pacificador de Consciências”, por sua decisiva atuação no término da Questão Religiosa, traduzida pela anistia que propôs e foi aceita aos bispos de Olinda e Belém. Em razão de tudo isto, julgam alguns analistas de nosso processo histórico caber ao Duque de Caxias os títulos de Patrono e mesmo Fundador da Nacionalidade.

O presente ensaio objetiva evidenciar um aspecto pouco conhecido e pesquisado da biografia do Duque de Caxias, a sua excepcional cultura em Arte e Ciência da Guerra e a explicação de como e onde ele a hauriu e a sedimentou.

UMA LACUNA BIOGRÁFICA

Uma das grandes lacunas da biografia do Duque de Caxias é a explicação do onde ele adquiriu a sua notável cultura em Ciência e Arte Militar, responsável pelo seu merecido ingresso na galeria dos grandes capitães da História da Humanidade. Pesquisas que temos procedido nos levam a concluir que ela se deve às seguintes circunstâncias entre outras: haver possuído, segundo o Visconde de Rio Branco, “inteligência e bom senso geniais”; ter sido além de militar de vocação, um militar de tradição que conviveu com onze parentes que atingiram o marechalato no Brasil; haver freqüentado quatro anos a Academia Militar Real, raiz histórica da Academia Militar das Agulhas Negras; haver possuído e cultivado vasto círculo de relações bem informadas, situadas em postos de observações privilegiados nacionais e internacionais, com as quais manteve intenso, estreito e objetivo intercâmbio epistolar. Nessa correspondência familiar e pessoal pela qual se mantinha sempre muito bem informado é que revelou todo o seu pensamento militar em Arte da Guerra. Lamentavelmente, a maior parte dessa correspondência foi extraviada ou mesmo destruída e parte da localizada ainda não foi paleografada e devidamente explorada, constituindo-se em fator de imobilização de seu estudo biográfico, à luz do seu pensamento militar, a maior expressão de sua vida e obra e uma necessidade cultural militar passível de ser complementada no transcurso do centenário de seu falecimento. Por outro lado concorreu muito para a formação de Caxias em Arte da Guerra a sua intensa e ininterrupta vivência militar nos moldes que a definiu Camões, o poeta-soldado, neste verso muito conhecido de **Os Lusíadas** (Canto X estrofe CLIII).

“A disciplina militar prestante, não se aprende, senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando”.

Os Marechais Humberto Castello Branco e Tristão de Alencar Araripe, ilustres e destacados chefes historiadores, pensadores e instrutores de nossas escolas militares e ex-comandantes de nossa Escola de Estado-Maior do Exército assim procuraram explicar parte da Cultura em Arte da Guerra adquirida pelo Duque de Caxias e aplicada em especial na guerra da Tríplice Aliança. Para o primeiro, o fato de Caxias haver estudado e adaptado às realidades da América do Sul muito da Arte da Guerra de Napoleão e, em especial o conceito de **“a guerra é uma arte toda de execução”**. Para o segundo, o fato de haver Caxias realizado acompanhamento cerrado da Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América do Norte com tantas semelhanças com a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, inclusive os célebres balões cativos usados naquela guerra nos Estados Unidos da América do Norte pelos irmãos Allen e que Caxias usou para o reconhecimento de Humaitá. Segundo Vilhena de Moraes, o maior e mais dedicado estudioso de Caxias, este acompanhou também com vivo interesse o desenvolvimento da doutrina militar aplicada na guerra Franco- prussiana (1870-71) da qual resultou mais uma República Francesa com a queda de Napoleão III. Além dos aspectos militares, o atual Patrono do Exército se preocupava com os possíveis reflexos daquela guerra na Monarquia Brasileira, já ameaçada na época pela Convenção Republicana de Itu — São Paulo — em 1870.

INTELIGÊNCIA E BOM SENSO GENIAIS

A afirmação do Visconde do Rio Branco, uma das maiores capacidades do Império, de Caxias ser dotado de “inteligência e bom senso geniais” é comprovada pela projeção de sua obra de militar e político muito bem sucedido. O Marechal Humberto Castello Branco que foi um dos mais brilhantes pensadores militares brasileiros, numa das três vezes, antes de ser o E/3 da Força Expedicionária Brasileira, em que foi instrutor de Tática e História Militar da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, concluiu que a maior característica de comando de Caxias foi a de possuir “o senso do praticável”. Vilhena de Moraes registra outra e que o próprio Caxias traduziu nesta máxima — “Fui ver não mandei outros verem”. E isto está confirmado no Diário do Capitão Jacob Franzen, natural de Caí, que acompanhou Caxias na inspeção que fez ao longo do rio Paraguai da desobstrução da foz de um seu afluente da margem direita, para permitir a atracação de barcos de nossa Marinha, para o desembarque das tropas que realizaram a marcha de flanco através do Chaco.

MILITAR DE VOCAÇÃO E TRADIÇÃO

Segundo Vilhena de Moraes, Caxias conviveu em sua família com 11 marechais. Por outro lado, pode-se afirmar que foi bisneto, neto, sobrinho e irmão de destacados infantis. Eis em largos traços seus parentes militares:

Bisavô: João da Silva da Fonseca Lima, major de Infantaria que foi subcomandante em Portugal o Regimento de Lagos.

Avós paterno e materno: José Joaquim de Lima e Silva, marechal- de- campo,

veio coronel de Portugal em 1767, como comandante do Regimento de Bragança, unidade que integrou a comitiva do Tenente-General Henrique Bohn, comandante do Exército do Sul que expulsou em 1775-76 os espanhóis do Rio Grande do Sul. O Regimento de Bragança veio a fundir-se com o Regimento de Infantaria, o Velho, do Rio de Janeiro, dando origem ao Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro.

A referida unidade, por transformações sucessivas é o atual Batalhão Sampaio onde Caxias iniciou sua carreira em 1808 e jurou bandeira em 1814. O Coronel José Joaquim, por volta de 1800-1810 comandava o atual Batalhão Sampaio, unidade em que foram iniciados, sob sua direção, nos segredos da Infantaria pelo menos 4 de seus filhos e um neto, o mais tarde Duque de Caxias. Luiz Alves de Freitas Bello, marechal- de- campo veio de Portugal como coronel. Era o avô materno de Caxias que lhe herdou o nome Luiz Alves.

Pai de Caxias: Francisco de Lima e Silva. Formou-se sob a orientação do pai, desde menino, no Batalhão Sampaio. Em 1824, como coronel, comandou as forças que combateram a Confederação do Equador no Nordeste. Em 7 de abril de 1831, como Comandante das Armas do Rio de Janeiro liderou o movimento político-militar, do qual resultou a abdicação de D. Pedro I em favor de D. Pedro II. A seguir exerceu por algum tempo as funções de Regente do Império.

Tios paternos de Caxias: José Joaquim de Lima e Silva, marechal- de-campo e Visconde de Magé. Formou-se sob a orientação do pai e do irmão Francisco nas fileiras do Batalhão Sampaio. Foi encarregado por D. Pedro I de organizar o Batalhão do Imperador, unidade de elite, raiz histórica do atual Batalhão da Guarda Presidencial em Brasília. Foi o padrinho de batismo e de fogo de seu dileto sobrinho — o mais tarde Duque de Caxias. Na fase final da campanha da Independência, na Bahia, comandou o Exército Pacificador no impedimento de Pedro Labatut. Passou à história com o título de herói de Pirajá. Em 7 de abril de 1831 formou ao lado de seu irmão Francisco, em prol da abdicação, como alternativa de continuação da Monarquia. Possuía muito prestígio junto à tropa e seus conselhos sobre doutrina militar eram levados muito em conta. Exerceu muita influência sobre seu sobrinho e afilhado Caxias.

— Manoel da Fonseca Lima e Silva, marechal- de- campo e Barão de Suruí. Iniciou sua vida militar como cadete do Batalhão Sampaio. Kursou a Academia Militar Real (1811-12), Infantaria, primeira turma. Seguiu para a Bahia em 1823 como no subcomandante do Batalhão do Imperador. Exerceu o comando desta unidade no final da guerra da Independência na Bahia, na Guerra Cisplatina 1821-28, em Montevideu, e em 7 de abril de 1831, durante a Abdicação. Foi outra grande influência recebida pelo futuro Duque de Caxias em sua carreira, pois este tio o comandou em graves momentos de crises internas e lutas externas de 1823-1831.

— João Manuel de Lima e Silva, general (farroupilha). Era dois anos mais moço que Caxias. Conviveram cerca de cinco anos como cadetes do atual Batalhão Sampaio e dois anos na Academia Real Militar. Por ocasião da eclosão da Revolução Farroupilha era maior como seu sobrinho Caxias. Ao aderir à proclamada República Rio-grandense foi feito o seu primeiro general. Em 18 de

a, gosto de 1837 foi preso e assassinado no dia seguinte no Passo do Acampamento do rio Piratini, pela escolta que o transportava preso para Camaquã. Foi sepultado em Caçapava. Posteriormente seu túmulo foi profanado e seus restos mortais espalhadas pelos campos. A única iconografia publicada pelo jornal **O POVO** da República Rio-grandense é uma alegoria — homenagem póstuma a sua grande vítima.

— Marechal-de-Campo João Manoel de Lima e Silva. Existe dúvida se foi tio ou primo de Caxias. Conviveu com Caxias como cadete no atual Batalhão Sampaio e em 1821 como aluno da Academia Real Militar. Em sua matrícula figura como filho de um Marechal João Joaquim. Viveu a maior parte de sua vida no Rio Grande do Sul. É autor da obra **Anais do Exército Brasileiro**, anotada pelo Barão de Rio Branco e General Souza Docca, focalizando a Guerra Cisplatina. Em 1861, ao saber que o Exército iria adotar as **Ordenanças de Infantaria** de Portugal se propôs a fazer Ordenanças de Infantaria próprias para as nossas realidades.

Tios maternos de Caxias: Venceslau e Joaquim Mariano de Oliveira Bello, marechais- de- campo.

FORMAÇÃO MILITAR DE CAXIAS NA TROPA SOB ORIENTAÇÃO FAMILIAR

Os avós e tios maternos e paternos de Caxias foram formados em Infantaria, segundo a doutrina baixada pelo Conde de Lippe, traduzida nas seguintes obras constantes do acervo da Biblioteca do Exército:

— LIPPE, Conde de. **Regulamento para o exercício e disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de sua Majestade Fidellíssima**. Lisboa, Secretaria de Estado, 1763.

1 — _____. **Direções que não de servir aos coronéis e majores dos regimentos de Infantaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidellíssima**. Lisboa, Secretaria de Estado, 1767.

2 — _____. **Novo método para dispor um corpo de Infantaria de sorte que possa combater com a Cavalaria em campanha rasa, estabelecido por ordem de sua Majestade Fidellíssima**. Lisboa, Secretaria de Estado, 1767.

3 — _____. **Memória sobre os exercícios de meditação militar para distribuição aos senhores chefes dos Regimentos de Sua Majestade Fidellíssima**. Lisboa, Oficina Antônio Silva, 1782, 31 p.

4 — _____. **Instruções gerais relativas a várias partes essenciais do serviço diário para o Exército de Sua Majestade Fidellíssima**. Lisboa. Oficina Antônio Silva, 1782, 31 p.

A partir de 1816, quando o Duque de Caxias possuía 13 anos e às vésperas de sua matrícula na Academia Real Militar, o Exército de Portugal no Brasil, e particularmente na sua doutrina de Infantaria, passou a ser orientado pelas **Ordenanças de Infantaria** do Marechal Carr Beresdorf, inglês, a serviço de Portugal, após a transmigração da família real para o Brasil.

Em 1861 seria o então Marquês de Caxias que adotaria com adaptações, como Ministro da Guerra, as **Ordenanças de Infantaria** do Exército de Portugal com influência inglesa com a seguinte ressalva:

“Até que se desenvolva uma tática elementar genuinamente nossa, harmônica com as peculiaridades de nosso Exército e com a natureza de nossas guerras”.

As referidas instruções somente foram substituídas em 1889, no limiar da República, por atualizadas **Ordenanças de Infantaria** de Portugal.

Ainda em 1861, o Marquês de Caxias após assumir a Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Guerra aboliu o rigoroso **Regulamento do Conde de Lippe** que vinha sendo abrandado progressivamente. O referido regulamento foi substituído pelo **Regulamento Correccional das Transgressões Disciplinares**, o nosso primeiro Regulamento Disciplinar.

FORMAÇÃO ACADÊMICA DO DUQUE DE CAXIAS

Em 1810, o Príncipe D. João criou a Academia Real Militar no Rio de Janeiro, raiz histórica da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. Frequentou aquela Academia no Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro, durante quatro anos (1818-21) como cadete, alferes e tenente — Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias e Patrono do Exército Brasileiro. O curso completo para aquela Academia pelo diploma legal que a criou era de 7 anos, sendo que os quatro primeiros matemáticos e os três últimos militares. **Havia a previsão de um oitavo ano de coroamento, dedicado somente ao estudo da História Militar Nacional e Internacional, incluindo o estudo dos grandes capitães portugueses e estrangeiros.**

Aos oficiais candidatos a Engenheiros e a Artilheiros era exigido o curso completo. Aos candidatos a Infantaria e Cavalaria era condição necessária cursarem o 1.º ano Matemático (1.º da Academia) e o 1.º Militar (5.º ano da Academia). Esta última exigência o futuro Duque de Caxias satisfaz em 1818 e 1819.

Nos anos de 1820 e 1821, como demonstrando uma intenção de completar o curso, frequentou respectivamente os 2.º e 3.º anos matemáticos (2.º e 3.º anos da Academia). Acreditamos que as agitações, pródromos de nossa Independência em 7 de setembro de 1822 e lutas subseqüentes na Bahia e Cisplatina, tenham impedido o então Tenente Luiz Alves de Lima e Silva que delas participou ativamente, de completar o 4.º ano Matemático e os dois últimos anos militares da Academia Real.

Aprofundando no estudo do currículo ministrado a Luiz Alves de Lima e Silva, conforme assinou de próprio punho ao matricular-se, chegamos as seguintes conclusões:

1.º Ano Matemático (1.º da Academia) — 1.º ano de Caxias.

Matérias: Aritmética, Álgebra (até equações dos terceiro e quarto graus),

Geometria, Trigonometria Retilínea e primeiras noções de Esférica e Desenho.

Bibliografia indicada:

- EULER, Leonard (1707-1783). **Análise Infinitesimal e Cálculo Diferencial e Integral** (geômetra suíço).
- LACROIX, Sylvestre François (1765-1843). **Elementos de Geometria Descritiva** (matemático francês).
- LEGENDRE, Adrien Marie (1752-1834). **Tratado de Mecânica** (geômetra francês).
- DELAMBRE, Jean Baptiste Joseph (1749). **Base do Sistema Métrico Decimal** (astrônomo francês).

1 .º **Ano Militar** (5.º Ano da Academia) — 2.º ano de Caxias.

Matérias: Tática, Estratégia, Castramentação (Arte de Acampar) , Fortificações de Campanha e Reconhecimento do Terreno e Química.

Bibliografia indicada:

- LAVOISIER. Antoine Laurent (1743-1794). **Diversas Memórias sobre Química** (químico francês).
- VAUQUELIN, Louis Nicolas (1763-1825). **Memórias diversas relacionadas com Minas** (químico francês).
- FOURCROI, Antônio François (1755-1809). **Memórias diversas sobre Química Aplicada** (químico e político francês).
- CHAPTAL, Jean Antoine (1752-1832). **Tábua Analítica e elementos de Química** (químico francês).

2 .º Ano Matemático (2.º ano da Academia) — 3.º ano de Caxias.

Matérias: Álgebra, Geometria e suas aplicações na Física, Astronomia e Cálculo de Probabilidades e na dedução das teorias da Mecânica da Hidrodinâmica e da ótica, Geometria Descritiva e Desenho.

Bibliografia indicada:

As já indicadas no I.º ano Matemático e mais:

- MONGE, Gaspard (1748-1818). **Estática e Geometria Descritiva** (geômetra francês).

3 .º ano Matemático (3.º da Academia) — último ano de Caxias

Matérias: Princípios de Mecânica, Estática, Hidrodinâmica, Hidráulica, Hidrostática, Desenho Máquinas e nas aplicações e Balística.

Bibliografia indicada:

Além das obras de Euler.

- BEZOUT, Etienne (1703-1783) — **Curso completo de Matemática para uso da Marinha, da Artilharia e dos alunos da Escola Politécnica** (França)

(matemático francês).

- ROBINS, Benjamin (1707-1751). **Princípios de Artilharia** (matemático inglês).
- FRANCOER, Louis Benjamin. **Tratado de Mecânica** (matemático francês).
- PRONY, Gaspard Clair François Marie (1755-1839). **Arquitetura Hidráulica** (francês).
- BOSSUT, Charles (abade). (1730-1814). **Mecânica em geral** (matemático francês).
- FABRE, Jean Antoine (1749-1834). **Ensaio sobre a teoria das torrentes e dos rios** (engenheiro francês).
- GREGORY, Olinthus Giber (1774-1841). **Tratado de Mecânica** (matemático inglês).

MATRÍCULA DE CAXIAS NA ACADEMIA MILITAR REAL

Caxias ao matricular-se na Academia Real o fez de próprio punho e nos seguintes termos:

“Luiz Alves de Lima e Silva, Cadete do Primeiro Regimento de Infantaria, natural do Rio de Janeiro, de idade de quinze anos, filho de Francisco Lima e Silva, foi admitido à matrícula do primeiro ano matemático da Academia Real Militar, por despacho da Junta da mesma Academia em quatro de março de 1818.” (a). Luiz Alves de Lima e Silva.

Dentre os professores de Caxias destaca-se o Frei Pedro de Santa Mariana. No ano em que deixou o estabelecimento a Junta de Direção da casa era:

- Presidente: Tenente-General Francisco de Borja C. Stockler, Barão da Vila da Praia.
- Deputados: Brigadeiro graduado João Manuel da Silva — inspetor do Real Corpo de Engenheiros e Diretor do Arquivo Militar e Brigadeiro Manuel Jacinto Nogueira da Gama — Visconde e Marquês de Baependi (parente de Caxias).
- Inspetor de Aulas: Marechal Joaquim de Oliveira Álvares, herói das guerras contra Artigas e Brigadeiro Joaquim Norberto Xavier de Brito, comandante do Corpo de Engenheiros.

VIVÊNCIA MILITAR DE CAXIAS

A vivência militar de Caxias, como aprendizado de disciplina militar prestante que se “aprende vendo, tratando e pelejando”, segundo Camões, foi intensa. De 1823 a 1828 fez a campanha da Independência na Bahia e a Guerra Cisplatina em Montevidéu. De 1831 a 1840 foi peça chave da segurança interna no Rio de Janeiro. De 1840 a 1845 pacificou o Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sacudidos por revoltas que ameaçavam transformar o Brasil numa colcha de retalhos. De 1851-52 comandou forças brasileiras na guerra contra

Oribe e Rosas que teve seu epílogo na Batalha de Monte Caseros. De 1866 a 1869 comandou os brasileiros na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Além dessas funções exerceu as de Comandante das Armas do Rio de Janeiro. Foi Ministro da Guerra três vezes, Conselheiro de Guerra, Ministro do Supremo Tribunal Militar e, Presidente do Conselho de Ministres pelo menos três vezes. A última envolvia funções militares de comandante do Exército e da Marinha. Se computarmos a vivência militar do Duque de Caxias do ano de seu juramento à bandeira em 1817 até 1877, data de seu afastamento da vida pública e recolhimento à fazenda de Santa Mônica, contamos 60 anos de intensa vivência militar, desde os menores aos maiores problemas militares brasileiros.

CAXIAS AMIGO DE ESCREVER CARTAS

Uma das explicações para a invejável cultura do Duque de Caxias em Arte e Ciência da Guerra advém do intenso intercâmbio epistolar que manteve durante mais de 60 anos com pessoas bem informadas no Brasil e no exterior.

Segundo Vilhena de Moraes, em “um vestido bem bonito”, na obra **Novos Aspectos da Figura de Caxias**, este “era muito amigo de escrever cartas, não descuidando em qualquer circunstância de mandar notícias à família, aos chefes, aos parentes e amigos e até ao **Jornal do Comércio** e de próprio punho”. E mais, que “as milhares de cartas que escreveu acham-se esparsas por diversas obras e muitíssimas se perderam, umas pelo lamentável desbarato de seu precioso arquivo, outras, sistematicamente pelos seus próprios destinatários”. Está no último caso, segundo o autor citado, o Barão de Tocantins irmão de Caxias que o salvara de um acidente militar em Santa Luzia. O irmão de Caxias ao pressentir aproximar-se a morte mandou queimar todos os seus papéis e com eles a correspondência mais íntima e descontraída de Caxias. Sabe-se também que Caxias na correspondência com a esposa, desabafava e confienciava inclusive problemas militares de natureza tática e estratégica, ao ponto de alertar-lhe que não falasse para outras pessoas em “coisas de guerra” para não colocá-lo em má posição, no caso de não conseguir transmitir com fidelidade seu pensamento.

O autor citado relaciona na parte da obra a que referi as personalidades com as quais Caxias manteve intercâmbio epistolar durante cerca de 60 anos.

Na correspondência particular expedida por Caxias é que se encontra o seu pensamento militar e na recebida as experiências alheias em Arte e Ciência da Guerra que absorveu.

Através de serões que alimentava em suas residências ou postos de comando, na paz e na guerra e que também colheu e absorveu durante cerca de 60 anos experiências alheias em Arte e Ciência da Guerra. Pois, além de amigo de escrever cartas. Caxias era muito amigo de conversar, particularmente após o jantar.

Um exemplo disto é o questionário que respondeu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1852, analisando criticamente a Batalha de Passo do Rosário de 20 de fevereiro de 1827, que não assistiu, mas com apoio em

conversas que entreteve com brasileiros, argentinos e uruguaios de 1827 a 1852.

BIBLIOGRAFIA

1. AMAN. Carta de Lei de 4 Dez 1810 de Criação da Academia Militar Real. Rio, Imp Militar. 1961.
2. _____. Fé de Ofício de Duque de Caxias: in: Sesquicentenário de Caxias. Rio, Imp. Nac. 1954.
3. ARARIPE, Tristão de Alencar, Cel. A importância dos estudos de História Militar. Nação Armada, Abr 1941, nº 17. pp. 22-26.
4. BENTO, Cláudio Moreira, Ten Cel. Biografia de Caxias — necessidade. Letras em Marcha. Março 1979.
5. COSTA, Otávio. Gen. Pequena Memória de um Grande Homem, in A Defesa Nacional Jan/Fev 1980, pp. 141-174.
6. ECEME, Pensamento Militar do Marechal Castello Branco. Rio, Imp. Militar. 1968. (Organizado pelos Cel Francisco Ruas Santos e Ten Cel Fernando Maia Pedrosa).
7. MCRAIS, Eugênio Vilhena de. Um vestido bem bonito. Novos aspectos da figura de Caxias. Rio, 1937, p. 129-142.
8. PONDÉ, Francisco de Paula Azevedo, Gen. Academia Militar Real. Congresso de História da Independência do Brasil. Rio, IHGB, 1976, pp. 37-86.
9. SILVA, Alfredo Pretextado Maciel. Generais do Exército Brasileiro 1822-39. Rio, Bibliex, 1940, 2.^a ed. V. 1 (pp. 215, 250) e V. 2(pp. 286, 338, 364 e 509).
10. Decorridos 16 anos do presente artigo fundamos a Academia de Historia Militar Terrestre do Brasil que foi acolhida inicialmente pela Fundação Educacional Dom Bosco por seu presidente e fundador Cel Professor Antônio Esteves e logo a seguir em instalações externas da AMAN pelo General e em 2011 no Bicentenário da AMAN ela foi acolhida em instalações internas externas da AMAN no fundo da Biblioteca e com o nome de Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil FAHIMTB com 5 academias de Historia Militar Terrestre do Brasil .E todas tendo como patrono o Duque de Caxias e sua histórica espada de campanha figurando no brasão da FAHIMTB e AHIMTBs subordinadas. Em 2003 no Bicentenário de nascimento do Duque de Caxias publicamos o livro Caxias e a Unidade Nacional, tendo como editor o professor e historiador militar Flavio Camargo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.Em 1979 e 1980, como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e instrutor de História Militar da AMAN tivemos a honrosa missão de transportar ida e volta do IHGB a AMAM no comando de uma Guarda de Honra e Segurança de Cadetes a Espada de Caxias da qual o Espadim dos Cadetes do Exército e cópia fiel em escala,
11. **Nota O presente artigo foi publicado há 40 anos e espero interessar as novas gerações da ativa do Exército e que nele ingressaram depois de 1980.**

UMA EXPERIÊNCIA DE RECONSTITUIÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE UMA UNIDADE MILITAR

1985

Artigo republicado em 2021

Cel Cláudio Moreira Bento

Este precioso artigo do Cel Bento é, também, uma sugestão aos Oficiais que desejarem contribuir para a reconstituição da memória de alguma Unidade. A História do Exército é a História de sua Nação vivificada pelos seus homens. (Revista do Exército)

São quatro as colunas mestras que sustentam um Exército — a disciplina, a hierarquia, a glória e a tradição.

A disciplina e a hierarquia são pressupostos constitucionais e regulados de forma precisa.

A glória e a tradição militar são subjetivas. A glória de um Exército, segundo Gustavo Barroso, está, de certa forma, nos seus troféus de paz e de guerra e na memória popular de seus feitos.

A tradição militar de um Exército está no seu espírito, e no culto de uma História, de seus feitos, de seus heróis em sua doutrina etc.

"A tradição é a alma de um povo", proclamam os rio-grandenses. Esta condição é reconhecida, por unanimidade, na vida militar como a alma — perfume de uma Unidade Militar. Múltiplos são os exemplos históricos da influência positiva, particularmente em combate, da boa tradição de uma Organização Militar. Ela funciona como uma poderosa força invisível, de natureza moral, que em momentos críticos, na paz e na guerra, arrasta todos os integrantes da Unidade ao cumprimento da missão, por mais difícil que ela seja.

A falta de tradição de uma Unidade é apontada, com freqüência, pela História Militar, como a explicação para o fracasso ou o pálido desempenho, em combate, de Unidades militares.

A seguir relatarei minha experiência de reconstituição da História do 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá, que tive a honra de comandar em 1981-82. História que é a fonte de sua Tradição.

FONTES PRINCIPAIS DA HISTORIA DA UNIDADE

A tradição é filha da História. Não existe tradição sem respaldo na História. Mas História é documento, que, por outro lado, é fonte de História. No caso de minha experiência no 4º BE de Combate procurei logo consultar as duas fontes específicas — o **Livro Histórico** e o **Registro Histórico**, que substituiu o primeiro nos anos 50.

O primeiro assemelha-se a um livro de bordo de navios. O registro era a critério do Comandante e mais rico em detalhes. O segundo é lacônico, segue instruções rígidas. Do primeiro retirei interessantes elementos, seguindo experiência idêntica ao historiar os Dragões da Independência, em 1972, em artigo então publicado no **Correio Braziliense**, de 21 de abril, início dos festejos do Sesquicentenário da Independência e, depois, de 1978 a 1980, ao pesquisar a

História da AMAN e traduzir este esforço na **Revista do Clube Militar em 1978**. O primeiro era ideal para preservar a História da Unidade, mas não atendia ao Escalão Superior. O segundo não atende à Unidade mas, sim, ao Escalão Superior. Daí a sugestão para conservarem-se ambos e se conciliarem interesses. Estas duas fontes que encontrei em exemplares únicos apresentavam desgaste e anotações inadequadas. Para preservá-las consegui as micro filmar e reproduzir uma cópia para uso e recolher os originais à sala de Troféus e Museu da Unidade, então desenvolvido e em processo de aprovação. Os relatórios anuais forneceram boas informações históricas e os boletins também, ao responderem a perguntas específicas, bem como a Carga-Geral, ao historiar-se a evolução do equipamento.

A pesquisa da análise dessas fontes não foram suficientes. Recorremos então a livros que falassem, de alguma forma, do Batalhão e encontramos os escritos pelos Generais Juarez Távora, Lyra Tavares, Souto Malan, Tristão de Alencar Araripe, Campos de Aragão e Almirante Boiteux (Santa Catarina no Exército).

O VALOR DAS FONTES ORAIS

A tentativa de obter dados com o pessoal servindo na Unidade foi infrutífera. Concluí que a rotatividade dos quadros comprometia a memória curta da Unidade e que a memória longa inexistia ou era confundida em muitos pontos. Ou, por outro lado, inexistia praticamente.

A medida que produziu melhores resultados foi a tomada de depoimentos, em conjunto, de velhos soldados do Batalhão, residentes em Itajubá ou imediações. Esta prática permitiu um grande avanço na coleta de dados significativos. A imprensa local, a partir de 1954, prestou grande ajuda, aliada às pesquisas feitas pelo historiador local — o Sr. Armelin Guimarães, neto do grande romancista Bernardo Guimarães.

Ex-integrantes ilustres da Unidade, residentes no Rio de Janeiro, foram entrevistados pelo Cel Marius Trajano Teixeira Neto, também ex-integrante, por 12 anos, do Batalhão. Entrevistou, inclusive, o Dr. José Braz, filho do Presidente Venceslau Braz, ligado intimamente à instalação e aos primeiros anos do 4º BE Cmb, em Itajubá. Aliás, depoimento de grande valor para as histórias da Unidade e de Itajubá.

A PESQUISA ICONOGRAFICA

Ao lado da pesquisa histórica, de fontes escritas e orais, foi dada ênfase à pesquisa iconográfica.

Foi feita com o concurso da imprensa escrita e falada, uma campanha visando a obter fotos através das quais se pudesse apreciar a evolução da Unidade em seus 60 anos de existência. Aos poucos, elas foram surgindo de arquivos públicos, redações, coleções particulares de veteranos e familiares. A iconografia foi muito esclarecedora. O material reunido pelo Comando anterior, em álbum, foi útil. As principais foram transformadas em posters e colocadas na Sala de Troféus e Museu, e com uma particularidade — reproduzidas com legendas datilografadas, apostas sobre o original em 18cm x 20cm. A maioria das fotos carecia de legendas. Tiveram de ser identificadas num trabalho demorado e

paciente. Exigiram maior esforço as que apresentavam grupos de militares em diversas épocas. Ao iniciá-lo, concluí: fotos sem legendas, decorridos cerca de 5 anos, perdem seu valor histórico. Principalmente aquelas focalizando grupos de pessoas. Mesmo as pessoas que nelas aparecem, aos poucos, vão esquecendo os nomes das demais. Assim, é falsa a ilusão de que, tirada uma foto, não é necessária anotação para ser identificada no futuro pela posteridade. É um engano clamoroso. Já vi muitos arquivos oficiais e familiares com centenas de fotos inidentificáveis. Portanto, é salutar e impositivo o hábito de identificar logo as fotos assim que produzidas. É aconselhável que nas reproduções de fotos para posters seja reproduzida a legenda que deve ser aposta aos originais ou cópias nas dimensões aproximadas de 18cm x 20cm.

PROBLEMAS ESPECIAIS

A participação da Unidade nas revoluções era imprecisa, confusa e lacônica. Era igualmente indefinida a participação da Unidade na Segurança Externa, em Fernando de Noronha e na Ação Comunitária. A diversos Oficiais da Unidade foi atribuída a missão de pesquisar a participação da Unidade em cada um destes eventos. A outros foi dada a missão de levantar a evolução do equipamento e em especial o de transposição de cursos d'água.

Aos Veteranos da FEB mais antigos foi solicitada relação precisa, nominal, daqueles que o Batalhão forneceu ao 9º BE Cmb. Depois de demoradas pesquisas, chegaram ao número de 55, que foram imortalizados em placas, no dia de comemoração da Vitória, em 1981.

Foi mandada apurar a extensão da participação de Pontoneiros do Batalhão em Fernando de Noronha durante a II Guerra Mundial. Conclui-se que lá estiveram, em três Destacamentos sucessivos, 182 para a missão de construir, operar e defender o porto de Santo Antônio e lá desembarcarem os canhões que desde então guarnecem a ilha.

O fato foi bem levantado com apoio em depoimentos dos então Sargentos que comandaram, desde Itajubá até a ilha, os Pontoneiros; trabalho complementado por **Defendendo os Céus nos Trópicos**, de Campos de Aragão, outro da época do General Tristão de Alencar Araripe, Comandante da Guarnição, focalizando, ao nível de Estado-Maior, todo o problema de defesa da ilha pela então denominada "**Guarnição Sacrifício de Fernando de Noronha**".

SALA DE TROFÉUS E MUSEU

Todo o material histórico localizado foi sendo aos poucos centralizado num salão onde foi implantado um auditório para reuniões do Estado-Maior da Unidade e exposições a comitivas em visita ou inspeção, além de servir para explanação, à base de slides. Todos os troféus e destaques esportivos da Unidade, Subunidade e NPOR foram ali reunidos em espaços destinados a cada um. Mereceram ênfase a reunião de regulamentos de Engenharia superados, além de equipamentos obsoletos, de uso em passado recente ou aspectos fundamentais da História da Engenharia. Os documentos de importância histórica, que serviram de apoio à pesquisa, foram indexados e encadernados, e, junto com outros documentos da mesma natureza, colocados em local de fácil consulta. Até os recordes esportivos mereceram quadro especial. A semelhança da AMAN, foi introduzido um livro de Ouro da Unidade no qual as autoridades visitantes têm deixado suas impressões e estímulo.

Aproveitando a entrada monumental do Batalhão, com três portões, foi criado um cerimonial de recepção aos conscritos e saída dos reservistas, para imprimir à incorporação e desincorporação um toque mais solene e, com o correr dos anos, uma tradição da Unidade.

Implantando o museu e levantando seu acervo, foi solicitada sua aprovação nos termos de Portaria do Estado-Maior, que regula o assunto. Este museu foi o primeiro a existir em Itajubá.

INTERPRETAÇÃO

Todo o material reunido em quase 2 anos não era eloqüente por si só. Necessitava ser analisado e interpretado. O critério de interpretação foi o da História da Doutrina do Batalhão desde sua criação em 1910. Ou, por outro lado, como o Batalhão foi organizado, equipado, instruído, motivado e empregado no período. No particular ao emprego, foi enfatizada sua participação na Segurança Interna, Segurança Externa e Ação Comunitária. O resultado de toda a pesquisa, na qual a História Oral e o Centro de Documentação do Exército prestaram importante contribuição, foi traduzido no trabalho **Síntese Histórica do 4º BE Cmb**, publicado em 1982, em 2 mil exemplares, com o apoio da comunidade itajubense, além de no jornal **Sul de Minas**, daquela cidade, e agora na **Revista do Exército**, nº 4, dez. 1983.

Na Ação Comunitária, no sul de Minas, a sua tradição revelou-se muito expressiva, bem como o nível de sua integração com a população sul-mineira.

Para preservar a memória da Unidade e nela as contribuições de seus integrantes notáveis, recorreu-se às placas. Elas imortalizarão os nomes e os feitos de seus maiores protagonistas na paz e na guerra.

De todo o trabalho resultaram muitas conclusões até então desconhecidas que merecem ser incluída na tradição da Unidade que deve estar para ela como o perfume para a flor.

Depois do trabalho realizado, conhecemos através de comunicação ao IGHMB do venerando General Raul Silveira de Mello, hoje com 102 anos, que ele havia dado início em Itajubá, há 61 anos, com Soldados do 4º Batalhão de

Engenharia, ao processo que ele classificou de "re Cristianização" do Exército.

Trabalho que desembocou inicialmente na União Católica dos Militares, a seguir transformada em União Católica dos Militares, cujo objetivo principal foi conquistado com a criação dos Serviços de Assistência Religiosa de nossas Forças Armadas, traduzido pelas capelanias militares.



O Cel Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECEME, possui o de Analista da EsNI e de pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Comissões Principais: Adjunto do Estado-Maior do IV Exército, II Exército, Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá — MG. Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e cidades de São Leopoldo e Pelotas. Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-Grandense de Letras. E atualmente Diretor do Arquivo do Exército. Preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História de A Defesa Nacional. Condecorações: Cavaleiro da OMM, Medalhas de Ouro, do Pacificador, da Inconfidência, Santos-Dumont e do Sesquicentenário da PMSP.

**LOBO VIANNA:
a Escola Militar da Praia Vermelha do ponto
de vista de um ex-aluno
1986**

*O Coronel Cláudio Moreira Bento, Diretor do Arquivo do Exército, é pesquisador e escritor de Livros sobre História Militar Brasileira. Sua colaboração para a REB, neste número, enriquece esta seção. Pesquisa de sua autoria permitiu à redação comentar trechos de textos publicados no ano de 1962 em **O Jornal**, pelo General José Feliciano Lobo Vianna. Os textos fazem parte de um conjunto de nove artigos editados à época sob o título geral de "Reminiscências da lendária Escola Militar da Praia Vermelha (1878-1883)".*

*Lobo Vianna, que fora aluno do velho e histórico instituto e chegou a ser General professor de Arte Militar (Tática, Estratégia e História Militar), fixou, naqueles textos, flagrantes da vida militar, em especial da vida escolar, com a perspectiva de oficial, coronel, criando, assim, importantes referenciais históricos, que valorizam essa seção de criação recente da **Revista do Exército Brasileiro**.*

O General José Feliciano Lobo Vianna foi professor da Escola Militar do Brasil (Praia Vermelha). O General Paula Cidade o considerou, ao lado de Benjamin Constant, Tasso Fragoso, João Fulgêncio Manuel de Liberato Bitencourt, como das grandes culturas da Praia Vermelha. O texto de Lobo Vianna, de modo geral, era audacioso e forte, embora quase sempre temperado por expressões e idéias que beiravam a ironia e a crítica; os temas preferidos despertavam o interesse do leitor afeito aos assuntos da caserna e das escolas militares.

A vida escolar, a história da Escola, as promoções de novos oficiais, os vencimentos — "o soldo" —, a rotina do quartel, além dos tipos humanos que revestem o ambiente da caserna com a riqueza de suas vidas simples: servidores da Escola Militar, um professor rigoroso de Matemática, um barbeiro, enfim, personalidades cuja importância funcional nem sempre justificaria, além de seu valor como ser humano, o fato de se haverem perpetuado na memória dos alunos.

Esses flagrantes valorizaram a obra de Lobo Vianna.

Em um artigo de 3 de janeiro de 1926, focalizou ele o trote na Escola Militar. Mas não o fez de modo a avaliar sua prática, mas o de flagrar o instantâneo anedótico, a crônica jocosa da época.

Seu longo artigo se intitulava "Agitada e hilariante assembléia". Reviveu ali a tradição da relação pouco amistosa entre "veteranos" e "calouros" (ou "bichos", como até hoje são chamados os cadetes do 1º ano).

Lobo Vianna abordou, nesse artigo, um código da interação "veterano"- "bicho", cujo primeiro artigo é definido assim: "todo bicho tem direito a não ter direito a coisa alguma". A figura do "bicho" aparece nesse código como a mitológica vítima no rigor de sua pequenez escolar admitida. Disseca-se essa relação: "bicho não pensa, não raciocina, age por instinto, não vive, vegeta e é burro por índole".

O código mantém o tom em todos os outros artigos:

— "O bicho só tem deveres com veteranos:

- conservar-se de pé quando dirigir-lhes a palavra;
- engraxar-lhes as botinas quando sujas;
- encher-lhes as moringas quando vazias;
- ceder-lhes os lugares nos bondes, pagando imediatamente a passagem;
- comunicar-lhes, sem demora, o recebimento de presentes, doces, frutas, comidas que receba de casa etc".

Mesmo considerando as diferenças de época e a mudança de comportamento na relação entre os atuais "veteranos" e "bichos", o código, em seu espírito, tem-se mantido com a mesma essência, com a mesma dose de bom humor.

O tema seria retomado em outro artigo, em que contou sua própria experiência como "bicho", recebido pelos "veteranos", em 15 de janeiro de 1878.

Em outro artigo, sem data, Lobo Vianna aborda um tema mais grave: as pro-

moções ao primeiro posto de oficial do Exército, ressaltando "favoritismos" e "pistolões" no critério aplicado, em que pesasse o espírito da lei de 1865, que só passaria a ser cumprida pelo Ministério da Guerra de Franklin Dória — Barão de Loreto — e por seu sucessor Affonso Pena. Abordava, ainda, que critérios alterados pelo Ministro Carlos Affonso favoreceram os oficiais da tropa, em detrimento dos que eram formados em escolas. Esta situação foi corrigida pela República, que exigiu como condição de promoção o curso de Arma e o bom comportamento civil e militar.

O ambiente interno e externo da Escola Militar está descrito no artigo de 5 de julho de 1926, "Dia do Soldo".

Conta que o cerimonial iniciava com a leitura prévia dos artigos de guerra do Conde de Lippe dos quais destacam-se estes:

Art. 17 — Todo soldado deve se contentar com o seu pagamento, com o seu quartel, com o uniforme que lhe dão. Caso contrário, será tido e castigado como amotinador.

Art. 21 — Todo aquele que contrair dívidas às escondidas de seus oficiais será punido corporalmente.

Art. 26 — Nenhum soldado poderá emprestar dinheiro ao seu camarada nem ao seu superior.

Em "Do café da manhã à instrução dos recrutas", 11 de abril de 1926, Lobo Vianna estuda a "Questão do Café", ocorrida ao tempo das Questões Religiosa e Militar, e de importância histórica ainda não considerada de forma conveniente pelos historiadores. Conta Lobo Vianna que a questão teve início quando um aluno, em termos descorteses reclamou sua ração de café. O Comandante da Escola, General Polidoro Quintanilha Jordão, ao conhecer o fato decidiu:

- prender o aluno na Fortaleza da Lage;
- suprimir o café da manhã;
- substituir o café da manhã por exercícios matinais.

Revoltados, os alunos, na manhã de 8 de maio de 1875, sob a liderança do Cap Gomes Carneiro, vinte anos mais tarde o herói da Lapa, se dirigiram ao centro do Rio, às seis horas da manhã, e fartaram-se de café no Café Londres Brasília.

O General Polidoro tomou as medidas repressivas no dia e deu conhecimento ao Ministro da Guerra Duque de Caxias. Os oficiais e praças implicados foram desligados no dia seguinte, e muitos outros, por solidariedade aos companheiros, se desligaram.

A repressão do café durou quatro anos até que foi restabelecido pelo heróico comandante do Batalhão de Engenheiros, Conrad Maria da Silva Bittencourt, ao assumir o comando interino da Escola em janeiro de 1879.

Dos tipos humanos que desenham o "folclore" da vida escolar, Lobo Vianna tratou de fixar o flagrante do "Champu", barbeiro português a quem qualifica como "artista capilar", ao qual os alunos recorriam para cortar seus cabelos às quartas-feiras e aos sábados. Deve ter sido um personagem fascinante aos olhos de um aluno: sabia o nome de todos os alunos e se caracterizava por discursar,

empolgado, os lances mais emocionantes da História de Portugal, em especial o de Aljubarrota.

Outros artigos se sucederam.

O de 17 de janeiro de 1926 — "Um perfil ligeiro" — tratava de um antigo professor de Matemática da Escola — o "Mamute" — apelido que fazia lembrar o elefante antidiluviano. Após retratar o personagem, seus caracteres e trajetória, termina seu relato quando o professor, solteiro, é vítima fatal de um atropelamento, desaparece e, sob seu colchão, é encontrada a quantia de oito contos de réis.

Mais uma vez o assunto "recepção aos novos alunos" foi tratado no artigo de 25 de setembro "A escola à luz da história e da lenda". Nele, defende que os códigos das fichas e os trotes contribuíram para o processo seletivo dos alunos por fazer "depositar as escórias e impurezas que os bichos traziam, frutos de uma deficiente educação doméstica e social".

Conclui que foi grande a projeção da Escola Militar da Praia Vermelha na vida nacional, através, principalmente, dos valores morais que transmitiu a seus ex-integrantes.

Outros dois tipos humanos da Escola Militar revivem nas palavras de Lobo Vianna. São dois ex-servidores que competiam comercialmente. Um teve destino de grandeza e o outro, de pobreza. O texto é rico de calor humano, e uma lição de vida.

O trecho que se segue é parte de um artigo, publicado na edição de domingo, 11 de abril de 1926, em *O Jornal*, denominado "Do café da manhã a instrução de recrutas", abordando, na parte agora publicada, aspectos da instrução militar na caserna do final do século XIX, importante referencial para a compreensão da evolução do Exército Brasileiro.

"... Em 1878, quando me matriculei, ainda perdurava a suspensão do café pela manhã e muito se comentava a energia invulgar do General Polydoro nessa célebre questão.

Após a revista das seis, as companhias formavam nos seus respectivos pontos de formatura. Os veteranos e os bichos praças prontas seguiam para os diversos exercícios e os bichos paisanos iam ter à escola de recrutas. Esta estava a cargo de um tenente de infantaria que, como praça de pret tomara parte na inolvidável Retirada de Laguna, sob as dobras do 17 de voluntários, e, no mento cursava as aulas do terceiro ano do curso superior. De estatura meã, forte compleição física, espessa cabelleira negra, ondulada, sedosa: farto bigode, amplo e bem cuidado cavaignac (era a moda militar da época): porte marcial, garbo militar, corretamente fardado, enfim, um belo tipo de homem e de soldado. De uma pontualidade britânica, era o primeiro a chegar ao local do exercício (em frente à arrecadação do velho Platz), e o último a retirar-se, chegando, na maior parte das vezes, a exceder o tempo, apesar do toque de retirada retumbar pelo campo a fora.

Excelente instrutor, paciente, metuculoso, exigente, enérgico sem ultrapassar às raias da civilidade. A instrução ministrada diariamente pela manhã e à tarde durava a escola desarmada cerca de dois meses e a armada quatro a cinco semanas. Os mesmos movimentos, tantas vezes repetidos até atingir a uma relativa

simultaneidade, determinavam um tal ou qual esgotamento de forças maximé pela manhã, indo ter ao cansaço, á fadiga, ocasionando, ás vezes, deliquios, desmaios e syncopes. Se de um lado havia, por parte do instrutor, uma certa pertinácia, uma quasi pyrrhonica teimosia: de outro, os instruendos davam margem a essa conduta. Se uns se adaptavam perfeitamente ao meio, executando com destreza e correção os movimentos; outros pelo contrário se mostravam refratários aos ensinamentos, pouco atenciosos, negligentes e incorretos. Era necessário corrigi-los a todo momento; daí a monotonia da ultima forma e do marcar passo no mesmo terreno. Quando a simultaneidade dos movimentos a tornava regular, uniforme, homogênea, coesa e nada mais havia a corrigir, passava-se á escola armada.

Nos primeiros dias, como era natural, a Comblala pesava imenso, produzindo câimbras nos braços, pressão violenta nos músculos dos ombros e dor na clavícula direita; depois todos se adaptavam á arma. Não se lhe sentia mais o peso.

Então o tenente instrutor, postado á frente da escola, cofiando o sedoso cavaignac, modificando o mandamento da Ordenança, por uma prosodia toda sua, exclusivamente sua, mandava:

— Hombro-épe. Braço-épe. Suspenderr-épe, ao invés de ombro armas, braço armas, suspender armas.

E a rapaziada bichai não mais o conhecia senão pelo tenente ombro, tenente épe.

A escola dissolvía-se após o terceiro ou o quarto exercício de fogo, á cartucho de festim. Os recrutas passavam a prompto, da instrução e iam intercalar-se com os veteranos nos exercícios gerais de infantaria, sob o investigador monocolo do adiposo tenente Tamborim, enganchado em seu garboso ginete branco, e montar guarda aos domingos.

Não havia mais bichos. A Habilitação os depurara no cadinho da igualdade e fraternidade veteranas.

Decorridos anos e anos, decênios sobre decênios, vim, em plena Avenida Central, encontrar o meu ex-instrutor de recrutas.

Como a ferrugem do tempo oxida, encanece e envelhece os homens modificando-lhes radicalmente os hábitos!

Ao invés do soldado entusiasta, do oficial inteligente, calmo, correto, cheio de amor e de orgulho pela sua classe, deparei com um forte, sadio, e feliz octogenário, carregando garbosa e venturosamente o pesado fardo dos anos. Trazendo habitualmente na botoeira de seu fraque preto ou cinzento uma flor vermelha, em geral, uma sedutora sedosa e berrante orchidéa; cultivando carinhosamente uma basta cabelleira preta, pintalgada de fios de prata a saltar revolta das abas do seu chapéu de feltro e um bigode um tanto falho; conservando do belo cavaignac de outra os farrapos de uma apoucada pêra, satisfeito, risonho e venturoso o vejo quase sempre, só, caminhando a passos tardos pelos largos "trottoirs" da Avenida detendo-se, as vezes, por minutos a falar aos amigos ou a confabular com os clientes.

Rico, riquíssimo; capitalista, proprietário abastado, milionário, um dos maiores contribuintes do imposto predial, é ainda o mesmo soldado dos tempos que se

foram. Nem os juros de suas apólices, os dividendos de suas ações e debêntures e os alugueis de seus inúmeros prédios; nem o alinhar dos algarismos, o somar dos ganhos e o multiplicador dos lucros conseguiram embatar-lhe as virtudes militares. No fundo, no intimo, ainda golpha o orgulho do ter sido soldado e soldado da velha tempera.

Como ele goza quando alguém passa e lhe diz:

— Adeus, general!

— Adeus! — responde sorridente, não contendo a satisfação dos bordados que lhe ornaram a farda do general honorário.

Mas desse octogenário feliz, desse chefe de família exemplar, desse capitalista argentario que encarna sua tradição militar, desse sobrevivente, desse abonceragem da Retirada de Laguna, apenas, na minha retina exausta, esgotada pelos anos, se projeta a vaga e indecisa silueta do ex-instrutor de recrutas: o bom, o atencioso, o correto, o marcial tenente Hombro; o amável, o calmo, o metucioso tenente E'pe, tão amoroso e entusiasta pela sua classe.

Mudam os tempos, modificam-se os homens, mas as saudades ficam de pé, recordando um passado que não volta mais."

Lobo Viana

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA MILITAR NA FORMAÇÃO DO SOLDADO PROFISSIONAL

1988

Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento

O autor, dedicado pesquisador de nossa Memória, é assíduo colaborador da REB, sendo fértil produtor de trabalhos que tratam dos assuntos específicos da evolução histórica do Exército.

Neste artigo, estabelece a diferenciação entre a Ciência e a Arte da Guerra: a primeira voltada para o planejamento, a organização, o apoio logístico e o deslocamento para o Teatro de Operações e a segunda norteando o estudo da situação, a manobra, as condutas de combate, além de aferir a criatividade, o talento e o valor do Chefe. Por oportuno, foi anexado ao fim do trabalho um opúsculo que focaliza a ação abolicionista de Caxias, após a vitória sobre os farrapos. Redação.

Efetivamente, a História Militar não é só importante, como fundamental para a formação do Chefe Militar, desde que estudada de forma crítica, à luz dos fundamentos que alicerçam a profissão de soldado. É, pois, estudo de poucas conseqüências para a formação do profissional militar, quando feito de modo descritivo. E por ser estudada predominantemente desta forma, julgam muitos ser seu estudo uma balela, uma inutilidade. A reação então é desestimulá-la e

desprestigiá-la, principalmente por desinformação, e não levá-la a sério em seus diversos níveis. Outro fato que talvez leve a História Militar a ser minimizada, nos dias atuais, em alguns exércitos, é a detalhada Doutrina Militar, que sistematiza todo o preparo de uma força considerada para a guerra - o que leva a colocar-se de lado as lições da História Militar colhidas no único Laboratório de Guerra: o Campo de Batalha. Lições fundamentais a serem levadas em conta, particularmente na hora do emprego de uma força, isto é, a fase em que predomina a Arte da Guerra. E disso a História Militar é rica em exemplos.

No Brasil, entre os chefes e historiadores militares críticos mais notáveis²⁹ alinham-se: o General Tasso Fragoso, considerado o Pai da História Crítica do Exército Brasileiro e ex-Chefe do EME, por dilatado período, e os Marechais Tristão Alencar Araripe, Estêvão Leitão de Carvalho e Humberto de Alencar Castello Branco, ex-Comandantes destacados de nossa Escola de Comando e Estado-Maior que a impregnaram com seus estudos históricos críticos, relevantes para o progresso do nosso Exército, antes de 1945. Aliás, estabelecimento de Altos Estudos Militares onde, entre muitas e relevantes pesquisas de História Militar Brasileira, sob enfoque crítico, destaco a sobre o Combatente Brasileiro, ao que parece, hoje retomada pelo Centro de Estudos do Pessoal do Exército, que seguramente tomará por partida o estudo citado.

Frederico, o Grande, ao dar-se conta que o professor de História Militar ensinava ao filho de maneira descritiva, fazendo-o decorar datas, nomes de generais e outros dados irrelevantes, não críticos, o repreendeu com a seguinte expressão:

“Não ensine História Militar ao meu filho como se ensina a um papagaio, fazendo-o decorar nomes, datas, números etc. Faça-o raciocinar e tirar conclusões úteis para a sua adequada formação militar.”

É de longa data que ouço estas lições de suprema sabedoria, transmitida pelos mais velhos e mais experimentados na vida:

“A História é a mestra das mestras. A História é a mestra da vida. Quem não conhece a sua História corre o risco de repeti-la.” Ou então, uma expressão mais direta, e no popular, atribuída a Bismark - “Burro é aquele que não aproveita a experiência dos outros e a própria experiência.”

Mas o que se verifica em geral no Brasil, de uns tempos para cá, é um descaso ou uma relegação de nossa História Crítica, em geral, a um plano bem inferior.

É possível que existam mais brasilianistas do que brasileiros editando trabalhos críticos importantes sobre os mais diversos aspectos da História do Brasil. E a razão se situa na carência de recursos oficiais para a edição de trabalhos, visando a preservar e a divulgar a Memória Nacional de forma crítica, ou como matéria-prima preciosa para a construção no futuro do Brasil nos seus mais variados prismas. Será atitude inteligente contribuir para se anestesiar a Memória da História Crítica Brasileira desenvolvida por brasileiros, para ceder lugar à Memória idêntica feita por estrangeiros? Por esta razão, principalmente, pouco a pouco, a História do Brasil desertifica-se de historiadores nacionais. Constatar

isto é obra de simples leitura e verificação. O que o prezado leitor poderia fazer para reverter este quadro adverso, principalmente se for detentor de parcela de poder público? Mas, nos situemos no quadro profissional militar.

Napoleão afirmou, certa feita: “O conhecimento superior da Arte da Guerra só se adquire pela experiência própria e pelo estudo da história das grandes batalhas dos grandes capitães. Leiam e releiam a história de suas campanhas e guiem-se por elas. Eis o único meio de se fazer um grande general e de se aprender os segredos da arte do soldado e a Arte da Guerra.”

Ferdinand Foch, que foi retirado da cadeira de História Militar da Escola Superior de Guerra da França para comandar a vitória aliada na 1ª Grande Guerra, costumava afirmar com grande autoridade de chefe e historiador

“Para alimentar o cérebro de um exército e, na paz, melhor prepará-lo para a eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações do que o de História Militar.”

As Escolas de Comando e de Estado-Maior e Superior de Guerra da França mantêm ainda, bem acesas e vivas, estas lições de Napoleão e Foch a *priori* dos estudos de História e Geografia Militar.

Mas, se não bastassem estes vitoriosos, citemos outros:

O alemão Moltke, o Velho: “A História Militar por dominar inteiramente a conduta prática da guerra (e não teórica) é fonte inesgotável de ensinamentos para a formulação de uma Doutrina Militar.”

O norte-americano Patton: “A leitura crítica da História Militar é condição de êxito para o militar.”

Até hoje, não vimos ninguém, chefe, planejador e historiador militar, com autoridade vivida em Arte de Guerra, afirmar o contrário. Ou seja, que a História Crítica não é a mestra das mestras do profissional das armas ou do soldado.

Entendo que a História Crítica é igual à História da Ciência e da Arte da Guerra, bem como igual à História da Doutrina Militar e que a Doutrina Militar compreende o preparo de uma força considerada e mais o seu emprego. Que o preparo, por sua vez, se situa de um modo geral, nos domínios da Ciência Militar e o emprego, em geral, nos domínios da Arte Militar. Que a Arte Militar se fundamenta, por outro lado, em fatores da Decisão, em Princípios de Guerra, na Manobra etc.

Fatores, princípios e manobra de caráter permanente que permitem à semelhança das sete notas musicais, que dão origem a infinitas músicas encontrar-se infinitas soluções táticas e estratégicas, dando origem a uma Arte Militar própria, resultante da aplicação, durante quase meio milênio, daqueles fatores, princípios e manobra da Arte Militar Geral, criando, assim, a Arte Militar específica do Brasil.

Concluindo: A análise crítica da Arte Militar Brasileira, tenho certeza, contribuirá também para ajudar a construir a componente militar terrestre do Brasil grande

nação, ou, mesmo, potência, se existir vontade nacional para se ousar a tanto. Esta é a grande lição das grandes nações, potências e grandes potências: A História Militar Crítica ajuda a desenvolver o raciocínio tático, do estrategista, do logístico, do pensador militar e não limita o estudioso a mero executor de uma Doutrina Militar de uma época considerada.

No sentido de ir ao encontro deste ideal, desde 1985, o atual Arquivo Histórico do Exército, com o vigoroso apoio superior, vem desenvolvendo em sistema, a partir do Descobrimento, a Memória Histórica do Exército, nas seguintes dimensões: Memória Institucional; Memória Operacional; Memória Doutrinária; Memória de seus integrantes e Memória de suas Organizações Militares. Enfim, trata-se de um esforço relevante para preservar a experiência do passado do Exército em todos os seus aspectos, para, da análise crítica dessa experiência, tirar subsídios à altura do destino de grande nação que se pretende construir para o Brasil.

Realizado este esforço, o historiador brasileiro do futuro poderá fazer algo semelhante ao que fez o Presidente Médici que reconheceu que o crescimento pacífico do território do Brasil se deveu à análise crítica do passado colonial do Brasil. E aí fazia justiça ao grande historiador civil e militar que foi o Barão do Rio Branco.

Para divulgar uma consciência elevada e nobre da contribuição militar do povo brasileiro à defesa do nosso território, está sendo construído o Museu Histórico do Exército, no Forte de Copacabana.

Estas iniciativas vêm se somar ao grande esforço que a Academia Militar das Agulhas Negras vem fazendo, desde 1905, ao ensinar História Militar Terrestre do Brasil a seus cadetes, com a dupla finalidade de fortalecer sua confiança nos destinos de grandeza do Brasil, bem como a de encaminhá-los na profissão das Armas, através do estudo e do conhecimento da História Militar, que, ao lado da Geografia Militar, constituem os firmes alicerces da formação doutrinária do soldado profissional.

O Duque de Caxias - Pioneiro Abolicionista

O Corpo de Lanceiros Negros fora criado em Pelotas, em 5 Ago 1836, pelo tio de Caxias, mais moço do que ele e seu colega no Batalhão do Imperador, na Guerra da Independência da Bahia e, mais tarde, o primeiro-general da República Rio-Grandense, o então Major João Manoel de Lima e Silva. Este foi assassinado a traição, próximo a São Borja, em 18 Ago 1837, por um grupo de Guerrilheiros a serviço do Império, causando grande revolta entre os republicanos farrapos.

O Corpo de Lanceiros Negros se constituiu em tropa de choque farrapa.

Era integrado por ex-escravos, habilíssimos nas lides pecuárias relacionadas com as estâncias e charqueadas gaúchas (domadores, campeiros).

Tiveram papel de relevo como consumados lanceiros ao comando da maior lança farrapa, o canguçuense Tenente-Coronel Joaquim Teixeira Nunes, na maior vitória farroupilha, em Rio Pardo, em 30 Abr 1839 e na expedição, por ter-

ra, a Laguna - SC, em 1839, quando lá foi proclamada a efêmera República Juliana. Na surpresa de Porongos, em 1844, sofrida pelo General farrapo Davi Canabarro, os lanceiros negros salvaram a República Rio-Grandense e o seu Exército de um colapso total, através de resistência titânica que custou-lhe muitas vidas que contribuíram para a manutenção das condições honrosas de paz com o Império o que aconteceu em Ponche Verde, graças a Caxias, também, segundo reconheceu o líder farrapo Bento Gonçalves.

Este assunto foi por nós já tratado com mais detalhes em *O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul* (P. Alegre, IEL, 1975) e *Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul* (P. Alegre, IEL, 1975).

Oscar Wiedersphan abordou o assunto nos *Anais do Congresso de História do II Reinado*, em 1984, 2º volume, publicados pela revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



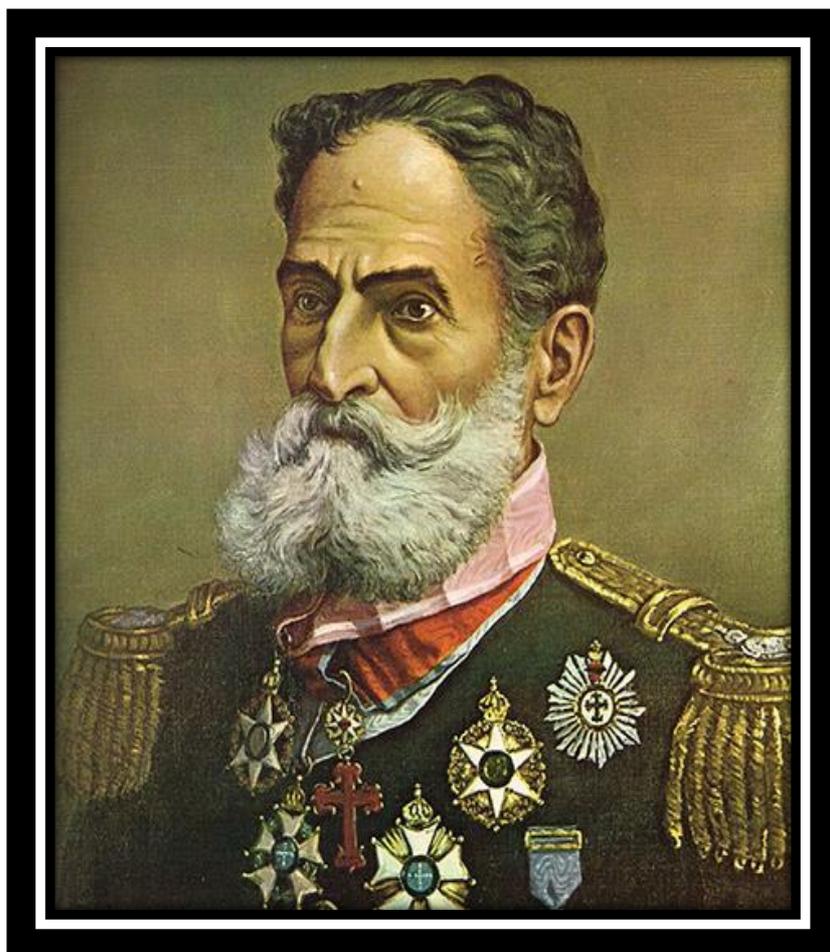
O Cel Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECEME, possui o de Analista da EsNI e pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME, foi Instrutor de História Militar da AMAN, ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá - MG e Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. É Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e cidades de São Leopoldo e Pelotas, além de Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-Grandense de Letras. É atualmente Diretor do Arquivo do Exército e preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História de A Defesa Nacional Trabalhos Publicados: As Batalhas dos Guararapes, Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS e o manual Como Estudar e Pesquisar a História do Exército, publicado pelo EME. Participou da pesquisa, elaboração e edição da obra História da Doutrina Militar do Brasil, editada pela AMAN em 1979-1980. Seu último trabalho: A História do Brasil através de seus Fortes.



**Cláudio Moreira Bento
(Do IHGB)**

**GENERALÍSSIMO MANOEL DEODORO DA FONSECA
O PROCLAMADOR DA REPÚBLICA**

1989



Artigo publicado em 1989 na Revista do Exército e ora republicado em homenagem ao grande soldado e líder militar brasileiro o Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca

Faz um século que, em 15 de novembro de 1889, uma sexta-feira, pela manhã, o então Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca, liderando tropas da guarnição do Rio de Janeiro (Corte), penetrou no Quartel-General do Exército, local do atual Palácio Duque de Caxias, no Campo de Santana, onde se reunia o Gabinete Ouro Preto. E como feliz desfecho de uma bem urdida, coordenada, sucedida e incruenta conspiração republicana, o Gabinete foi deposto sem nenhuma resistência ou protesto expressivo. Assim, segundo Calmon, “Deodoro apoderou-se da situação, conquistou o governo e passou a presidir o futuro”, proclamando a República, à tarde, através do decreto nº 1 do governo que passou a presidir, regime consagrado mais tarde pelos constituintes de 1891.

A proclamação foi o final feliz de pelo menos oito anos de luta de Deodoro em defesa da classe militar e do Exército, como instituição. Luta iniciada em 1881, depois do falecimento dos heróicos General Osório e Duque de Caxias, com a fundação do Diretório Militar na Igreja Santa Cruz dos Militares, que tinha como órgão de comunicação o jornal *O Soldado*. Luta que teve seus pontos culminantes com a Questão Militar, anulação de punições injustas impostas aos coronéis Cunha Mattos e Sena Madureira; fundação do Clube Militar, em 27 de junho de 1887; petição à princesa Isabel, em 26 de outubro de 1887, solicitando a liberação do Exército da captura de escravos fugidos; reunião do Clube Militar em 9 de novembro de 1889, quando ficou decidida a República, e aliança visando à República, em 11 de novembro de 1889, com a liderança civil republicana, na atual e histórica Casa de Deodoro, no Campo de Santana.

Sem Deodoro, com apoio expressivo da Guarnição Militar da Corte, (Exército, Marinha, Polícia Militar e Bombeiros), segundo declarou mais tarde Quintino Bocaiúva, líder civil do movimento, “ainda hoje estaríamos em propaganda republicana, dentro das muralhas do 3º Reinado. Assim, através do Marechal Deodoro, falaram os inconfidentes mineiros e baianos, os poetas da Inconfidência Mineira, os libertários nordestinos de 1817 e 1824, a quase maioria dos deputados gerais da Regência, os rio-grandenses e catarinenses farroupilhas, os sabinos da Bahia, os convencionais de São Paulo, de 1870 (Itu) e 1873 (São Paulo), os vereadores gaúchos signatários da moção plebiciária de São Borja, os clubes republicanos brasileiros, os abolicionistas, os militares e, ainda em 15 de novembro de 1889, o povo do Rio de Janeiro (Corte), através de sua Câmara, que também proclamou a República.

Quem foi Manoel Deodoro da Fonseca, consagrado como o proclamador e implanta dor e primeiro presidente da centenária República Brasileira e gene-

ralíssimo de terra e mar, caso único na História do Brasil, além de intérprete, líder e defensor incontestado das prerrogativas, dos bríos, honra e interesses da classe militar de 1884-89, no contexto da Questão Militar, de onde emergiu politicamente por suas posições firmes, claras, corajosas e sobretudo autênticas, em defesa do equilíbrio de classes na construção do Brasil, conforme se conclui da magnífica conferência do professor Américo Jacobina Lacombe, em 19 de julho de 1989, no IHGB, no curso 'Os Militares e a Política

Deodoro era natural de Alagoas, filho da heroína Rosa da Fonseca. Estudou na Escola Militar da Praia Vermelha. Fez toda a campanha do Paraguai de 1865-70.

Em 1873, em São Gabriel-RS, ingressou na Maçonaria na Loja Rocha Negra, fundada pelo conde de Porto Alegre, para promover a abolição e a instrução pública. Neste mesmo ano, ele e seus irmãos deram liberdade a todos os escravos da família. Foi uma vida toda consagrada, sem esmorecimento e como religião, aos seus irmãos de armas, ao Exército e à Pátria Brasileira, na paz e na guerra, segundo interpretou o ilustre historiador General Lyra Tavares.

Vida assinalada pela conquista de suas três promoções de oficial superior, por atos de bravura, em lances memoráveis de audácia e coragem militares, durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, além da Medalha do Mérito Militar, pela prática reiterada, na citada guerra, de atos de bravura em combate. Recorde singular entre seus irmãos de armas e de grande repercussão positiva na sociedade civil do seu tempo, de molde a comovê-la. Pois eram tempos em que o Brasil travava batalhas decisivas para firmar a unidade, integridade e soberania ameaçadas interna e externamente. O corpo do velho marechal era marcado de cicatrizes de combate. Dentre elas, avultava a do ferimento recebido no encontro da Soledade, na Revolução Praieira, em Pernambuco, e mais o ferimento grave, a bala, recebido no baixo ventre, no quadro dos três tiros de fuzil que o atingiram em Itororó, quando, num rasgo de bravura, tentava ajudar a abrir caminho para o Exército sobre aquela histórica ponte.

Em Itororó, mesmo ferido, assistiu eletrizado o então marquês de Caxias, após perceber o momento crítico de Itororó, despir-se de sua condição de líder da batalha e assumir a condição de líder de combate, desembainhar sua já invencível espada de 5 campanhas, brandi-la ao vento, voltar-se firme para o Exército detido e gritar-lhe com energia:

“Sigam-me os que forem brasileiros:”

Ato contínuo, lançou-se veloz com seu cavalo de guerra sobre a ponte, arastando eletrizado, em sua retaguarda, todo o Exército, e indiferente ao perigo.

Hoje, sabe-se que mais pela capacidade de praticar atos de inaudita bravura e desprendimento, da forma descrita, como a praticada em Itororó por Caxias,

do que por habilidade ou vocação política, é que Deodoro foi escolhido para liderar a proclamação e implantação da República. Fato demonstrado, então, na conquista pessoal que ele fez do velho quartel-general, atual Palácio Duque de Caxias, defendido por bravos chefes e valorosas tropas do Exército e Marinha leais ao Império. Deodoro postou-se na frente do quartel-general, manhã de 15 de novembro de 1889, no comando da 2ª Brigada de Infantaria e Escola Superior de Guerra, vindas de São Cristóvão.

Pessoalmente e praticamente sozinho, com o boné na mão direita, montado em seu cavalo de guerra, o baio nº 6, e a trote, dirigiu-se para o seu grande encontro com a História. Ou seja, para o portão principal do quartel-general, que encontrou fechado. Em alto brado ordenou, com voz enérgica, que a guarda o abrisse. Obedecido, mas surdo a uma reação defensiva da tropa formada no seu interior, avançou em direção a ela. Ao defrontar o 7º BI, ordenou que a banda abrisse o toque que lhe cabia de direito. Neste exato momento, um capitão do 7º BI deu um brado: “Viva o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca! “Toda a tropa defensora do império respondeu: “Viva! Viva! Viva!” Estava, pois, reunificado o Exército, proclamada de fato a República do Brasil, tudo em razão da autoridade moral, legenda de bravo e carisma do marechal. Fora contornado o mais sério obstáculo à implantação da República — a possível reação das defesas do Quartel-general e, como sentenciou o mestre Pedro Calmon, “Deodoro então apoderou-se da situação, conquistou o governo e presidiu o futuro”.

A República Brasileira foi conquistada no quartel-general do Exército, no Campo de Santana, pela bravura e coragem pessoal de Deodoro e com o seu prestígio no Exército Brasileiro.

Segundo o acadêmico Lyra Tavares, “Deodoro nascera para o comando e ignorava os manejos e acomodações políticas”. Mas não se entenda isto como falta de inteligência, sobre a qual falou Rui Barbosa:

“Deodoro era uma inteligência clara, lúcida e penetrante, jamais lhe expliquei problema algum que logo não o compreendesse.”

Além de bravo e inteligente, era humano. Contam que recusou a aceitar um entendimento com D. Pedro II, na madrugada de 15 de novembro, por quem ele e toda a família Fonseca nutriam apreço, admiração e alguns até mesmo veneração, sob o humano argumento:

“Eu não posso ir. Eu não devo ir. Pois se eu for, o velho imperador chora. Aí, eu também choro. E nesta altura, tudo estará perdido! Não vou!”

Era o homem que naquele momento revelava-se sentimental, como quando perdeu a mãe, aos 49 anos, que no dizer de seu biógrafo, o historiador militar Roberto Piragibe da Fonseca, sentiu-se dias e dias como um órfão-criança.

Sobre a disciplina militar, em defesa da classe militar, na Questão Militar ele

expediu o seguinte conceito numa resposta ao governo:

“A disciplina militar exige o brio e a dignidade da farda do soldado. Sem o brio e a dignidade, o soldado não cumprirá o dever que lhe é imposto — o dever de sangue!” E prossegue:

“Sabe perfeitamente o que é disciplina militar somente aquele que, no horrível momento do combate, tem a responsabilidade, a mais elevada, a mais difícil e incompreensível, que é a do soldado. E se ao soldado faltar o brio, a dignidade e o amor próprio — o que restará?”

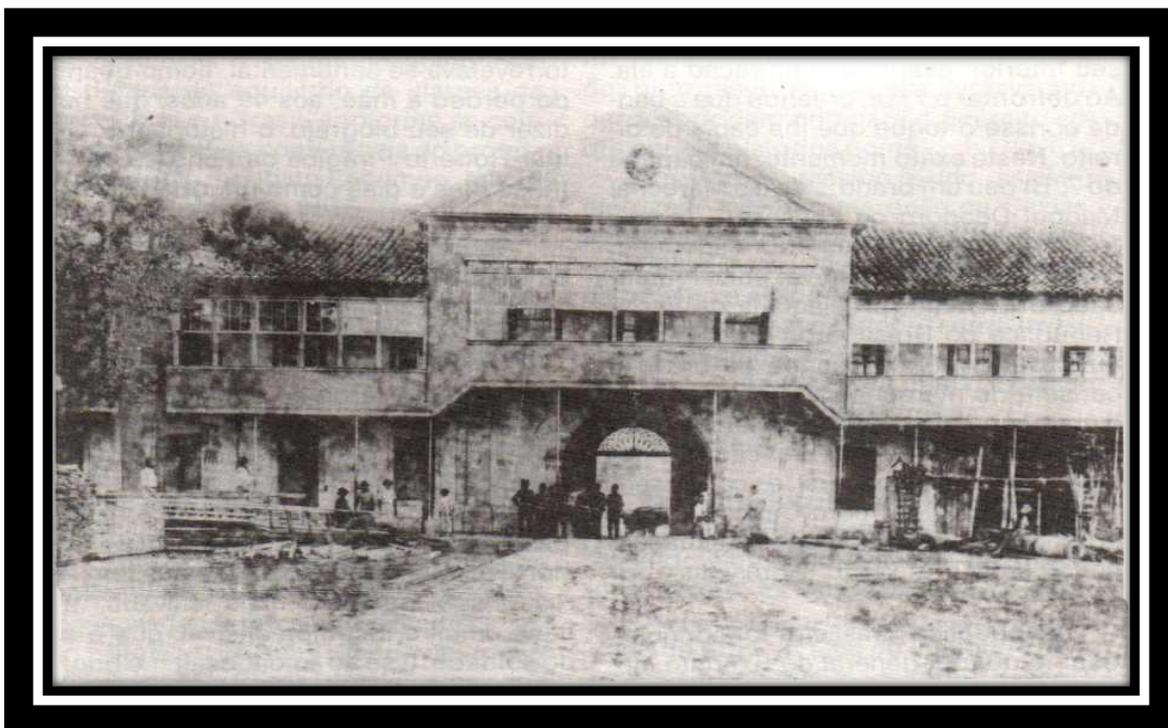
Admirador de gestos de hombridade e de coragem moral, quando do embarque para o exílio do visconde de Ouro Preto, que ele depusera do governo, para implantar a República, mandou-lhe dizer, pelo seu irmão João Severiano, que era testemunha do seu comportamento digno e altivo quando da proclamação e que por isso o admirava, apesar de estarem em campos opostos.

Em carta ao imperador, em 5 Fev 1888, procurando defender de perseguições das quais continuavam a ser vítimas alguns militares, escreveu:

Senhor! A obediência do soldado não é cega. Ela não vai até ao próprio aviltamento. O soldado é obediente, mas não é servil. E aquele que não repugnar atos de baixeza e servilismo não é digno da classe militar a que pertence, não é digno da farda que veste, a qual V.M. Imperial honra, vestindo-a.”

Aqui, queremos deixar claro, com apoio no mestre Gen Jonas Correia, que Deodoro foi antes de tudo um soldado. Nasceu soldado, viveu exemplarmente como soldado e morreu como soldado. E como tal, um dos nossos maiores, deve ser julgado pelo tribunal da História do Brasil.

Ele faleceu em 23 de agosto de 1892, aos 65 anos. Levou para o túmulo somente a modesta medalha da Confederação Abolicionista, recebida por sua ação à frente do Clube Militar, quando assinou petição antológica à princesa Isabel, relativa à liberação do Exército do encargo de prender escravos fugidos.



Aspecto interno do portão principal do QG do Exército, em 15 de Novembro de 1889, por onde Deodoro precipitou-se para logo a seguir receber a adesão da tropa que defendia o Gabinete Ouro Preto. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército)

Ao morrer, sem descendência, seu testamento foi avaliado em 11 contos de réis, constante de uma casinha num arrabalde de Niterói, avaliada em oito contos, um par de abotoaduras de punho, um botão de peito de camisa e o mobiliário da modesta casa de aluguel, onde faleceu, em Botafogo, tudo confirmado sobre ele conforme versejou Tobias Barreto:

“Deixai que eu pague o atributo que mais fala ao coração.

Deodoro, águia sem rapacidade! Grande herói sem ambição!!”

Para finalizar, recorde sua resposta ao barão de Cotegipe, em 4 de outubro de 1886, em plena Questão Militar, na condição de presidente e comandante - das- armas da província do Rio Grande, ao ser acusado de estar sendo instrumento de exploração política republicana, ao sair em defesa do direito consagrado dos militares se manifestarem pela imprensa sobre assuntos que não envolvessem ofensas a seus camaradas. “Não há exploração política nem exaltação de ânimos. Todos os oficiais, generais e outros se mostram muito sentidos, inclusive eu, com a nova e vexatória imposição de os privar de pronta e imediata defesa e têm para isso sobeja razão. Todos reconhecem, porque são disciplinados, a conveniência da judiciosa proibição de discussão pela imprensa, sobre fatos de qualquer natureza, mesmo particulares, em que envolvam superiores, colegas e inferiores. Ser, porém, privado e punido por pessoas

alheias à classe e que não estejam investidas de caráter superior pelo mando administrativo, é duro, humilhante e prejudicial. Peço leitura de meu ofício de 3 de setembro ao ajudante-general. Justa é a dor pela imposição com que querem amesquinhar o Exército, sempre subordinado e sempre pronto. Sofre a dor o que tem o calo pisado e não aquele que pisa. Se como presidente e comandante-das- armas tenho deveres, como soldado ofendido pela ingratidão, para com a classe os tenho também, porque assim exige a disciplina, moralidade e brio dos soldados que defendem a Monarquia. Afianço a V. Exa. que há calma, e afianço também que será uma desgraça a imposição ilegal com que se quer oprimir o Exército. Devo usar de clareza nesta comunicação. A corporação militar da província deposita em mim, como seu intérprete, suas justas queixas e pede o valimento de V. Exa.”

Este ofício teve grande repercussão nacional e provocou a aliança dos Marechais Câmara e Deodoro. Daí à proclamação da República foi um passo. Os incidentes entre o governo e o Exército foram tantos que a proclamação da República foi imperativo de sobrevivência do Exército, como instituição nacional permanente.

Assim, Deodoro, entre a amizade e fidelidade ao imperador e a extinção do Exército e espezinhamento da classe militar, ficou do lado dos interesses do Exército e da sua classe.

Conta-se uma história sobre uma ratazana constantemente atacada por um rato faminto, que, a cada vez que agia de surpresa, matava vários ratos. Para enfrentá-lo, foi decidido uma assembléia dos ratos para descobrir-se uma estratégia de como conjurar, aquela grave ameaça.

A idéia salvadora e aprovada por unanimidade foi a de que um rato corajoso e desprendido deveria tentar colocar um guiso no pescoço do gato. Assim, sempre que este fosse atacar, o guiso alertaria os ratos para o perigo eminente e conseqüente fuga.

O entusiasmo na assembléia foi grande e contagiante, até que um rato perguntou:

— Está tudo bem! Mas quem irá colocar o guiso no pescoço do gato?

Houve um clima de expectativa seguido de desânimo geral. Não se apresentou nenhum rato para a perigosa aventura!

Meus senhores! Qualquer semelhança do que irei afirmar é mera coincidência, guardadas as devidas proporções e respeito. Aproveito a eloqüência desta estória para proclamar que o Marechal Deodoro foi entre os republicanos brasileiros, à semelhança da estória dos ratos, o elemento decisivo corajoso e desprendido que faltou naquela mencionada assembléia. Ele decidiu jogar tudo numa cartada arriscada e perigosa, em benefício da coletividade. E isto, e somente isto basta para consagrá-lo entre os grandes brasileiros, como o grande e valoroso soldado brasileiro que proclamou a centenária República Brasileira.

Justiça histórica se lhe faça, pois!

Deodoro, penso, foi o brasileiro providencial para liderar o advento pacífico e com o mínimo de traumas possíveis a centenária Republicana Brasileira.

Ele é credor, em grande parte, do mérito contido neste comentário do jornal **A Província de São Paulo**, de 16 de novembro de 1889:

“Nunca uma República foi proclamada com tanto brilhantismo e tanta paz”

SESQUICENTENÁRIO DO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

1989

Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento

- Frequentador assíduo de nossas páginas, pois é fértil e paciente pesquisador militar, o autor aborda, de forma sintética e objetiva, os principais dados da vasta biografia de Floriano Peixoto, concluindo que o Marechal de Ferro, além de consolidar a República, dignificou-a, acima de tudo, em que pese o seu espírito muito reservado e o seu característico mutismo.

Dia 30 Abr 1989 assinalou o Sesquicentenário de Nascimento do Mar Floriano Peixoto que, como Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência (1891- 94), foi consagrado como o consolidador e símbolo da República e, como o Marechal de Ferro, pelos raros exemplos de resistência, energia, valentia, determinação e autoridade, evidenciados em sua atribulada ação presidencial. Voluntário, em 1857, na Fortaleza de Santa Cruz. Kursou as escolas Central e da Praia Vermelha (1858-63) de onde saiu 2º Ten. De 1º Ten a Major (por ato de bravura) fez toda Guerra do Paraguai. Como 1º Ten comandou esquadrilha fluvial que se opôs à invasão paraguaia ao longo do rio Paraguai. Combateu em Tuiuti, no comando de uma Cia de Engenheiros, e esteve presente nas ações de Cerro Corá que assinalaram em 1º Mar 1865 o término do conflito. Do término da guerra até 1888 foi promovido a Ten Cel (1874), a Cel (1879) e a Brigadeiro (1883), aos 44 anos. Obteve o título de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas e serviu em diversas guarnições e em Alagoas, sua província natal. Ali passou largo período em tratamento de saúde e de interesses particulares e em funções militares.

Em 31 Jan 1889-15 Nov 1894, dos 49 aos 54 anos por mais de 5 anos Floriano teve rápida ascensão no cenário nacional. Comandante da 2ª Brigada do Exército, de São Cristóvão (1º RC, 2º RA e B Eng) de ação destacada e decisiva após, em 15 Nov 1889; Ajudante-General do Exército interino até 15 Nov 1889 e efetivo após; Marechal-de-Campo (1889) Marechal (1890); Ministro da Guerra; 1º Vice-Chefe do Governo Provisório da República; Conselheiro de Guerra; Vice-Presidente da República, eleito na chapa de Prudente de Moraes e Vice-Presidente no exercício da Presidência da República de 25 Nov 1891-15 Nov 1894.

Floriano Peixoto faleceu aos 56 anos, em Resende, na estação da Divisa,

atual distrito de Floriano, em 23 Jun 1895. Data esta deliberadamente escolhida, 43 anos após, para o lançamento da pedra fundamental da Escola Militar de Resende (atual AMAN). Aliás ele sempre teve especial carinho pela escola e dizia ser esta “a extensão do seu lar”. Como presidente determinou que Jourdan escrevesse a História da Guerra do Paraguai, visando a “desenvolver aptidões nos alunos das nossas escolas militares, a criar e a aperfeiçoar uma tática e uma estratégia apropriadas às condições geográficas especiais do Brasil”. O trabalho de Jourdan com este fim foi aperfeiçoado por longos anos por Tasso Fragoso e traduzido na obra *Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Floriano está sepultado no São João Batista. Em 21 Abr 1910, teve monumento erigido na Av. Rio Branco, onde em 20 Abr 1939, presente o Presidente Vargas, o Ministro Gaspar Dutra em Ordem do Dia assinalou: “Que Floriano hoje e sempre seja lembrado no Exército como exemplo de soldado dedicado à sua classe e como patriota só preocupado com a grandeza e o futuro do Brasil.”

Floriano deixou 6 filhos: Ana (1874), Floriano (1878), Maria Tereza (1881), José (1885), Maria Amélia (1887) e Maria Josina (1891) sendo 5 menores de idade. Foi casado com D. Josina Peixoto, filha de Alagoas.

Recente estudo da professora da USP, Suely de Queiroz, feito longe das paixões da época e com isenção, confirma a opulência da personalidade, a probidade, a honestidade, a lisura, o espírito público e a popularidade do Presidente Floriano, após analisá-lo como nacionalista e republicano sincero, soldado competente, estadista e consolidador e defensor da República, além de dar respostas a perguntas basilares que Floriano, espírito reservadíssimo, em seu mutismo e postura de esfinge carregou para o túmulo. Floriano, popularizou, dignificou e consolidou a República Brasileira.

Seu arquivo está no Arquivo Nacional. Seu último biógrafo é Salm de Miranda, em *Floriano* (Rio, Bibliex, 1963). O Arquivo Histórico do Exército o evocou significativamente, em 27 Abr 1989, em conferência.

O DUQUE DE CAXIAS E A MANIPULAÇÃO DA HISTÓRIA 1990

**Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento
(Do IGHMB)**

De uns tempos para cá, a História do Brasil vem sofrendo uma manipulação sem precedentes, com objetivos de natureza política ideológica. Um dos alvos preferidos dos manipuladores ou cívico-masochistas, segundo classificação feliz de um sociólogo, tem sido o Duque de Caxias, em que pese sua brilhante trajetória de cidadão e Soldado e a consagração como Pacificador. As falsas acusações contra ele são: 1) Haver aniquilado, em Paty do Alferes (1838), comandando tropa do Exército, o quilombo de Manoel Congo, eliminando este e vários de seus companheiros; 2) Haver combinado com os mais altos chefes farroupilhas, David Canabarro e Lucas de Oliveira, a traição do Exército Farrapo que teria ocorrido em 14 Nov 1844, no cerro de Porongos, resultando grandes perdas de vidas entre integrantes do Corpo de Lanceiros Negros; 3) Haver, na guerra do Paraguai, em combinação com o Presidente Mitre, lançado cadáveres de coléricos, no Rio Paraguai, para, levados pela correnteza, contaminarem os opositores daquele presidente, na Argentina.

Quanto à primeira manipulação, quem liquidou o Quilombo Manoel Congo foram tropas locais da Guarda Nacional e de Pedestres, ao comando do superior da Guarda Nacional de Vassouras. Pesquisa competente da OAB, sob o assunto, chegou a esta conclusão. Caxias era então Comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que protegia o Governo Central. Ele só foi a Vassouras para certificar-se que a revolta de Manoel, Congo não iria atingir a Fábrica de Pólvora de Estrela, o que seria um grande problema de Segurança Nacional, pois era a única do Brasil.

Quanto a Porongos, o ofício em que se baseia a falsa acusação é forjicado ou falso. E tem produzido tanta confusão, como as cartas falsas que terminaram provocando a Revolução de 1922 e a ata falsa do Clube Militar (1922), na qual se atribuía ao ten Algayer ofensas graves a altas autoridades do Exército presentes à Assembléia.

Caxias, aliás, em 1.º Mar 1845, pelo Convênio de Ponche Verde, tornou-se pioneiro abolicionista, ao garantir, por sua conta e risco, e contrariando instruções superiores, a seguinte cláusula:

“São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram à Revolução Farroupilha.”

(Assunto que tratamos exaustivamente nos trabalhos: “O Negro na Sociedade do RGS” (Palegre, IEL, 1975) e “O Exército e a Abolição”, in Defesa Nacional" n.º 743, Mai-Jun 89).

Quanto à acusação de conluio entre Caxias e o Presidente Mitre, para contaminar argentinos com cólera, o General Jonas Corrêa, então Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, seguindo indicações de que documento comprobatório encontrava-se no Museu Mitre, em Buenos Aires, deslocou-se até lá.

E o documento que encontrou foi um sórdido panfleto de propaganda política, usada, à época, pela oposição, contra o Presidente Mitre, quando este estava comandando, em campanha, a guerra da Trílice Aliança contra o Paraguai.

É possível que mais cedo ou mais tarde, os autores dessas manipulações históricas venham a responder por suas leviandades, perante o Tribunal da História, a ser verdadeira a máxima popular: "A mentira tem pernas curtas."

O "cívico-masquismo brasileiro" precisa ser combatido e desmascarado. E esta é uma tarefa para a Família, o Magistério e a Imprensa, com apoio em historiadores dignos desse nome.

Gostaríamos de ver erradicadas, democraticamente, por reação da sociedade, manifestações falsas e aleivasas, como a que eu vi em Curso de História, no Museu Nacional, em 1984, de parte de um professor universitário fluminense transmitir a seus ingênuos e desavisados discípulos: "O Duque de Caxias foi useiro e vezeiro em expulsar posseiros em terras fluminenses." É um absurdo, mas fui testemunha dessa atitude insólita que, ao pretender denegrir a memória de Caxias, denegriu o Magistério Superior de História.

CONTROVÉRSIAS SOBRE A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA

1990

Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento

Registram-se controvérsias em torno da proclamação da República: Foi golpe de Estado ou Revolução? Houve apoio popular ou o "povo assistiu bestializado?" Deodoro proclamou ou não a República? Deodoro era republicano ou monarquista? Qual a real motivação dos militares do Exército? Quais as causas políticas do movimento? Floriano deve ser considerado conspirador ou traidor? Qual a doença que afetava Deodoro na ocasião? Deodoro deu um viva ao Imperador ao penetrar no Quartel General?

Em meu artigo, "Deodoro o destino de ura soldado", na **Revista do Brasil**, comemorativa do Centenário da República e em outros periódicos afirmamos:¹

"Os segredos do movimento que culminaram com a Proclamação da República foram levados para o túmulo por seus principais protagonistas marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, tenente coronel Benjamin Constant e major Solon Ribeiro, no Exército — o que deixou um vazio na história de 15 de novembro, permitindo o surgimento de diversas versões."

*Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no dia 13 de junho de 1990,

¹ Ano 4, nº 8/89, p 39 e também publicada em nov 89, na **Defesa Nacional**, n 744, Jul/Ago 89 e nos **Anais da Congresso de História do IHGB** sobre a República.

A revista **Veja** em edição especial² assinala a certa altura:

"Há versões conflitantes, hiatos inexplicáveis e, dependendo de quem relata,

ênfases enganosas na atuação de determinado personagem. Permanece no entanto o essencial da história; naquele dia o Brasil acordou monárquico.”

Assim cada corrente é conforme o interesse político, mesmo inconsciente, no evento, tem emitido a sua versão do fato histórico. Tentando por um pouco de calma nestas controvérsias as abordaremos com apoio em estudos feitos, por ocasião do Centenário da República, por diversos e consagrados estudiosos, para que dentro da definição que “Informação é liberdade de escolha”, bastante citada por Francisco Ruas Santos, o estudioso ou pesquisador do presente e do futuro, faça juízo próprio e tome posição com a maior segurança possível

Como principais controvérsias registrem-se:

1ª - Proclamação da República. Golpe de Estado ou Revolução?

2ª - Houve apoio popular à Proclamação da República ou o “povo assistiu bestializado” o seu advento?

3ª - o Marechal Deodoro proclamou ou não a República? Caso positivo, em que momento?

4ª - Deodoro era republicano ou monarquista?

5ª - Qual a real motivação dos militares do Exército Científicos e tarimbeiros) na Proclamação da República e o exato entendimento desta divisão?

6ª - Causas da Proclamação da República: Questões políticas? Desequilíbrio de classes ou necessidade de nova forma de dominação?

7ª - Floriano Peixoto conspirador ou traidor em 15 de Novembro?

8ª - Qual a doença que afetava Deodoro no dia da Proclamação da República

9ª — Deodoro deu um viva ao Imperador ao penetrar no Quartel General em 15 de Novembro ou não?

1ª . A PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA: GOLPE DE ESTADO OU REVOLUÇÃO?

A primeira dificuldade advém da insegurança e plasticidade dos conceitos de Golpe de Estado e Revolução alinhados pelo **Dicionário de Ciências Sociais da FGV**. São muito variáveis, dependendo da categoria funcional, ideologia e filosofia do classificador, Diria que é uma questão de foro íntimo. O vencido de um modo geral acha-se vítima de um golpe de estado e o vencedor protagonista de uma revolução, segundo entendimento de um amigo que se diz muito realista.

Adotaremos como conceitos de Golpe de Estado e Revoluções, de Ortega y Gasset, abordados por Amerino Raposo, em 11 outubro 1985, em: palestra sobre o Clube Militar e a República, em 11 Out. 1985

Golpe de Estado “visa exacerbar ou restaurar usos” Seria uma ação política brusca que freia de golpe um movimento ao popular, democrático, progressista e destinado a melhorar as condições do povo em geral. Ação política que visa e em última instância manter o *status quo*.”

Revolução “visa mudar usos”. Seria um movimento popular,

democrático, progressista, consistente, destinado a melhoras as condições do povo, em geral, alterando substancialmente o *status quo*, por promover mudanças na ordem social e política e avanços em geral para o povo.

Dentro desse entendimento Amerino Raposo classificou a Proclamação da República como Revolução, por haver mudado o regime e alterado a ordem jurídico-político e não como Golpe de Estado, classificação adotada pela escritora Raquel de Queiroz, em palestra, na mesma época, no Clube Militar. Conceito esboçado por Barbosa Lima Sobrinho em artigo "O Centenário da República", no ***Jornal do Brasil***, onde reconhece raízes populares na Proclamação da República, Também classificou a Proclamação da República de Golpe de Estado ou Militar, em palestra no IHGB em 10 Nov. 1989, o professor Francisco Iglesias. Para Luiz Macedo de Carvalho, em artigo "Ideais Republicanos a Proclamação da República **“marcante acontecimento histórico, que não pode jamais ser rotulado de Golpe de Estado, em virtude de, na realidade, ter-se verificado mudança total das instituições o que sociologicamente, distingue revolução de quartelada”**”.

E busca apoio em Ruy Barbosa (que se aceita a tese de Golpe de Estado, seria historicamente um golpista), ao escrever em 16 de novembro de 1889, no ***Diário de Notícias*** do Rio:

“O Império estava para a República como *Ancien Régime* estava para a Revolução Francesa”

Entre as mudanças a caracterizar o 15 de novembro como Revolução e não Golpe de Estado, o citado historiador aborda:

“Eliminação do Poder Moderador, extinção da vitaliciedade dos senadores; instituição do federalismo; do presidencialismo e do bicameralismo; decretação do sufrágio universal; separação da Igreja do Estado; e por via de consequência, a liberdade de religião e secularização dos cemitérios e, além, a promulgação do Código Penal e das leis da justiça local e Federal, hipotecária, e das sociedades anônimas.”

Por tudo me alinho entre os que julgam que a Proclamação da República foi uma Revolução. Se boa ou má é outra questão!

Muitos historiadores e escritores usam a expressão Golpe Militar, para caracterizar uma mudança brusca numa situação com apoio armado. Diversos historiadores que aceitam a participação do povo no processo histórico que culminou com a Proclamação da República, classificam a derrubada da monarquia, como fruto de um Golpe Militar, aqui com sentido de apoio armado, circunstância comum nas revoluções e sinônimo de ação militar de surpresa, como na expressão golpe de mão.

2.^a — HOUVE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA, OU O POVO ASSISTIU BESTIALIZADO O SEU ADVENTO? E QUAL O SENTIDO USADO POR ARISTIDES LOBO? SURPRESA OU MARGINALIZAÇÃO?

Aristides Lobo escreveu em 15 de novembro de 1889, "Carta do Rio", publicada em 19, no *Diário Popular*, de São Paulo, em que aplica o termo "**bestializado**" que até hoje tem sido explorado por uns, como marginalização do povo em 15 de novembro de 1889, do processo da Proclamação da República e, pelo próprio Aristides Lobo, como tendo o sentido de surpresa, imposto pela necessidade de manter-se segredo sobre a conspiração de que ele próprio participou ativamente. Eis o teor do trecho explorado negativamente abordado em sua recente biografia por A. de Lyra Tavares.

"O que se fez é um degrau; talvez nem tanto para o advento da grande era. Em todo o caso o que está feito pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder (ele era um deles) tiverem juízo, patriotismo e sincero amor a liberdade. Por ora, a cor do governo é puramente militar e devera ser assim. O fato foi deles, só porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muito acreditavam esta vendo uma parada.

Este é o trecho explorado pelos que negam a participação popular ao processo que culminou com a Proclamação da República. O trecho a seguir, geralmente omitida pelos que defendem a alienação popular, e explorado pelos que defendem o sentido de bestializado como sendo o de surpresa, possui o seguinte teor:

"Era um fenômeno digno de ver-se O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enlevo dos espíritos, pude ver a sangue frio tudo aquilo."

O acadêmico e escritor A. de Lyra Tavares, ainda a respeito dessa controvérsia, assim escreveu na *Revista do Exército Brasileiro*; comemorativa ao Centenário da República:

"O momento e o processo militar da Proclamação da República chegaram inesperadamente, como tinha de acontecer, porque tudo fora tramado secretamente, entre os principais condutores do movimento, militares e civis, pois do contrário, ela correria o risco de perder-se, A surpresa, como teve de explicar, depois. Aristides Lobo, para esclarecer a sua carta controversa, sobretudo pelos monarquistas, estava, principalmente, no como. no quando e no com quem desencadeá-lo, pois, do contrário, o movimento correria o risco de perder se. Porque era fácil senti-lo. Os indícios eram visíveis e ouvíveis. Estavam nas reuniões, nos comícios, nos jornais republicanos e na própria repressão policial. Vivia-se, por isso mesmo, num ambiente carregado, que recomendava sigilo, mas não inatividade. Basta lembrar o Clube Tiradentes, com o nome do mártir da Inconfidência Mineira, completamente esquecido pelo Império, homenageado e revivido, em hora oportuna, sob a presidência de Aristides Lobo.

Assim creio que, em 15 de novembro de 1889, houve participação popular no sentido descrito por Barbosa Lima Sobrinho, de que a queda da monarquia correspondeu aos sentimentos do povo brasileiro" e não o de participação efetiva na ação militar que derrubou o gabinete Ouro Preto, a qual foi fruto do urna bem urdida, coordenada, secreta conspiração republicana, que se envolvesse o povo poderia por a perder a conspiração e

produzir outros Tiradentes, além de arriscar inutilmente a vida de populares desarmados.”

A participação popular se intensificou a partir da derrubada do Gabinete Ouro Preto e foi expressiva na Proclamação da República, a concluir-se de José Luiz Werneck da Silva, no Congresso de História sobre a República, no IHGB. O sentido bestializado, atônito, surpreso do povo do Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1889, foi consequência do secretismo, por medida de segurança, com que foi conduzida a revolução republicana até a derrubada do Gabinete de Ouro Preto e de surpresa. Conquistado este objetivo, a participação popular intensificou-se até a Proclamação da República, durante o resto do dia 15 de novembro conforme ainda Aristides Lobo

“Era um fenômeno digno de ver-se, O entusiasmo veio depois, veio mesmo lerdamente.”

Barbosa Lima Sobrinho, em artigo já citado no Jornal do Brasil, no alto de sua autoridade de historiador membro do IHGB, acadêmico e Presidente da ABL, afirmou:

“Aos partidos dos tempos da monarquia bastava serem afastados do poder para combaterem as instituições, como tantas vezes aconteceu.”

Não seria exagero reconhecer que a queda do regime correspondeu aos sentimentos do povo brasileiro, cujo republicanismo espontâneo se reforçara com a hostilidade ao Terceiro Reinado.

E noutro trecho:

“Só não concordo com a frase de Aristides Lobo. que o povo assistiu bestializado à Proclamação da República.”

Hélio Silva, em polêmica com José Joffily, afirma não ter havido participação do povo brasileiro na Proclamação da República e que até hoje o povo não sabe se isto é uma República.

José Joffily responde;

“Enfim parece insensato analisar o 15 de novembro do pressuposto de um povo bestializado — classificação alienada — sintoma da enfermidade mental de que sofreu Aristides Lobo até falecer, Não. Definitivamente o 15 de novembro não foi mais uma quartelada, o que procurou provar em seu discurso de posse no IHGRGN, em 16 de agosto de 1889, o qual transformou em *plaquete*⁹.

O citado professor José Luiz Werneck da Silva, no Congresso da Propaganda. Proclamação e Consolidação da República, afirmou e reafirmou em palestra e no IHGB, nos dias 8 e 10 de novembro 1989, a participação do povo, no caso do Rio de Janeiro, que através de sessão concorrida de sua Câmara Municipal proclamou a República, antes que Deodoro, por instância da mesma, o fizesse provisoriamente para todo o Brasil, através do Decreto n.º 1 do Governo Provisório; “Governo que por sinal compareceu à Câmara do Rio de Janeiro para ser empossado em sessão, com expressiva participação popular”.

O ministro Clóvis Ramalhete em palestra sob o título “República uma surpresa da História”, em 29 de setembro de 1989 diz a certa altura:

“Os fatos sempre apontaram a República para o desfecho do futuro do Estado Soberano do Brasil ainda em curso de formação.”

E mais adiante:

“Assim, a partir da insatisfação militar que apenas pretendia depor o Ministério, os fatos aglutinaram-se, forçaram caminho, e conduziram os insurretos à Proclamação da República em poucos dias de surpresa.”

Aliás, o princípio de guerra da Surpresa é em Arte Militar um dos mais seguros passaportes para a vitória. E ela foi conseguida em 15 de novembro. Do contrário, é bem provável que tivesse havido um confronto sangrento, E a correta aplicação desse princípio de guerra se deve a expressão do ***Estado de São Paulo*** de 16 de novembro, então ***Província de São Paulo***:

“Nunca uma República foi proclamada com tanto brilhantismo e tanta paz”

Nelson Werneck Sodré em recente trabalho “*A República (Uma revisão Histórica)*”¹¹ afirma:

“A idéia da República não se gerou na proclamação de Deodoro, Este apenas aceitou um fato consumado e lhe deu forma e sentido prático. O episódio em si carece de importância, serve apenas para as comemorações e para os quadros e monumentos. Porque a República já estava na consciência do povo. E foi a proclamação de Deodoro que anunciou publicamente a mudança. A monarquia terminou sem resistência, porque não tinha base política para isso.

O episódio de 15 de novembro de 1889 coroou um longo processo e se tornou viável, como uma festa, sem luta, sem contrastes, justamente porque os alicerces estavam lançados e eram profundos e firmes”.

Assim, o 15 de novembro de 1889 foi o epílogo feliz de um longo processo revolucionário republicano, iniciado em 1710 em Olinda, no qual houve intensa participação popular no sentido descrito por Barbosa Lima Sobrinho **“de que a queda da monarquia corresponde aos sentimento do povo brasileiro”**

A não participação popular efetiva na ação militar que derrubou o Gabinete Ouro Preto, a qual foi fruto de uma bem urdida, coordenada, secreta e incruenta conspiração das lideranças republicanas civis e militares, foi para evitar que ela fosse abortada, produziu outro Tiradentes e arriscasse inutilmente a vida de populares.

Dominada a situação militar por Deodoro, às 9 horas da manhã, o povo passou a ter crescente participação, particularmente através da Câmara do Rio de Janeiro, que proclamou a República à tarde e passou a forçar Deodoro até que este a decretasse, para todo o Brasil, após.

E assim foi que Aristides Lobo passou a definir a situação das 9 horas da manhã até a noite:

“Era um fenômeno digno de verse. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente.”

A respeito do 15 de novembro de 1889 e da eficaz participação popular na revolução republicana (1710-1889), cujo desfecho feliz e incruento foi a Proclamação pelo marechal Deodoro, reafirmamos, ampliado o que escrevemos no álbum ***A Guarnição do Rio de Janeiro na Proclamação da República.***¹²

O marechal Deodoro e os que o apoiaram em 15 de novembro concretizaram os sonhos e aspirações, então amadurecidos, dos olindenses em 1710, dos poetas da Inconfidência, dos inconfidentes mineiros e baianos, dos libertários nordestinos de 1817 e 1824, dos republicanos liderados por Gonçalves Ledo, em 1822. da quase maioria dos deputados brasileiros de 1832, dos sabinos da Bahia, dos republicanos farrapos (1836-1845) (catarinenses e gaúchos), dos convencionais paulistas de 1870 e 1873, dos signatários da moção plebiscitária de São Borja e das demais Câmaras que a apoiaram, dos clubes republicanos, dos republicanos históricos, de civis e militares e de milhares de brasileiros de todos os segmentos sociais que desde a Guerra dos Mascates, em 1710, em Pernambuco, sonharam e lutaram e até se imolaram pelo advento da centenária República brasileira.

Album editado pela POUPEX em 1989 as versões álbum e calendário com ilustrações do pintor Newton Coutinho e distribuído amplamente nos quartéis das nossas Forças Armadas e para os oficiais-generais das mesmas, historiadores e entidades culturais.

Como negar-se participação popular na Proclamação da República face ao exposto?

3ª — O MARECHAL DEODORO PROCLAMOU M NÃO A REPÚBLICA CASO POSITIVO, EM QUE MOMENTO?

No citado Congresso de História sobre a República no IHGB de 8 a 10 Nov. 1989 a dra. Helga Landgraf Piccolo, a relatora geral da 2ª Seção, a certa altura colocou que até boje se discutia se o marechal Deodoro proclamou a República ou não. No plenário concordaram que Deodoro não havia proclamado a República os historiadores Lourenço Luiz Lacombe, Joaquim Ponce Leal e Affonso Celso Vilela de Carvalho. O esclarecimento da dúvida foi feito pelo historiador 2.º vice-presidente do Instituto, Jonas Correia que lembrou que Deodoro proclamou a República, a tarde, ao assinar o Decreto n.º 1 do Governo Provisório que era taxativo:

Artigo 1.º — Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da Nação Brasileira — a República Federativa —Os grifos correspondem, às ênfases do ilustre vice-presidente citado».

A certa altura, percebeu-se que a dúvida referia-se ao momento em que Deodoro penetrou no Quartel-General e recebeu a adesão da tropa que o defendia, quando, segundo Calmon. **“Deodoro dominou a situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro”**.

Houve unanimidade, na assembléia, de que Deodoro ai não se manifestou sobre República, nem após derrubar o Gabinete Ouro Preto, o que só o fez por escrito, à tardinha, através de decreto e corno Presidente Provisório.

Depois de penetrar no Quartel General e obter a adesão da tropa que o defendia, pode-se afirmar simbolicamente que Deodoro conquistou o poder para proclamá-la, sem tê-lo feito, no entanto.

Assim, a gravura clássica sobre Deodoro a cavalo penetrando no Quartel-General, e pintada por Henrique Bernardelli não simboliza Deodoro proclamando da República e, sim *dominação da situação no pátio do QG, conquistando o governo,*

passando a presidir o futuro, na feliz interpretação de Pedro Calmon,

Em 15 de novembro, Deodoro viveu pelo menos cinco momentos decisivos, sendo o mais crítico, o forçamento do Portão do Quartel General e, em seguida, sua aclamação pelas tropas que o defendiam internamente. Esses momentos decisivos foram sucessivamente:

1— Conquista da adesão das tropas que defendiam o QG pelo lado de fora.

2— Incidente com o ministro da Marinha, barão de Ladário, do qual poderia ter sido neutralizado por morte ou ferimento grave.

3— Conquista da adesão das tropas que defendiam o QG pelo lado de dentro.

4— Deposição do Gabinete Ouro Preto na Secretaria de Guerra

5— Assinatura do Decreto nº 1, proclamando a República, à tarde.

4ª - DEODORO ERA REPUBLICANO OU MONARQUISTA?

Esta é outra questão polêmica. Deodoro não se definia republicano. Mostrava-se grato aos conservadores por terem defendido o Exército em determinadas ocasiões. No Sul, manteve estreitos contatos com os republicanos Júlio de Castilhos e Assis Brasil, nos quais declarou que seria capaz de votar. O historiador Alberto Martins da Silva em comunicação no citado Congresso de História da República, no IHGB, demonstra que Deodoro era cercado e convivia com parentes declaradamente republicanos, como o seu irmão Pedro Paulino e o seu sobrinho Hermes da Fonseca.

Ainda sobre este assunto o historiador Ponce Leal, em comunicação a CEPHAS do IHGB, em 1889, transmitiu informação de que o major Floriano Peixoto e mais o futuro barão de Ladário participaram de reunião secreta no Rio de Janeiro, na qual foi preparado o Manifesto Republicano de Itu, fato repetido por José Caetano Requião ao escrever sobre o “Barão de Ladário e a Proclamação.

O acadêmico historiador Francisco Assis Barbosa ⁵ em artigo “Pedro II e a queda da Monarquia” menciona, com o apoio de André Rebouças a seguinte afirmação de D. Pedro II:

“Eu sou republicano... Todos o sabem. Se fosse egoísta proclamaria a República para ter as glórias de Washington.... Somente sacrificaria o Brasil à minha vaidade... porque as províncias não têm pessoal para a Federação e seria um desgoverno geral, que acabaria pela separação.”

Sobre a monarquia, segundo Eça de Queiroz, citado por Francisco de Assis Barbosa, nada separava a República da Monarquia, a não ser o imperador, que se tinha a tal ponto desimperalizado, que entre a Monarquia e a República não havia senão um fio — tão gasto, tão frouxo, que para o cortar de um golpe brusco bastou a espada do marechal Deodoro da Fonseca.

Concluindo, embora Deodoro não fosse republicano ardoroso, sofreu muita

influência familiar para colocar-se ao lado dessa nova idéia. Ou por outro lado, que embora não se definindo republicano possuía a idéia de República na cabeça, como única alternativa de sobrevivência do Exército e acesso da classe militar à cidadania, no sentido de participação legislativa, e na administração do país e assim minorar a situação do Exército definida pelo insuspeito Eduardo Prado, citado por Américo Jacobina Lacombe: **“O Exército estava esquecido, mal organizado e desestimulado”** em conferência sobre A Questão Militar.

Contra o imperador, Deodoro não tinha a não ser o convencimento de que não mais governava, por doente, conforme o demonstrou exaustivamente o citado professor Américo Lacombe em artigo “A Questão Militar” citado, resultado de palestra no Curso Os Militares e a Proclamação da República, no IHGB e ECEME.

Esta consideração e o impedimento por doença do imperador foi demonstrado pelo irmão do marechal Deodoro, coronel João Severiano da Fonseca, em discurso no IHGB em 19 de novembro de 1889

“A retirada do imperador não foi um castigo, foi consequência imperiosa, imprescindível, fatal, da nova ordem de coisas. Foi uma necessidade inevitável. E com ele seguiram todo o respeito, estima e veneração que os brasileiros devem e tem a esse grande e virtuoso varão. Saiu porque não podia ficar. Não é um decaído. É antes um aposentado retirando-se com todas as honras e distinções”.

Mas, hoje, não há sombras de dúvida de que o marechal Deodoro foi proclamador e instalador da República brasileira, feita, segundo o atual jornal ***Estado de São Paulo*** e então ***Província de São Paulo***, do seguinte modo, em artigo em 16 de novembro de 1889: **“Nunca uma República foi proclamada com tanto brilhantismo e tanta paz”.**

5ª— QUAL A REAL MOTIVAÇÃO DOS MILITARES DO EXERCITO (CIENTÍFICOS E TARIMBEIROS) NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E O EXATO ENTENDIMENTO DESTA DIVISÃO?

As posições dos tarimbeiros, liderados pelo marechal Deodoro, eram de sentido profissional militar. Ou seja, uma Reforma Redentora do Exército para reverter o seguinte quadro assim definido pelo já citado insuspeito Eduardo Prado: **“O Exército estava esquecido, mal organizado e desestimulado”.**

Portanto tratava-se da atualização do Exército em Arte e Ciência Militar, que vinha sendo descurada e mantida a níveis" incompatíveis com a projeção do Brasil no cenário internacional, além de desviado de suas funções normais, como o emprego na captura de criminosos e escravos fugidos.

Os tarimbeiros através de suas lideranças queriam ser verdadeiros soldados “e não lacaios”, no dizer de Ruy Barbosa ou “janizaros” no dizer de Benjamin Constant, em célebre discurso na Escola Militar, em presença do ministro da Guerra. Queriam integrar um Exército de verdadeiros soldados profissionais e não uma instituição dominada, segundo Góes Monteiro, mais tarde, **“por um espírito miliciano ou**

pretoriano". Conforme artigo nosso no **Letras em Marcha**, de 1990.

Personalidades como Cotegipe e Ouro Preto, cientistas jurídicos, não tiveram, sensibilidade para perceber esta colocação dos cientistas militares. E daí resultou um confronto nocivo para a nação que perdurou de 1831-1930. com reflexos negativos ate hoje.

Queriam desagravar a força de maltratos, humilhações e desrespeito aos valores comuns em todo mundo aos soldados (honra, pundonor, brio etc.).

Os científicos possuíam valores antagônicos aos tarimbeiros. Desprezavam os tarimbeiros, junto com a sociedade, que, segundo Góes Monteiro revelava "**um repudio ao espírito militar brasileiro, sob a forma de antimilitarismo**". Mais um preconceito nocivo à nação brasileira.

Segundo Edmundo Campos Coelho os científicos defendiam a tese do cidadão — soldado "com direito de livre manifestação e de pensamento e crítica e uma disciplina militar inteligente e pensante".¹⁹

Os tarimbeiros eram orgulhosos, cultivavam seus feitos militares e ostentavam orgulhosos suas medalhas conquistadas em defesa do Brasil.

Os científicos, sob influência da religião da Humanidade, segundo Tasso Fragoso, alunos das escolas Militar da Praia Vermelha e Superior de Guerra, até a Proclamação, **questionavam as glórias do passado militar do Brasil e debochavam dos veteranos da Guerra do Paraguai "que desfilavam com o peito coberto de medalhas"**. O científico visconde de Taunay registra que quando um civil queria humilhá-lo o chamava por major, e se queria prestigiá-lo o chamava de doutor. Benjamin Constant, líder dos científicos, que gozavam de certo prestígio na sociedade, preferia ser chamado doutor do que tenente-coronel.

Os tarimbeiros queriam melhores condições para defender o Brasil como verdadeiros soldados e os científicos lutavam por acesso à cidadania, para participarem da construção e administração política, então dominada, de modo desequilibrado, por bacharéis de direito egressos da classe dominante.

Esta dicotomia foi fruto do ensino militar equivocado do 1874-1905, só corrigido com o Regulamento de Ensino, em 1905, que freou o bacharelismo militar dos científicos e consagrou o profissionalismo militar dos líderes tarimbeiros. Mas esta valorização do cientificismo militar perdurou ainda longo tempo no inconsciente coletivo do Brasil, sob a forma de os mais privilegiados intelectualmente preferirem as armas técnicas do que as armas-base.

Em 15 de novembro de 1889, Deodoro era o líder da corrente tarimbeira e Benjamin Constant o líder da corrente dita científica.

Benjamim Constant, ministro da Guerra, com o Regulamento de Ensino de 1890, agravou ainda mais o problema do cientificismo e da figura do cidadão-soldado, em detrimento do soldado profissional, só corrigido a partir de 1905, mas com algumas recaídas.

Esta critica é lugar comum na voz de grandes chefes e profissionais militares

que cursaram a Escola Militar (1873-1905) e que vieram liderar a Reforma Militar (1897-1945).

Assim, em 15 de novembro de 1889, os tarimbeiros e científicos conseguiram participar decisivamente da Proclamação, com os seguintes objetivos conflitantes:

Tarimbeiros; Atalhar a extinção ou erradicação em curso no Exército e desagrava por maltratas, desatenções, humilhações e marginalização do Exército do processo de atualização doutrinária. Enfim melhorar a operacionalidade do Exército em níveis compatíveis com a responsabilidade do Brasil no cenário internacional.

Científicos: Derrubar a Monarquia, por motivação republicana e condição de acesso a cidadania, traduzida pela participação no governo e administração civil, além de influência positivista.

A Questão Militar traz em seu bojo muito deste anseio profissional militar justo, patriótico e minimizado e contrariado pelos sucessivos gabinetes de ministros de 1865 — Guerra do Paraguai a 1889 — Proclamação da República. Assim, neste período de 24 anos, 80% dos ministros da Guerra foram parlamentares, bacharéis de direito e somente 20% militares ao nível de heróis nacionais e titulares do Império; Caxias, Osório, Pelotas e Maracaju.

Este anseio não tem sido bem apanhado e compreendido pelos historiadores atuais. É preciso que o percebam para a correta interpretação da História do Brasil.

A Reforma Militar foi realizada em 1897-1945 por muitos profissionais militares veteranos ou filhos de veteranos — soldados da Guerra do Paraguai: Medeiros Mallet, Argolo, Hermes da Fonseca, Caetano de Farias, etc.

6ª — CAUSAS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA QUESTÕES POLÍTICAS DESEQUILÍBRIO DE CLASSES OU NOVA FORMA DE DOMINAÇÃO?

É clássica e generalizada a interpretação de que a República teve como causa a Questão Religiosa, ou epíscopo-maçônica, a Questão Militar, a Abolição, a doença do imperador e a indesejável perspectiva de um 3.º Reinado. Esta é a interpretação geral que faço. Hélio Silva, consagrado estudioso da República em seu último trabalho *O primeiro século da República* (Rio, Jorge Zahar Editor, 1989) em linhas gerais reafirma aquelas causas, todas muito bem exploradas e aproveitadas pela propaganda republicana.

*Américo Jacobina Lacombe*²¹ ao radiografar a Questão Militar, a viu como uma reação dos militares contra os bacharéis de Direito, egressos das classes dominantes e que controlavam o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e até a Imprensa, num flagrante desequilíbrio de classes. É que, em 15 de novembro, os militares e bacharéis de Direito jogaram a própria sobrevivência do Exército, objeto de uma política de erradicação iniciada por volta de 1831, segundo demonstrou Edmundo Campos Coelho, - com o qual concordo.

Para Sandra Pesavento³ o Brasil se achava conectado, por laços comerciais a um mercado capitalista, desde a fase colonial, mas se tratava, agora (final do Império) da penetração do capitalismo na estrutura interna brasileira.

No bojo deste processo de transformação surgiram novos grupos sociais, que passaram a pressionar o sistema instalado: a burguesia cafeeira, na liderança da renovação econômica, segmentos urbanos e um Novo Exército, com aspirações de participação política. As classes emergentes — burguesia e classes médias — associadas ao grupo funcional descontente (Exército), articularam a queda da Monarquia.

Quanto aos militares, no quadro institucional vigente, tornava-se impossível sua participação no processo decisório do poder. E o que José Luiz Werneck chamou de negação aos militares de acesso à cidadania. e por via de consequência influir com Ciência e Arte Militar na construção de um Exército compatível com o estágio atingido pela nação, o que lhes era negado.

Mário Maestri Filho assim falou em palestra no Curso 1º Centenário da República, promovido pela COMOCi/RS

"Cremos ter a escravidão fecundado essencialmente dois terços da história nacional e determinado, quando de sua crise, a gênese do Estado republicano."

Para o citado historiador a República teria surgido como **"necessidade de nova forma de dominação."**

Américo Jacobina Lacombe, no artigo citado "A Questão Militar",²⁶ documentou expressivamente a doença do imperador, detalhe que não escapou aos líderes republicanos da época, que se apressaram a fazer a República, pacificamente, pelo afastamento do imperador doente, para evitar ter de fazê-lo, com sangue, com o conde d'Eu, que segundo interpretação que ouvi, contava com oposição da Inglaterra, fato não confirmado.

Assim as causas da República variam entre a Questão Militar e a Abolição, como determinantes e a Questão Religiosa e a doença do imperador como acessórias e mais as seguintes registradas por Barbosa Lima Sobrinho e Clóvis Ramallete,⁷ como causas, da Proclamação da República:

O costume dos políticos liberais, e conservadores que, quando caíam do poder, minavam indiretamente a monarquia, com críticas amargas ao imperador e, por não defendê-la, terminaram por esgotar uma autoridade.

Autores como o acadêmico A. de Lyra Tavares vêem na Guerra do Paraguai, através de suas consequências econômicas, políticas e sociais uma das causas da República, com o que concordamos.

Resumindo, como causas da Proclamação da República teríamos:

- **Consequências da Guerra do Paraguai.**
- **Questões Religiosa e Militar**
- **Abolição**
- **Doença do Imperador**
- **Perspectiva indesejável de um III Reinado**
- **Mau costume de políticos liberais e conservadores minarem indiretamente a Monarquia, quando fora do governo, por ataques amargos ao Imperador**

— Propaganda republicana objetiva

7ª - O MARECHAL FLORIANO CONSPIRADOR OU TRAIADOR EM 15 DE NOVEMBRO?

Escrevemos sobre o assunto as seguintes considerações: “Outro buraco negro que ficou na história da Proclamação da República, consiste na explicação e reconstituição das ações e pensamentos do marechal Floriano Peixoto nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 1889.

Por isso, seu biógrafo, Salm de Miranda, em **Floriano**, escreveu: **“O marechal-de-campo Floriano Peixoto é incontestavelmente, um dos personagens mais discutidos da Proclamação da República. Os maiores ataques que lhe têm sido feitos, as maiores dúvidas contra ele o focalizam durante a jornada de 15 de novembro. Acusam-no uns de desleal porque, sendo ajudante general do Exército, praticamente o comandante do Exército, não reuniu forças, não tomou providências, nem comandou a resistência. Acusam-no outros de duplicidade de atitudes, porque estava junto ao Gabinete Ouro Preto, reunido no Ministério do Exército, apesar de conhecer e estar comprometido com a conspiração. Acusam-no de apático e indiferente aos graves acontecimentos de que foi parte”**.

E aqui é importante que se refira ao que se disse o líder civil do movimento. Quintino Bocaiuva, sobre o marechal Floriano na conspiração de que resultou o 15 de novembro: **“O Floriano era dos nossos, havia muito... Era mesmo dos que estavam senhores do movimento. Era apenas cauteloso, com ronha (astúcia), que todos lhe conheciam. Da vez em quando dizia: Vejam bem o que vão fazer. Não se precipitem”**. (Fonteº *idéias Políticas de Quintino Bocaiuva*, 1987, v. 1. p. 646).

O marechal Rondon, testemunha e também um dos protagonistas do 15 de novembro de 1889, viu, como preocupação central de Floriano, evitar derramamento de sangue nesse dia, o que foi conseguido.

“Medeiros de Albuquerque canta que recebeu convocação de Aristides Lobo para uma viagem urgente e confidencial a São Paulo. Da sua missão constava um fato importante que ele contou a Campos Sales: Floriano Peixoto estava firmemente conosco. Convidado por Deodoro, ele declarara que, para derrubar o ministério, não concorreria. Prestaria, porém seu apoio, se preciso fosse, para a Proclamação da República.

É atribuída a Benjamim Constant a revelação de que, caso Deodoro não pudesse liderar a 2.ª Brigada em 15 de novembro, que ela o seria por Floriano, que era o comandante de toda a Guarnição do Exército do Rio.

Floriano continuou ajudante-general na confiança de todo o Governo Provisório. Não resta dúvida que ele estava senhor de toda a trama republicana e foi um dos seus pilares.

Após 15 de novembro exerceu cargos da maior importância, sendo eleito vice-

presidente da República, na chapa de Prudente de Moraes.

Foi consagrado pela história como o Marechal de Ferro e o brasileiro “que dignificou, popularizou e consolidou a República.

A TV Globo, em seu programa alusivo à Proclamação da República, transmitiu aos telespectadores uma falsa e injusta imagem do marechal Floriano, que não encontra amparo em nenhuma interpretação histórica séria, justo no ano do sesquicentenário desse grande brasileiro.

Apresenta-o inclusive como ditador, o que Jonas Correia prova em contrário, assegurando a legitimidade constitucional do seu mandato presidencial em artigo “Floriano Peixoto — o consolidador da República”.

Umberto Peregrino, em artigo “Marechal Floriano Peixoto — o consolidador e símbolo da República”, após traçar o retrato do grande brasileiro assim finalizou:

“Floriano, pelo seu exemplo de homem do povo, nas origens e na simplicidade do seu viver, sensibilizou a alma nacional para a causa da República incipiente e frágil, no sentido do interesse popular. Querido o presidente, querida ficou sendo a República, salva, talvez, por ter sido Floriano quem foi.”

Por tudo é possível afirmar-se Floriano símbolo e consolidador da República Brasileira.”

Esta afirmação por certo encontra amparo em recentes pesquisas históricas, como o livro **Os radicais da Republica** da professora Suely R. P. de Queiroz da USP, focalizando o jacobinismo e por nós resenhado em artigo com o nome do livro no **Jornal Letras e Artes**, Nov/Dez 1989, da Rio/Arte e no jornal **Ombro a Ombro**, Nov 1989.

É a voz do Tribunal da História e não das conveniências conjunturais políticas, prática muito comum e talvez uma das características de nossos tempos, a confundir e a tumultuar a nação.

Sobre Floriano, em seu sesquicentenário, escrevemos no **Jornal do Comércio**, **Revista Defesa Nacional**, **Letras em Marcha** e **Jornal de Historia e Geografia**. Talvez foi das raras e poucas homenagens que o ilustre brasileiro e soldado recebeu. Sinal dos tempos! Será que o Programa da TV Globo anulou a verdade histórica?

8ª — QUAL A VERDADEIRA DOENÇA QUE ACOMETIA O MARECHAL DEODORO EM 15 DE NOVEMBRO?

Com apoio em Alberto Martins da Silva historiador militar médico e estudioso da família Fonseca, na Programação da República.

“O marechal Deodoro sofria de asma brônquica crônica que era exacerbada com mudanças de temperatura e estresse emocional.”

A **Veja**, relativa à Proclamação da República registra que o marechal sofria de arteriosclerose neste trecho:

A arteriosclerose e a falta de ar freqüentemente fazem com que Deodoro oscile rapidamente entre a exaltação e a prostração — como aconteceu na sexta-feira passada

A este respeito escrevemos à Veja, de que somos assinantes, a seguinte carta, não respondida:

“ Rio de Janeiro, RJ, 2 de outubro de 1989

Ilmo. sr. Diretor da revista VEJA

REPÚBLICA

A reportagem “100 anos de República”, surpreendeu estudiosos do assunto por apresentar pela primeira vez o marechal Deodoro como sofrendo de arteriosclerose. É assunto que merece ser comprovado para ser levado em conta.

Até hoje, era conhecido que ele sofria de asma brônquica crônica, que se exacerbava com "stresse" e mudanças de tempo, e que em 15 de novembro, estava em pleno domínio de suas faculdades mentais. Ao contrário do Venerável Imperador, vítima de diabetes; apresentando envelhecimento acelerado, perdas de memória e abulia, circunstâncias que teriam apressado, também, a República.

Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento

(Membro da Comissão do Exército das Comemorações do Centenário da República)

O jornalista ou historiador que classificou de arteriosclerose, ironiza as palavras “pundonor, brio, dignidade e hombridade” do Exército, aliás valores inerentes a todos os exércitos do mundo, desde que eles existem. Aliás, o redator tem, como jornalista ou historiador, também escala de valores que fazem a grandeza dos verdadeiros profissionais dessas especialidades.

Aos que na época não compreendiam a escala axiológica dos militares, estes os acusavam de quererem que o Exército **“ao invés de soldados verdadeiros fosse constituído de “lacaiois ou de janizaros”**.

Aliás, a força invisível desses valores foi que impulsionou Deodoro em 15 de novembro, na seguinte forma descrita por Quintino Bocaiuva:

“Deodoro, eu soubera na véspera, estava com o peito que era uma chaga (devido a ventosas), incapaz de apanhar um chinelo. Entretanto, procurado em nosso nome, fez um esforço sobre humano, fardou-se pediu um carro e saiu, pela manhã, para São Cristóvão. No Mangue, encontrou-se com a força (2ª Brigada) e então aquele homem, quase morto, transfigurou-se ao som marcial dos clarins. Saltou do carro, tomou o cavalo de um oficial e pôs-se à frente do Corpo para comandar a vitória. O que o clarim mexeu foi no pundonor, brio, dignidade é hombridade de um soldado. Um grande soldado. Um dos maiores que o Brasil possuiu, conforme tivemos oportunidade de escrever. “

³⁶ Publicado no IHGB — Jornal de História e Geografia, nov 89, nos cadernos alusivos a República do Diário Popular — Pelotas — RS; Diário de Cuiabá, Jornal do Comércio — Rio e em São Gabriel e Santana do

Livramento.

Fala-se muito em ataques de dispnéia sofridos por Deodoro. Enfim, este assunto deve ser definido por médicos. Nos parece, à primeira vista, o diagnóstico de arteriosclerose malicioso, até prova em contrário.

9ª — O MARECHAL DEODORO DEU UM VIVA AO IMPERADOR AO PENETRAR NO QUARTEL-GENERAL EM 15 DE NOVEMBRO OU NÃO?

Este é um argumento usado para diminuir Deodoro e apresentá-lo como incoerente.

Quem afirmou isto foi, mais tarde, o marechal Rondon, que participou do 15 de novembro como alferes cursando a Escola Superior de Guerra em depoimento a Esther de Viveiros, disse ter ouvido Deodoro dar um viva ao Imperador. Não existe fonte segura para afirmar ou negar-se.

Para Umberto Peregrino no IGHMB seria compreensível, pois não havia nada contra, o Imperador, preservado e respeitado, em todos os momentos, mas sim contra uma situação adversa ao Exército.

Esta consideração fica bem clara em todos os lances da Proclamação, dentro do que era possível naquelas críticas circunstâncias.

Havia uma realidade. O Imperador estava doente e incapaz de governar em toda a sua plenitude E disto estava consciente a liderança republicana.

Assim, foi que o irmão de Deodoro, João Severiano, em discurso no IHGB, em 19 de novembro de 1889, referiu repetidos por muito pouco conhecido e sobretudo muito esclarecedor:

“A retirada do Imperador não foi um castigo; foi consequência imperiosa, imprescindível, fatal, da nova ordem de coisas. Foi uma necessidade inevitável. E com ele seguiram todo o respeito, estima e veneração que os brasileiros devem e têm a esse grande e virtuoso varão. Saiu porque não podia ficar. Não é um decaído. É antes um aposentado retirando-se com todas as honras e distinções.”

É indiscutível o respeito e veneração que D. Pedro II sempre mereceu dos brasileiros neles se inclui Deodoro.

Não seria de estranhar de Deodoro dar um viva ao Imperador, pouco antes de depor o Gabinete Ouro Preto.

Para Amerino Raposo, o fato de Deodoro viver o Imperador, poderia ser parte de um ritual de liderança, para afirmá-la sobre as tropas que defendiam o interior do Quartel-General, por confundi-las momentaneamente, para dominá-las.

Por solicitação de Américo Jacobina Lacombe, nada encontrei a respeito, como norma no **Regulamento de Continências do Exército** da época, de um comandante dar viva ao Imperador,

É uma questão sem resposta segura. Mas em realidade a Família Imperial foi

aposentada compulsoriamente, cercada do máximo de considerações possíveis.

Não foi massacrada pelo terror como nas revoluções francesa de 1785 e russa de 1818. É a maneira brasileira de se fazer as coisas.

E isto é pouco reconhecido. Muitos brasileiros festejaram mais a Revolução Francesa com suas “Luzes e Trevas” do que a República Brasileira, feita pacífica e incruenta. É um fato a ser estudado por sociólogos e psicólogos, talvez?

Uma importante consideração

O venerando e legendário jurista Sobral Pinto, (SP) em entrevista ao jornal **Diário de Cuiabá**, de 15 de novembro de 1889, foi perguntado e assim respondeu em entrevista a Agência Estado (AE)

“AE: Valeu a pena termos entrado na República através de um golpe. uma vez que os militares estavam, mais preocupados com suas relações de poder do que com as populares aspirações republicanas?

SP: **“Embora não seja, e não tenha sido jamais monarquista, respondo, sincera e lealmente: Não valeu a pena. O país não estava preparado, em fins de 1880. para viver sob o regime republicano. Proclamado pelos militares, o regime sempre esteve sob a pressão e a fiscalização deles. As crises, que surgiram no país, ao longo de 100 anos de República, tiveram a sua origem em elementos saídos dos quartéis, habilmente manipulados por civis ambiciosos de poder e mando. O militar, em virtude de sua educação e formação, é necessariamente autoritário, o que é normal e natural na sua profissão. O governo de uma Nação, porém, tem. a sua base essencial no .Direito e na Justiça, aplicados na forma da Lei Constitucional da Nação, e através do debate sério e do argumento correto, temperados pela tolerância. Tudo isso é, evidentemente, incompatível com a mentalidade militar. Urge não esquecer, todavia, que o militar é elemento indispensável no governo de qualquer país civilizado ”**

Espero que todas as nossas considerações sirvam para rebater como distorcida a pergunta afirmação da Agência do Estado e concordar com o ilustre jurista “que o militar é elemento indispensável ”, E foi justamente aí que falharam os juristas do Império (1831-89) querendo erradicar o Exército como o comprovou Edmundo Coelho Campos ou por marcarem uma presença maciça e monopolista do poder e provocarem a questão militar conforme o comprovou Américo Jacobino Lacombe, com apoio no brasilianista John Schultz na tese **O Exército e os políticos 1850-1894**, tese na qual ele resgata a luta nos bastidores do poder entre os bacharéis de direito e os militares com apoio por sua vez nos jornais **O Militar** e **O Soldado**, revelados pela Biblioteca Nacional, na sua Exposição Comemorativa do Centenário da República. Talvez da leitura do comportamento abusivo dos bacharéis ou legistas no Império, o ilustre jurista venha, com imparcialidade, a compreender melhor os militares brasileiros na República como fruto de comportamentos abusivos no poder de seus colegas juristas imperiais, o que não se verificou nos EUA, por exemplo,

O ilustre jurista vê a importância e a indispensável participação militar no governo de qualquer país civilizado..

Mas os juristas do Império não tiveram, esta visão, repetimos, e daí se estabeleceu o confronto militares e juristas, que teve seu ponto culminante em 15 de novembro e ainda continuou forte na República Velha dominada por oligarquias,

Outra lição a ser colhida é a de que os militares brasileiros sempre interferiram no processo em busca da construção de uma força com operacionalidade a altura da nação. O exemplo da tranquilidade da Nova República se deve ao entendimento sincero pelo governo desta aspiração justa, repetimos, não entendida pelos dirigentes do Império, predominantemente bacharéis de direito.

A sociedade brasileira, com um todo, para entender o Brasil, precisa fazer uma leitura da história das relações militares x bacharéis de Direito no governo de 1831-1930, à semelhança do que acaba de ser feito pela mestre em história Leite Capella em artigo “O Exército, a República e a Nação Brasileira”. Por ai se verá que o bicho não tem sido tão feio como pintem, segundo expressão popular. Para finalizar e como reflexão presente e futura vale recordar a seguinte expressão de Góes Monteiro, nos anos 30: - **“As Forças Armadas têm sido no Brasil, um fulcro de explorações, apoiando, às vezes, se bem que enganadas, as mais torpes mistificações de falsos Salvadores da Pátria, ora no pelourinho, ora num falso pedestal.”**

FORMAÇÃO MILITAR

“FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS. PARA QUÊ?”

1991

**Veterano Cel Cláudio Moreira Bento
(Do IGHMB)**

Embora a paz mundial seja o ideal a ser conquistado um dia, as nações, de um modo geral, procuram dispor de forças armadas, dentro das respectivas possibilidades, ou melhor, organizadas, equipadas, instruídas e motivadas, para um emprego eventual indesejado.

No Brasil pouquíssimos estadistas civis, como o Barão do Rio Branco, que passou à História do Brasil como o Chanceler da Paz, compreenderam e responderam à altura, a esta pergunta de difícil resposta para quem não possui perspectiva histórica: “Forças Armadas Brasileiras. Para quê?” Rio Branco respondeu adequadamente, em função da consciência elevada que possuía, particularmente como o maior historiador militar brasileiro: É fundamental para o Brasil dispor de forças armadas à altura de suas potencialidades e com os seguintes objetivos:

1 — Servirem de dissuasão a aventuras militares internas e externas; 2 — Servirem de respaldo à política internacional do país; 3 — Servirem como elementos de pronto emprego em emergências imprevisíveis, internas e externas e, finalmente, 4 — Servirem como elementos de preservação e divulgação do patrimônio por elas

acumulado, em Arte e Ciência Militar.

Ao longo de nosso processo histórico, foram quase cinco séculos de lutas internas e externas, predominantemente vitoriosas que contribuíram, expressivamente, para delinear, consolidar e manter um Brasil de dimensões continentais que não é obra de um milagre, mas de muitos sacrifícios, sangue e vidas de nossos ancestrais.

Rio Branco adquiriu profunda consciência histórica, através dos pioneiros e profundos estudos que realizou de História Militar do Brasil. Constatar isto é obra de simples leitura de suas “Efemérides Brasileiras”, lidas sempre no início das sessões do sesquicentenário Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que viria a presidir um dia, e no qual ingressou aos 22 anos, em 22 Nov 1866, na presença do Imperador D Pedro II, quando ia acesa e viva a Guerra do Paraguai, em cujo estudos e divulgação se especializou, tanto que a Europa a conheceu, em parte, por seus escritos enviados para jornais de lá.

Rio Branco, em sua posse, biografou o Mar José de Abreu, herói assinalado de nossas guerras cisplatinas (1810-27), morto em ação na batalha do Passo do Rosário, a maior batalha campal travada no Brasil, ocorrida em 27 Fev 1827. Na ocasião, comandando paisanos, foi com eles imprensado num choque entre a cavalaria inimiga e a infantaria brasileira, ao comando do general Calado. Ao ouvirmos e depois lermos o discurso de posse do ilustre historiador e diplomata Roberto Luiz Assunção Araújo, no IHGB, em 26 Abr 1989, sob o título — “Rio Branco historiador”, acrescento com segurança: “Rio Branco, Historiador militar”, como demonstraremos com apoio no citado autor e ex-embaixador brasileiro que teve o grande mérito de haver tido atuação relevante na publicação da monumental “Obra Completas do Barão do Rio Branco”, em 12 volumes, dando grande sobrevida àquele grande brasileiro, justificando a expressão — “O homem é eterno enquanto a sua obra permanece”.

A vocação de Rio Branco para a História Militar do Brasil foi compulsiva: Aos 16 anos biografou o Capitão-de-Fragata Barroso Pereira, aos 19, na Escola de Direito de São Paulo, escreveu “Episódios da Guerra do Prata”, a seguir escreveu sobre o Mar José de Abreu, prossequindo firme nessa linha de estudos que, segundo o citado historiador Roberto de Assunção, “desabrocharam nos magistrais estudos sobre a Guerra do Paraguai e nas memórias escritas em defesa dos direitos do Brasil nas questões de limites com a Argentina, França e Inglaterra”.

Era grande o interesse do Chanceler da Paz pelo nosso fortalecimento militar, que ajudou expressivamente a impulsionar através da Reforma Militar e, nos governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Hermes da Fonseca, como Ministro das Relações Exteriores, visando a que “o Brasil pudesse desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabia no convívio das nações”. Ajudou, ainda, a recolocar o Exército no rumo do profissionalismo militar depois de um triste período de esforço equivocado no bacharelismo militar (1873-1905), em decorrência dos regulamentos de ensino de 1873 e 1890, que minaram as possibilidades de operacionalidade do Exército a níveis inferiores aos dos tempos da Guerra do Paraguai.

Foi o grande historiador militar e estimulador da Reforma Militar e sobretudo o

Chanceler da Paz, que definiu, pacificamente as fronteiras brasileiras, fruto de sua superior ação diplomática, “inteligente e sem vaidade, franca sem indiscrição e enérgica sem arrogância”, além de calcada no profundo conhecimento do processo histórico brasileiro e da sua história militar terrestre e naval, como ninguém até hoje conseguiu fazê-lo.

Rio Branco conquistou a Paz preparando a nação para melhor enfrentar a alternativa indesejável de uma guerra. Em seus estudos sobre a Guerra do Paraguai, o futuro Chanceler da Paz manteve contatos estreitos com Caxias, já consagrado como o Pacificador, e o maior de nossos generais, particularmente no tocante às judiciosas anotações na “História da Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai”, de Louis Schneider, conselheiro de Guilherme I da Prússia, editada em Leipzig, em 1872, em 3 volumes. A respeito escreveu Caxias, em 1876, que Rio Branco, “consequira realçar com suas importantes anotações o mérito da obra de Schneider”.

Rio Branco, em diversas oportunidades, demonstra afeto e consideração pelos militares: “Minha simpatia e meu verdadeiro afeto pelos militares de terra e mar são muito antigos, pois vêm dos tempos remotos da primeira mocidade. Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II comecei a interessar-me por nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe-pátria e suas possessões nesta parte do mundo e, depois, na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil em sua vida independente. Tive a honra de conviver de perto com muitos de nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório, Barroso, Inhaúma e outros, de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas de seu afeto e estima... Os sentimentos de minha mocidade para com o nosso Exército e Marinha não se arrefeceram nunca, antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições, sem as quais, na situação que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança de conservação de paz que ele tanto precisa e que precisam todos os povos.”

Rio Branco diplomata de escol com alma de soldado, assim definia a relação soldado x diplomata: “Eles são sócios que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade, o outro bate-se para vingar o direito agredido, respondendo à violência com violência.”

O Gen Tasso Fragoso, o pai da História Crítica do Exército Brasileiro, após deixar as funções de adido militar na Argentina, na época da Questão de Palmas, foi encarregado de saudar Rio Branco no Clube Militar, pouco antes da morte deste.

Então, ressaltou a ação do grande estadista patricio, “na estabilização de nossas fronteiras, sem o recurso da força armada, por sustentar seus pontos de vista com o recurso de profundos e sólidos conhecimentos de História do Brasil”.

Tasso Fragoso, ao editar, em 1922, seu clássico “A Batalha do Passo do Rosário” dedicou-a “memória do Barão do Rio Branco, cuja ação e cujos escritos são exemplos de entranhado amor ao Brasil e de intensa fé nos seus gloriosos destinos. Como testemunho de admiração e de saudade”.

Dedico este estudo, como subsídio à reflexão dos brasileiros que sinceramente

procuram resposta para esta pergunta — “Forças Armadas Brasileiras. Para quê?” Se dúvidas persistirem, recordam à História como o fez um dia o hoje pouco lembrado pela mídia: Barão do Rio Branco — Chanceler da Paz.

RESENDE - UM POUCO DE HISTÓRIA.

1992

Veterano Cel Eng Cláudio Moreira Bento

Conhecido pesquisador de nossas tradições, retorna o Cel Bento às nossas páginas, através de curto porém consistente trabalho de micro-história. Desta vez a respeito da formação do município de Resende e arredores, destacando a influência gaúcha nesse empreendimento.

Quando o ciclo do ouro em Minas Gerais agonizava, foi aberto o caminho por terra, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo (1788). A trilha passou a ser conhecida como Caminho Novo, que integrou pela via terrestre, passando por São Paulo, o atual Rio Grande do Sul à capital do Vice-Reino, através do “tropeirismo”. Nessa época, teve início o ciclo do café em Resende atual que passou a empregar, no auge, cerca de 1.800 mulas-ano para movimentar a lavoura do café e escoá-lo para o Rio de Janeiro e depois para Angra dos Reis. Isto levou por longos anos tropeiros de mulas do Rio Grande do Sul a frequentarem os sertões do Campo Alegre, tornado vila com o nome de Resende, em 1801.

Assim, um pouco antes dessa data, chegou ao local, com uma tropa de 1.400 mulas, o tenente Domingos Gomes Jardim, natural de Viamão e casado com uma Escobar, de Vacaria. Ele foi muito bem acolhido e encantou-se pela semelhança com os campos do Rio Grande do Sul. De volta do Rio, onde foi contemplado com uma sesmaria em Bulhões atual, ele decidiu ali se fixar como tropeiro transportador de café para Angra dos Reis, como pecuarista e grande plantador de café. Pouco depois ali se fixou o seu cunhado padre Joaquim Pereira Escobar, natural de Santo Antônio da Patrulha. Ambos tiveram marcante atuação na construção da vila de Resende, junto com outros gaúchos com tradição tropeira, como o capital Miguel Pedroso Barreto, de Triunfo, que deixou ilustre e dinâmica descendência, como o seu filho Fabiano Pereira Barreto que dominou o cenário econômico, político e social de Resende no século passado, bem como o seu neto Dr. Luiz Pereira Barreto, hoje imortalizado em bronze, em Ribeirão Preto (SP), por ser o introdutor do café Bourbon em São Paulo, que fez a riqueza daquele estado, após transplantado da fazenda de seu avô Miguel e, depois, de seu pai Fabiano, na histórica região de Vargem Grande, vizinha dos belos campos de Porto Real, onde outro tropeiro gaúcho José Marques de Souza recebeu enorme extensão de terras. O último era tio do almirante Tamandaré e do conde de Porto Alegre que comandou resendenses em Curuzú, Curupaiti e outros combates, na Guerra do Paraguai.

Todos foram atraídos pela beleza do local chamado Campo Alegre, uma fértil planície terciária que produzia o excelente capim “capetinga”, com que era forrageado o gado que Resende produzia, preferido para consumo na capital, pela maciez e sabor distinto de sua carne. E era esse pasto procurado pelos tropeiros entre Rio e São Paulo, para fortalecer os animais numa parada temporária, fazendo-os retornarem à viagem, com maior disposição. Foi o tropeiro Domingos que abriu de Resende a Angra dos Reis o primeiro corredor de exportação do café produzido na região e que nesse trecho era transportado, atividade que durou até 1860, quando os trilhos da ferrovia São Paulo—Rio de Janeiro atingiram Barra do Piraí. Ai, as mulas foram substituídas por barcos que exploraram a navegação no rio Paraíba, até os trilhos atingirem Resende, por volta de 1872. Foi do tenente Domingos a iniciativa de ligar as margens do rio Paraíba, em Resende (1826), por uma ponte de madeira. Foi assinalada a participação do tenente Domingos e de seu cunhado padre Escobar, na construção de Resende, ao ponto de Domingos Gomes Jardim ser hoje patrono de cadeira da Academia Resendense de História. Seu filho Davi assistiu ao Grito da Independência do Brasil, às margens do Ipiranga, dado pelo príncipe D. Pedro, na condição de membro de sua Guarda de Honra. O neto do tropeiro Domingos, Paulino Gomes Jardim, recebeu das moças e senhoras de Resende a Bandeira do Brasil que abrigou, em sua sombra cívica, os 250 resendenses que, como Voluntários da Pátria, foram combater no Paraguai. Paulino combateu em Uruguaiana, São Borja e outros locais do chão natal de seu avô, retornando, depois, à sua terra. A paisagem do primitivo Campo Alegre, nos atuais municípios de Resende e de Itatiaia tem fascinado gaúchos que a escolhem para morar — ou para nela estacionarem, ao menos por uns dias — como foi o caso dos ilustres marechais Hermes da Fonseca e Mascarenhas de Moraes e do Dr. Assis Brasil (todos gabrielenses), além do presidente Getúlio Vargas, entre outros. A Getúlio se deve a criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, o primeiro do Brasil.

O que faltava no Campo Alegre e Campo Belo (hoje Itatiaia) era o quero-quero, para alegrar os numerosos gaúchos que ali residiam. Ave característica do Sul e conhecida como a Sentinela dos Pampas, foi trazido um casal por um oficial que serviu- na AMAN, ele se reproduziu pelos campos do local. O maior historiador da terra e gente da região é Itamar Bopp, de Tupanciretã, que chegou com a Revolução de 30 e se apaixonou pelo local, por uma resendense e se tornou cidadão honorário de Resende, sobre a qual possui destacada obra escrita, além de riquíssimo arquivo pessoal. Existe em Resende o CTG Galpão da Saudade sob a liderança do filho de

Espumosos, Renato Braganholo, que reúne gaúchos radicados em Resende e cadetes que estudam na Academia Militar das Agulhas Negras. Esse CTG abriga o Núcleo de Resende do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, que ali se dedica a levantar a participação histórica de gaúchos em Resende, como é o caso da presente contribuição.

O “tropeirismo” com apoios em mulas e as “tropeadas” para as Charqueadas, em Pelotas, até agora têm sido pouco estudados e sobretudo pouco valorizados, em razão de seus agentes não terem documentado as citadas atividades, daí a relevância do I Seminário de Tropeirismo de Bom Jesus.

No entanto, quem possua uma visão larga das áreas onde se desenvolveu o “tropeirismo”, sente que sua contribuição foi bem mais importante do que se imagina, baseado nos intercâmbios social, econômico e político, na faixa territorial em que atuou.



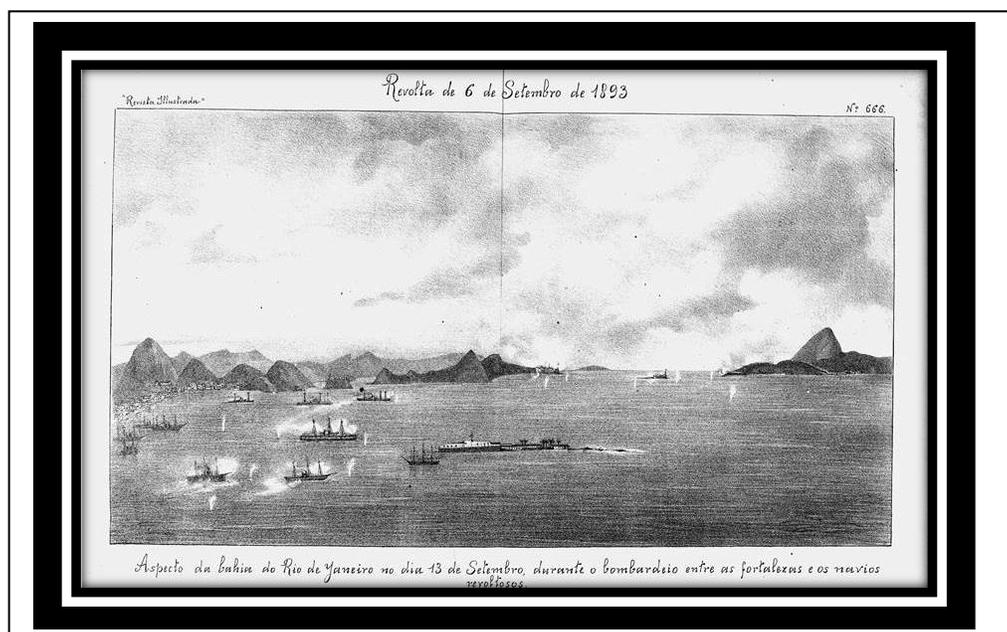
O Cel Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECEME, possui o de Analista da EsNI e pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras, pelo EME. Foi instrutor de História Militar da AMAN, ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá — MG e Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e cidades de São Leopoldo e Pelotas, além de Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-Grandense de Letras. É atualmente Diretor do Arquivo do Exército e preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História de A Defesa Nacional. Trabalhos Publicados: As Batalhas dos Guararapes, Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS e o manual Como Estudar e Pesquisar a História do Exército, publicado pelo EME.

Participou da pesquisa, elaboração e edição da obra História da Doutrina Militar do Brasil, editada pela AMAN, em 1979-1980. Seu último trabalho: A História do Brasil através de seus Fortes.

**A ESQUADRA LEGAL OU “ESQUADRA DE PAPELÃO”.
SUAS VITÓRIAS NO RIO DE JANEIRO E
EM SANTA CATARINA
1993**



Cláudio Moreira Bento
Veterano Cel Eng Claudio Moreira Bento, Historiador militar e Jornalista



Uma visão da Baía da Guanabara em 6set 1893, do duelo entre os navios revoltados e as fortalezas legais. Fonte Google sobre a Revolta na Esquadra

A Revolta na Armada estourou na baía de Guanabara em 6 de setembro de 1893, na véspera do 71º aniversário de nossa Independência, e terminou praticamente em Santa Catarina, 16 de abril de 1894. Ela obrigou ao governo federal a mobilizar uma Esquadra legal que passou à História,



Contra Almirante Hélio Leôncio Martins, historiador naval e veterano da 2ª Guerra Mundial que em palestra no Centro de Documentação da Marinha resgatou a imagem do Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves, comandante da Esquadra Legal que entretanto segundo ele 1/5da Armada revoltada e julgando incorreta a expressão Revolta da Armada e sim em realidade Revolta na Armada ou a 2ª Revolta do Almirante Custódio de Mello. Lembro que fui convidado para esta cerimônia pelo então CMG Max Justo Guedes como Diretor do Arquivo Histórico do Exército para ser diplomado pelo Centro de Documentação da Marinha por haver lhe repassado todas as cartas náuticas do acervo do Arquivo que dirigia inclusive uma carta levantada como capitão pelo futuro Marquês de Tamandaré da Barra do Rio Grande recebendo em troca uma pistola que havia pertencido ao Duque de Caxias,

injustificadamente, como a “Esquadra de Papelão”. Esta, no auge, chegou a dispor de 14 unidades navais. Seu comandante foi o almirante reformado Jerônimo Francisco Gonçalves, herói da guerra do Paraguai. Ali, jovem oficial, comandou um

dos encouraçados que forçaram o rio Paraguai, em Curupaiti e Humaitá. A Esquadra Legal possuiu as seguintes unidades: cruzadores “**Niterói**” (ao comando do CT Alexandre Baptista Franco); “**Andrada**” (CT João Baptista das Neves” que mais tarde, em 1910, foi morto por marinheiros amotinados); o vapor armado “**Itaipu**” (CT Rodolfo Lopes da Cruz); a corveta “**Parnaíba**” (CT João Augusto Soares Dutra) e 7 torpedeiras comandadas por tenentes de Marinha que se deslocavam em mar alto rebocadas, eram elas: “**Gustavo Sampaio**” (comandada pelo 1º ten Altino Flávio de Miranda Correia e lembrando o nome do aluno da Escola Militar morto no combate à revolta em foco, na Praia Vermelha); “Pedro Ivo” (1º ten Júlio Alves Brito); “**Pedro Afonso**” (1º ten J.M.Paiva e, mais tarde, 1º ten Amynthas José Jorge e homenagem a um herói do Exército que tombou morto ao lado de Marcílio Dias e de Greenhalgh); “**Silvado**” (1º tenente Américo Brasília Silvado); “**Greenhalgh**” (comandada pelo citado ten Amynthas); “**Piratini**” (que era semi-submarina) e “**Silva Jardim**” (que foi a pique após abalroada entre o Recife e o Rio pela “Gustavo Sampaio”). Como navio hospital e tender funcionou o “**São Salvador**” (ao comando do 1º ten Tancredo de Castro Jauffret).

Foi formada em Montevideu a 3ª Divisão da “Esquadra de Papelão” formada pelo cruzador “**Tiradentes**”², que havia sido enviado para reparos, visando a enfraquecer parte da esquadra rebelde, de igual forma que o “**Riachuelo**” havia sido mandado para reparos na Europa, e mais os navios “**Santos**” e “**Bahia**”. Enfim, uma esquadra improvisada, tripulada por jovens oficiais da Marinha e por alunos das escolas militares do Exército do Ceará, de Porto Alegre e da Praia Vermelha e por marinheiros norte-americanos e de outras nacionalidades contratados em Nova York. Esta esquadra tinha a orientá-los o almirante Jerônimo Gonçalves, o CF Álvaro Nunes Belfort e o CMG Gaspar Silveira Rodrigues, respectivamente comandantes da esquadra e das 1ª e 2ª divisões navais da mesma.

O Pensamento do Almirante Gonçalves

O almirante Gonçalves assumiu o comando da esquadra legal em Montevideu, em 21 de Outubro de 1893, então constituída do núcleo inicial formado pelo cruzador “**Tiradentes**”, couraçado “**Bahia**” e vapor “**Santos**”. Ele chegara ao Uruguai a bordo do navio inglês “**Thames**”, acompanhado de 6 oficiais da Marinha, 2 oficiais do Exército, 14 sargentos e 25 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Ao assumir o comando, baixou Ordem do Dia na qual dizia de sua missão, de seu pesar por tratar-se de luta entre irmãos, que não ofereceria glórias e nem produziria heróis. Objetivava apenas a tranquilidade do País.

Assim, humildemente e sem tripudiar de seus companheiros rebelados, falou:

“A luta que se está travando não produz heróis, nem glórias, muito ao contrário, todo o sangue derramado, seja de quem for, nos enche de pesar, porque é sangue de irmãos, é sangue de brasileiros. É preciso que a lei seja respeitada e, colocando-nos ao lado do governo, em sua defesa, cumprimos o nosso dever de brasileiros e de militares, que acima das simpatias pessoais colocam o amor à Pátria e, deste modo, o bem-estar e a tranqüilidade do lar brasileiro que presentemente sofre os horrores do sítio e os seus sobressaltos.”

Em 26 de Novembro de 1893, chegaram a Recife os navios adquiridos no estrangeiro para reforçar a Esquadra legal. Eram os cruzadores “**Niterói**” e “**Andrada**” e as torpedeiras já citadas, mais a “**Bento Gonçalves**”. O “**Niterói**” era guarnecido por 600 homens, metade brasileiros e metade americanos³.

Em 7 de Dezembro de 1893 desembarcaram naquela cidade 125 alunos da Escola Militar do Ceará. Foram aquartelados no quartel do 2^a Batalhão de Caçadores, no bairro de Afogados, onde se encontraram com outros alunos das escolas militares da Praia Vermelha e de Porto Alegre, ao comando do capitão Marcos Curius Mariano de Campos. Nesse quartel, aguardavam a distribuição pelos navios da esquadra legal, quando em 14 e 15 de janeiro de 1894, os navios revoltosos “**República**”, “**Uranus**” e “**Esperança**” atacaram e conquistaram o porto de Paranaguá (PR), estendendo o domínio pelas redondezas, como a vila de Antonina, por exemplo.

Operações da Esquadra Legal entre 22 de junho e 23 de julho de 1893.

Em 22 de Janeiro de 1894, o almirante Gonçalves chegou no Recife a bordo do vapor “**Itaipu**”, armado em guerra. No mesmo dia, à tarde, à frente da esquadra, zarpar com destino a Salvador onde permaneceu todo o mês de fevereiro adestrando e homogeneizando, dentro do possível, sua tripulação jovem e improvisada para a emergência. Enquanto isto, em 29 de Fevereiro, o almirante Saldanha da Gama tentara, em disputadíssimo e sangrento combate, conquistar a Ponta da Armação (RJ) e o legendário general Gomes Carneiro morria em combate na Lapa (PR), praça que só capitulou após cumprir sua missão retardadora.

Em Março de 1894, a Esquadra Legal deixou Salvador rumo ao Rio de Janeiro, onde chegou após dez dias de atribulada viagem, tendo fundeado fora da baía, defronte da Escola Militar da Praia Vermelha. Foi um grande feito para uma tão heterogênea, não especializada e jovem tripulação.

Mário Clementino, mais tarde professor de História Militar na Praia Vermelha, assunto sobre o qual produziu obra valiosa, e ainda atual, como tripulante do cruzador “**Niterói**” registrou esta cena, à noite, no litoral de Pernambuco, quando brasileiros e americanos confraternizavam:

“De repente, para terminar uma noite musical, um flautista da guarnição brasileira levantou-se e tocou o Hino Nacional Brasileiro. Todos, indistintamente, se puseram de pé e ouviram-no recolhidamente. No final, as palmas dos americanos estrugiram no ar. Mas quando elas cessaram, uma comoção inteiramente imprevista para nós tocou-nos profundamente. A guarnição americana, de pé e unânime, cantava o seu Hino Nacional.”

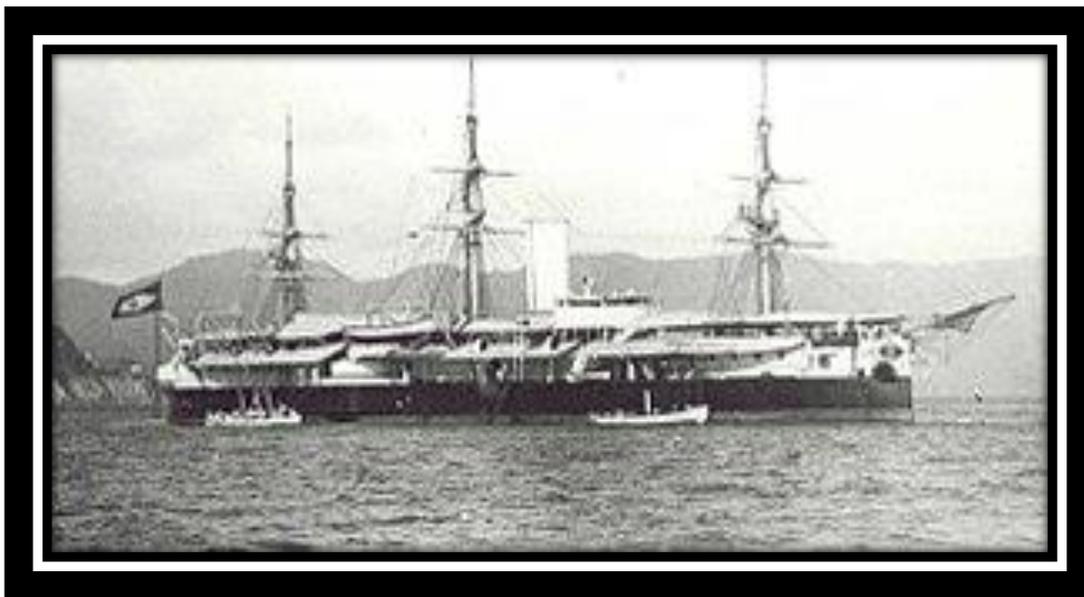
Em 12 de Março, a Esquadra legal fez demonstrações de um possível ataque ao poderoso encouraçado “**Aquidabã**”, próximo à ilha dos Porcos. No dia seguinte, levantou ferros das ilhas Maricá e passou, ao meio dia, em frente da barra do Rio de Janeiro, onde assistiu ao canhoneio das fortalezas da Lage e de Santa Cruz. Fundearam atrás da Cotunduba, à espera de ordens. Ali, a Esquadra leal ao governo soube da rendição, no dia anterior, dos revoltosos que, com seu comandante, almirante Saldanha da Gama, foram acolhidos como asilados, a bordo de duas corvetas portuguesas. Ainda a 13, às 16,30 horas, os navios do almirante Gonçalves

entraram na barra do Rio de Janeiro na seguinte formação: “**Niterói**”, “**Itaipu**”, “**Andrada**”, “**Gustavo Sampaio**”, “**São Salvador**”, “**Pedro Ivo**”, “**Pedro Afonso**”, “**Silvado**”, “**Greenhalgh**” e “**Piratini**”. Ela foi objeto de salvas e aclamações de parte das fortalezas de Santa Cruz e da Lage, Gragoatá e Armação, as que sustentaram a maior reação à parte esquadra revoltada, durante seis meses⁴.

A seguir, fundeu de frente a Niterói, cidade que fora a mais castigada pelo canhoneio dos revoltosos, pois o Rio de Janeiro fora declarado “cidade aberta”, pelos navios de guerra estrangeiros estacionados na baía de Guanabara. No dia 14, ajudou a eliminar os últimos focos da revolta, tendo atuado, inclusive, em Paquetá. Nesse dia o almirante Gonçalves, em Ordem do Dia, declarou terminada a revolta na capital da República.

O restante do mês de março e primeiros dias de abril, a Esquadra legal dedicou a preparar-se para expedicionar a Santa Catarina e lá combater remanescentes da revolta, a bordo de alguns navios ao comando do almirante Custódio de Mello. Entre eles, o encouraçado “**Aquidabã**”, o único do Brasil, ao comando do CF Alexandrino de Alencar, que viria, mais tarde, ser ministro da Marinha em três governos e que, em 15 de Novembro de 1889, havia comandado tropa de marinheiros que apoiou a proclamação da República, no Quartel- General do Exército.

Enquanto isto, entre 6 e 12 de Abril de 1894, o almirante Custódio de Mello, à frente da chamada “Esquadra de fora”, formada pelo cruzador “**República**” e os vapores “**Uranus**”, “**Íris**”, “**Meteoro**” e “**Esperança**” atacou a cidade de Rio Grande, empregando a divisão federalista do general Salgado. Então, os revoltosos puseram a pique a canhoeira “**Cananéia**”, que mais tarde foi recuperada e capturaram a “**Camocim**”⁵.



O lendário Couraçado Aquidabã o “Casaco de ferro.”

1. Operações da Esquadra Legal em Santa Catarina e no Paraná

Em 8 de abril de 1894 a Esquadra do almirante Gonçalves deixou a capital federal rumo ao sul, em busca dos revoltosos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, estabelecido em Santa Catarina, com capital na cidade de Desterro (atual Florianópolis)⁶.

A esquadra legalista foi dividida em 3 divisões, assim constituídas:

1ª - “Niterói”, “São Salvador” (tender) e “Parnaíba”

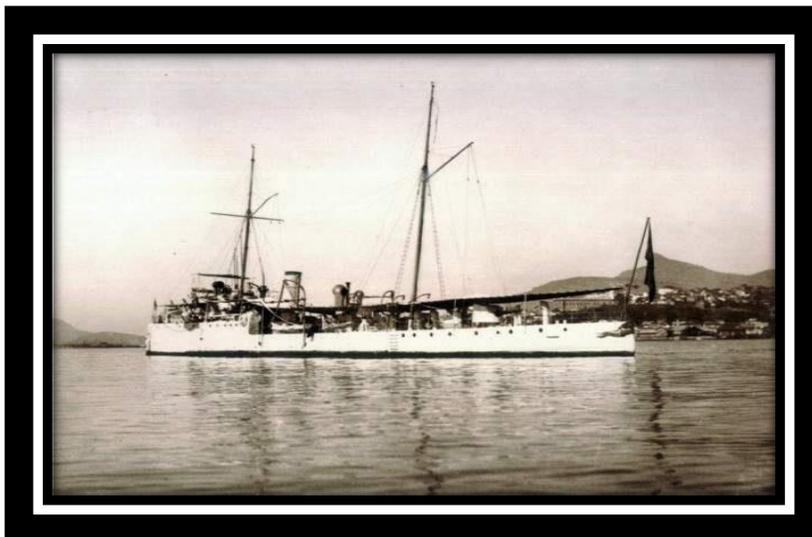
2ª - “Gustavo Sampaio”, “Pedro Ivo”, “Pedro Afonso” e “Silvado”

3ª - “Santos”, “Itaipu” e “Tiradentes”.

A Esquadra legal aportou em Santos, onde deixou a corveta “Parnaíba”. Após navegai todo o dia 10, em 11 deu entrada no Porto Belo, onde tomou conhecimento que o “Aquidabã” se encontrava próximo da fortaleza de Santa Cruz, na baía norte de Santa Catarina. Reconhecimento realizado pelo vapor “Itaipu” comprovou a presença do “Aquidabã”⁷.

A fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, foi bombardeada em 13 e 14 de abril, respectivamente, pelo “Andrada” e o “Itaipu”, sem que a resposta lhes causasse danos. Em 16, às 00,00 horas, a Esquadra legal suspendeu da enseada dos Ganchos e às 2 horas passou a bombardear a fortaleza citada, com os navios “Tiradentes”, “Santos” e “Itaipu” e a fortaleza São José da Ponta Grossa com o “Andrada” e “Niterói”. As torpedeiras “Gustavo Sampaio”, “Pedro Afonso” e “Silvado” atacaram às 3 horas e foram alvo de vivíssimo fogo de parte do “Aquidaban” e das fortalezas, cujo valor militar tivemos a oportunidade de focalizar no artigo “Em Torno da Fortaleza São José da Ponta Grossa”, in” **Revista Militar Brasileira** (jul/dez 1977).

Às 3 e meia horas, noite escura ainda, as canhoneiras se aproximaram do temido “Aquidaban” e dispararam contra ele 3 torpedos, sendo que o único disparado pela “Gustavo Sampaio” logrou atingir o alvo. Ao amanhecer, a divisão retornou ao ancoradouro e neste mesmo dia foi ancorai na enseada Canavieiras⁸.



A Contratorpedeira Gustavo Sampaio que ao comando do 1º Ten da Armada Altino Flávio Miranda Correia, conseguiu a noite acertar um torpedo no Aquidabã e o colocar fora de ação. A Gustavo Sampaio foi adquirida na Inglaterra. (Foto de Marco Ferrez)

O cruzador alemão “**Ancona**” informou ao almirante Gonçalves que os revoltosos haviam abandonado o “**Aquidabã**”, que fora atingido por um torpedo na proa, a bombordo. Às 10 horas a Esquadra legal formou em linha de combate defronte do combalido encouraçado. O “**Tiradentes**” o abordou e constatou não haver ninguém a bordo. A “**Gustavo Sampaio**” que o atingira no primeiro torpedeamento realizado no Atlântico Sul, segundo estudiosos do assunto, embandeirou em arco e deu uma salva de 21 tiros.

Uma guarnição do “**Niterói**” ocupou a fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. A vitória sobre o “**Aquidabã**”, de parte da “Esquadra de papelão”, tribute-se à tática usada pelo almirante Gonçalves de atacar à noite. Caso contrário, em ataque diurno, a Esquadra legal, segundo especialistas, faria jus ao apodo irônico, pois, com o concurso das fortalezas fixas e da móvel que era o “**Aquidabã**”, ela seria pulverizada.

Ainda em 17 de Abril de 1894, dia que assinala o término da Revolta da Armada e da Revolução Federalista em Santa Catarina, o almirante Gonçalves ocupou a ilha de Santa Catarina com 100 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, apoiados pelo cruzador “**Tiradentes**” e a torpedeira “Gustavo Sampaio”. No dia seguinte, mandou encravar os dois canhões montados pelos rebeldes na fortaleza de São José. No dia 19, chegou ao almirante Gonçalves a notícia de que o almirante Custódio havia deposto as armas (15 Abr) e feito entrega ao governo argentino dos navios revoltosos “**República**”, “**Uranus**”, “**Meteoro**”, “**Íris**” e “**Esperança**”. Neste dia, foi dado comando legal ao “**Aquidabã**”, em reparos. Em 21 de Abril de 1894, chegou à ilha o vapor “**Itaipu**” e com ele, para muitos revolucionários catarinenses e paranaenses e familiares, a desgraça - o coronel Antônio Moreira César, enviado como governador civil e militar de Santa Catarina. Militar polêmico mas valente, que havia conquistado, em duro combate, a ilha do Governador e que, mais tarde, encontraria a morte em Canudos à frente de uma expedição que lhe coube comandar. Ele é acusado de fuzilamentos sumários de revoltosos, na ilha de Santa Cruz e, em 25 de Maio de 1894, no quilômetro 64 da ferrovia Curitiba- Paranaguá, do barão de Batovi, o marechal Manoel de A. Lobo D’Eca, herói da guerra do Paraguai, junto com outros companheiros. Tudo como repressão às violências inomináveis praticadas por federalistas no Paraná e em Santa Catarina, principalmente pelo sanguinário capitão maragato Cizério Saraiva. Era a lei de Talião: “Olho por olho, dente por dente”, ao invés de orientação mais consentânea, como expressara o general Simon Bolívar: “Nas guerras civis é político ser generoso, pois do contrário a vingança aumenta progressivamente.”. Esta é uma preciosa lição a ser tirada pela posteridade.

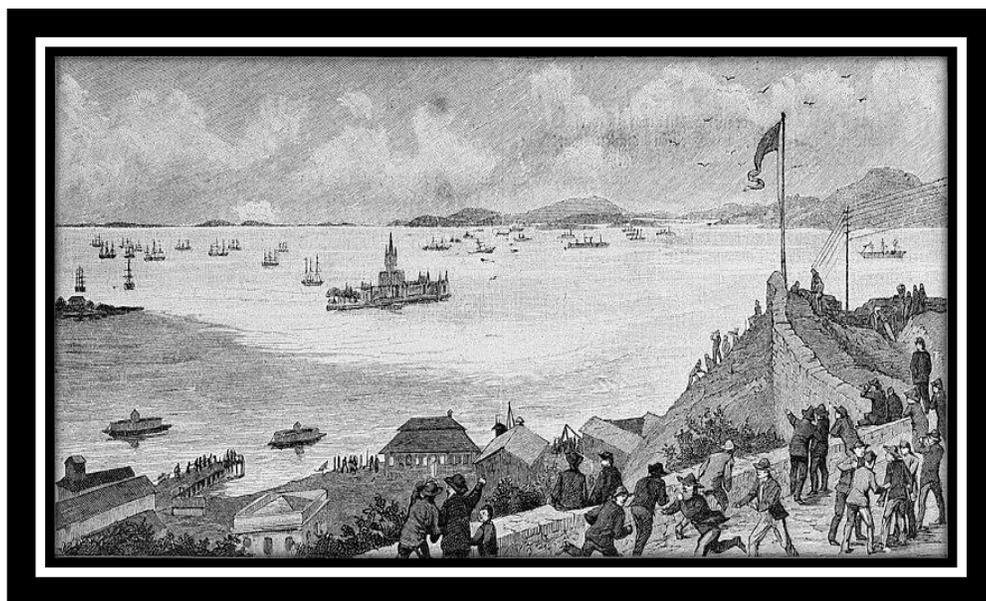
Atuação Exemplar do Almirante Gonçalves

Os revoltosos do Rio de Janeiro levados para Montevideu por 2 corvetas portuguesas ficaram inquietos e muitos conseguiram fugir, até que remanescentes, embarcados em navio especialmente fretado, o “**D. Pedro III**”, foram transportados para Portugal e internados nas fortificações de Peniche e Elvas. Em 23 de Abril, a

Esquadra legal foi operar em Paranaguá e São Francisco do Sul. Entre 24 e 30, atuou em Paranaguá-Porto das Águas, onde restaurou a autoridade legal, inclusive em Antonina. Neste ínterim, o almirante Saldanha conseguiu escapar, em Montevideu, do navio português em que se asilara. A seguir, Gonçalves restabeleceu a legalidade em São Francisco e em 2 de Maio retornou à ilha de Santa Catarina e cruzou com o “**Aquidabã**” que soçobrara no razo e estava sendo reparado para ser levado para o Rio de Janeiro. Em 4 de Maio, após deixai aquele navio sob a proteção do “**Santos**” e das canhoneiras, a Esquadra legal partiu para Montevideu, a fim de buscar os navios revoltosos que Custódio entregara à Argentina, os quais foram devolvidos e haviam chegado à ilha Martim Vaz, rebocados, em 16 de Maio. Eram eles o “**Íris**”, o “**15 de Novembro**” (ex-“**República**”), o “**Meteoro**” e o “**Esperança**”, todos necessitando de reparos, antes de voltarem ao Rio. Por esta razão, a Esquadra permaneceu em Montevideu até 8 de Junho rumando, então, para Santa Catarina, composta agora de 15 unidades. Após permanecer desde 10 neste local, partiu para a capital do País em 13, chegando na Ilha Grande quatro dias depois. No dia 21 de Junho de 1894, entrou na baía de Guanabara vitoriosa e com a missão cumprida com méritos, sendo bem recebida, conforme as palavras de seu tripulante, o jovem Malan d’ Angrogne, mais tarde chefe do Estado- Maior do Exército:

“Chegamos ontem de Montevideu, rebocando os navios aprisionados. Não te podes dar conta da acolhida do Rio de Janeiro, flores, salvas, aclamações, bandeiras etc. Senhores que nos cumprimentam, senhoras a nos festejar, moças que nos sorriem...”

Com ela, vinha rebocado o famoso encouraçado “**Aquidabã**”, que 12 anos mais tarde, na baía de Jacuacanga, explodiu acidentalmente e foi ao fundo, morrendo com ele, muitos irmãos brasileiros. Hoje, seus restos ainda podem ser vistos no fundo do mar. Este acidente comoveu todo o Brasil. A campanha da Esquadra legal do almirante Jerônimo Gonçalves foi encerrada em 23 de Junho, após cinco meses de atuação efetiva, quando foi dissolvida e seu comandante em Ordem do Dia assim viu e registrou, para a posteridade, a sua atuação:



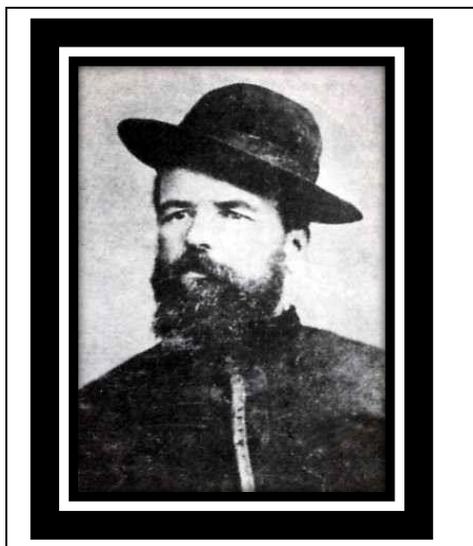
**Alegoria da chegada vitoriosa da Esquadra Legal na Baía da Guanabara disponível no Google.
Chegada sendo apreciada por populares.**

“A vitória da causa legal e o restabelecimento da paz e da tranquilidade de nossa Pátria foram os frutos colhidos pelos varonis esforços que empregamos para debelar a revolta que, nascida sem causa legítima, apenas para satisfazer mesquinhas ambições, ameaçava tragar o Brasil, em sua voragem.

Cumprimos o nosso dever e por mais ingrata e rude que nos parecesse a tarefa, alentava-nos sempre a esperança de que a vitória traria tão assinalados serviços ao País, que os nossos sacrifícios seriam largamente compensados. Aos jovens camaradas de terra e mar, que tão relevantes serviços acabam de prestar à República, compete agora dedicarem-se ao estudo e ao trabalho.”

Para o almirante vitorioso a causa da Revolta foram apenas “as mesquinhas ambições.” Era uma velada crítica ao seu líder Custódio de Mello. Dois dias depois desta Ordem do Dia, em Portugal, os revoltosos que foram internados nas fortalezas de Peniche e Eivas, protestaram pelos maus tratos que lá recebiam, nada podendo fazer por eles o almirante Saldanha da Gama que se empenhou a fundo em defendê-los, sem sucesso.

O almirante Gonçalves, por ordem do Congresso, retomou (30 de Junho 1894), ao serviço ativo da Marinha. Pouco se tem falado ou escrito sobre a epopéia naval que comandou com tanta dignidade, profissionalismo e patriotismo. De sua ação tomamos conhecimento através de palestra do historiador almirante Hélio Leôncio Martins, no Serviço de Documentação da Marinha, fazendo-lhe justiça. Sua memória precisa ser resgatada e cultuada, retirando-se a enorme pedra que foi colocada sobre seus serviços ao Brasil. Ele, sem dúvida, constitui um grande exemplo de patriota e um grande expoente naval brasileiro, como o são os almirantes Tamandaré, Barroso, Saldanha da Gama, Alexandrino de Alencar etc. “História é verdade e justiça”!. Informação é liberdade de escolha!. A posteridade brasileira precisa melhor conhecer o almirante Gonçalves para melhor julgá-lo e fazer-lhe justiça.

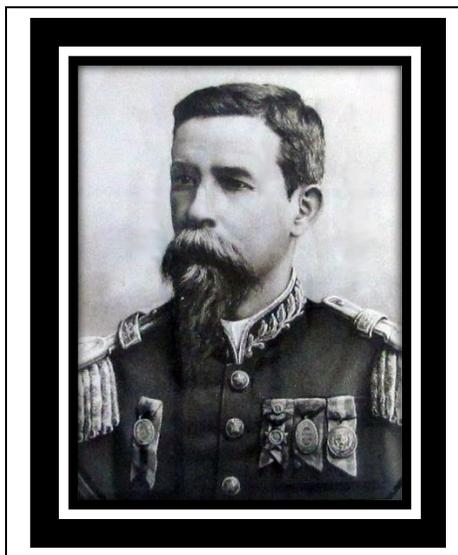


Gumersindo Saravia



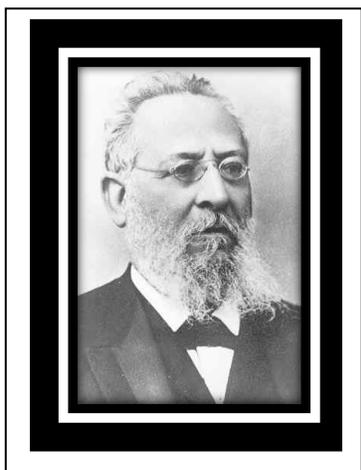
Almirante Alexandrino de Alencar

Os tripulantes do “**Aquidaban**” ao comando do Comandante e Alexandrino de Alencar após deixá-lo, em 16 de Abril, procuraram fazer junção com os federalistas de Gumerindo Saraiva, que retornaram ao Rio Grande do Sul, em 25 de Abril de 1894, a partir de Curitiba, por impedidos de prosseguir após a épica e legendária resistência da Lapa, comandada por Gomes Carneiro, que bem cumpriu sua missão estratégica de ganhar tempo para o governo colocar forças compatíveis para barrar o avanço federalista. Esta retirada de tripulantes e revoltosos do “**Aquidabã**”, sob a liderança do comandante Alexandrino de Alencar, é relatada com detalhes interessantes por Ângelo Dourado em seu livro “**Voluntários do Martírio**”, muito rico em informações sobre a Revolução Federalista em Santa Catarina e no Paraná.

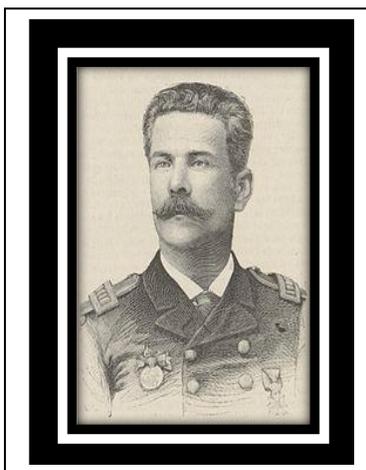


**General Antônio Gomes Carneiro o herói da resistência da Lapa e
Denominação Histórica do 7º Batalhão de Infantaria Motorizada em Santa Cruz do Sul -RS**

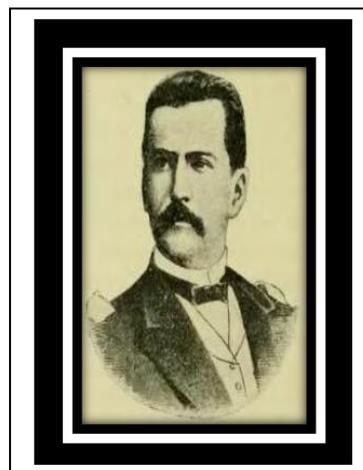
Epílogo e Paz



Gaspar Silveira Marins



Alte Custódio de Mello



Alte Saldanha da Gama

Em 23 de Setembro de 1894, foi formada junta revolucionária composta pelos

almirantes Custódio de Mello e Saldanha da Gama e o conselheiro Silveira Martins, visando a uma nova invasão do território do Rio Grande do Sul. Ela teve lugar em 28 de Abril de 1895, com Saldanha da Gama à frente do Exército Libertador, constituído de 900 homens, sendo 150 marinheiros remanescentes. No dia seguinte, ele foi lanceado em Campo Osório, por republicanos ao mando superior do general Hipólito Pinto Ribeiro. Foi o epílogo, de fato, da Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Floriano já havia deixado o governo fazia 5 meses e meio e fora substituído por seu adversário político Prudente de Moraes.



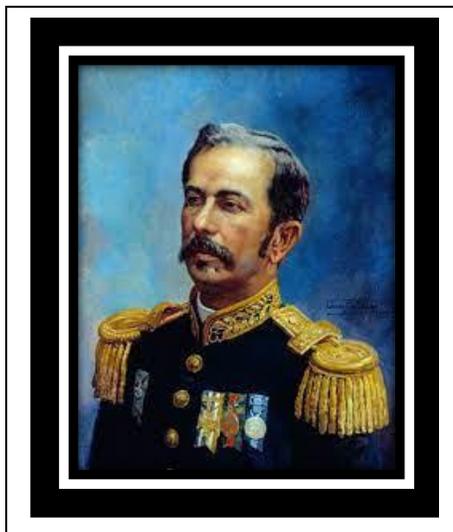
General Hipólito Pinto Ribeiro o comandante das Forças legais que enfrentaram em Campo Osório, a tentativa federalista e da revolta na Armada de invadir o Rio Grande do Sul



A esquerda monumento em Campo Osório em Santana do Livramento em homenagem ao Almirante Saldanha da Gama

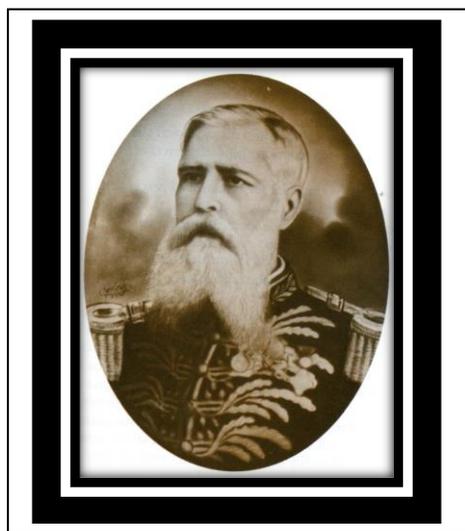
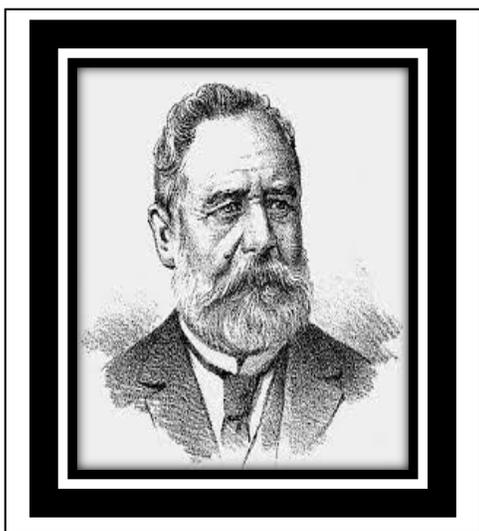
Decorridos 5 dias da morte de Saldanha da Gama, morreu em Divisa (atual Floriano), distrito de Barra Mansa, o marechal Floriano Peixoto, que passou a história como o “marechal de ferro”. O restante do mês de março e primeiros dias de abril, a Esquadra legal dedicou a preparar-se para expedicionar a Santa Catarina e lá combater remanescentes da revolta, a bordo de alguns navios ao comando do almirante Custódio de Mello. Entre eles, o encouraçado “**Aquidabã**”, o único do Brasil, ao comando do CF Alexandrino de Alencar, que viria, mais tarde, ser ministro da Marinha em três governos e que, em 15 de Novembro de 1889, havia comandado

tropa de marinheiros que apoiou a proclamação da República, no Quartel- General do Exército.



Marechal Floriano Peixoto “O Marechal de Ferro.”

Quando Saldanha e Floriano desapareceram, fazia cerca de mês e meio que havia sido morto, em Carovi, o general federalista Gumercindo Saraiva, atingido por disparo fatal, quando procedia um reconhecimento. Em 21 de Outubro de 1895, foi assinada a paz, em Pelotas (RS), pelo general Galvão de Queiroz em nome do governo e o general Joca Tavares (João Nunes da Silva Tavares), que foi ratificada no dia seguinte pelo presidente Prudente de Moraes que, em 21 de Outubro de 1895, decretou anistia aos revoltosos da Armada e revolucionários federalistas.



A esquerda o General Honorário signatário em Pelotas em 21 out 1896 da Paz e, a direita o Marechal João Thomas da Cantuaria comandante da 3ª Região Militar, encarregado de consolidar a Paz da Revolução Federalista e Revolta na Armada 1893/1895



Presidente Prudente de Morais que ratificou em 21 de outubro de 1895 a Paz de Pelotas e a Anistia aos revoltosos na Armada e os revolucionários federalistas.



**O ALMIRANTE JERÔNIMO FRANCISCO GONÇALVES (1835-1903)
O ORGANIZADOR E COMANDANTE DA ESQUADRA LEGAL.**

Não foi tarefa fácil obter-se dados biográficos do almirante Gonçalves que comandou a Esquadra legal, chamada pejorativamente de "Esquadra de Papelão", que combateu em 1893/94 um quinto, ou 20% da Esquadra do Brasil, segundo ouvi do historiador naval almirante Leôncio Martins, em Bagé, em 28 de Abril de 1993. Ficamos curiosos com as seguintes referências ao ilustre, mas esquecido personagem naval que falavam num grande herói brasileiro. A primeira de Henrique Boiteux, historiador naval brasileiro que como tenente servira na Esquadra legal no comando da canhoneira Sabino Vieira. Isto ao escrever suas Reminiscências:

"Ao apresentar-me a bordo do navio de guerra Itaipu, já encontrei nele o alte. Jerônimo Gonçalves, cujos exemplos de bravura na Guerra do Paraguai encheram nossa História", (o grifo é nosso) A segunda de Eloy Pessoa, fundador da Revista Marítima Brasileira, após Jerônimo ser reformado:

"Em qualquer eventualidade que o Brasil exija um patriota dedicado até o sacrifício, Jerônimo Gonçalves se apresentará com o seu gênio militar e a sua valente espada para brilhantemente provar que apenas repousa de uma grande luta (Guerra do Paraguai) de que fora grande herói", (o grifo é nosso) Procurando estas informações que o davam como um bravo e herói naval, encontramos a confirmação na obra do Capitão de Fragata Alberto Augusto Gonçalves, Traços biográficos do alte. Jerônimo F. Gonçalves. Rio, Imprensa Naval, 1943. (Separata de "Subsídios da História Marítima do Brasil"). Nela seu biógrafo e genro nas palavras iniciais informa seu propósito:

"Tratar-se de justa homenagem a marinheiro ilustre, cidadão insigne, homem bom e digno, cuja existência constitui um rosário de notáveis serviços prestados ao Brasil, na paz e na guerra, e exemplo digno de ser transmitido às gerações vindouras... pelo seu grande amor ao Brasil por ele colocado acima de tudo na vida."

Lendo sua biografia concluí estar frente ou estar lidando com um dos mais bravos, constantes, intrépidos, valentes e determinados guerreiros navais do Brasil na Guerra do Paraguai que fez jus a 5 (cinco) citações por bravura em combate e que dividiu com o ten.cel. Vilagran Cabrita- atual patrono da Engenharia do Exército-, as glórias da conquista da Redenção, além de haver deixado em sua esteira e dos navios que comandou, um rastro de glórias que encheram as páginas de nossa História, conforme H.Boiteux. Sua atuação na ilha da Redenção, por iniciativa própria e contrariando ordens, salvou a vida de centenas de soldados brasileiros e talvez tenha sido decisiva para a conquista da ilha defronte ao forte de Itapirú, em cuja conquista ele teve importante papel, bem como no bombardeio de Curupaiti, com sua canhoneira Henrique Martins. No comando do encouraçado Cabral forçou Curupaiti, sendo o 4º navio a atingir a meta. Duelou com a poderosa bateria "Londres" de Humaitá e foi o 1º a defender a possibilidade de forçamento do Humaitá pela Esquadra, o que lhe valeu algumas dificuldades e incompreensões. Vitoriosa sua idéia, não conseguiu ficar na testa da coluna como pleiteara. Mas agora, no comando do encouraçado Silvado apoiou em local de muito perigo, ancorado na margem, a épica transposição de Humaitá. Segundo o comandante da Esquadra, visconde de Inhaúma, "Jerônimo e mais dois comandantes foram colocados no forçamento de Humaitá, nos locais de maior perigo e honra. Operação épica classificada por Caxias "de ação superior as das marinhas européias e norte-americanas em suas arriscadas lutas". De temperamento forte, altivo, mas não presunçoso, defendia seus pontos de vista com firmeza, clareza e coragem moral. Assim terminou entrando em choque com o comandante da Esquadra o Almirante Inhaúma. E desde então até este deixar o comando da Esquadra em Operações, Jerônimo teve seu purgatório que suportou com muita altivez. Ao final foi nomeado diretor de um Hospital que recusou dizendo que "não possuía predicados de enfermeiro". Nomeado comandante do Beberibe, não aceitou sob o argumento de estar vago o comando do encouraçado Colombo, que assumiria logo após Inhaúma deixar o Teatro de Operações. Enquanto ia acesa esta diferença, o Imperador e o próprio Ministro da Marinha – barão de Cotegipe, diplomaticamente intercediam por ele junto a Inhaúma. O imperador escreve ao Ministro da Marinha nestes termos: "Espero que o Inhaúma já tenha dado a lição no Gonçalves que é um oficial de muito préstimo". Do Ministro da Marinha a Inhaúma, intercedendo por Jerônimo, "um jovem oficial de

33 anos apenas e daquele tipo audaz e intrépido que um comandante que um dia já foi assim, agora tem que segurá-lo como um dia foi segurado! "Releve como eu relevei as crianças e aproveite o que há de bom no rapaz. Sei que não falta coragem a nossa oficialidade e louvo os ciúmes que tem por motivação o desejo de se distinguir".

Em 16 de Fevereiro de 1869 assumiu o comando do 4º navio nesta guerra, o encouraçado Colombo e iria comandar a última operação de guerra naval do conflito. Foi-lhe confiada a difícil, muito arriscada e talvez, a rigor, imprópria operação naval de, no comando de uma flotilha fluvial remontar o estreito e raso rio Manduvirá, até Guaraguatai, na caça dos remanescentes da Esquadra do Paraguai. Foi a última expedição de guerra naval de nossa gloriosa Marinha de Guerra, sob fogo inimigo, disparado das margens dos rios.

Durante 15 dias de lutas, vigílias, martírios, dias trabalhosos, ele esteve à frente deste épico feito naval, digno de um filme em que se deseje exaltar a fibra e a coragem de nossos bravos marinheiros. Por seu desempenho heróico foi elogiado pelo Imperador e Ministro da Marinha que conheciam seu grande valor. Inhaúma também admirou- lhe o gesto! Apenas como chefe experimentado, tentava segurar os arroubos do jovem e intrépido guerreiro naval. Isto é comum na História Militar! Segundo seu genro, Jerônimo não era presunçoso e sim corajoso, confiante e com a noção exata do praticável e, muito modesto, ao ponto de seus filhos desconheciam seus feitos heróicos. Outro feito de Jerônimo foi concorrer decisivamente para expulsar do rio e dos encouraçados Cabral e Lima Barros, as hordas de paraguaios que os abordaram. Jerônimo com o Silvado fez fogo contra estas canoas pondo-as a pique muitas delas e dispersando suas guarnições e, ao amanhecer abordou o Cabral e ajudou num corpo a corpo que liderou, a expulsar de bordo o inimigo. Jerônimo, desde a ilha da Redenção, até o término da Guerra para a Marinha, esteve sempre no ponto focal da luta e com destaque! Ao final da Guerra casou com a baiana Hersilia Baggi de Araujo, em 18 de Fevereiro de 1871, aos 36 anos, cuja união feliz deu origem a 9 filhos, 24 netos e 17 bisnetos.

Em 1872 coube-lhe o comando da legendaria Amazonas e o Distrito Naval-BA. Viajou à Europa para estudar o fabrico, ataque e defesa de torpedos. Comandou o encouraçado Brasil com o qual encalhou no Albardão, tendo sido absolvido, por unanimidade, em Conselho de Guerra de praxe que o julgou. Comandou o Batalhão Naval que disciplinou de forma notável. Ao final recebeu lembrança de seus subordinados, entre eles Alexandrino de Alencar que enfrentaria em 1894 como comandante do Aquidabã. Em cartão expressivo era ressaltado que comandara combinando doçura com firmeza, sempre que uma ou outra se fizessem necessárias. Comandou a Divisão Naval-PA. Atingiu o generalato como Chefe de Divisão, em 24 de Novembro de 1881. Republicano não cedeu a tentação de oferta de um título nobiliárquico. Reformou-se em 1883, com 35 anos de serviços. Residiu 5 anos na Europa e retornou em 1889. Estas eram suas qualificações que o recomendaram ao comando da Esquadra legal aqui evocada como ato de justiça histórica. Jerônimo nasceu em Salvador, em 23 de Abril de 1835. Era filho do industrial João Francisco Gonçalves e de Ignez Gonçalves de Araujo. Ingressou na Escola Naval em 1852, quando ela funcionava na atual praça Mauá. Guerreiro naval nato, embarcou nos navios Constituição, Euterpe, Golfinho, Canope, Catarinense, Olinda, Tonelero, Japurá, Ypiranga, 2 de Julho, Magé, Baiana, Constituição, D. Januária, Princesa de Joinville, Itajaí, Itamaracá,

Henrique Martins, Cabral, Silvado e Colombo, sendo os 4 últimos como comandante e na Guerra do Paraguai. Na paz comandou o Amazonas e o Brasil. Comandante enérgico e disciplinador, ao encontrar a bordo dos navios tripulados por americanos que até então possuíam supremacia a bordo, reagiu violentamente, quando estes o receberam, no convés em desalinho e displicentes. Segundo Henrique Boiteux que testemunhou: "o almirante que dominava o inglês, disse-lhes com veemência que um almirante brasileiro não admitia aquela desconsideração. E para honra nossa fez lhes baixar a crista e deles se desfez na primeira oportunidade, visto não concordar na ingerência de estranhos em assuntos que somente a nós competia decidir. Estomagados ficaram os americanos mas não tiveram outro recurso senão o submeterem-se ao alte. Gonçalves".

Em 13 de Março de 1895, 1º aniversário da entrada da Esquadra legal no Rio, oficiais do Exército e Marinha, representando o conagraçamento destas forças, ofereceram-lhe um quadro alusivo que trazia a seguinte inscrição:

"Ao heróico almirante republicano, oferecem os verdadeiros republicanos, em lembrança de seu Comando em Chefe da Esquadra Republicana, comemorando o dia mais glorioso de sua vida - 13 de Março de 1894".

Jerônimo fora um paladino da união Marinha- Exército. Na guerra sempre recebeu em seus navios o Exército e sempre fora o primeiro a socorrê-lo, como foi o caso da ilha da Redenção, mesmo contrariando ordens superiores, merecendo após de Tamandaré esta referência ao Ministro da Marinha: "A canhoneira Henrique Martins (de Jerônimo) foi a gloriosa do dia 10 de Abril". Ele sempre defendeu a necessidade de aproximação Exército-Marinha. E

Ele faleceu em 12 de Maio de 1903, aos 68 anos. Em que pese seus notáveis e heróicos serviços ao Brasil é vulto naval pouco lembrado e muito menos festejado. O conheci, repito, através do Alte. Leôncio Martins, no Serviço de Documentação Geral da Marinha, que dentro da idéia de que História é Verdade e Justiça, o está colocando no seu merecido lugar, entre os grandes heróis navais do povo brasileiro. Sem dúvida, sua atuação brilhante 'a frente da Esquadra legal que colocou fim a 1/5 da Armada em Revolta, é um dos grandes feitos da História Naval do Brasil que precisa ser ressaltado e dele tirados os ensinamentos que sugere, passadas as paixões daquele momento, para **"História é verdade e justiça"**, repetimos. Deixo à inteligência da posteridade as condições e as lições a serem tiradas do episódio tristíssimo que acabo de recordar e que deixou em sua esteira as manchas negras de degolamentos em massa (Rio Negro e Boi Preto) e os fuzilamentos em Santa Catarina e no Paraná, na fortaleza de Santa Cruz e no km 64 da ferrovia Curitiba- Paraná.

Uma, ou a mais preciosa tradição gaúcha é a de Firmeza e Doçura que se traduz em combate: Firmeza por lutar com toda a garra, valor e determinação. Doçura traduzida após a vitória, como respeito, como religião, à vida, à família, à dignidade, ao patrimônio e à honra do vencido inerme. Isto foi o que os farrapos transmitiram e que os combatentes de 1893-95 excepcionalmente honraram. Esta é a lição maior a ser retirada do exposto.

A Esquadra legal teve um sentido ético, ou seja, foi organizada com todos os pesadíssimos sacrifícios, para que a revolta pudesse ser dominada com meios

navais do Brasil, ao invés de estrangeiros, principalmente dos EUA, que se ofereceram para por fim à rebelião, com seus meios navais, independente de as nações européias reconhecerem os revoltosos como beligerantes. O Brasil preferiu o caminho soberano que trilhou, através da penosa formação e operação de uma Esquadra nacional legal, que cumpriu meritoriamente a missão recebida e aqui focalizada, em tributo à verdade e à justiça históricas

1. João Baptista das Neves foi promovido “post mortem” a almirante e, hoje, dá o nome à enseada de Angra dos Reis, onde se situa o Colégio Naval.

2. O “Tiradentes” foi comandado pelo CF José Pedro Alves de Barros. O “Santos” foi comandado pelo CF Gaspar Silveira Rodrigues, também comandante da 2ª Divisão Naval que os dois integravam com o “Bahia”. Os dois oficiais do Exército eram os tenentes João Cordeiro de Farias e João Cândido da Silva Murici. Foram contratados também 28 marinheiros constituindo assim o núcleo inicial da Esquadra legal de 76 homens.

3. As torpedeiras “Bento Gonçalves” e “Silva Jardim” foram trazidas da Europa por comandantes chilenos partidários do ex-presidente daquele país. Balmaceda. A 1ª foi inutilizada, em Maceió, em vista de manobra infeliz, realizada pelo oficial chileno, não participando das operações futuras.

4. Negociou nos EUA a compra do “Niterói”, do “Andrada” e da torpedeira submarina “Piratini” o embaixador Salvador Moreira. O almirante Joaquim Francisco de Abreu (1836-1895), herói da batalha de Riachuelo, no comando da “Belmonte”, foi quem adquiriu, na Prússia, as torpedeiras “Pedro Ivo”, “Pedro Afonso”, “Silvado”, “Silva Jardim” e “Bento Gonçalves”, que foram trazidas ao Brasil, sem nenhum incidente, por uma guarnição de 16 alemães e chilenos, por embarcação, conforme registrou o “Times” (Londres, 29 de janeiro de 1894). Por sua vez, a “Gustavo Sampaio” foi adquirida na Inglaterra. A “Greenhalgh” também foi adquirida nos EUA e viajou no convés do “Andrada”. Existiam mais as torpedeiras de porto “Sabino Vieira” e “Tamboril”, que eram transportadas pelos navios maiores.

5. Meu falecido pai morava na barra daquele porto e tinha à época, quase seis anos. Ele recordava o episódio que o impressionou vivamente, inclusive a imagem das vivandeiras que acompanhavam as tropas que desembarcaram famintas e fizeram uma operação - hoje chamada “arrastão” - catando dos quintais e hortas dos moradores da barra, toda a sorte de alimentos encontrados, sem que sofressem nenhuma reação.

6. Esse governo lembra o governo farroupilha estabelecido em Laguna - SC, em 1839, onde foi proclamada a República Juliana, com a qual os revolucionários poderiam se comunicar com o exterior. Os governos citados foram marcados pelo insucesso e não cumpriram o que deles era esperado, em ambas revoluções.

7. Nesta ocasião, no capão do Boi Preto, em Palmeira das Missões - RS, tropas republicanas, ao comando do coronel Firmino de Paula, massacraram, por degolamento, tropa federalista, vingando o massacre sofrido em Rio Negro, (28 de Novembro de 1893), em que cerca de 300 legalistas foram degolados por tropa ao comando do general Joca Tavares. Literalmente duas manchas negras na memória do Rio Grande do Sul, difíceis ou impossíveis de

serem apagadas.

8. **123 anos antes, o vice-rei do Rio da Prata, D. Pedro Ceballos fundeara no mesmo local para, depois, invadir a ilha de Santa Catarina e dominá-la por algum tempo, após render a fortaleza São José.**

Mais informações sobre estes assunto estão disponíveis ao leitor e pesquisador interessados em Conflitos em Livros e Plaquetas no site www.ahimtb.org.br criado e administrado pelo CMG Carlos Norberto Bento e, nos seguintes assuntos:

- A Intervenção brasileira durante a Revolta na Armada 1893-1994.
 - A Esquadra Legal e o seu comandante.
 - Bibliografia sobre a Revolta na Armada
- Bibliografia sobre a Revolução Federalista

Sobre este episódio em especial sobre a Revolução Federalista a abordamos com detalhes na seguinte obra:

BENTO, Claudio Moreira. **História da 3ª Região Militar 1889-1953**. Porto Alegre:3ªRM,1995. p.15/144.Obra reeditada ampliada com a parceria do historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis ,Enfim e a manifestação dos arquivos da 3ª RM após um século de silêncio e de ouvir inverdades..

Pergunta que não quer calar- Quem foram os responsáveis por esta grande tragédia nacional a maior de todas ate o presente?, O Exército ? A Marinha? Ou as lideranças da época destas duas instituições permanentes que não conseguiram um consenso?. Quem deu o primeiro tiro?.

Que falta fez ao Brasil na época de um líder como o Duque de Caxias!!! Bom proveito das lições preciosas que este assunto encerra. Em especial a lição do Almirante Gonçalves, a de sempre estreitar as relações Marinha- Exército.

O falecido historiador naval Contra Almirante Helio Leôncio Martins prestou um grande serviço a união da Marinha e Exército, ao desmitificar a denominação consagrada de Revolta da Armada, para a verdade histórica de que foi Revolta na Armada de 1/5 parte da mesma. De igual modo, foi desmitificada a expressão Coluna Prestes que em realidade foi Coluna Miguel Costa/Prestes.A expressão Revolta da Esquadra dava a impressão de que a Marinha foi confrontada com o Exército e a, razão também do silêncio que foi mantido sobre o Almirante Gonçalves como se ele fora contra a toda a Marinha em revolta. O Almirante Gonçalves deixou grande descendência que dele deve muito se orgulhar. Historia é verdade e Justiça!
“

Nota o 1º tenente da Marinha Altino que comandou a contra torpedeira **Gustavo Sampaio** que torpedeou o **Aquidabã**, nasceu em Belem e era filho o político Serzedelo Correia, que foi ministro de diversas pastas do Presidente Floriano Peixoto, foi deputado federal , presidiu o Paraná e foi duas vezes Prefeito do Distrito Federal duas vezes. Seu filho Altino nascido e falecido em Belem com 50 anos incompletos em 1915, comandou como Capitão Tenente a Escola de Marinha Mercante de Belem de 6 mar 1895/27 jul 1896 .Seus registro o dão como promovido

a Capitão de Corveta em 1894. E dai em diante silêncio.

AMAN

JUBILEU DE OURO EM RESENDE (EXTRATO) 1994

Veterano Cel Eng Cláudio Moreira Bento

“É para mim grande honra assinar o Boletim nº1 da Escola Militar de Resende. Conhecedor, até seus últimos pormenores, das origens da nova Escola Militar, que datam do ano de 1931, nunca pensei que pudesse ver realizado o sonho do então Coronel José Pessoa Cavalcanti de

Albuquerque, tão cedo concretizado, graças ao espírito dinâmico, à capacidade técnica e a experiência do Exmo Sr Gen Luiz Sá Affonseca, e viesse me tocar a missão de insuflar vida à majestosa realidade que é hoje a Escola Militar de Resende... ”

*(Coronel Mário Travassos,
primeiro Comandante da Escola Militar de Resende,
em seu Boletim Interno nº1 , de 1º de março de 1944).*

1. A instalação da AMAN

O ano de 1994 registra, além dos 50 anos do aprestamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB), os 50 anos de instalação gradativa em Resende (RJ), da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) que até 23 de abril de 1951 chamou-se Escola Militar de Resende, desde que criada, em 19 de novembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 6012.

A instalação da AMAN coincidiu com o último ano de funcionamento da Escola Militar do Realengo (1913- 1944) que formara as gerações dos oficiais que lutaram na FEB, à exceção de seu Comandante—Marechal Mascarenhas de Moraes, que comandou aquela escola de modo assinalado de 1935 a 1936.

O primeiro ano da Academia, em Resende, foi marcado pelas seguintes efemérides, algumas delas já consagradas como tradição: 1º de março—instalação administrativa, coincidente com o aniversário do término da Guerra do Paraguai e fase inicial de aprestamento da FEB; 10 de março — cerimônia na qual o General Sá Affonseca fez entrega das chaves da Escola Militar ao seu 1º comandante, Coronel Mário Travassos, sendo ressaltado que a “Escola Militar, ora concretizada, devia-se à vitória da Revolução de 1930 e que ela era capaz de fazer redobrar a fé na grandeza do Exército, 'na defesa do Brasil'”

; 20 de março - início das atividades escolares com 956 alunos transpondo pela primeira vez o Portão de Entrada dos Novos Cadetes; 23 de abril—inauguração do Museu Escolar e doação pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, idealizador da Academia, do busto do Duque de Caxias, como Patrono do Exército e da Academia, contendo, em placa, os nomes dos soldados de bom comportamento que carregaram o caixão do Pacificador, de acordo com sua última vontade;

2de julho— comemoração do desembarque da FEB na Itália; 5 de agosto — primeira visita oficial à Escola do Presidente Vargas, cujo lançamento da pedra fundamental presidira e que, por Decreto nº 1718, de 17 de junho de 1937, considerou a Escola Militar como tendo por raiz histórica a Academia Real, criada pelo Príncipe Regente, em 1810, e como aniversário, o dia 23 de abril, início do funcionamento da Academia Real, em 23 de abril de 1811; 10 de novembro—instalação oficial da Academia, assinalada pelo hasteamento, pela primeira vez, da Bandeira Nacional no mastro grande e incorporação do novo Estandarte do Corpo de Cadetes, confeccionado e doado pelas senhoras de Resende; 11 de novembro—entrega pelo já consagrado historiador militar General Tasso Fragoso, ao Museu Acadêmico, da túnica branca perfurada a bala e manchada de sangue que usava, ao ser ferido, como 1º Tenente, em 9 de abril de 1894, no combate do Morro da Arrumação.

Vitoriosa a Revolução de 1930, ela colocou no comando da Escola Militar de Realengo o Coronel José Pessoa, filho de Cabeceiras (PB) e figura providencial que em cerca de três anos a revolucionou por completo, introduzindo a maior parte de suas mais caras tradições. Idealizou e projetou a AMAN em 1931/4e criou sua mística. Oficial de Cavalaria modelar, fora instrutor, em 1916, como Tenente, da Escola de Direito de São Paulo, veterano dos Dragões da Cavalaria Francesa na I Grande Guerra, ocasião em que foi promovido, por bravura. Estagiário em Saint Cyre instrutor de blindados no Brasil, após curso específico em Versalhes, era irmão de João Pessoa, prestigioso político paraibano, assassinado antes da eclosão da Revolução de 30. Sua ação no Realengo pode ser sintetizada pela introdução de um estádio para a prática de educação física e desportiva; de uma biblioteca condignamente instalada, acompanhada de outros melhoramentos, visando o conforto e bem-estar de seus alunos. No campo das tradições, introduziu, segundo desenhos de Washt Rodrigues, o Estandarte do Corpo de Cadetes, os uniformes históricos, elo do Exército Imperial com o Republicano, o título de Cadete, o Corpo de Cadetes, o Espadim de Caxias, como arma privativa do Cadete e cópia fiel do sabre de campanha do Duque de Caxias, que desde 1925 integra o acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que Caxias foi sócio. Criou o Brasão d'Armas da Escola.

Na Revolução de 1932, a Estação Ferroviária de Resende foi o QG das forças do Governo, combatendo a citada revolução. Nela, em 20 de março de 1932, o Presidente Getúlio Vargas comprometeu-se, numa larga roda de oficiais, a construir a atual AMAN. Na época, o campo de paradas da Academia serviu de base para os “vermelhinhos”, aviões que apoiavam as tropas do Governo. No Manejo, bairro resendense—nome que deriva do campo de manejo ou manobras de tropas, desde a Guerra do Paraguai, por ter servido ao adestramento dos 250 voluntários da Pátria de Resende — concentrava-se parte do contingente que fazia frente aos revolucionários, ao longo da antiga estrada Rio/São Paulo.

O Cel José Pessoa—pronto o projeto da AMAN, para ser implantado não no local atual, mas na Fazenda do Castelo, onde teve início a cidade de Resende — idealizou lançar a Pedra Fundamental da AMAN, no jardim fronteiro ao edifício da fazenda, no dia 28 de outubro de 1933. Dois anos antes, em 8 de setembro de 1931, José Pessoa incursionara às Agulhas Negras com autoridades de Resende,

auxiliares, diretores e o arquiteto da AMAN, Raul Pena Firme, com o fim solene e específico de selecionar uma pedra do maciço, para servir de pedra fundamental da Escola das Agulhas Negras. Foi da região chamada Grotão que José Pessoa selecionou uma pedra solta das Agulhas Negras, de 60x50cm.

Em 29 de junho de 1938, data coincidente com mais um aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, ocorrida nas proximidades da estação da Divisa (entre Resende e Barra Mansa, atual localidade Floriano), teve lugar o lançamento oficial da Pedra Fundamental da AMAN, em cerimônia presidida pelo Presidente Getúlio Vargas. O Plano Diretor inicial da AMAN é o que foi realizado, à exceção do Conjunto Panteão de Caxias (estátua, museu e capela). Os alojamentos foram construídos para um efetivo de 1440 cadetes, com possibilidade de ampliação, através de camas duplas ou beliches. O conjunto de piscinas foi na época da construção o mais moderno da América do Sul e o cinema o mais moderno do Brasil. O mármore vermelho usado no conjunto principal foi doado por Henrique Laje e o amarelo foi adquirido em Portugal e transportado gratuitamente por esse ilustre brasileiro.

Em 27 de fevereiro de 1988, foi inaugurada a duplicação do Conjunto Principal, sendo lavrada a ata da entrega das obras de ampliação da AMAN, assinada pelas autoridades presentes, com a mesma caneta de ouro com a qual o então Cel José Pessoa assinara a ata de criação do Corpo de Cadetes, em 25 de agosto de 1931.

2. Algumas tradições marcantes

a. Henrique Laje—Cadete nº1

Ao tempo da Escola da Praia Vermelha, tornou-se grande benfeitor dos cadetes o velho Laje, Antônio Martins Laje Filho, fundador da Companhia de Navegação Costeira, em 1891. Desde então, ele introduziu o costume de fornecer aos alunos da Praia Vermelha passagens grátis em seus navios, por ocasião das férias. Esta tradição foi continuada por seu filho Henrique Laje, com os alunos de Realengo, tornando-se grande amigo do Marechal José Pessoa. O apoio dado aos cadetes caracterizava-se por fornecer-lhes passagens de férias em seus navios, conceder prêmios aos primeiros colocados das Armas e Serviços e patrocinar a Taça Henrique Laje, para as disputas entre as Escolas Militar e Naval. Em julho de 1938, Henrique Laje doou todo o mármore vermelho necessário à construção da AMAN, que foi extraído em Santa Catarina. Segundo a tradição, os portões de ferro do Portão Monumental, da entrada do Conjunto Principal e do rancho foram fabricados nas oficinas de sua propriedade, na Ilha do Viana. Henrique Laje apreciava muito ser chamado “Cadete nº1”. Esta tradição foi consagrada pelo Boletim Escolar nº 59, de 13 de março de 1943, na forma a seguir transcrita:

“O Comandante da Escola Militar deliberou, como homenagem excepcional ao grande patriota Henrique Laje, conceder em sua memória o título de Cadete nº1, deixando de distribuir esse número aos Cadetes da Escola.

Passando amanhã, 14 de março, a data natalícia do insigne brasileiro e maior

amigo da Escola Militar, este Comando baixa as seguintes instruções, sob o título acima:

a) O Cadete nº1 pertencerá sempre ao estado efetivo da Escola Militar e do Corpo de Cadetes e figurará nas relações gerais de uso interno;

b) anualmente o Cadete nº1 será incluído na subunidade a que pertencer o Cadete porta-estandarte da Escola e figurará como efetivo dessa sub-unidade;

c) em todas as chamadas das “Revistas do Recolher”, o sargento-de-dia à subunidade da letra b chamará o Cadete nº1, cabendo ao cadete porta-estandarte responder: HENRIQUELAJE!

d) quando o Cadete porta-e andar te deixar de figurar na “Revista do Recolher”, caberá ao cabo-do-dia responder a chamada do Cadete nº1.

Em consequência do item anterior, é nesta data incluído na Bateria de Artilharia desta Escola o Cadete nº1 — HENRIQUE LAJE, o qual passará a figurar nos pernoites dessa subunidade, a partir de 15 do corrente. ”

Coube-lhe o espadim de Caxias nº1 que foi retirado de circulação e incluído no Museu Acadêmico, para pertencer perenemente ao Cadete nº1 — Henrique Laje.

b. O Corpo de Cadetes e os Cursos

O primeiro comandante do Corpo de Cadetes foi o então Cap Inf Dióscoro Gonçalves Vale (1944/45), função que exerceu novamente de 1953/5. Foram os primeiros comandantes de cursos: Infantaria — Maj Paulo Queiroz Duarte; Cavalaria— Maj Milton Barbosa Guimarães; Artilharia — Maj Linolfo Ferraz; Engenharia — Maj Carlos dos Santos Jacinto; Intendência — Maj Luiz Martins Chaves; Comunicações— Maj Hygino Caetano Corsetti; Material Bélico — Maj Délio L. Taborda; Curso Básico — Maj Riograndino da Costa e Silva; Equitação — Maj Ortegal Novaes; SIEsp — Ten Cel Joffre Coelho Chagas e Educação Física — Cap Hildebrando de Assis Duque Estrada, que também foi o primeiro comandante da Companhia Extra- Numerária, matriz do BCSv (BI nº 1 da AMAN).

c. Primeiros Administradores e Professores

A Escola Militar de Resende contou inicialmente com a seguinte administração: Comandante Cel Mário Travassos; Assistente do Ensino —Maj Píndaro dos Santos Fonseca; Secretário do Comando — Cap Iraclio de F. Fonseca; Serviços Gerais — Cel Antonio Alves Magalhães; Prefeito Militar — Maj Argemiro Souto; Tesoureiro — Cap Nilson Rodrigues Monteiro; Chefia dos Serviços Agrícolas — Ten Francisco e professores: Coronéis Sinésio de Farias, Américo Menezes e Pedro Vilaboim; Tenentes-Coronéis Félix Valois de Araújo, Abílio dos Reis, Ayrton Lobo, José Rodolfo, Toledo de Abreu e Sérgio Bezerra; Majores Nilo Cruz, Luiz Vasconcelos da Rocha Santos, Sérvulo Guerreiro e João Alfredo Dutra Ramos.

d. O sentido histórico do ensino militar

Segundo o Marechal Tristão de Alencar Araripe, diretor de Ensino do Realengo, Comandante da ECEME e Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil: *“O Ensino Militar de 1810-1871 subordinava-se à doutrina de Portugal e não atendia o papel da instituição armada americana. Visava-se, em última análise,*

formar doutores técnicos em Engenharia. A preocupação da formação era excessivamente acadêmica e intelectual e às escolas práticas ou de aplicação profissional militar dava-se valor secundário. Pouco se cuidava o uso da força armada em operações de guerra, nem se aproveitava as experiências feitas nas lutas intestinos e, principalmente, nas campanhas sulinas. Nem o ensino atendia às necessidades da tropa, nem esta recebia os benefícios deste ensino. Os regulamentos de 1839, 1858 e 1874 tendiam para a formação de engenheiros, com cursos científicos em que predominavam os estudos de matemática pura, astronomia e geodésia, as ciências naturais, completadas por noções de balística, ataque e defesa das praças. Figuravam aí sem grande ênfase, os estudos de Arte e História Militar, Tática e Estratégia.

O regulamento de 1874, que deveria conter os ensinamentos da Guerra do Paraguai, fez questão de olvidá-los, além de acentuar a tendência de dar ao oficial sólida cultura geral e científica, visando a formar oficiais engenheiros e técnicos em Artilharia. As lutas no sul foram as verdadeiras escolas de aplicação do Exército Brasileiro. Apesar da evolução do Regulamento de 1898, o ensino alcançou o século XX com o aspecto tradicional de excesso de cientificismo e teorismo, sem levar em conta as normas práticas de emprego da tropa na guerra... O regulamento de 1905 constitui oportuna reação contra o excesso de ensino teórico da Escola Militar da Praia Vermelha.

Mesmo com os corpos desaparelhados, tomaram os aspirantes de 1909-18, a peito, fazer a instrução de recrutas, com métodos modernos e rara objetividade. Foi um período áureo na evolução do Exército Brasileiro como força operacional. Um dos grandes acontecimentos da batalha pelo serviço militar obrigatório foi a célebre Missão Indígena (1912-22), integrada por instrutores selecionados em concurso, para a Escola Militar de Realengo. Sua obra foi a mais fecunda realizada no Exército.”

O Marechal Dutra foi aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, na ocasião de seu fechamento, seguido de extinção, em consequência da malfadada Revolta da Vacina Obrigatória de 1904. Após passar uma no fora do Exército, concluiu o seu curso na Escola de Guerra de Porto Alegre, sob a égide do Regulamento de 1905. Tendo aprendido duramente a lição da História, emitiu a seguinte diretriz como Ministro da Guerra, de como deveria ser conduzido o ensino da AMAN, obra marcante e consagrada de sua gestão na pasta da Guerra:

“O ensino militar entre nós tem variado em dois extremos: ou excesso de matéria teóricas ou de cultura científica, ou a reação brusca no sentido de preparação meramente profissional, com caráter prático. É oportuno alertar sobre a inconveniência ou perigo de socorrer-se a qualquer dessas soluções extremas. A sabedoria aconselha e mostra que a virtude está no meio. Não se esqueçam os que têm a missão de formar os futuros oficiais, que é sob o imperativo do ensino profissional e da cultura geral que se deve orientar aquela formação. Estamos num século eminentemente técnico. Só se tornam poderosas as instituições e nações que têm solicitado à inteligência e às ciências os conselhos e os recursos a serem seguidos, no sentido de melhor se armarem e se tornarem fortes. Mas tudo isto será incompleto e de resultado duvidoso se o comando, professores e instrutores não

cogitarem também de formar espíritos e personalidades. ”

A AMAN é o brada grande administração no Exército do Ministro Dutra, que dinamizou o surto do pensamento militar brasileiro, ao prestigiara BIBLIEx e criar o EGGCF, a gráfica militar, ambos destinados a promover, com maior intensidade, a produção, o debate e a circulação das culturas profissional, geral e especializada.

3. Comandantes da AMAN (1944-1994)

Desde a sua instalação até o presente, a AMAN teve 30 comandantes efetivos: Cel Mário Travassos (1944) e Generais Aristóteles de Souza Dantas (1945-46), Álvaro Pratti de Aguiar (1946-48), Ciro Espírito Santo Cardoso (1948-50), Manoel de Azambuja Brilhante (1950-51), Nestor Souto de Oliveira (1951-52), Jair Dantas Ribeiro (1953-55—após, Ministro do Exército), Júlio Teles de Menezes (1955-56), Hugo Panasco Alvim (1956-57), João Punaro Bley(1958- 60), Adalberto Pereira dos Santos (1960-62), Pedro Geraldo de Almeida (1962-63), Emílio Garrastazu Médici (1963-64 - foi o terceiro Presidente da Revolução), Alfredo Souto Malan (1964), João Francisco Moreira Couto (1964-66), Ariel Pacca da Fonseca (1966-67), Adolpho João de Paula Couto(1967- 69), Carlos de Meira Mattos (1969-71), José Fragomeni (1971- 74), Túlio Chagas Nogueira (1974-76), Sílvio Octávio do Espírito Santo (1976-78), Hyran Ribeiro Amt (1978-81), Ramiro Monteiro de Castro (1981-83 e primeiro oficial formado pela AMAN a comandá-la), Rubens Bayma Denys (1984), Braz Monteiro Campos (1985), Délio de Assis Monteiro (1986-88), Tamoyo Pereira Neves (1989), José Ary Lacombe (1990-91), Rubem Augusto Taveira (1992-93) e Max Hoertel, que assumiu em 19 de fevereiro de 1994.

O primeiro Ministro do Exército (1990-93) formado integralmente pela AMAN foi o Gen Ex Carlos Tinoco Ribeiro Gomes. Atualmente, todos os generais da ativa do Exército são egressos da AMAN, à exceção do Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis, Ministrado Superior Tribunal Militar.

4. Entrega dos Espadins (Cadetes mais distintos)

1946 - José Pinto dos Reis

1947 - Harry de Freitas Barcellos 1948- Oscar Bayard S.Miranda 1949 - Leônidas Pinto de Abreu 1950- Ivani Henrique da Silva 1951 - João Luiz PascoalRoehl 1952- Sérgio Ruschel Bergamaschi 1953 - RubensRuiz

1954- Airton Francisco Tirado 1955- Alcyone de Almeida Junior 1956- Leonildo Denari Junior 1957- Ari indo Vasques Martins 1958 - Carlos Roberto Torres 1959- Nelson Dorneles da Silva 1960- Fernando Luis Carneiro Rila 1961 - Carlos Fernandes Bemardes 1962- Guy Ubirajara Meyer

1963 - Antonio Domingos Sanson 1964- Luiz Carlos Minussi

1965- Marco Antonio Longo

1966 - Pedro Paulo Leite do Prado 1967- Sérgio Ricardo Pais Rios 1968- José Alencar Ávila

1969- Manoel Theófilo de Oliveira 1970 - Danivart Alves da Cruz 1971 - Antonio Robson Moraco 1972- Valdemar Edis da Silva 1973- Vicente G. Magalhães 1974- Emílio Carlos Acocella 1975- Jorge Luiz Coelho Cortês 1976- Décio Luiz Shons

1977- Donizete de Andrade

1978- Lourival Carvalho Silva 1979- Joarez Alves Pereira Jr. 1980- José Eduardo Pereira 1981 - Edemir Rodrigues

1982- Roberto Fagundes Carvalho 1983- Fernando Marques Pinto 1984- Carlos Alberto B. Miranda 1985- João Alfredo Zampieri 1986- Marcelo Lassance Cunha 1987- Jorgito Matiuzzi Stoghera 1988 - Washington Rocha Triani 1989 - Eduardo X. Ferreira Migon 1990 - Marcos Batista da Silva 1991 - Erlon Pacheco da Silva 1992 - Gelson de Souza

1993 - Jean Lawand Jr.

5. Entrega das Espadas (Aspirantes mais distintos)

1946 - *Escola Militar de Resende* Rui Colares Machado

1947 - *Agulhas Negras* Harry de Freitas Barcellos (1º no espadim e na espada)

1948 - *Gen Ciro Espírito Santo Ary* Capella (1º no espadim e na espada)

1949 - *Gen José Pessoa* Carlos Nicose da Costa

1950 - *Gen Ciro Espírito Santo Mério* Magalhães

1951 –*AMAN* Leônidas S. Pinto de Abreu (1º no espadim e na espada)

1952 - *Barão do Rio Branco* Roberval Moreira Filho

1953 - *Almirante Tamandaré* João Luis Pascoal Roehl (1º no espadim e na espada)

1954 - *Santos Dumont* Sérgio Ruschel Bergamaschi (1º no espadim e na espada)

1955 - *Aspirante Mega* Herman Cavalcante Suruagy

1956 - (Jan) – *Avaí* Máximo Rego Filho

1956 -(Dez) - *Monte Castelo* Almir Paz de Lima (1º no espadim e na espada)

1957 - *Antonio João* Paulo Schwingel

1958-À fonte se Sebastião de Carvalho

1959 – *Marechal Rondon* Léo Ferreira de Vasconcellos

1960 - *Marechal Floriano* Carlos Elberto Vélia

1961 - *Academia Real Militar* Aldalberto Imbrósio

1962 - *Duque de Caxias* Fernando Raimundo Aranha Simão

1963 - *Sesquicentenário da AMAN* Sérgio Gilberto Tabuada

1964 - *Nações Unidas* Guy Ibirajara Meyer (1º no espadim e na espada)

1965 - *4º Cent. do Rio de Janeiro* Antonio Domingos Sanson (1º no espadim e na espada)

1967 - *Independência*

Raimundo Cerqueira Filho 1968 - *Humaitá*

Ronaldo Glicério Cabral 1969 - *Jubileu de Prata - AMAN*

Pedro Paulo Leite do Prado

(1º no espadim e na espada)

1970 - *Força Expedicionária Brasileira*

Geraldo Soares da Silva 1971 - *Marechal Castello Branco*

José Alencar Ávila (1º no espadim e na espada)

1972 - *Marechal Mascarenhas* João Francisco Ferreira

1973 - *Marechal Costa e Silva*

Danivart Alves de Souza (1º no espadim e na espada)

1974 - *Integração Nacional* Paulo Cesar do Amaral Pereira

1975 - *Sesquicentenário da Independência*

Paulo Raul Barros Lima 1976 - *31 de Março*

Vicente Gonçalves Magalhães (1º no espadim e na espada)

1977 - *Tiradentes* Emílio Carlos Açocella (1º no espadim e na espada)

1978 - *Marechal Dutra* Paulo Sérgio Melo de Carvalho

1979 - *Marechal Juarez Távora* Décio Luiz Schons

1980 - *Olavo Bilac* João Ricardo Carvalho de Souza

1981 - *Benjamim Constant* Lourival Carvalho Silva

1982 - *Felipe Camarão* Joarez Alves Pereira Junior 1983 - *Itororó*

Francisco Mamede de Brito Filho

1984 - *Jubileu de Ouro do Espadim* Edemir Rodrigues

1985 - *Fornovo* Edson Diehl Ripoli

1986 - *Marechal Mário Travassos* Walter da Costa Ferreira

1987 - *Missão Indígena* Ridauto Lucio Fernandes

1988 - *Marechal Trompowski* Artur Franklin Mendes

1989 - *Centenário da República* Carlos Feitosa Rodrigues

1990 - *Cidade de Resende* Edson Massayuki Kiroshi

1991 - *General Ernani Ayrosa da Silva*

Célio Augusto Dias

1992 - *Batalha dos Guararapes*

Agnaldo Oliveira Santos

1993 - *Bicentenário da Inconfidência Mineira* Marcelo de Freitas Torres

(As turmas de 1944 e 1945 tomaram, em Realengo, as denominações de Cel Duque Estrada e Escola Militar do Realengo)

**CINQUENTENÁRIO DA MORTE EM COMBATE DO SARGENTO MAX WOLFF
FILHO
1996**

Veterano Cel Eng Cláudio Moreira Bento

E Comando Militar do Sul (CMS) orgulha-se de haver nascido em Rio Negro-PR, em área hoje sob sua jurisdição, e da 5ª RM/ 5ª DE o heróico Sargento Max Wolff Filho, considerado o Herói Maior da Força Expedicionária Brasileira e que tombou heroicamente em ação em 12 de abril de 1945 na batalha para a conquista de Montese.

Eis o que sobre ele escreveu na edição de julho de 1994 na Revista do Exército, v. 131, Carlos Henrique Curado, e que reproduzimos com complementos, na obra *Sargentos Heróis da FEB Mortos em Operações de Guerra* (Itatiaia, Centro de Recuperação de Itatiaia, Centro Sargento Max Wolff), solicitada pelo Tenente-Coronel Sérgio W. Etchegoven, comandante da CIALS-Sul em Cruz Alta-RS para reverenciar os 68 sargentos mortos na FEB:

“Max Wolff Filho nasceu no dia 29 de julho de 1911, filho do casal Max Wolff e Etelvina Pacheco. Muito jovem ainda, com apenas 11 anos de idade, passava Wolff a ser o principal auxiliar da torrefação de café de seu pai. Aos 16 anos, passou a trabalhar como escriturário numa companhia que explorava a navegação no Rio Iguaçu, mas dentro do seu já exigente senso de colaboração, quando tinha folga, integrava-se aos carregadores para ensacar erva-mate, carregar e descarregar vapores. Nota-se aí o seu espírito trabalhador. O heróico patrício serviu no então 15-Batalhão de Caçadores, em Curitiba-PR, onde prestou o serviço militar inicial e, posteriormente, foi integrante da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Na época da convocação para a Segunda Grande Guerra, apresentou-se voluntariamente para seguir com a FEB na graduação de 3º Sargento, tendo sido designado para a 1ª Companhia — I Batalhão do tradicional // - RJ. de São João Del Rei-MG.

Pela sua bravura, competência militar e disciplina, era muito popular e querido não somente entre seus camaradas, como em todo o V Exército dos Estados

Unidos, que enquadrava a Força Expedicionária Brasileira, merecendo consagradas reportagens de vários correspondentes de guerra.

Ressalte-se, ainda, que todas as vezes em que se apresentavam missões difíceis a serem cumpridas, o Sargento Wolff sempre se declarava voluntário. Dentre as várias missões de combate realizadas pelo bravo Wolff, destaca-se aquela em que, num gesto de abnegação e de destemor, se apresentou ao comandante de sua Unidade para constituir a patrulha incumbida de reconduzir às linhas amigas o Capitão João Tarcísio Bueno, gravemente ferido em ação, em local perigoso, facilmente batido por fogos das posições alemãs. Apesar da escuridão e do nevoeiro, seguiu com sua patrulha para a 'terra de ninguém' e conseguiu, com dificuldade, carregar os feridos para as nossas linhas. A sua invariável conduta heróica, grande intrepidez e elevado espírito ofensivo foram reconhecidos com as Medalhas de Campanha, Sangue do Brasil, Medalha Americana Bronze Star e a Cruz de Combate de 1- Classe. ”

Os arquivos da FEB guardam numerosas citações da relevante atuação de Max Wolff nos combates em que participou. A morte o colheu durante arriscada missão de patrulha nas proximidades de Maserno, mais precisamente na Batalha de Montese: ao avançar por uma encosta em ação de reconhecimento, seu vigoroso peito foi cortado pela famosa metralhadora “Lurdinha”. Pereceu em combate, a 12 de abril de 1945, o herói Wolff, sendo promovido post-mortem ao posto de 2- Tenente, por Decreto do Governo da República, datado de 8 de junho de 1945.

Max Wolff, apelidado no 11ª RI de “Carinhoso” por causa da sólida blandícia que colocava na voz quando tratava com seus subordinados, deixou na orfandade sua filha Hilda, seu enlevo e maior afeição de sua vida de soldado. Da Itália, Wolf escreveu para sua irmã Isabel, relatando que estava orgulhoso em pertencer ao Exército Brasileiro e que, se a morte o visitasse, morreria com satisfação.

Em face das diversas demonstrações de coragem, disciplina, ação de comando, noção de cumprimento do dever e, principalmente, patriotismo, o nome do Sargento Wolff é hoje emprestado a Círculos Militares, Grêmios, Turmas de Formação e até a pavilhões internos de quartelamentos. Tornou-se para as praças do Exército Brasileiro um exemplo e motivo de orgulho.

Atualmente, existe no centro de Rio Negro- Paraná, sua cidade natal, uma praça com o nome de Sargento Wolff. Nesse logradouro, anualmente é feita uma formatura com todo o efetivo do 5ª Regimento de Carros de Combate, com o intuito de homenagear o herói em destaque e os demais “Pracinhas da FEB”.

O General Otávio Costa, então tenente do 11º RI, que presenciou o Sargento Wolff tombar em ação,

dedicou-lhe expressivas referências nas obras de sua autoria: Trinta anos depois da volta (Rio, BIBLIX, 1975) e Acerca dos Homens (Revista Militar Brasileira, Nª Especial à FEB 1973). Este artigo assim descreveu a morte do Sargento Wolff:

“Em nossa frente, o ponto cotado 747 era o acidente capital. Sobre ele marcharia o nosso pelotão especializado nas ações de patrulha, a que se dera o comando de um sargento, um sargento que a liderança no combate credenciara às

funções de oficial.

Estivemos com o Sargento Wolff até quando partiu. Foi-lhe dito que o silêncio brandava a poupança da munição e que, na hora precisa, os nazistas lá estariam se opondo à nossa vontade. Aconselhou-se a que se precavesse, pois o reconhecimento seria à luz do dia. Em vão!

Penso que se convencera da tese de que se defrontava com o nada, que o alemão sagaz já estava longe.

Fui vê-lo progredindo, em pé, desassombradamente, à frente de seus homens, com duas fitas de munição trançadas sobre os ombros, numa cruz exótica, cujo reluzir o denunciava ao mundo dos outros.

Ei-lo alcançar o terço superior da elevação, em cujo topo havia a Casa de Lépure, cenário de tantos dramas outros de que fora ele mesmo o herói só. Até ali o terreno era coberto pela vegetação. Uma cerca, depois chão limpo, arado e fofo.

Vi-o deixar os companheiros no aconchego da vegetação, transpor a cerca de nosso mundo e buscar os altos. Deixaram que chegasse bem perto e até quando não podiam mais errar. A luzidia munição entrecruzava-se no peito. A saraivada! A cruz no peito! O bravo paranaense caiu sobre o ventre descosido. Aquela cerca não separava apenas as idéias dos homens, senão porque o próprio mundo dos homens.

Depois, foi a doídice santa de seus liderados para tentar trazê-lo de volta. A rajada da metralha rasgava um alarido de sangue. Tudo o que estava há tanto tempo calado, no chão, revivescia ao chamamento da morte.

A patrulha firmava a metralhadora junto à cerca, tentando calar a arma que abatera o líder. Dois homens rastejavam puxando o corpo pelas pernas. Um deles ali ficou, colado ao chão que o prendera. Veio o outro. Viram que Wolff estava morto. E outros estavam morrendo. Um pracinha esquelético e ousado fez emergir de junto à cerca a figura de Wolff. E, ziguezagueando grogue por entre o pespontado de balas, no chão exausto, se fizeram jazer na bem-aventurança que a primeira cratera dadivosa lhes oferecia. Ali mesmo, bem perto da cerca, mortos e vivos se confundiam.

Examinou o herói, ajustou-lhe o uniforme, colocou-lhe o capacete, acomodou-o na cova irmã. Começou, então, o imenso rastejar de volta, da avidez de quem busca vida. Do observatório, ajudava-se o difícil retorno da patrulha dando olhos à nossa artilharia para cegar os outros com os nossos fogos fumígenos e de neutralização.

Inútil a peregrinação da noite dos padioleiros para encontrar o Wolff. Os homens do batalhão do Onze de Minas Gerais queriam de qualquer forma buscar o companheiro pertinho de sua cerca e do mundo de ninguém.

Queriam buscar o paranaense que passara o nosso batismo de fogo, na noite distante de nosso pânico, carregando munição para as posições avançadas e retomando com os feridos.

Queriam trazer o homem que, após todo o ataque fracassado, não descansava enquanto não houvesse volta, primeiro para os feridos e, se possível, para os

mortos.

Queriam trazer o paciente artesão das tramas e armadilhas da vida e da morte das patrulhas, no frio, no inverno todo.

Impossível trazê-lo agora! Amanhã era a largada da grande ofensiva da primavera e o nosso dever, arrancar Montese. O Sargento Wolff lá ficara para que estivéssemos presentes na hora da decisão. ”

O General Delmiro P. de Andrade assim registrou a morte heróica do Sargento Wolff em sua obra O 11- RI na Segunda Guerra Mundial (Rio, BIBLIEX, 1950):

“Um dos pontos mais importantes naquele momento na frente do I Batalhão era o ponto cotado 747, pelo que foi lançado um reconhecimento do valor de 15 (quinze) homens do Pelotão Especial, sob o comando do Sargento Max Wolff Filho. Partiu às 12 horas de Monteforte, passou por 732 e foi a Moraiani, de onde saiu às 13h10min para abordar 747.

Tomou todas as precauções para a execução do plano concebido pelo chefe dessa pequena tropa de bravos, conseguindo aproximar-se muito das casas, tentando envolver o casario pelo Norte.

Estavam a 20 metros, mais ou menos, e o elemento da esquerda era guiado pelo seu comandante Sargento Wolff, que, abandonando o caminho, entrou no terreno para, desassombradamente, abordar o casario pela esquerda. Às 13h15min o inimigo deu uma rajada do ângulo de uma das casas, ferindo gravemente o comandante do reconhecimento, que, tombando, recebeu nova rajada de arma automática partida do mesmo ponto, tendo também caído mortalmente ferido o soldado quê marchava mais próximo daquele. ”

E prossegue mais adiante o autor e testemunha:

“Os nossos morteiros e a nossa artilharia não se fizeram esperar neutralizando os fogos inimigos, e, somente com essa intervenção, o 2- Sargento Newton José Faria e os soldados Antônio Sá Rodrigues, Florival Alves Pereira, Benedito Vitalino e Aniceto Cavassane avançaram para 747 para remover os corpos do Sargento Wolff e do soldado Alfredo Estevão da Silva. Florival conduzia o corpo de Estevão, enquanto que o Sargento Faria e soldado Antônio procuravam aproximar-se do corpo do Sargento Wolff puxando-o pelas pernas, sob a proteção dos fogos de dois outros soldados. O inimigo continuava a atirar de morteiro e fuzil e, depois, de artilharia vindo de Montespecchio e Monte Maiolo. Arrastando o corpo do Sargento Wolff foram feridos o Sargento Faria e o Soldado Antônio Sá Rodrigues, pelo que não puderam continuar a conduzi-lo.

Nessas ações teve o 1º Batalhão as seguintes perdas: o Sargento Wolff e dois soldados mortos; um sargento e um soldado ferido; dois soldados acidentados em ação. ”

O Sargento Max Wolff Filho, que comandou o reconhecimento ao ponto 747, tombou mortalmente ferido pelas balas alemãs quando, à testa de sua fração, desapareceu como um herói. Seu nome será sempre presente porque as grandes ações resistem ao tempo e duram a eternidade. E a sua figura aparecerá sempre

agigantada na admiração de todos.

CITAÇÕES DE COMBATE DO SARGENTO WOLFF

Em 13 de dezembro de 1944: “Num gesto abnegado de destemor, estas praças se apresentaram voluntariamente ao comandante de sua Unidade para constituir a patrulha incumbida de reconduzir às nossas linhas o Capitão João Tarcísio Bueno, gravemente ferido em ação, em local perigoso, facilmente batido pelos fogos das posições alemãs. Bem sabiam os perigos de que se revestia a sua missão. Partiram, mas não foi possível localizar o oficial ferido, por causa da forte cerração e da escuridão da noite, trazendo de regresso dois feridos. E outro exemplo que quero apontar aos meus comandos: dentre essas praças desejo destacar o desassombro do 3º Sargento Wolff, que todas as vezes que se apresenta uma missão perigosa, principalmente de patrulha, espontaneamente se oferece para fazer parte dela. Registro com satisfação essa particularidade do Sargento Wolff, pela qual revela possuir noção perfeita do dever militar. ”

Em 7 de março de 1945: “A.v ligações eram indispensáveis. A perfeita 1ª Companhia do 11ª RI ocupara no dia anterior as atuais posições, depois de atravessar terrenos inteiramente desconhecidos e largamente minados. Na madrugada de 7, partiram as linhas telefônicas. Para guiá-las e protegê-las partiram à frente da turma o Sargento Wolff, o Cabo Tiago e o Soldado José Berberino, que são outros tantos exemplos a apontar à tropa brasileira. Revela notar que o Sargento Wolff é a segunda citação que tenho o prazer de registrar, por ato meritório praticado em combate. ”

Hoje o Sargento Wolff é denominação histórica do 2º BIMtz de Curitiba, antigo 15ª BC¹² onde ingressara no Exército, e do Centro Sargento Max Wolff em Itatiaia-RJ — denominações dadas pelo Exmo. Sr. Ministro do Exército, Gen Ex Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, como uma forma de homenagear todos os sargentos do Exército, os quais se constituem elo entre o comando e a tropa. Com o apoio na interpretação de dados constantes de recente pesquisa existente no CRI do Cel R71 Artilharia Erasmo Dias Barreto, conclui-se:

“O herói Max Wolff descendia de alemães pelo pai. Sua mãe D. Etelvina era menina natural da Lapa, onde, em 1899, padeceu os rigores do sítio e testemunhou os efeitos dos Heróis da Lapa sob a liderança de Gomes Carneiro. Estas histórias de heroísmo contadas pela mãe incendiavam sua cabeça de menino e adolescente. De 1 a 4 anos de idade, vive as tensões da Guerra do Contestado, testemunhando a movimentação das tropas do governo em Rio Negro-PR. Max Wolff ingressou na

1 BIMtz — Batalhão de Infantaria Motorizado.
2 BC — Batalhão de Caçadores.

escola em Rio Negro em 1916 durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1922, em São Mateus do Sul, aos 11 anos, trabalhou na torrefação e moagem de café do pai e, por pouco, não foi vítima de acidente fatal de trabalho. Em 1927, aos 16 anos, quase foi vitimado fatalmente sob a roda de um vapor no Rio Negro do qual era escriturário. Aí, num gesto de solidariedade a um amigo agredido por dois comparsas, terminou sendo baleado pelas costas por policial que interveio no incidente. Incorporou no atual 2º- BIMtz — Batalhão Max Wolff. Nele, como praça, ajudou a vitória da Revolução de 30 no Paraná. Transferido para o Rio, combateu a Revolução de 32 no Vale do Paraíba. Terminada esta, dedicou-se no Rio a ser professor de Educação Física e Defesa Pessoal. A seguir, ingressou na Polícia do então Distrito Federal cabendo-lhe a função de Comandante de Polícia de Vigilância. Daí ingressou na FEB como 3º sargento aos 33 anos. Na Itália se apresentou voluntário e coube-lhe o comando de Pelotão Especial destinado a patrulhas de reconhecimento em situações excepcionalmente perigosas. E foi à frente deste Pelotão, depois de inúmeros e heróicos feitos, que tombou nas circunstâncias que descrevemos. Seus restos mortais encontram-se no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no jazigo 32, quadra G, por sinal muito visitado.

MISSÃO DE PAZ EM ANGOLA

1997

O Brasil, num contexto da ONU, mantém em Angola um Batalhão de Infantaria e uma Companhia de Engenharia de Combate do Exército.

Vale lembrar que em 1648, no intervalo das duas batalhas dos Guararapes e no contexto da dominação holandesa do Nordeste, uma expedição militar com expressiva participação carioca e fluminense, nucleada pelo atual Batalhão Sampaio, cruzou o Atlântico a partir da cidade do Rio de Janeiro e libertou Angola do domínio que holandeses ali vinham exercendo há 7 anos. Comandou a expedição o General Salvador Correia de Sá e Benevides, que foi o segundo brasileiro a atingir o generalato no Exército de Portugal. O primeiro havia sido Matias de Albuquerque, Governador de Pernambuco por ocasião da invasão holandesa naquele estado. O terceiro seria o lendário e legendário Rafael Pinto Bandeira, herói da expulsão dos espanhóis do Rio Grande do Sul (1774-77) e, também, o primeiro general brasileiro na área do Comando Militar do Sul, em cuja história ocupa local de destaque e acaba de ser consagrado como denominação histórica pelo 3ª Esqd C Mec de Porto Alegre.

Essa expedição libertadora de Angola se insere como a primeira participação extra-continental de forças navais e terrestres brasileiras, antes da FEB, onde o Batalhão Sampaio esteve com destaque. Portanto, vale lembrar este feito das armas brasileiras, em especial aos soldados brasileiros, em Angola.

A expedição composta de 15 navios de guerra e comboiando 25 mercantes, levando 1.400 homens de terra e mar deixou o Rio em 12 de maio de 1648, com destino ao ponto de reunião convencionado - Quilombo. Na Ilha de Ascensão, os

mercantes deixaram a expedição e rumaram para Portugal, em segurança.

A travessia durou 2 meses com mar agitadoíssimo e aproveitada para a instrução e confecção de granadas e simulacros de soldados com troncos de árvores. Na noite de 1º de agosto, junto ao litoral da África, a expedição foi colhida por violento maremoto que afundou o melhor barco da expedição - o São Miguel - e matou cerca de 200 dos melhores infantes do Batalhão Sampaio. Uma chalupa enviada a terra em reconhecimento foi atingida pelo maremoto e os sobreviventes foram devorados por canibais.

Em 15 de agosto de 1648, o General Salvador de Sá desembarcou 800 infantes e 200 marinheiros e marchou sobre Luanda que não apresentou resistência, pois ela se concentra nos fortes do Mono e da Guia.

Em 18 de agosto de 1648, houve o ataque geral. Foram lançadas duas colunas sobre o forte do Morro e uma sobre o da Guia. Como finta, os navios, que possuíam em suas amuradas simulacros de soldados, simularam um ataque diversionário. O ataque foi lançado antes do alvorecer, planejando que as colunas deveriam atacar simultaneamente. Houve espaços entre elas. Os defensores usaram foguetes e tochas para tentar localizar os atacantes. Foi um combate renhido. O General Salvador de Sá, vendo a inutilidade de continuar, ordenou a retirada. Eis que é surpreendido com uma bandeira branca com a qual os defensores propõem rendição condicional que foi aceita, pois haviam combatido até a exaustão.

Em 21 de agosto, foi assinado um Acordo pelo qual Angola foi devolvida e os holandeses de lá se retiraram com honras militares “ao toque de tambores e com as bandeiras desfraldadas”. Este é um feito memorável das forças navais e terrestres do Brasil, desconhecido de expressiva parcela dos brasileiros, cujo resgate devemos ao historiador e agente de informações inglês: Boxer, Carlos. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. São Paulo, Editora Nacional, 1973.

**Em estudos estratégicos,
o único laboratório de que dispomos é a História.**

Frank D. Mc Cann

**A AMIZADE CAXIAS – OSÓRIO E A SUA
PROJEÇÃO POLITICA
1999**



Reprodução de trechos de correspondência trocada entre os dois chefes e líderes militares e referência a passagens de suas vidas, testemunham as relações de amizade e respeito que os uniam

A amizade entre os dois maiores generais do Brasil teve início em 1839, em Pelotas, quando o Duque de Caxias era tenente-coronel e o General Osório e Marquês do Herval era capitão recente.

Osório representava outros oficiais junto ao Ministro da Guerra, que Caxias assessorava, contra o General Elziário. Português de nascimento. O General Elziário era monitorado por conservadores radicais que impediam a paz farroupilha. Ele saíra-se mal operacionalmente, acusado de preconceituoso e irônico contra oficiais brasileiros. Osório, desgostoso, havia pedido baixa para atender a problemas de sua mãe viúva em Caçapava do Sul..

O que o ministro e Caxias viram e ouviram deram razão a Osório, que foi convencido a não deixar o Exército e mereceu, dos outros generais após Elziário, as melhores referências.

Ao assumir a pacificação da Revolução Farroupilha, Osório logo granjeou a simpatia e apreço de Caxias, barão e brigadeiro. Pelo brilho operacional de seu legendário 2º Regimento de Cavalaria, sediado em Bagé, Caxias assim se dirigiu a Osório:

“Major, o corpo ao seu comando é modelar! O Governo deve-lhe uma promoção. Previno-o que fui pedi-la ao Ministro da Guerra.”

Osório recebera, de Caxias, missão de afastar Rivera do apoio aos farrapos e se desincumbiria com brilho. Daí por diante, segundo Calógeras, Osório tornou-se o homem indicado *para missões que “exigissem tato, finura, coragem e jeito”*

Na *Paz de Ponche Verde* Osório esteve ao lado de Caxias incorporando, como livres em seu Regimento parte dos Lanceiros Negros farrapos libertos pelo Convênio de Ponche Verde.

Quando o Imperador visitou o Rio Grande, Caxias encarregou Osório de fazer-lhe a segurança, e a de sua comitiva, de Cachoeira a São Gabriel,, com a seguinte recomendação:

“Cuidado Tenente-Coronel Osório! O Imperador é jovem. Só tem 20 anos e há de querer correr.”

Osório veio a ser, em 1846, o grande cabo eleitoral de Caxias, eleito senador vitalício pelo Rio Grande do Sul, com escolha confirmada pelo Imperador.

Caxias, senador pelo Partido Conservador, e Osório, deputado provincial pelo Partido Liberal, foram pioneiros do ideal de fazer a política do Exército e não a política no Exército. E isso praticaram até o final de seus dias, como se verá.

Na guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), o Tenente-Coronel Osório se tornou assessor imprescindível de Caxias no trato com chefes militares platinos aliados, como, por exemplo, o General Urquiza. Caxias designou Osório, com seu regimento, para integrar a Divisão Brasileira que lutou em Monte Caseros, do que resultou a derrota de D. Manoel Rosas. Ao embarcar para o Rio, Caxias deixou o seguinte recado a um terceiro:

“Transmita este abraço ao nosso Osório. Ele é o maior guasca (bravo, destemido, valente) da Província do Rio Grande e o que mais louros colheu na Batalha de Monte, Caseros.”

Osório, em função de sua atuação política, foi por duas vezes caluniado, sob a acusação de querer separar o Rio Grande do Brasil e juntar-se a países platinos. Caxias, como chefe do Governo, o defendeu junto ao Imperador e demais ministros, classificando a acusação *como “um exemplo das teias caluniosas da época.”*

Uma nova investida resultou na transferência do Brigadeiro Osório para a Corte, sem função. Caxias intervém e consegue que o Imperador use o Poder Moderador para anular a transferência e conservar Osório no comando da fronteira do Jaguarão. Osório, indignado, confidenciou ao amigo e protetor:

“Enquanto dura o perigo não sofro a acusação de separatista.

Acaba-se a guerra e logo começam os meus grandes inimigos a apregoar que sou anarquista e insubordinado...”

Na Guerra do Paraguai, Caxias foi convidado para assumir o comando-chefe. Mas teve de recusar, por não lhe ser dada a presidência do Rio Grande, à qual se subordinava a Guarda Nacional, e por ser Ministro da Guerra. O Visconde de Sinimbu, o único inimigo que Caxias disse ter tido no Exército e que nunca o havia desejado como subordinado. Não aceitaria subordinar-se a um inimigo numa missão de tamanha responsabilidade (Sinimbu fora o derrotado, em 1835, pelos farrapos na Azenha). Entretanto, Caxias aplicou-se, nos bastidores, para que Osório fosse nomeado comandante-em-chefe, o que ocorreu.

Depois de sua vitória em Tuiuti, Osório retirou-se do Teatro de Guerra por doença. Com o desastre de Curupaiti, sob o comando do General Polidoro Quintanilha

Fonseca Jordão, Caxias, novamente convidado, aceitou, sob condições que o Partido Liberal aceitou e honrou. Convidou Osório a retornar à frente do 3º Corpo de Exército a mobilizar no Rio Grande do Sul, animando-o com estas palavras:

“Fale a estes guascas naquela linguagem que nós dois sabemos.”

E foi formada uma dupla integrada pelo maior líder de batalha, Caxias, e de Osório, o maior líder de combate do Brasil, até hoje, não superado, e que escreveu as mais belas páginas da história operacional do Exército Brasileiro.

Finda a guerra, a politicagem tratou de criar desconfianças e abalar a amizade entre Caxias e Osório - o primeiro, uma legenda guerreira do Partido Conservador e, a segundo, uma legenda guerreira do Partido Liberal. E passou a explorar inverdades do desempenho de Osório no ataque a Humaitá, com a retirada não ordenada por Caxias, e o atraso de Osório no desbordamento da ponte de Itororó.

Caxias, em célebre discurso (15 de julho de 1870), no Senado, desfez por completo a intriga política, exaltando a figura do amigo ao qual sempre dera carta branca. Mas, novas investidas colheriam os dois heróis muito doentes e abalados com a perda das esposas e por ingratidões. Um senador que sempre atacava Caxias, Silveira da Mota, leu em plenário carta de Osório em que este dava a entender que contestava Caxias. Isso provocou enorme mágoa em Caxias e um abalo na amizade entre ambos, pois Caxias esperava que, se qualquer dúvida existisse, o amigo a ele se dirigisse para esclarecer.

Em 1877, quando Osório, eleito senador pelo Rio Grande, assumia o posto, Caxias que sentava próximo, na bancada gaúcha, não foi ao seu encontro para abraçá-lo. Limitou-se a cumprimentar com um gesto de cabeça a distância, como que esperando a iniciativa de Osório, igual à que este em 1847, fizera com

seu pai senador, indo ao seu encontro quando foi empossado, abraçando-o de modo comovente.

A politicagem explorou o incidente exaustivamente. Em reunião do Senado, sendo chefe do Governo e Ministro da Guerra, Caxias foi interrogado de modo insistente, impertinente, indiscreto e impiedoso pelo não cumprimento ao Senador Osório.

Caxias monossilabicamente respondeu a todas as indagações, até que falou mais ou meios assim:

“Não fui abraçá-lo, pois a ele caberia antes, como oficial do Exército, ao chegar do sul, ter ido ao Ministério da Guerra cumprimentar-me, por ser eu mais velho, mais graduado e ter sido sempre o seu chefe.”

A posição de Caxias foi firme. Não transigiu com as vigas-mestras do seu Exército - a Hierarquia e a Disciplina.

O incidente abalou externamente uma amizade íntima e de confidentes, como o prova o intenso intercâmbio epistolar entre ambos, mas não a admiração e o respeito íntimo que ambos se tributavam. Assim, em sessão do Senado, de 5 de outubro de 1877, o Senador Osório faz uma proposição à qual Caxias, senador, chefe do Governo e Ministro da Guerra, apóia em aparte que solicitou:

“Sr. Presidente o que propõe o nobre senador Osório me parece conveniente. Com os recursos que existem na Província do Rio Grande do Sul e no local em que estão situados os campos do Governo, deixam eles de prestar bons serviços às necessidades militares da fronteira. A idéia do nobre Senador Osório de colocar campos de pastagens próximos dos quartéis de fronteira é de suma vantagem e, por isso, não me oponho a que se conceda a autorização.”

Em suma era vender campos distantes dos quartéis, no interior do Rio Grande, para comprá-los juntos aos mesmos.

Osório substituiu Caxias no Ministério da Guerra e, em aparte, um senador insinuou que Osório estava fazendo críticas ao seu antecessor.

Osório, com veemência e categórico, respondeu em alto e bom som:

“Declaro ao Senado que repilo a insinuação. Se esse general, por cuja saúde faço votos na sua doença, esqueceu por um momento os abraços do amigo dedicado no perigo, não atribulo seu gesto à sua vontade, nem a uma possível ingratidão. Qualquer um de nós pode sofrer uma grave enfermidade. Eu nunca soube na vida senão respeitá-lo)”

Esse final é que faltava na história do incidente do cruel questionário a que Caxias foi submetido no Senado por Zacharias de Góes.

Osório faleceria primeiro que Caxias, no final de 1879, e Caxias, cerca de meio ano depois, em 8 de maio de 1880, no município de Valença-RJ, junto à filha mais velha. Deixaram, ambos, o Exército na orfandade por serem seus defensores no Senado, tarefa que exerceram nos últimos trinta anos.

Para compensar suas ausências, militares do Exército e da Marinha, na Igreja Santa Cruz dos Militares, em 1881, organizaram o **Diretório Militar** para lutar pela eleição de militares dos partidos Conservador, Liberal e Republicano para o Parlamento. Não conseguiram eleger nenhum representante. Foram

crístianizados. E continuaram órfãos de representatividade no Parlamento. Foi nesse **Diretório** que emergiu a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, oito anos antes da proclamação da República. E, dentro de um mesmo movimento iniciado no **Diretório Militar**, ocorreram a **Questão Militar**, liderada por Deodoro, como presidente do Rio Grande do Sul, e a fundação do Clube Militar. Ainda sob a liderança de Deodoro, ocorreu o protesto acolhido pelo Clube Militar, para que o Exército não fosse usado como capitão de mato na perseguição de escravos fugidos, o que equivaleu à Abolição de fato, antecessora da Abolição de direito, em 13 de maio de 1888, e a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, seguida de sua sangrenta consolidação (1891-1895).

“Quem não conhece a História corre o risco de repeti-la.”

Aqui, na celebração da amizade Caxias-Osório, tão benéfica para o Brasil, e para o Exército em particular, que cada um colha a lição que:

“ A História que como mestra da vida e mestra das mestras ”, sugere.

SÃO GABRIEL, A ATENAS E ESPARTA GAÚCHAS

2001

Veterano Cel Eng Cláudio Moreira Bento

Consagrado escritor regionalista, historiador militar e tradicionalista, Osório Santana Figueiredo, que consideramos o mais dedicado, constante, inspirado e destacado tabelião dos gloriosos tempos históricos da terra e da gente gabrielse, em seu excelente *A Terra dos Marechais*¹ confirma o título do presente artigo.

Atenas rio-grandense, por ser o berço dos inspirados escritores Alcides Maya, Assis Brasil, João Borges Fortes, Jonathas Rego Monteiro, Ptolomeu Assis Brasil e, hoje, de Osório Santana Figueiredo, entre muitas outras vocações literárias de filhos daquela bicentenária e estratégica guarnição do Exército.

Esparta rio-grandense, principalmente, por haver sido berço, nato ou adotivo, de grandes soldados como os marechais João Nepomuceno Medeiros Mallet e Hermes Rodrigues da Fonseca, os maiores reformadores do Exército no período 1898-1920; João Baptista Mascarenhas de Moraes, comandante da Defesa Territorial no Saliente Nordeste na Segunda Guerra Mundial e, depois, comandante da vitoriosa Força Expedicionária Brasileira; João Propício Mena Barreto, veterano combatente das guerras do sul (1825- 65), culminando com o comando do Exército do Sul que conquistou Paissandu, ocupou Montevidéu e concorreu para a deposição de Atanázio Aguirre²; e, finalmente, Fábio Patrício Azambuja.

Afastado do Exército como Capitão, de 1899 a 1918, reformado que fora por sua participação na Guerra Civil (1893-95) ao lado de Gumersindo Saraiva, Patrício Azambuja, ao retornar ao seu serviço ativo, como Coronel, atingiu o generalato em 1822, exercendo interinamente o comando da 3ª Região Militar, durante a Revolução de 1922.

Como comandante da 2ª DC (2ª Divisão de Cavalaria), atual 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda C Mec), de Alegrete, durante a Revolução de 1923,

simpático à causa revolucionária, manteve sua tropa neutra, como o Exército. Mas influiu na escolha e aclamação de Honório Lemes como general para liderar revolução em sua área e, em especial, na Serra do Caverá.

Foi ele prestimoso auxiliar do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, para pacificar a Revolução de 1923, em Pedras Altas, dada à sua capacidade de dialogar com os revolucionários, de cuja causa é simpatizante.

O Marechal Fábio deixou: Exército em 1924 e dedicou-se às atividades de estancieiro, colaborando em projetos de obras publicas, tendo sido provedor assinalado da Santa Casa de São Gabriel. Faleceu em janeiro 1955 aos 93 anos, dos quais 35 de assinalados serviços a sua terra natal. Osório Santana Figueiredo que o conheceu, classificou-o como *homem simples, bondoso, alegre, gracioso, de uma simpatia atraente e amável*.

A Terra dos Marechais, rica em preciosas lições de vida e lições profissionais, merece ser lida por profissionais militares pois, segundo o General Patton, a *leitura objetiva da História Militar é condição de êxito para o militar que deve ler biografias e autobiografias de chefes militares, porque quem assim proceder concluirá que a guerra é simples*.

Destaca-se, em sua obra, o trato da figura humana do Marechal Hermes e seu histórico e feliz casamento com Nair de Tefé, filha do Almirante Barão de Tefé e neta do Alferes e Conde Von Hoonholtz, que sobreviveu depois de lanceado e queimado no incêndio do campo na Batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827, como integrante do 27° BC de Alemães.

Osório Santana faz um paralelo entre a exímia amazona Nair de Tefé com a sua grande amiga e modelar campeira Maneca Pereira, filha do legendário campeiro Maneco Pereira, que ele estudou e immortalizou em sua obra regionalista *Maneco Pereira, o homem que laçava com o pé*³.

Ao finalizar a modelar biografia do Marechal Hermes, o mais exponencial militar gabrielense, Osório Santana reproduziu a seguinte de suas expressões, resultado de suas incursões na política e, em especial, a tentativa de implementar as *Políticas de Salvação Nacional*, em 1912, para combater as oligarquias:

Tarde reconheci o mal enorme que representou para mim a minha boa intenção de ferir de morte as oligarquias. Passei pela triste decepção de verificar que amigos meus o eram mais das oligarquias.

Mais tarde, as oligarquias o prenderiam por largo tempo e fechariam o Clube Militar que presidia, eventos que serviram de estopim para as revoluções tenentistas de 1922 e 1924-26, vitoriosas na Revolução de 1930, e que levaram a bom termo a sua frustrada tentativa em 1912, com suas *Políticas de Salvação Nacional*.

Sintetizando, *A Terra dos Marechais* é um grande livro que o Subtenente Reformado Osório Santana Figueiredo dedicou à memória dos heróis que fizeram o passado das Forças Armadas, aos militares do presente que preservam e cultuam esse patrimônio cultural, com devotado patriotismo e dedicação estremada, e aos militares que, no futuro, vierem a se sacrificar pelo Brasil, se nuvens sombrias toldarem o Sol da paz da Nação brasileira.

Da sua leitura conclui-se que, na iniciativa das Manobras de 1904 no Curato de Santa Cruz, o Marechal Hermes dava continuidade à iniciativa do Conde D'Eu (de quem foi Ajudante-de-Ordens, em 1884-85) das manobras no Curato de Santa Cruz, no campo da Redenção em Porto Alegre e em Saicã, em 1885.

Osório Santana Figueiredo, com *A Terra dos Marechais*, deu expressiva contribuição para a conquista do objetivo atual número 1 do Exército relacionado com *a pesquisa, culto e divulgação da memória histórica, das tradições e dos valores morais culturais e históricos do Exército*.

*** Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul.**

¹ Santa Maria: Graf. Ed. Pallotti, 2000.

² **Agraciado Barão de São Gabriel com Grandeza, dele são os pensamentos: *O dever acima de tudo. Mesmo moribundo, o soldado não tem o direito de nege - à pátria, em seus dias mais difíceis, os serviços reclamados por ela.*** Patrono do 9º Regimento de Cavalaria Blindado, de São Gabriel.

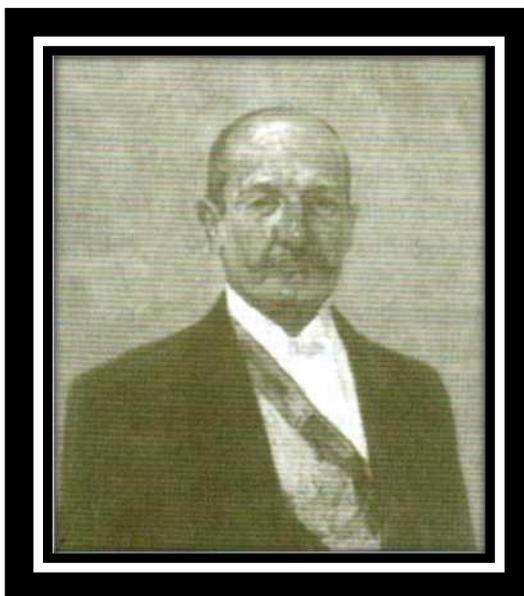
³ Santa Maria, Graf. Ed. Palloti, 1996, 2ª edição

O CRIADOR E IDEALIZADOR DO TIRO-DE-GUERRA BRASILEIRO

70ª aniversário de sua morte

2002

*Veterano Cel Eng Cláudio Moreira Bento **



Dia 27 de outubro de 2001 transcorreu o 70º aniversário da morte, na cidade de Rio Grande, RS, do Coronel Honorário do Exército Antônio Carlos Lopes (1870-

1931). Foi ele o idealizador e criador dos tiros-de-guerra no Brasil ao fundar, em 7 de setembro de 1902, no 80º aniversário da Proclamação da Independência, em reunião vespertina do *Clube Caixerai* (Rio Grande, RS), a *Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro*, que inspirou o Marechal Hermes da Fonseca, como Ministro da Guerra, a criar por Lei de 5 de setembro de 1906, a Confederação de Tiro Brasileira.

Nessa época, a idéia do rio-grandino Antônio Carlos já havia se propagado, com a criação, entre outros, dos Tiros-de-Guerra nº 1, em Rio Grande, nº 2, em Santos, nº 3, em São Paulo, nº 4, em Porto Alegre, enquanto, em abril de 1906, fora criado, no Rio de Janeiro, RJ, o *Clube de Tiro Federal*, inspirado em modelo também trazido da Suíça pelo ex-prefeito da cidade, Dr. Furquim Werneck.

Antônio Carlos, com cerca de 20 anos, fora testemunha, dos sangrentos episódios decorrentes da Guerra Civil (1893-95) combinados com os da Revolta na Armada (1893-94).

Após tornar-se Químico-Farmacêutico em Ouro Preto, estagiou nos então famosos laboratórios suíços, oportunidade em que teve a sua atenção despertada para o sistema de defesa da Suíça, onde cada natural desse país recebia instrução de tiro e uma arma, qual guardava em casa, ficando em condições de atender à convocação militar, caso necessária.

De regresso ao Brasil, concebeu a idéia de promover-lhe a defesa, com pequeno dispêndio e potencial para mobilizar, em caso de emergência, grande número de reservistas atiradores habilitados no uso de armas de fogo.

A iniciativa de Antônio Carlos foi providencial e antecipou-se, de muito, à Primeira Guerra Mundial que ocorreria doze anos mais tarde. Nesse espaço de tempo, ele percorreu o Brasil, às suas expensas distribuindo o seu livro *O problema das Reservas do Exército* assunto de cuja gravidade tinha noção exata.

O Clube de Tiro Federal daria origem ao Tiro-de-Guerra nº 7, em cuja sede, no QG do Exército, teve lugar o primeiro Sorteio Militar, em 10 de dezembro de 1916 (vide *A Defesa Nacional* nº 729, Jan/Fev de 1987).

~~Consistia no sorteio de 700 homens para o Exército, em 1916, no Rio Grande do Sul.~~

Olavo Bilac, em sua campanha (1915-16) em favor do Serviço Militar, no início da Primeira Guerra Mundial, proclamava: *Para que haja pátria é necessário que haja consciência, coesão e disciplina.*

E é justo isto que vem fazendo Antônio Carlos Lopes na Cidade de Rio Grande, com a fundação da Sociedade de Propaganda do Serviço Militar.

Como se pode concluir, foi relevante a iniciativa do patriota Antônio Carlos Lopes, ao criar a *Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro*, raiz histórica dos tiros-de-guerra do Brasil. Em 1910 já havia 10 mil atiradores à disposição do Exército, que, até 1916, não dispunha de reservas efetivas. Foi, pois, no contexto adverso de um exército profissional sem reservas, que se situou, com expressivo destaque, a grande iniciativa de Antônio Carlos.



Tiro-de-guerra em São Paulo, 1917.

Sua patriótica iniciativa lhe valeu o título de *Coronel Honorário do Exército* e a construção, em Porto Alegre, por iniciativa dos tiros-de-guerra nº 4 e nº 318, e em Rio Grande, sua terra natal, por iniciativa do tiro-de-guerra nº 1, de duas hermas para perpetuar sua memória na gratidão nacional.

Acreditamos que o Brasil está a dever-lhe muito mais, pela imensa projeção de sua obra pioneira colocada no contexto da Reforma Militar ocorrida de 1898 a 1942 (Anexo "A"). Ouvindo a voz da História, consagrá-lo como *O Patrono dos Tiros-de-Guerra*, parece-nos questão de justiça.

ANEXO A

REFORMA MILITAR 1898-1945

A partir de 1874, com a adoção do Regulamento de Ensino voltado para o bacharelismo militar, o nosso Exército, em consequência, e sem dispor de reservas, atingiu índice operacional inferior ao da Guerra do Paraguai.

Em 1898 teve início a Reforma Militar que se prolongou até 1945, coroada com o desempenho da FEB, a qual apresentou índices elevados de operacionalidade.

A seguir, o leitor poderá visualizar da criação do tiro-de-guerra brasileiro, dentro do contexto histórico das principais ações da Reforma Militar, até o Centenário da Independência.

1898 - Em viagem à Europa, o Capitão Tasso Fragoso trouxe a idéia da necessidade de um Estado-Maior para o nosso Exército, enquanto Antônio Carlos Lopes trouxe da Suíça a idéia do tiro-de-guerra brasileiro para a formação de reservas para o Exército, que não as possuía.

1898 - Foi criado o Estado-Maior do Exército e a Fábrica de Pólvora sem fumaça, em Piquete/SP.

1899 - Criação da *Revista Militar* pelo EME, que defendeu o Serviço Militar Obrigatório.

1900 - Plano de Reforma do Exército do Marechal João Nepomuceno Medeiros Mallet, visando a um Exército com todas as características do povo brasileiro.

1902 - *Em 7 de setembro, o Coronel Honorário do Exército, Antônio Carlos Lopes funda, em Rio Grande, a Sociedade de Propaganda de Tiro Brasileiro, idéia que ele propagou pelo Brasil.*

1904- O Ministro da Guerra no artigo *Reforma do Exército*, apelou a seus companheiros para reformular o Ensino do Exército *como questão de vida ou morte para os destinos do Brasil e do próprio Exército.*

1904 - Fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, templo do bacharelismo militar, seguido da sua extinção.

1905 - Adoção do Regulamento de Ensino do Exército, ponto de inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar, e criação das ECEME, EsAO e Escola de Sargentos.

1905 - O General Hermes da Fonseca realizou as Manobras no Curato de Santa Cruz, exercício de adestramento que não se realizava desde 1885.

1906 - Criação da Escola de Guerra, em Porto Alegre, para implementar o Regulamento de Ensino de 1905. Foi ela a formadora, até 1911, das gerações que consolidaram a Reforma Militar.

1906 - *Oficialização dos tiros-de-guerra, desenvolvidos desde a criação da Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro por Antônio Carlos Lopes.*

1908 - Reorganização do Exército pelo Marechal Hermes da Fonseca (Leis do Serviço Militar, do Sorteio Militar, do Voluntariado e da criação dos tiros-de-guerra; criação das Brigadas Estratégicas, construção de novos quartéis e rearmamento do Exército com fuzis *Mauser*, metralhadoras *Madsen*, e canhões *Krupp*, armas adquiridas com as respectivas fábricas de munições).

1908 - 25 de novembro. É apresentado, na Praia Vermelha, ao Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, como primeira Reserva do Exército, o tiro-de-guerra nº 7.

1910 - Envio, pelo Presidente Marechal Hermes da Fonseca, de oficiais para estagiarem no Exército da Alemanha até 1912. Os tiros-de-guerra atingem 10 mil atiradores.

1910 - Fundação da *Revista dos Militares*, na 3ª RM.

1913 - Fundação da revista *A Defesa Nacional* pelos jovens turcos, que, em maioria, estagiaram no Exército alemão.

1913 - Criação da Escola Militar do Realengo, reunindo as diversas escolas existentes de formação de oficiais.

1915 - Campanha pró-adoção do Serviço Militar Obrigatório no Brasil em plena Primeira Guerra Mundial, levada a efeito por Olavo Bilac, nela cooperando Antônio Carlos Lopes, até 1916.

1916 - Criação da Liga de Defesa Nacional (LDN) em 7 de setembro, 14 anos

depois da criação do Tiro de Guerra Brasileiro.

1916 - 10 de dezembro, Primeiro Sorteio Militar no Brasil.

1918 - Brasil envia à França 22 oficiais para absorção de doutrina militar, vendo e combatendo.

1918 - Extinção da Guarda Nacional. As Polícias Militares se tornam forças auxiliares e reservas do Exército.

1919 - Criação da *Missão Indígena*, na Escola Militar sob a direção de oficiais que haviam estagiado no Exército alemão e fundado a revista *A Defesa Nacional*. A Missão atuou até 1921.

1920 - Contrato da Missão Militar Francesa para o nosso Exército.

1922 - Centenário da Independência. Em Ordem do Dia do atual 4^o BE Cmb em Itajubá é assinalado:

O Exército está organizado à moderna A instrução é baseada em ensinamentos da Primeira Guerra Mundial. Está equipado com o que de melhor produz a indústria bélica mundial. A tropa habita quartéis higiênicos e confortáveis. Os arsenais funcionando no reparo de armas bem como as fábricas de munições. Já dispõe de carros-de-combate, esquadrilhas aéreas e das escolas ECEME, EsAO e de Sargentos. Realizou as manobras de Saicã da 3^a RM. Ocorreu concentração rápida para atender a emergência interna, A convocação de várias classes de reservistas na parada do Centenário da Independência, foi notável. O Exército está em boa situação e se prepara para o desempenho da sua missão que lhe compete: à Segurança da Pátria.

*** Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Presidente da AHMTB**

Fontes Consultadas

BENTO, Cláudio Moreira. *Serviço Militar Obrigatório no Brasil - sua implantação através do 1º Sorteio Militar. A Defesa Nacional* 729, Jan/Fev 1987 p. 120-138, com 14 ilustrações.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército Brasileiro - perfil militar de um povo*, Rio de Janeiro: Sergraf IBGG,

1972. v.2. p. 801-813.

SOUZA, Álvaro Tavares de. *Antônio Carlos Lopes - criador do tiro-de-guerra brasileiro. O Rio Grande*, Rio Grande (RS), 4 de novembro de 1979.

PRETO CAXIAS**UM SOLDADO CARIOCA CONSIDERADO “O SANTO DE BAGÉ”****2003**

Veterano Cel Eng Cláudio Moreira Bento *

Síntese biográfica de singular personagem da história de Bagé, RS.

Faleceu na Santa Casa de Caridade de Bagé, na gelada madrugada de 1º de julho de 1888, um ilustre homem negro, Maximiano Domingos do Espírito Santo, cercado pela dor e pesar dos bajeenses e imortalizado na memória local por sua excepcional conduta, como o Preto Caxias, com retrato a óleo na Igreja São Sebastião, o santo de sua devoção, carioca de nascimento que era. Foi sepultado em mausoléu especial mandado erigir pela Santa Casa com o seguinte epitáfio:

Humanitário Preto Caxias - passou pela vida servindo e chorando as desgraças alheias.

Hoje, para muitos bajeenses, ele é considerado um santo, o *santo de Bagé*, a quem muitos recorrem para alcançar uma graça, esperando que ele interceda junto ao santo de sua devoção em vida, o santo guerreiro São Sebastião, padroeiro de Bagé, sua terra adotiva, e de sua terra natal, o Rio de Janeiro.

Passou a ser chamado Preto Caxias como uma homenagem às virtudes do Barão de Caxias, sob cujas ordens ele serviu na Revolução Farroupilha, e por haver sido, segundo Eurico Jacinto Sales, na História de Bagé, *um bom, autoridade forte conciliadora e justa, sem haver jamais abusado do poderem sua função policial.*

Caxias impressionara sobremodo o Preto Caxias, frequentador da Igreja de São Sebastião, onde mostrava com orgulho a faixa de Marechal-de-Campo que o Barão doara à igreja depois da missa que ali mandou celebrar em seguida à *Paz de Ponche Verde*, pela alma dos que tombaram na Revolução Farroupilha.

Antes, Caxias mandara o seu 8º Batalhão de Fuzileiros guarnecer a abandonada Bagé, de novembro de 1844 a 5 de setembro de 1845, por cerca de 10 meses.

E, assim, nosso personagem entendia, com razão, que Caxias passou a ter uma ligação especial com Bagé. Ele tinha consciência de que fora o Pacificador que colocara Bagé no caminho do progresso, interrompido pela Revolução, para, a seguir, como Presidente da Província do Rio Grande do Sul, decretar a elevação de Bagé a vila, a município e a freguesia, em 1846

Tendo como cabo eleitoral o Tenente-Coronel Osório, que ele destacara para Bagé em 1846 com o heróico 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, Caxias obteve ali expressiva votação para se tornar senador vitalício pelo Rio Grande do Sul, e o foi por cerca de trinta anos.

Preto Caxias presenciou o Pacificador passar por Bagé, em 1851, a caminho de Santana para comandar o Exército Imperial na guerra contra Oribe e Rosas, e dali

levar consigo, reintegrado ao Exército ativo, o injustiçado e heróico Capitão Luiz Emílio Mallet, que, há vinte anos se dedicava a atividades pecuárias e a produzir telhas e tijolos no Quebracho para construir o casario de Bagé. Presenciou, outrossim, o então Marquês de Caxias pernoitar em Bagé, em outubro de 1865, como integrante da comitiva de D. Pedro 11, que retornava de Uruguaiana onde presidira a rendição do invasor paraguaio.

Ele lembrava com orgulho o pioneirismo de Caxias ao conceder liberdade aos lanceiros farrapos e os incorporar à Cavalaria Ligeira do Rio Grande do Sul, inclusive no 2º Regimento de Cavalaria que, ao comando de Osório, aquartelou em Bagé depois da Revolução, como já referido.

Em virtude de tanta veneração a Caxias, da correção no exercício da função policial, e por passar aos visitantes da Igreja a biografia do Pacificador, passou a ser conhecido como Preto Caxias. Tanta foi a sua dedicação ao exercício da caridade cristã que, em reconhecimento, recebeu, em vida, a entronização de seu retrato a óleo no consistório da Igreja São Sebastião de Bagé, em 1877. Foi uma excepcional homenagem prestada a um negro carioca de 67 anos de idade, ex-soldado do Exército Imperial, homem do povo, pobre, humilde, com uma vida plena de altruísmo e benfeitoria à humanidade.

Ao morrer Preto Caxias, o jornalista Jorge Reis, em seu elogio fúnebre, ressaltou, em artigo na imprensa: *Raro encontrar-se nestes tempos de egoísmo, misérias, vaidade e ostentação um homem com caráter como o do Preto Caxias, que abrigue tantas e tão raras qualidades.*

Seu singelo túmulo possui duas mãos entrelaçadas, uma branca e outra preta, apertando-se fraternalmente com os seguintes dizeres, segundo ainda o historiador Eurico Jacinto Sales em sua *História de Bagé: A caridade e as boas ações não constituem privilégio de raças, cores, de quem possui bens naturais. Praticam-na as almas piedosas que possuem a exata noção da necessidade dos seus semelhantes.*

Visitamos seu túmulo em agosto de 2002 e constatamos uma enorme quantidade de placas com ex-votos por graças alcançadas pelos filhos de Bagé e o local cheio de vestígios de grande quantidade de velas derretidas. Ao lado, a sepultura do bravo defensor do Império, Silva Tavares, que Antônio Neto venceu no combate do Seival em 10 de setembro de 1836.

Mas quem foi o Preto Caxias?

Ele nasceu escravo no Rio de Janeiro, por volta de 1810 e foi batizado com o nome de Maximiano Domingos do Espírito Santo.

Por volta de 1831, em decorrência das lutas fratricidas que ameaçavam transformar o Brasil numa colcha de retalhos, ele ingressou no Exército e, em consequência, passou a ser livre, pois o Exército não podia ter escravos como soldados.

Por cerca de 15 anos ele serviu ao Exército, inclusive integrou a ala esquerda do Exército de Caxias baseada em Canguçu, ao comando do Tenente-Coronel Chico Pedro de Abreu, o Moringue, como integrante do 8º Batalhão de Fuzileiros, ao comando do Coronel Graduado Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto.

Foi integrando esse Batalhão que o soldado Maximiano Domingos do Espírito Santo chegou a Bagé em novembro de 1844, aos 34 anos, tendo seu comandante, por cerca de 10 meses, atribuições de comandante militar e administrador civil da castrense Bagé, que seria elevada a vila, nove meses mais tarde, por Caxias.

Em 1847 obteve baixa do Exército e passou a residir em Bagé.

Inicialmente foi policial, função que exerceu de modo exemplar, com grande espírito de justiça e equilíbrio, evitando prisões injustas e orientando os faltosos a trilhar o caminho do bem.

Tornou-se conhecido, muito confiável e respeitado, exercendo sua autoridade inspirado nas ações de seu modelo, o então Barão de Caxias. Foi daí que começou a ser chamado Preto Caxias.

Seu Batalhão, o 8º de Fuzileiros, fora organizado em Santa Catarina, em 1837. Quando da Proclamação da República, como 7º Batalhão de Caçadores desde 1870, aquartelava no Mosteiro de Santo Antônio, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, e teve destacada atuação nesse evento. Com a Reforma de 1908 do Marechal Hermes, passou a ser o 1º Regimento de Infantaria, o atual Regimento Sampaio, no Rio de Janeiro.

Em 1870, ao final da Guerra do Paraguai, já sexagenário, Preto Caxias passou a exercer, com extraordinária dedicação e capacidade de trabalho, as funções de zelador, enfermeiro, transportador e consolador dos doentes do Hospital de Caridade, então fundado pelo baiano, médico militar, Albano de Souza, pai de José Albano de Souza (Zeca Albano) que, como médico prático, consagrou sua vida à saúde dos canguçuenses, sendo imortalizado com o nome da rua onde se situa o referido nosocômio. Em Bagé, Zeca Albano muito aprendeu, até os 18 anos, com o Preto Caxias no Hospital fundado pelo pai.

O Hospital de Caridade passou, em 1883, ao patrimônio da Santa Casa, então criada. E nele continuou o Preto Caxias. Ali morreria, depois de 18 anos de excepcionais serviços dedicados aos sem-fortuna.

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Fundador e Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB).

23 DE JANEIRO DE 1855: OS 150 ANOS DA CRIAÇÃO DO BATALHÃO DE ENGENHEIROS

2005

Veterano Cel Eng Cláudio Moreira Bento

O Batalhão de Engenheiros foi criado em 23 de janeiro de 1855, ligado à Arma de Artilharia, situação que perduraria por cerca de 53 anos, até a criação da Arma de Engenharia, em 4 de junho de 1908, no contexto da grande reforma do Exército,

levada a efeito pelo Marechal Hermes da Fonseca, que, então, criou as brigadas estratégicas, tendo, cada uma, orgânico, um dos cinco batalhões de Engenharia recém-criados.

A criação do Batalhão de Engenheiros decorreu da necessidade de apoiar o movimento do Exército em campanha, não ficando restrito às construções e reparações no Rio de Janeiro, como atuara, desde 1808, o Batalhão de Artífices.

A Artilharia brasileira, representada pelo Regimento Mallet na guerra contra Oribe e Rosas, 1851-52, sentiu a necessidade de apoio ao deslocar-se por caminhos difíceis, sob chuva intensa e através de lodaçais. Segundo a tradição, o Regimento foi apelidado “Boi de Botas”, em razão dos bois que tracionavam as peças e outras carretas do Regimento se apresentarem com as pernas cobertas de barro, como se estivessem calçando botas.

Em 1881 surgiu a primeira idéia da criação da Arma de Engenharia: o Ministro da Guerra, João José de Oliveira Junqueira, fez esta proposta ao Governo.

“Temos um Batalhão de Engenheiros com oito companhias, considerado como fazendo parte da Arma de Artilharia. Propomos que estas tropas de Engenharia sejam completamente separadas das de Artilharia, constituindo uma Arma Especial e na dependência do Comando do Corpo de Engenheiros e sendo destinados por ele, de preferência, oficiais que tiverem o Curso completo de Engenharia Militar.”

O Batalhão de Engenheiros foi criado com quatro companhias: uma de artífices, uma de mineiros, uma de pontoneiros e uma de sapadores. Decorridos mais de dez anos, em 1º de julho de 1867, por ordem do Duque de Caxias, em operações no Paraguai, foram criadas mais duas companhias no Batalhão de Engenheiros: uma de artífices, e outra de pontoneiros, ficando organizado o Batalhão com seis companhias.

O Batalhão de Engenheiros teve sua história resgatada pelo então Major de Engenharia Aurélio de Lyra Tavares em sua obra *História da Arma de Engenharia* (Rio de Janeiro - BIBLIEX, 1942).

Vale aqui lembrar que, na Guerra do Paraguai, ao lado do Batalhão de Engenheiros, atuou o Batalhão de Pontoneiros, que foi criado em 7 de outubro de 1865, em Uruguaiana, pelo Conde de Porto Alegre, logo depois da retomada daquela cidade aos paraguaios.

O Batalhão de Pontoneiros, cuja saga heróica resgatamos no artigo “Os brummer, os primeiros pontoneiros do Exército Brasileiro”, publicado nos Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização do Rio Grande do Sul (São Leopoldo: Rotermond, 1974, p. 333-54), foi extinto ao final da “Dezembrada”. Sua última ação registrada foi em Lomas Valentinas, pelo então Capitão Emílio Jordan.

E o Batalhão de Pontoneiros e o de Engenheiros, juntos, realizaram, com a Brigada de Artilharia, a transposição do Chaco, por estrada que ali construíram, com oito pontes, para apoiar a notável manobra de Caxias, desbordando e envolvendo a posição do Piquiciri.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança contra Solano Lopes, o Batalhão de Engenheiros participou das seguintes ações:

- Combate da Ilha de Redenção - 9 e 10 de abril de 1866, que destacaremos adiante.
- Travessia do Rio Paraná, no Passo da Pátria - 16 de abril de 1866.
- Batalha de Tuiuti - 24 de maio de 1866. Nesta participou com destaque na construção do fosso atrás do qual a Artilharia de Mallet se colocou para defender o centro aliado. Nessa ocasião Mallet pronunciou sua célebre frase: “Por aqui eles não passam!” Além da construção do fosso, o Batalhão de Engenheiros cobriu e defendeu, como Infantaria, o flanco esquerdo da Artilharia.
- Humaitá - 16 de julho de 1868.
- Reconhecimento em força de Piquiciri – 1º de outubro de 1868.
- Construção da Estrada do Chaco - 10 de outubro de 1868.
- Campanha de Itororó - 6 de dezembro de 1868.
- Batalha do Avaí - 11 de dezembro de 1868.
- Batalha de Peribebeú - 12 de agosto de 1869.
- Batalha de Campo Grande - 16 de agosto de 1869.

Ao final da Guerra do Paraguai, o Batalhão de Engenheiros foi dividido em duas alas. A Ala Direita retomou ao Rio de Janeiro. A Ala Esquerda, que ficou no Rio Grande do Sul, em Cachoeira do Sul, ajudou a construir, entre outras obras, não mais como Ala Esquerda do Batalhão de Engenheiros, mas como 2ª Batalhão de Engenheiros, a Ferrovia Estratégica Porto Alegre-Uruguaiana, que, de certa forma, foi sonhada pioneiramente pelo Barão de Caxias em 1844, Presidente do Rio Grande do Sul.

Em 18 de agosto de 1888, o Decreto número 10.015, assinado pela Princesa Imperial Regente D. Isabel, determinou a seguinte reorganização do Batalhão de Engenheiros:

“As forças arregimentadas do Exército Permanente ficam organizadas em corpos das Armas de Engenharia, Artilharia, Cavalaria, Infantaria e Transporte.

A Arma de Engenharia constará de dois batalhões; cada um terá um estado-maior e um menor que farão parte da 1ª Companhia.

Parágrafo 1º- “O comandante, major fiscal, capitão ajudante e comandantes de Companhia serão oficiais do Corpo de Engenheiros e servirão em comissão. Na falta, ou impedimento destes, poderão ser empregados oficiais dos corpos científicos. Os outros oficiais pertencerão à Arma de Artilharia e serão classificados nos batalhões de engenheiros, sendo preferidos os que tiverem o curso completo de Engenharia Militar.”

Esse decreto destinava os postos de oficiais no Batalhão de Engenheiros aos engenheiros militares, comparáveis hoje aos engenheiros militares formados pelo IME, pois não existiam oficiais da Arma de Engenharia. Estes só passaram a ser formados a partir de 1908 e até 1911 pela Escola de Guerra de Porto Alegre no

Casarão da Várzea e depois na Escola Militar do Realengo até 1944 e a seguir pela AMAN em Resende.

Em decorrência do Decreto da Princesa Isabel:

Em 23 de fevereiro de 1889, no limiar da República, e em decorrência também da Ordem do Dia do Exército, de 3 de setembro de 1888, foram criados o 1^o Batalhão de Engenheiros e o 2^a Batalhão de Engenheiros. O 1^o Batalhão formado com a 1^a, a 2^a, a 5^a, a 7^a e a 8^a Companhia do histórico Batalhão de Engenheiros, e o 2^a Batalhão de Engenheiros, no Rio Grande do Sul, com a 3^a, a 4^a e a 6^a Companhia do Batalhão de Engenheiros e com a parada inicial em Cachoeira do Sul. Frações do 2^a Batalhão de Engenheiros atuaram através de destacamentos no combate à Revolta Federalista, no sítio de Bagé e contra a Revolta na Armada, na cidade de Rio Grande em 1893/1895, conforme registramos na História da 3^a RM em 1889/1953 (Porto Alegre: 3^a RM, 1995, v. 2), onde também registramos que participou do combate na Guerra de Canudos.

Este 2^a Batalhão de Engenheiros, originado da ala esquerda do Batalhão de Engenheiros deu origem ao Batalhão Ferroviário, por Portaria de 8 de julho de 1919 e que, logo a seguir, passou a denominar-se 1^a Batalhão Ferroviário, por Decreto número 13.916, de 11 de dezembro de 1919, com parada em Cruz Alta, até 2 de maio de 1922, depois em Santo Ângelo, até 15 de fevereiro de 1933 e a seguir em Jaguarí e Santiago, até ser transferido para Bento Gonçalves, onde permaneceu longo período na construção do Tronco Principal Sul.

Esse Batalhão, depois de haver construído mais de 1.000km de ferrovias no Rio Grande do Sul, foi transferido para a cidade de Lages, em Santa Catarina, e hoje é o 10^a Batalhão de Construção, com denominação histórica de Batalhão Benjamin Constant

O 1^a Batalhão de Engenheiros, originário da ala direita do Batalhão de Engenheiros daria origem, em 18 de fevereiro de 1935, ao 1^a Batalhão de Transmissões. Batalhão de onde saiu uma de suas companhias para integrar a 1^a DIE/FEB.

Sua Companhia de Pontoneiros deu origem à Companhia do 1^a Batalhão de Pontoneiros em Itajubá, o atual 4^o Batalhão de Engenharia de Combate, para cuja formação, ainda em Rio Pardo, concorreu uma bateria do Regimento Mallet.

A sua Companhia de Sapadores deu origem à Companhia-Escola de Sapadores, em 4 de maio 1935.

O Batalhão de Engenheiros, por evolução, transformações e denominações sucessivas, deu origem ao atual 10^a Batalhão de Engenharia de Construção - Batalhão Benjamin Constant, em Lages - SC; 7^a Batalhão Batalhão formado com a 1^a, a 2^a, a 5^a, a 7^a e a 8^a Companhia do histórico Batalhão de Engenheiros, e o 2^a Batalhão de Engenheiros, no Rio Grande do Sul, com a 3^a, a 4^a e a 6^a Companhia do Batalhão de Engenheiros e com a parada inicial em Cachoeira do Sul. Frações do 2^a Batalhão de Engenheiros atuaram através de destacamentos no combate à Revolta Federalista, no sítio de Bagé e contra a Revolta na Armada, na cidade de Rio Grande em 1893/1895, conforme registramos na História da 3^a RM em

1889/1953 (Porto Alegre: 3ª RM, 1995, v. 2), onde também registramos que participou do combate na Guerra de Canudos.

Este 2ª Batalhão de Engenheiros, originado da ala esquerda do Batalhão de Engenheiros deu origem ao Batalhão Ferroviário, por Portaria de 8 de julho de 1919 e que, logo a seguir, passou a denominar-se 1ª Batalhão Ferroviário, por Decreto número 13.916, de 11 de dezembro de 1919, com parada em Cruz Alta, até 2 de maio de 1922, depois em Santo Ângelo, até 15 de fevereiro de 1933 e a seguir em Jaguari e Santiago, até ser transferido para Bento Gonçalves, onde permaneceu longo período na construção do Tronco Principal Sul.

Esse Batalhão, depois de haver construído mais de 1.000km de ferrovias no Rio Grande do Sul, foi transferido para a cidade de Lages, em Santa Catarina, e hoje é o 10ª Batalhão de Construção, com denominação histórica de Batalhão Benjamin Constant

O 1ª Batalhão de Engenheiros, originário da ala direita do Batalhão de Engenheiros daria origem, em 18 de fevereiro de 1935, ao 1ª Batalhão de Transmissões. Batalhão de onde saiu uma de suas companhias para integrar a 1ª DIE/FEB.

Sua Companhia de Pontoneiros deu origem à Companhia do 1ª Batalhão de Pontoneiros em Itajubá, o atual 4- Batalhão de Engenharia de Combate, para cuja formação, ainda em Rio Pardo, concorreu uma bateria do Regimento Mallet.

A sua Companhia de Sapadores deu origem à Companhia-Escola de Sapadores, em 4 de maio 1935.

O Batalhão de Engenheiros, por evolução, transformações e denominações sucessivas, deu origem ao atual 10ª Batalhão de Engenharia de Construção - Batalhão Benjamin Constant, em Lages - SC; 7ª Batalhão de Engenharia de Combate - Batalhão Visconde de Taunay, em Natal - RN; Batalhão-Escola de Engenharia - Batalhão Vilagran Cabrita em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, aquartelado no antigo Palácio Imperial de Santa Cruz e a 1ª Cia. de Engenharia de Pontes Flutuantes, em 1971, também no Rio de Janeiro.

O Batalhão de Engenheiros teve o seu grande momento na conquista da ilha defronte ao Forte Itapiru, sob o comando do Ten Cel Art José Carlos Vilagran Cabrita.

Em nossa oração, alusiva à inauguração do Memorial ao Ten Cel João Carlos Villagran Cabrita, no então 1ª Batalhão de Engenharia de Combate e atual Batalhão-Escola de Engenharia, Batalhão Vilagran Cabrita, em Santa Cruz - RJ, em 13 abril de 1998, dissemos o seguinte:

VILLAGRAN CABRITA O herói da Ilha da Redenção

Em 10 de abril próximo passado transcorreu o 132º (centésimo trigésimo segundo) aniversário da vitória brasileira no combate de consolidação da conquista da Ilha da Redenção, no Rio Paraná. Foi uma estratégica ação secundária,

diversionária, para permitir aos aliados a invasão do Paraguai. Operação militar que se constituiu no primeiro confronto militar do exército de Osório com o inimigo e foi preparatória à invasão pelo Passo da Pátria, em monumental operação anfíbia.

A figura central deste episódio épico de nossa história militar foi o Ten Cel João Carlos de Villagran Cabrita, então comandante do Batalhão de Engenheiros e, hoje, o Patrono da Arma de Engenharia do nosso Exército. Segundo Dionísio Cerqueira, Villagran ali foi apoiado, por iniciativa própria, pelo intrépido Comandante Jerônimo Gonçalves, da canhoneira Henrique do Martins. Acreditamos que Villagran apreciará, lá do alto, ver aqui citado este bravo marinheiro, como gratidão de seus comandados, cujas vidas ele poupou. Herói que prestaria relevantes e decisivos serviços à consolidação da República na organização, adestramento e comando da Esquadra Legal, guarnecida, inclusive, por oficiais e alunos das escolas militares do Ceará, Praia Vermelha e Porto Alegre. Esquadra que selaria o fim da Revolta na Armada e a pretendida ofensiva federalista, a partir do Paraná, para depor o Marechal Floriano Peixoto, em combinação com remanescentes revoltosos navais no Sul.

Villagran fora escolhido, dentre muitos, por seu valor e competência profissional, pelo General Osório, para na liderança de uma força de novecentos bravos, constituída de tropas de Infantaria, de Artilharia e de Engenheiros, conquistar, de surpresa, fortificar e manter a todo custo a ilha paraguaia que passou à história como Ilha da Redenção, por marcar o início da ação para libertar o povo irmão de uma cruel ditadura.

Villagran cumpriu exemplarmente a missão recebida. Morreria ao final, quando redigia a parte de combate da vitória, atingido por mortais estilhaços de um certo obus inimigo, disparado do Forte Itapiru, comandado por um seu antigo aluno, quando fora instrutor de artilharia da Missão Militar do Brasil no Paraguai.

O seu exemplo de coragem e valor militar comoveu, na ocasião, todo o Exército Imperial. Segundo testemunha ainda Dionísio Cerqueira:

“Todos queriam, veneraram todos, o Ten Cel Villagran Cabrita, sempre bom, austero e nobre.”

Desde então, seu nome e exemplo heróico tomaram-se uma lenda no Exército.

Desde 1962, como patrono, inspira toda a Arma de Engenharia do Exército

Brasileiro na luta diária nos campos da segurança e da cooperação ao desenvolvimento, da integração nacional e da paz social no Brasil.

Hoje, neste Memorial, foram consagradas, potencializadas e perenizadas pelo Exército Brasileiro a sua vida e obra heróica, em cerimônia por certo inesquecível neste Batalhão, originário de seu Batalhão de Engenheiros, cujos primeiros e gloriosos passos ele acompanhou e liderou de 1855 a 1866.

A inauguração deste belo memorial Villagran Cabrita constitui um importante marco para “preservar pesquisar, cultivar e divulgar as tradições, a memória histórica e os valores morais, culturais e históricos do Exército Brasileiro”.

A inauguração se dá no mês dos 350 anos da 1ª Batalha dos Guararapes. Antes, no curso da guerra brasileira, já despontara o espírito da nossa Ama de Engenharia, na construção e operação de uma portada de circunstância pelo Capitão patriota João Barbosa de Souza, com a qual, em 9 de julho de 1645, transportou todo o Exército Patriota de uma margem para a outra do Rio Tapacurá, em período de cheia, deixando-o a salvo do inimigo que ali ficou detido. Ou, nas construções das fortificações genuínas, de terra batida, dos arraiais Velho e Novo do Bom Jesus, que abrigaram a alma da resistência contra o invasor, ou no retardamento do deslocamento do exército inimigo, em 18 de abril de 1648, no Rio Jaboatão, pela destruição de sua ponte por um ajudante e vinte soldados patriotas despachados do Exército Patriota para aquele fim.

Villagran Cabrita teve uma vida normal como a grande maioria dos oficiais do Exército. Era zeloso de sua preparação profissional e moral, como integrante de uma grande equipe - o Exército Imperial. Estava, pois, bem preparado, profissional e moralmente, para seu grande encontro com a História do Brasil e com a glória militar eterna na Ilha da Redenção. E nisso ele não difere da imensa maioria dos oficiais do Exército Brasileiro, que embora condenando a guerra, não perde um só minuto para se preparar o melhor possível para esta eventualidade indesejável, tão presente e viva na história da humanidade.

Villagran Cabrita não decepcionou seu comandante, o General Osório.

Villagran morreu pela sua pátria.

Segundo Péricles, chefe de estado grego por 14 anos, grande artífice da democracia e eleito estrategista 15 vezes, “aqueles que morrem por sua pátria, fazem mais por ela naquele instante do que os demais em toda a sua vida”.

Essa foi a grande lição e exemplo que Villagran Cabrita nos legou. Herói singular, brasileiro nascido na Cisplatina, atual Uruguai, filho de um oficial brasileiro e mãe uruguaia, teve sua formação profissional no Brasil. Foi instrutor de Artilharia da Brasileira no Paraguai, em cujo solo tombou como um herói, vítima da boa pontaria dos artilheiros paraguaios que instruíra. Seus restos mortais foram sepultados na Argentina em local desconhecido. Um símbolo, ao que parece, a consolidar ainda mais os laços de amizade e cooperação militar entre os países da Bacia do Prata.

Bravo Tenente-Coronel João Carlos Villagran Cabrita! Fizestes grande falta ao Exército Aliado quando teve de enfrentar a Fortaleza de Humaitá que delineastes para o Paraguai como instrumento de sua defesa e não de agressão à soberania brasileira, em seu direito de livre navegação no Rio Paraguai.

Bravo Tenente-Coronel Villagran Cabrita. Estamos hoje aqui reunidos, o Exército, representantes de toda a Arma de Engenharia e amigos convidados, em tomo de Memorial a ti dedicado, no teu outrora Batalhão de Engenheiros, para evocarmos e reverenciarmos a tua memória e imortal exemplo, em mais um aniversário de tua morte heróica.

A perene e imorredoura gratidão de todos os presentes por teu sacrifício supremo, defendendo o auri-verde pendão! E que o teu generoso sangue, a tua preciosa vida em holocausto ao Brasil e, sobretudo, o teu histórico exemplo continuem a alicerçar e a inspirar o presente e o futuro da Arma Engenharia, para a sua maior glória, a do Exército que ela integra e a do nosso amado Brasil! Que assim seja!

CURRÍCULO SINTÉTICO DE CLAUDIO MOREIRA BENTO



Claudio Moreira Bento Historiador, Memorialista e Jornalista

(X) Coronel Claudio Moreira Bento nascido em Canguçu-RS em 19 out 1931. Turma Asp Mega Eng

AMAN 1955. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, emérito do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha, da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. É o Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na República Argentina. Integrou como adjunto do Presidente a Comissão de História do Exército do Estado – Maior do Exército 1971/197, na qual como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército escreveu o artigo As Guerras Holandesas, da **História do Exército perfil Militar de um Povo**. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras 1978/1980 Academia sobre a qual escreveu 4 livros sobre sua História, além de diversos artigos. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/1980. E autor de mais de 110 obras (Álbuns livros e plaquetas) disponíveis para serem baixados no site www.ahimtb.org.br além de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em grande parte disponíveis ou relacionados no citado site. Seu último livro foi sobre **Marechal José Pessoa e seus méritos na Fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército** Foi o idealizado e executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul constante de 24 livros dos quais 21 em 1ª ed e 3 em 2ª ed tendo como principal parceiro o historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá 1982-1982. E dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985-1990. É Comendador do Mérito Militar, do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e da Ordem João Simões Lopes Neto, por Lei da Câmara de Vereadores de Pelotas. Fundou e presidiu as Academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense e Itatiaense de História. É sócio dos Institutos históricos e geográfico do RS, SC, PR, SP, MG, PB, RN, CE e correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e da Paraíba e da Raul Leoni de Petrópolis. Possui 6 prêmios literários e possui artigos transcritos na Câmara Federal e nas assembleias legislativas de Goiás e Minas Gerais e na Câmara de Vereadores de Recife. Coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes no Recife. É cidadão Itajubense, itatiaense e resendense. Tem sido considerado o maior historiador brasileiro de todos os tempos pelo volume e variedade de sua obra literária.

Atualmente desenvolve, em parceria com o historiador Luiz Fagundes, para ser lançado em 2022, Bicentenário da Independência, a obra **Academia Militar das Agulhas Negras com Almanaque de todos os Aspirantes a Oficial masculinos e femininos formados por ela 1945-2021** e ainda para o Bicentenário da Independência a Biblioteca do Exército lançará seu livro **Duque de Caxias – o Patrono do Exército**.

Endereço: Rua Alfredo Whately, 365, Ed. Porto Aquarius, Cobertura 603 – Bloco B – Campos Elíseos, Resende-RJ, 27542-170

Site www.ahimtb.org.br. E-mail: bento1931@gmail.com Celular: 24/999247757

